



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
CENTRO DE CIÊNCIAS MATEMÁTICAS E DA TERRA
INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

CAIO DA SILVEIRA FERNANDES

FRONTEIRAS DA CIDADANIA: O COTIDIANO MIGRATÓRIO NA “BAIXADA DO
GLICÉRIO, CENTRO DA CIDADE DE SÃO PAULO.

Rio de Janeiro
2022

CAIO DA SILVEIRA FERNANDES

FRONTEIRAS DA CIDADANIA: O COTIDIANO MIGRATÓRIO NA "BAIXADA DO
GLICÉRIO", CENTRO DA CIDADE DE SÃO PAULO

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia do Departamento de Geografia do Instituto de Geociências, Universidade Federal do Rio de Janeiro, como requisito para obtenção do título de doutor em Geografia.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Gislene Aparecida dos Santos.

Rio de Janeiro
2022

CIP - Catalogação na Publicação

F363f Fernandes, Caio da Silveira
Fronteiras da cidadania: o cotidiano migratório na "Baixada do Glicério", centro da cidade de São Paulo / Caio da Silveira Fernandes. -- Rio de Janeiro, 2022.
264 f.

Orientador: Gislene Aparecida dos Santos.
Tese (doutorado) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Geociências, Programa de Pós-Graduação em Geografia, 2022.

1. Migrações internacionais. 2. Cidadania. 3. Fronteiras. 4. São Paulo. 5. Baixada do Glicério.
I. Aparecida dos Santos, Gislene, orient. II. Título.

CAIO DA SILVEIRA FERNANDES

FRONTEIRAS DA CIDADANIA: O COTIDIANO MIGRATÓRIO NA "BAIXADA DO GLICÉRIO", CENTRO DA CIDADE DE SÃO PAULO

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia do Departamento de Geografia do Instituto de Geociências, Universidade Federal do Rio de Janeiro, como requisito para obtenção do título de doutor em Geografia.

Aprovada em: 05/08/2022

BANCA EXAMINADORA



Prof.ª. Dr.ª. Gislene Aparecida dos Santos (Orientador)
PPGEO - Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)

Prof. Dr. Helion Póvoa Neto
Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano – IPPUR (UFRJ)

Prof.ª. Dr.ª. María del Carmen Villarreal.
Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ)

Prof. Dr. Danilo Volochko
Universidade Federal do Paraná (UFPR)

Prof. Dr. Marcos Góis
Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)

A todos e todas as migrantes que me confiaram suas histórias
sobre as múltiplas fronteiras do viver.

A todos e todas que mediam, diariamente e sob a orientação
da esperança essas fronteiras no cotidiano migratório, nas
mais diversas posições e lugares.

A Cleide, Uriel, Débora, Douglas, Theo, Michael e Fernanda.
Pessoas sem as quais a vida teria bem menos sentido e
alegrias.

AGRADECIMENTOS

É sempre gratificante ter muitas pessoas a quem agradecer, afinal, não tenho a menor pretensão de afirmar que cheguei até aqui sozinho. Assim, mesmo correndo o risco de cometer grandes injustiças e esquecimentos, não posso deixar de mencionar meu agradecimento ao: Programa de Pós-graduação em Geografia da UFRJ, cuja passagem foi tão positivamente marcante, que talvez só daqui há alguns anos consiga prestar contas do que foi ter sido parte desse departamento. Em especial, agradeço aos professores: Roberto Lobato Corrêa, Ana Daou e Helion Póvoa Neto e a todos colegas de doutorado. À minha orientadora Gislene Santos. Muitos foram, até aqui, os ensinamentos acadêmicos. Maiores ainda foram os ensinamentos sobre a vida. À banca pela leitura e avaliação desse trabalho. Aos colegas do Núcleo Interdisciplinar de Estudos Migratórios (NIEM) pelos ensinamentos diretos e indiretos sobre migrações. À Missão Paz e colegas de Eixo Trabalho: Carlinhos, Padre Paolo, Miguel Ahumada, Ana Paula, Cláudia, Laís, Karina, Socorro, Isabela. Sou eternamente grato pela possibilidade de ter sido parte dessa instituição e pela abertura para a pesquisa realizada. Agradeço aos migrantes do Centro de Estudos de Cultura da Guiné. Obrigado por inúmeras lições de vida na forma de música e dança. Aos colegas de departamento da Universidade do Kentucky (EUA) que fizeram dos 9 meses de doutorado sanduíche algo marcante para a vida toda. Em especial, agradeço o acolhimento e ensinamentos de Patricia Ehrkamp, orientadora cuja influência e encorajamento para a realização da tese vão além dos limites estritamente acadêmicos. Agradeço também à Comissão Fulbright Brasil e, mais especificamente à Carol e Taynara, que viabilizaram, mesmo em um período de turbulência pandêmica esse período nos EUA. Agradeço também outras pessoas fundamentais para que a ida fosse possível, em especial: Vera Nogueira e Mari Nogueira que, aliás, tornou possível muitas vezes também a permanência nos EUA por meio de inúmeras conversas de apoio. Aos colegas do projeto “(I)Mobilidade nas Américas”: Soledad, Ireri, María, Handerson, Elisa e Gustavo. Ainda ei de compreender tantas coisas que aprendi com vocês e demais colegas das Américas. Aos amigos de graduação e de vida: Chico, Mari, Pedro, Leandro, João, Fils, Marcão, Leo, Thiago e Brasília. A todos e todas da família Silveira, que me relembram outros tantos aspectos importantes na vida além do trabalho. Aos colegas do GEPOP pelos instigantes debates e contribuições. Ao CNPq pelo financiamento da pesquisa e por tornar esse trabalho possível, sobretudo nesse momento político de tanto ataque à ciência. E a outras pessoas que contribuíram de diferentes maneiras na e para suportar a tese: Sofia Cavalcanti, Mona, Gui, Lana, Thiago Hoshino, Camila Daniel, Otávio, Paulo, Danilo, Tayane, Márcia. E a todos e todas que esqueci de mencionar nominalmente, mas que também são parte desse trabalho.

RESUMO

O cenário das migrações internacionais para o Brasil, desde o início da década de 2010, tem apresentado profundas alterações tanto quantitativas, como qualitativas com relação àquele que perdurou até os anos 2000. O aumento no número de migrantes veio acompanhado de diversas medidas (formais e informais) que amplificaram as formas de gestão da migração e da própria caracterização do fenômeno frente a um crescente interesse sobre o tema. Novos lugares, sujeitos e mediadores passam a compor essa cartografia migratória, suscitando muitas questões a serem debatidas na escala internacional, nacional e local. Os caminhos, soluções, possibilidades e restrições produzidas por esses atores e pelos próprios migrantes passam a contribuir decisivamente para a composição de um “cotidiano migratório”, formado não somente pelos migrantes, mas por todo um conjunto de atores que fazem a mediação entre a condição de migrante e as desigualdades do mundo social. Diante desse contexto emergente, a cidade de São Paulo tem se tornado referência seja na elaboração de diferentes políticas públicas específicas para migrantes, seja na atuação de diferentes coletivos, igrejas, programas sociais. Além disso, em uma conjuntura de aumento das migrações em direção ao Brasil a cidade tem reforçado seu papel como um dos principais lugares de recebimento e trânsito de migrantes. Sendo assim, metodologicamente foi realizado um trabalho etnográfico na “Baixada do Glicério”, bairro situado no centro da cidade de São Paulo. Mais especificamente, o trabalho de campo centrou atenção em dois locais: i) Missão Paz, complexo religioso que oferece diversos serviços para migrantes na cidade. ii) Centro de Estudos de Cultural da Guiné (CECG), criado por migrantes de Guiné Conacri que residem no Glicério. A partir do enfoque nas trajetórias migrantes, busco compreender suas experiências nesse cotidiano, sobretudo as maneiras pelas quais negociam os direitos e a produzem pertencimentos territoriais que não excluem o Estado Nacional, mas que a ele não se reduzem. Teoricamente, mobilizo o conceito de cidadania como norteador de análise. Quando compreendido sob uma lógica formal, cidadania implica a filiação territorial a um Estado Nacional por meio da nacionalidade e a promoção de direitos em busca da igualdade a esse grupo de pessoas, os cidadãos. Por outro lado, argumento, conjuntamente a uma série de autores, que ao contrário da promoção da igualdade, a cidadania se constitui a partir da reprodução de diferenças materiais e simbólicas. Desse modo,

somam-se à nacionalidade outros marcadores de diferença como: raça, sexualidade, classe, idade, lugar de origem, entre outros, que operam na diversificação e vivência desigual dos direitos. Por fim, ao acompanhar as trajetórias nesse cotidiano migratório identificou-se a coexistência de normatividades, códigos, escalas, pertencimentos. Quando observadas a partir dos pequenos gestos, práticas e micro relações explicitam-se múltiplas espacialidades políticas que transitam entre: formal e informal; doméstico e público; político e religioso; desejado e indesejado; local e transnacional caracterizando: i) maneiras pelas quais o rotineiro e o banal influenciam no ordenamento socioespacial dos lugares. ii) formas múltiplas de negociação dos direitos e do pertencimento através das “fronteiras da cidadania”.

Palavras-chave: Migrações internacionais, Cidadania, Fronteiras, São Paulo, Baixada do Glicério.

ABSTRACT

Since the decade of 2010's, the international migration scenario in Brazil has been changed both: quantitatively and qualitatively, especially if compared with the previous period that rested until 2000's. The growing figures are followed by many (formal and informal) measures that has amplified in many ways how migration has been managed, and its characterization based on a greater interest in the subject. New places, people, and mediators became part of this migratory cartography, and in the emergence of many issues to be debated in the international, national, and local scale. The pathways, solutions, possibilities as well as the constraints that were created by these actors and the migrants' themselves contributed to the composition of "migratory daily life", which is make up by all those who are involved with the mediation between the migrant political identity and social inequalities. In this context, the city of São Paulo has been considered an important place for both: creation of many public policies aimed at migrants, and in the participation of many agents such as: social movements, churches, social projects. Besides that, in this specific scenario the city of Sao Paulo has been the main destiny of migration. Methodologically, I carried out an ethnography in the "Baixada do Glicério", an impoverished neighborhood situated in São Paulo downtown, more specifically, the participant observation was based on two different places: i) Peace Mission, a religious complex ruled by the catholic church where many services are offered to the migrants. ii) Center of Study for the Guinean Culture (CECG) a cultural center created by Guinean migrants that live in the Glicério. The focus was put in the migrants' trajectories to comprehend their everyday lives experiences, and the ways they negotiated rights as well as created multiple belongings that goes beyond the National State. For this, I analyse the concept of Citizenship. Under a formal perspective, citizenship is based on the expectation of equality through the creation and promotion of rights to be granted by a Nation State to those considered citizens. Moreover, the territorial membership has its main criteria the nationality. On the other hand, I join several scholars in the argument that citizenship is built on differences rather than equality. Thus, not only nationality but also race, sexuality, class, age, place of origin, and so on are important components to distribute inequality in the access of rights. In the end, following these everyday trajectories I identified the coexistence of norms, codes, scales, and belongings. I argue that when observed from the little practices and micro relations many political spatialities are recognized

between formal and informal; domestic and public; political and religious; desired and undesired; local and transnational. This everyday life express: i) multiple ways in which the ordinary and banal influence the socioespacial planning. ii) different ways to negotiate rights and belongings through the “borders of citizenship”.

Key-words: International Migration; Citizenship; Borders; São Paulo; Baixada do Glicério.

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 - MAPA DE LOCALIZAÇÃO DA BAIXADA DO GLICÉRIO.....	19
FIGURA 2 - MAPA DE CORTIÇOS DA BAIXADA DO GLICÉRIO.....	102
FOTO 1 – BOLO EM COMEMORAÇÃO À INDEPENDÊNCIA DE GUINÉ CONACRI.....	204
FOTO 2 – CARTAZ DE COMEMORAÇÃO À INDEPENDÊNCIA DE GUINÉ CONACRI.....	204

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ACNUR - Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados.

AMP - Atlas temático: Migrações Internacionais, Macrometrópole paulista, Regiões Metropolitanas e Regiões Administrativas.

CECG - Centro de Estudos e Cultura de Guiné.

CONARE - Comitê Nacional para os Refugiados.

CRAI - Centro de Referência e Atendimento para Imigrantes

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

OBMIGRA - Observatório das Migrações Internacionais.

OIM - Organização Internacional para as Migrações.

OUC - Operação Urbana Centro.

PCC - Primeiro Comando da Capital.

PROMIGRA – Projeto de extensão para a promoção dos direitos dos migrantes na cidade de São Paulo.

RMSP - Região Metropolitana de São Paulo.

SESC - Serviço Social do Comércio.

USIH - União Social dos Imigrantes Haitianos.

SUMÁRIO

1- INTRODUÇÃO.....	13
2 – GEOGRAFIAS DA CIDADANIA: DA PROMOÇÃO DA IGUALDADE À PROLIFERAÇÃO DAS DIFERENÇAS.....	27
2.1– UNIVERSALISMO, UNIVERSALISMOS: INCERTEZAS E DESIGUALDADES.....	30
2.2 –GEOGRAFIAS DO ENCONTRO: MECANISMOS DE (RE)PRODUÇÃO DA “INCLUSÃO DIFERENCIAL”	41
2.2.1 – As fronteiras da cidadania.....	48
3.0 – NOTAS METODOLÓGICAS.....	61
3.1 - CAMINHOS METODOLÓGICOS DA PESQUISA.....	62
3.2 - ENTRADA EM CAMPO: ESTRATÉGIAS E DIFICULDADES NO CURSO DA PESQUISA.....	65
3.2.1 – Missão Paz – “Eixo trabalho”	66
3.2.2 - Centro de Estudos de Cultura da Guiné (CECG).....	71
4.0 –ELOS FORTALECIDOS, ELOS PERDIDOS: AS (DES)CONTINUIDADES DA MIGRAÇÃO EM SÃO PAULO.....	80
4.2 – BAIXADA DO GLICÉRIO E AS MARGENS CENTRAIS DA CIDADE: ESPAÇOS MALDITOS, ESPAÇOS SAGRADOS E A DIVERSIDADE SOCIOESPACIAL.....	91
4.2.1 – Heranças socioespaciais e a coexistência de tempos, lugares e vidas....	99
5.0 – IMPULSOS E TRÂNSITOS URBANOS NAS FRONTEIRAS DA CIDADANIA.....	111
5.1 – A MIGRAÇÃO E OS CIRCUITOS DE MORADIA EM SÃO PAULO: A “PROVISORIEDADE ORDINÁRIA” E A BUSCA PELA “SUSTENTABILIDADE DE VIDA”	113
5.1.1 – Negociando a inclusão e a marginalização no cotidiano.....	120
5.1.2 – O retorno imaginado e o “êxito” como parâmetro norteador.....	126
5.1.3 – Entre avanços e retrocessos: a cidadania e a “inclusão diferencial”	127
6. 0 - O “DESASTRE” E A “MULTIPLICAÇÃO DAS FRONTEIRAS”: AUTONOMIA E INCERTEZAS DA MIGRAÇÃO.....	131
6.1 – A GUERRA COMO EXCEPCIONALIDADE, A GUERRA COMO POSSIBILIDADE E A GUERRA COMO COTIDIANO.....	134
6.2 – TORNANDO-SE UM MIGRANTE: NOVAS IDENTIDADES POLÍTICAS E A “MULTIPLICAÇÃO DAS FRONTEIRAS”	139
6.2.1 – A vida mais perto da morte: os imprevistos da travessia e o alargamento do tempo das fronteiras.....	146
6.2.2 – Burocracia e racialização: “o regime de fronteiras” da cidadania.....	152
6.2.3 – Pertencimento transnacional e “infraestruturas da mobilidade”	157
6.3 – ECOS DA CIDADANIA: A “MULTIPLICAÇÃO DAS FRONTEIRAS” PARA OUTRAS ESCALAS ESPACIAIS.....	160
7.0 – ENTRE A AUTONOMIA E A FAMÍLIA: MORALIDADES EM MOVIMENTO.....	162
7.1 – A “BUSCA DO PRÓPRIO DESTINO”: ESTABILIDADE NA RELAÇÃO TRABALHO E FAMÍLIA.....	164

7.2 – DESCOMPASSOS DA MIGRAÇÃO: O ROMPIMENTO DA ESTABILIDADE.....	167
7.2.1 – Os espaços qualitativos da migração: expectativa e realidade.....	168
7.2.2 – Na fronteira entre a “sorte” e o azar.....	172
7.3 – O RETORNO À “BAIXADA DO GLICÉRIO”: ARTICULAÇÕES LOCAIS E TRANSNACIONAIS PARA A “SUSTENTABILIDADE DA VIDA”.....	175
7.3.1 – Entre fronteiras formais e informais, locais e transnacionais.....	180
8.0 – O CENTRO DE ESTUDOS DE CULTURA DA GUINÉ: “INFRAESTRUTURA DA MOBILIDADE” E PRODUÇÃO DE PERTENCIMENTOS.....	183
8.1 – OS PASSADOS QUE SE FAZEM PRESENTES E PERSPECTIVAS DE FUTURO.	188
8.1.1 – “A multiplicação das fronteiras” e o desencaixe de expectativas.....	192
8.2 – “AQUI VAI SER UM CENTRO CULTURAL, POR FAVOR. SE VOCÊ ME DER LICENÇA, EU GOSTARIA DE REFORMAR A CASA MESMO”.....	195
8.2.1 – Protagonismo e mediação na “infraestrutura da mobilidade”.....	198
8.3 – “WONTANARA!”.....	201
8.4 – AS FRONTEIRAS DA CIDADANIA E A “OCUPAÇÃO SILENCIOSA DO ORDINÁRIO”.....	207
9.0 – MEDIAÇÕES E TRÂNSITOS NAS FRONTEIRAS DA CIDADANIA: A BUSCA PELO TRABALHO COMO PONTO DE GRAVITAÇÃO.....	215
9.1 – OS RITOS DE PASSAGEM E O “DIREITO A TENTAR EFETIVAR O DIREITO”.....	218
9.2 – A BUSCA PELO EMPREGO: ENTRE ESPERAS E ESPERANÇAS.....	222
9.2.1 – A mediação para o trabalho e a “multiplicação de fronteiras”.....	224
9.3 – DE “PESQUISADOR” A “VOLUNTÁRIO EM TREINAMENTO”: O PAPEL DE AGENTE DE FRONTEIRAS.....	226
9.3.1 – À (a) espera de trabalho.....	228
9.3.2 – O “bico” como elo de coexistência da (in)formalidade.....	230
9.3.3 – Multiplicação dos documentos e as fronteiras burocráticas.....	232
9.3.4 – Efetivação dos direitos, efetivação das esperanças.....	235
9.4 – O COTIDIANO MIGRATÓRIO E A “MULTIPLICAÇÃO DAS FRONTEIRAS” COMO PARÂMETROS DE ORIENTAÇÃO POLÍTICA.....	237
10 - CONSIDERAÇÕES FINAIS	240
REFERÊNCIAS.....	250

1 - INTRODUÇÃO

As migrações internacionais contemporâneas, sobretudo no período que marca o início dos anos 2000, têm se transformado em uma das questões geopolíticas mais complexas no mundo. Dentre vários aspectos possíveis de se atentar destaca-se o aumento no número de migrantes e refugiados que, atualmente, atingem cerca de 310 milhões de pessoas (ACNUR 2019; OIM 2020). O crescimento desse contingente se deve a uma série de fatores conjuntos, entre eles: o surgimento ou intensificação dos conflitos em países do Oriente Médio, África e Europa, acrescidos das condições de vulnerabilidade social e política; o desenvolvimento econômico e o fomento a guerras e conflitos por parte dos países do "norte", promovendo "expulsões" (SASSEN, 2016) de certos grupos populacionais de seus territórios; "crises" políticas e econômicas como as que atingem países latino-americanos, com destaque para Venezuela, Honduras, Guatemala e El Salvador, Haiti e a manutenção de fluxos de pessoas rumo à Europa e Estados Unidos (EUA).

Como resposta a esse cenário emergente de aumento da mobilidade no espaço internacional, Mezzadra e Neilson (2013) e Ehrkamp (2016) identificam dois sentidos complementares de regulação migratória que passam a operar no início dos anos 2000: I) a reconfiguração e instrumentalização securitária das fronteiras após os atentados de 11 de setembro de 2001 nos EUA, baseada na construção do migrante como ameaça aos Estados, reforçando a ideia de soberania. II) a emergência de um novo "migration management" pela via multilateral dos Estados e com a participação ativa de agências supranacionais, como Organização Internacional para as Migrações (OIM) e o Alto Comissariado das Nações Unidas (ACNUR), assumindo papéis múltiplos que transitam entre o humanitarismo, a contenção e redirecionamento de pessoas para outros locais que não a Europa Ocidental e EUA.¹

Como um dos resultados desse complexo arranjo geopolítico, observa-se o aumento dos deslocamentos no sentido "Sul-Sul" (BANENINGER, 2018), ou seja,

¹É importante mencionar, como mostra Samers (2010), que o endurecimento nas políticas migratórias não impediu que os países do "norte" recebessem fluxos cada vez maiores e diversos. Esse aumento das migrações em diversas direções, inclusive, fez com que alguns autores classificassem o atual período como a "era das migrações" (CASTLES; HASS; MILLER, 2013).

migrações com destino aos países que não são caracterizados como aqueles "desenvolvidos" ou do "Norte global". É possível identificar essa característica em diversas narrativas de migrantes na cidade de São Paulo, cujo deslocamento se deu para o local possível e não realmente para aqueles desejados, representados, quase sempre, por Europa e EUA.

Devido a essas dinâmicas mais amplas e seus desdobramentos foi que o cenário migratório brasileiro se alterou profundamente se comparado com aquele que perdurou, aproximadamente, dos anos 1980 a 2010. Nesse período, a maioria das migrações em direção ao Brasil eram aquelas provindas dos países fronteiriços, com destino majoritário para a Região Metropolitana de São Paulo (RMSP) (SALES, 1996; PATTARA, 2005; PATARRA e BAENINGER, 2006) e à algumas cidades localizadas na região sul do Brasil, como Curitiba (PR) e Foz do Iguaçu (PR) (SANTOS e FERNANDES, 2014; CARDOSO e MOURA, 2017).

Na agenda política e no campo da pesquisa predominavam temas como: a indocumentação, a vulnerabilidade laboral e a inserção de migrantes no ramo da costura, com destaque para os bolivianos (SILVA; 1997; 2006; SOUCHAUD, 2012); a territorialização migratória em alguns bairros da cidade de São Paulo (TRUZZI, 2001; XAVIER, 2010; VIDAL; 2012); a emigração crescente de brasileiros para Europa, EUA e Japão (FELDMAN, 2001; ASSIS, 2004; SASAKI, 2006; SANTOS, 2011); e a reivindicação por novas políticas migratórias e públicas contrárias ao então vigente Estatuto do Estrangeiro (1980) (FELDMAN, 2016).

Após alguns anos o cenário se modificou. Se até o ano de 2010, segundo os dados censitários do IBGE (2010), o país contava com cerca de 430 mil migrantes temporários e permanentes, em que se destacavam muitos provindos de países considerados desenvolvidos, sobretudo para trabalho temporário, em 2017 foram contabilizadas cerca de 1 milhão e 200 mil pessoas, conforme os registros administrativos da polícia federal (OBMIGRA, 2019). Se tomarmos outra fonte de dados, como os registros ativos de migrantes entre 2000 a 2019 presente no Atlas da Macrometrópole Paulista (AMP) (2020), o período que marca um primeiro grande pico é 2009, com 87.362 registros ativos, muito em função da anistia migratória concedida pelo governo brasileiro naquele ano. Porém, a partir de 2012 em diante, os números de registros se mostram superiores aos apresentados no ano da anistia, com o recorde em 2019, quando foram contabilizados 182.931 registros ativos.

Tal crescimento representou não somente uma mudança quantitativa no cenário migratório do país, mas também qualitativa, impulsionada por um significativo aumento dos migrantes haitianos e venezuelanos que chegaram (e ainda chegam) ao país. Um número crescente de refugiados e migrantes provindos de países africanos, como: Angola, República Democrática do Congo, Senegal, Guiné-Bissau, Togo, Guiné Conacri, entre outros. Refugiados sírios, palestinos, cubanos e a manutenção das migrações provindas de países sul-americanos, como: Bolívia, Peru, Colômbia, Argentina, Paraguai, etc.

Conjuntamente às novas cartografias migratórias no país ampliou-se a agenda de pesquisa. Os temas da regularização migratória e dos direitos dos migrantes passaram a expandir os debates antes centrados na vulnerabilidade laboral e permanência irregular no país. Multiplicaram-se as questões em torno do migrante regular através de outras categorias vinculadas a gênero, sexualidade e "refugiados LGBTIs" (FRANÇA e FONTGALAND, 2020); entram em cena análises sobre a relação entre documentação e políticas de segurança dos Estados Nacionais na América do Sul e Brasil (DOMENECH, 2007; 2013; 2015; MANSUR, 2014; SPRANDEL, 2015), a partir de novos mecanismos de regularização migratória criados no país e no Mercosul, capitaneado pelo "visto humanitário" e pelo "Acordo sobre Residência para Nacionais de países do Mercosul".²

As redes migratórias se reafirmam como um importante recurso heurístico (TRUZZI, 2008; SANTOS, 2017; 2021) na compreensão das formas pelas quais os migrantes se deslocam para o Brasil e/ou em direção a outros países (MARTINS, 2019); para identificar as articulações sociais, políticas e econômicas promovidas por migrantes no intuito de circular informações, recursos, pessoas; para articular diversos outros atores no Brasil e desenvolver estratégias de mobilidade e territorialização no espaço nacional e internacional (XAVIER, 2010; JOSEPH, 2015; 2017; DIAS, SILVA e SILVA, 2020)

O conceito de redes sociais também se associa a outras tipologias migratórias, como aquelas que destacam as migrações transfronteiriças (SPRANDEL, 2006; ALBUQUERQUE, 2015) e que, como aponta Santos (2017),

² O Acordo sobre Residência para nacionais dos Estados Parte do Mercosul representa um importante demarcador da transição entre uma perspectiva securitária dos Estados, para aquela voltada ao "humanitarismo" multilateral dos países. Faço uma análise mais detalhada da criação do Acordo e de suas concepções migratórias em: Fernandes (2017) e Fernandes (2019).

desloca o olhar centrado nas políticas e continuidades dos Estados Nacionais. A ênfase passa a ser nas práticas, trajetórias e vivências levadas adiante pela própria população desses espaços, requalificando, portanto, a fronteira, também como recurso a ser utilizado por migrantes e nacionais através de densas redes transnacionais.

A fronteira norte do país, com mais força a partir de 2010 e em especial nos estados do Acre, Amazonas e Roraima, tornou-se a porta de entrada principal para diversos grupos migratórios, sendo os mais representativos haitianos e venezuelanos, impondo uma série de desdobramentos políticos e sociais inéditos, mas com respostas situadas, quase sempre, no campo emergencial e provisório (SAMPAIO e SILVA 2018; MARTINS; 2019). Atrelado a isso, os pedidos de refúgio aumentaram vertiginosamente. Se em 2000 haviam sido feitas 966 solicitações de refúgio, em 2019, no acumulado de quase 10 anos, o país já contava com aproximadamente 288 mil solicitações (CONARE, 2020) e isso sem que as respostas institucionais acompanhassem o número crescente, expondo as insuficiências do Estado brasileiro no trato da questão³. E, por fim, como consequência dessa rigidez normativa brasileira, representada, até então, pelo Estatuto do Estrangeiro, associada à pressão de muitas instituições e coletivos de migrantes voltada aos direitos humanos, foi promulgada uma nova Lei de Migrações em 2017.

Em suma, o panorama migratório brasileiro passou por uma alteração profunda a partir de 2010, muito em função da migração haitiana, até então muito pouco representativa no país e dos demais grupos que chegaram em anos subsequentes. Essa mudança nos parâmetros anteriores de normalização tornou a migração, novamente, uma "questão nacional" após quase um século. Novos lugares do país passaram a conviver com migrantes; o tema ganhou cada vez mais destaque nos principais veículos de mídia do país⁴, em eleições federais, estaduais

³Como resposta a esse aumento nos pedidos de refúgio, o Conare reconheceu como refugiados entre dezembro de 2019 e agosto de 2020, cerca de 45 mil venezuelanos. A medida é cercada de polêmica, sobretudo por não atender outras nacionalidades e não cumprir todo o procedimento regular para a concessão ou não do refúgio. Atualmente o Brasil possui cerca de 60 mil refugiados reconhecidos. Para saber mais, ver:

https://portaldeimigracao.mj.gov.br/images/Obmigra_2020/OBMigra_2022/REF%C3%9AGIO_EM_N%C3%9AMEROS/Refu%CC%81gio_em_Nu%CC%81meros_-_27-06.pdf. Acesso em: 27/06/2022.

⁴ O caso emblemático mais recente foi o caso do refugiado Congolês Moise Kabagambe, de 24 anos, espancado brutalmente até a morte por 3 homens em um quiosque na Barra da Tijuca, Rio de Janeiro, após reivindicar o pagamento de diárias de trabalho não recebidas. A cobertura da mídia foi

e municipais e no fomento à migração de determinados grupos migratórios através de programas de governo, como o "Mais médicos". Nota-se, também, a disputa por recursos federais promovidos por estados e municípios envolvendo o tema migratório; e há uma ampliação das articulações nacionais e locais de movimentos em prol da migração internacional. Assim, novos atores passaram a compor e atuar na "gestão" da migração e de suas urgências⁵. Por fim, novas especialidades migratórias foram produzidas como fruto da tensão entre o controle e a mobilidade, com ramificações e consequências em muitos estados e municípios do país.

Uma miríade de situações e dificuldades tanto para migrantes, como para os governos municipais e estaduais passaram, então, a emergir. Segundo dados do IBGE (Perfil de Municípios Brasileiros de 2018), cerca de 3.876 municípios do Brasil (total de 5.570) contavam com a presença de migrantes internacionais. Entretanto, o mesmo relatório mostrava que apenas 215 desses municípios oferecem algum atendimento específico voltado à migração, cerca de 5.5% do total (IBGE, 2018). Devido a um quadro de novidade para muitas cidades é de se compreender que alguns municípios possuíssem mais dificuldades para lidar com a questão migratória do que outros. Mas, o que chama atenção é a situação quase generalizada de ausência nas ações específicas para migrantes no país. Assim, nem tudo pode ser atribuído aos ineditismos recentes, especialmente quando cidades que recebem migrantes há tempos apresentam poucas ou mesmo nenhuma possibilidade de atendimento.

ampla sobre o caso e nos dias subsequentes uma série de protestos foram promovidos, por movimentos sociais diversos, uma série de atos em muitas cidades do Brasil.

⁵Aqui faço referência à agências internacionais como o Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR) e Organização Internacional para as Migrações (OIM). O ACNUR chega ao país em 1982, com sede no Rio de Janeiro e funções limitadas. Em 1990 desloca-se para Brasília (DF) e, somente em 2014, abre seu segundo escritório em São Paulo (SP) (BRASIL, 2010). Atualmente também possui unidades em Manaus (AM), Belém (PA) e Boa Vista (RR). No caso da OIM, em 2015 o Brasil promulga o Acordo firmado a instituição por meio do Decreto nº8.503/2015. De 2016 à 2020 a organização passou a atuar em Brasília (DF), Belém (PA), Boa Vista (RR), Curitiba (PR), Florianópolis (SC), Manaus (AM), Pacaraima (RR), Porto Alegre (RS), Rio de Janeiro (RJ), São Paulo (SP), entre escritórios e representações, sendo a sede em Brasília. Também faço referência aos comitês estaduais e municipais criados em muitos locais do país para elaborar políticas públicas para os migrantes; às reformulações no próprio corpo institucional brasileiro a partir da nova lei de migração e ao aumento dos refugiados. Para este último, destaca-se a centralidade que o Comitê Nacional para os Refugiados (CONARE) assumiu; as próprias organizações criadas pelos próprios migrantes; a participação cada vez mais ativa das universidades (27 ao todo), por meio da criação da Cátedra Sérgio Vieira de Mello promovendo processos seletivos voltados à refugiados, criação e expansão dos projetos de extensão universitária.

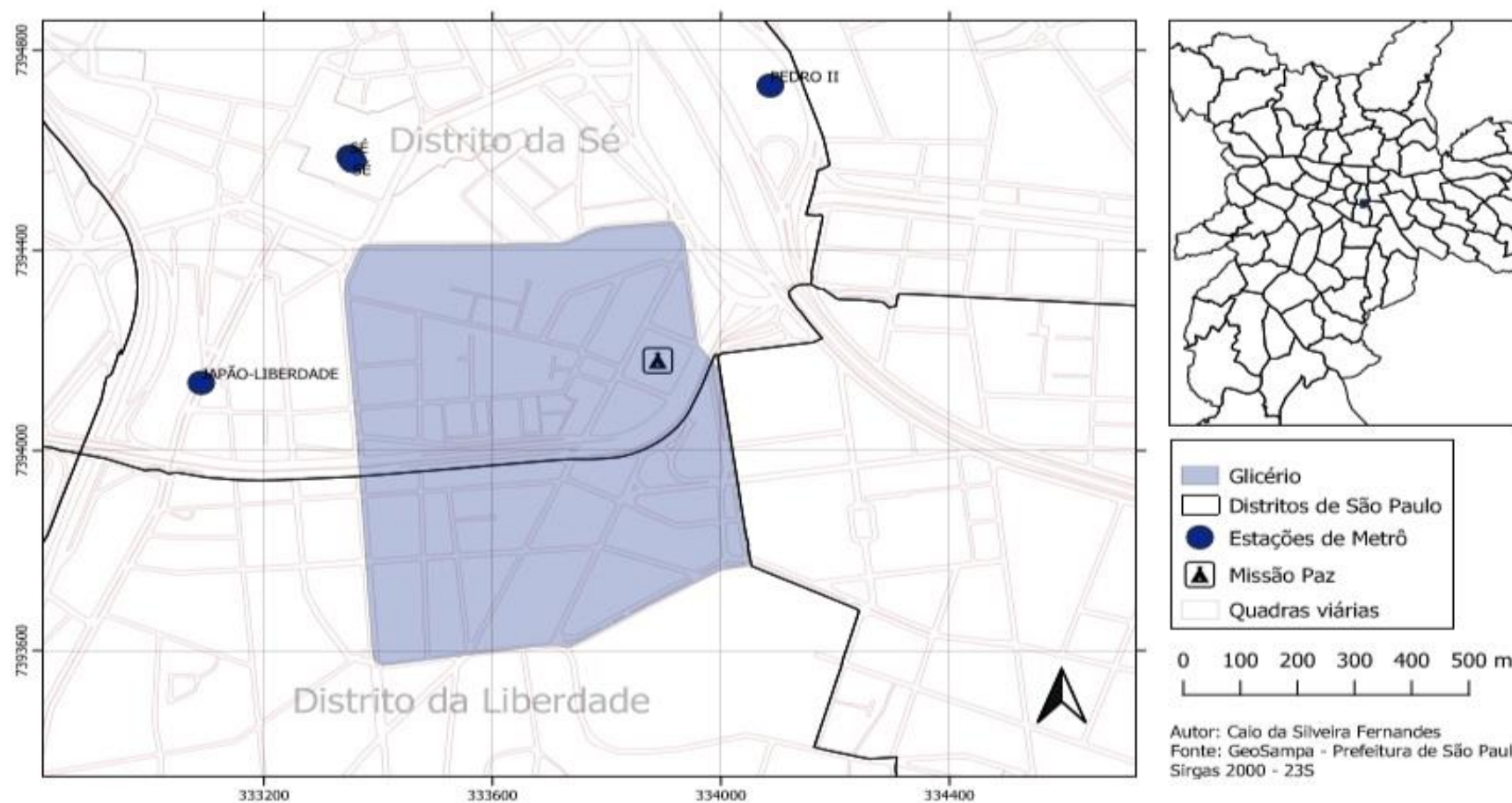
Dentro desse tema específico, por outro lado, há municípios que se destacam tanto na quantidade de serviços públicos e de entidades voltadas ao atendimento, como na quantidade elevada de migrantes residentes. O principal deles é São Paulo, considerado em muitos debates sobre políticas públicas voltadas para a migração uma exceção positiva na oferta de serviços à essa população. Essa observação feita por diversos agentes migratórios, em especial aqueles que atuam diretamente em algum serviço, provém da ampla e diversificada composição de equipamentos urbanos que se concentram na capital paulista e que perpassa desde o âmbito público do município até projetos universitários, organizações internacionais, atuação de diversas ONGs, coletivos, igrejas, entre outros.

Além destas variadas entidades que atendem migrantes na cidade, São Paulo se destaca pelo protagonismo em diversos debates e proposições de políticas públicas voltadas à migração internacional, como: Coordenação de Políticas para Imigrantes e Promoção do Trabalho Decente (2013); Centro de Referência e Atendimento para Imigrantes (CRAI) (2014); A lei 16478/2016, que delimita a Política Municipal para a População Imigrante (2016); Conselho Municipal de Imigrantes (2017), 1º Plano Municipal de Políticas para Imigrantes (2020). Tal destaque, inclusive, rendeu à cidade ser escolhida para um projeto piloto, conjuntamente com Acra (Gana) e Montreal (Canadá) para a implantação do Índice de Governança Migratória elaborado pela Organização Internacional das Migrações (OIM), com o objetivo de servir como referência à gestão da migração⁶.

É nesse atual cenário migratório brasileiro e do município de São Paulo que a pesquisa está situada. Mais especificamente, me atento aos migrantes que transitam ou residem em um local específico do centro da capital paulista, denominado "Glicério" ou "Baixada do Glicério", localizado entre os distritos da Sé e da Liberdade. Adiante, segue o mapa com a localização da área de pesquisa:

⁶https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/direitos_humanos/imigrantes_e_trabalho_decente/
https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/direitos_humanos/imigrantes_e_trabalho_decente/crai/
https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/direitos_humanos/imigrantes_e_trabalho_decente/programas_e_projetos/index.php?p=205909
https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/direitos_humanos/imigrantes_e_trabalho_decente/conselho_municipal_de_imigrantes/index.php

Mapa de localização da Baixada do Glicério



São dois os principais motivos para essa escolha:

I) Apesar da presença migratória ter se ampliado em muitos estados e municípios do Brasil, a destacar-se os da região sul, centro-oeste e algumas cidades fronteiriças do norte do país, grande parte dessa migração se destinou ao Estado de São Paulo. Segundo o Atlas da Macrometrópole Paulista (AMP) (2020), do total de registros migratórios ativos no Brasil em 2019 (1.268.137), cerca de 42% estavam concentrados no estado (538.572). Dentro do estado, o destaque é para a capital paulista e sua região metropolitana. De acordo com o AMP (2020), do total de registros ativos de 2000 a 2019 (501.029) na macro metrópole paulista⁷, cerca de 81% estavam localizados na Região Metropolitana de São Paulo (RMSP). E a cidade de São Paulo representava, sozinha, 72% (361.459) do total de registros neste período. Além disso, segundo os dados do IBGE (2018), a capital paulista recebeu, entre 2010-2018, cerca de 183 mil migrantes, que se somaram àqueles que já eram residentes no município⁸.

No entanto, ainda que a cidade seja considerada como a mais bem equipada do Brasil em serviços voltados à migração são muitos os obstáculos encontrados no cotidiano por migrantes, ONGs, instituições públicas etc. As novas características e impasses mais recentes se entrelaçam a antigos processos econômicos, políticos e sociais ainda em curso na capital. Os migrantes com destino à São Paulo, provindos de diversas nacionalidades, passam a se relacionar com a cidade e suas desigualdades e, por consequência, experienciar e negociar sua condição de migrante nos mais diversos espaços da metrópole, como: ocupações de moradia, praças da cidade, cortiços, postos de saúde, abrigos institucionais, centros culturais, locais de comércio popular, galerias e alguns bairros específicos da capital. Cada vez mais estes e outros locais de São Paulo são marcados pela presença de migrantes internacionais, tornando a geografia da cidade e da migração indissociáveis.

Esse quadro emergente e complexo se deve, por um lado, às especificidades culturais, étnicas, políticas, trazidas pelas práticas dos migrantes.

⁷Aqui me refiro ao recorte espacial utilizado pelo Atlas, que engloba um total de 174 municípios do estado.

⁸É importante mencionar a dificuldade em trabalhar com dados quantitativos precisos sobre a migração internacional, tendo em vista a mobilidade promovida por muitos migrantes, que entram e saem do país e mudam de cidade com muita frequência. Ainda assim, os dados revelam a relevância numérica do estado de São Paulo e sua capital no cenário migratório brasileiro.

Mas, por outro lado, é composto pelas suas relações com processos e práticas já estabelecidas na capital. Como argumenta Sayad (1998; 2000), o migrante promove através de seu deslocamento a conexão entre dois ou mais espaços qualitativos. Desse modo, se a cidade passa a ser transformada pelas práticas migrantes, também os planos, identidades e projetos migratórios são alterados à medida em que vivencia o dia a dia de São Paulo.

Para além dos ingredientes do que é considerado, por alguns teóricos, como uma "cidade global" (SASSEN, 1998), a relação de grande parte dos migrantes se dá em espaços marcados por precariedade, provisoriedade (FERNANDES e PACHI, 2021) e incertezas. Como argumenta Telles (2010), a cidade vivida por grande parte dos migrantes é aquela entrelaçada na expansão e recuo de diversos processos que preenchem de indeterminação os limites entre o legal/ilegal; formal/informal; pobreza/desenvolvimento; ordem/desordem. Uma São Paulo vivida através das práticas laterais dos atores, que transitam entre variados códigos, normatividades e jogam com diferentes identidades; tramas que borram delimitações rígidas e que edificam suas trajetórias em um tempo e espaço de urgências a serem solucionadas a partir das possibilidades concretas de manutenção da vida. Em suma, uma São Paulo vivida e traduzida por suas margens (sociais, espaciais, políticas, históricas).

II) A distribuição espacial dos migrantes na cidade é desigual e há maior concentração em determinados locais. Dados disponibilizados pelo Centro de Referência e Acolhida ao Imigrante (CRAI)⁹ a partir dos atendimentos realizados desde 2014 a 2020 (11.834 no total) apontam que o centro de São Paulo é a zona da cidade com maior quantidade de residentes migrantes (39,5%), seguido pela Zona Leste (22,5%)¹⁰. Diante desse cenário, a escolha da "Baixada do Glicério" como recorte espacial da pesquisa se dá pelo fato de ser um dos lugares com elevada concentração dessa população.

⁹O CRAI é um serviço público previsto na Política Municipal para População Imigrante (instituída pela [Lei 16.478/2016](#) e [Decreto 57.533/2016](#)). Seu objetivo geral é promover o acesso a direitos e a inclusão social, cultural e econômica das pessoas migrantes no município." Disponível em: <https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/direitos_humanos/imigrantes_e_trabalho_decent_e/crai/index.php?p=186973. Acesso em: 24/11/2020>.

¹⁰Em outro mapeamento feito pelo Cáritas São Paulo somente com refugiados ou solicitantes de refúgio atendidos pela instituição, identificou-se a localização de residência de cerca de 5.600 pessoas. Como resultado, identificou-se que a maioria (cerca de 55%) vivem na Zona Leste da cidade, seguidos por 26% que residem no centro da cidade, 9,5% na Zona Sul, 6,5% Zona Norte e 3% Zona Oeste. É importante destacar que apenas cerca de 9% desses atendidos moram em municípios da Região Metropolitana. <https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2019/10/mapa-mostra-onde-vivem-refugiados-em-sao-paulo.shtml>

Historicamente, o Glicério é um bairro receptor de pessoas marginalizadas ou estigmatizadas de São Paulo, como: escravizados e ex-escravizados, indígenas, migrantes nordestinos ou seus descendentes, população em situação de rua e migrantes internacionais empobrecidos desde o final do século XIX. Ali também é possível identificar uma série de conexões que refletem de algumas maneiras o atual momento da migração internacional na América Latina e no Brasil, assim como alguns dos movimentos pelos quais os migrantes percorrem esse emaranhado urbano complexo.

Por outro lado, se a escala local é importante para a compreensão do dia a dia dessa população, cabe destacar que ela não está restrita aos limites do bairro. O Glicério é uma particularidade composta por diversas interligações com seu exterior e colocadas em relação pelos seus muitos e variados moradores, pastores, padres, voluntários, assistentes sociais, associações de bairro etc. É produto inacabado de relações circunstanciais que ressoam umas às outras e pulsam seu cotidiano. Se encontram ali muitas igrejas (com predomínio das evangélicas) e lojas de artigos religiosos, com destaque para a rua Conde de Sarzedas, concentradora de comércios do ramo. Há também centros de atendimento e prestação de serviços que não necessariamente estão ligadas à igreja, mas que atuam conjuntamente a essas instituições.

O “mundo do crime” FELTRAN (2011)¹¹ está presente de forma constante através de furtos e roubos a veículos que acontecem em algumas de suas ruas e no comércio de drogas ilícitas (ALVES, 2017) por meio da atuação do Primeiro Comando da Capital (PCC). Além da presença nessas atividades, em alguns relatos de campo havia rumores, por parte de interlocutores, de que a facção controlasse algumas ocupações de moradia. Como consequência dessas práticas não é rara a presença policial em postos de delegacia móveis, praticando abordagens rotineiras ou exercendo rondas ostensivas e “batidas”.

Empreendimentos imobiliários novos ou em construção anunciam uma dinâmica habitacional distinta daquela desenvolvida até os dias atuais em que predominam os cortiços, pensões e pequenos apartamentos antigos. Nota-se uma

¹¹ A noção de “mundo do crime” desenvolvida por Feltran (2011) busca apontar não para o surgimento da criminalidade em um lugar, mas a disputa pela legitimidade e o tensionamento com outros códigos morais e sociais que perduraram na periferia até os anos 1990 e 2000, vinculado a noções como: trabalho, família, educação, assistência social, movimentos sociais.

proliferação de prédios compostos por studios e apartamentos de 1 e 2 dormitórios com valores que não atendem àquelas pessoas que residem no bairro. Parte desse processo está vinculado à Operação Urbana Centro (OUC)¹², lei que passou a incentivar investimentos imobiliários em áreas do centro da cidade, em especial nos locais considerados "degradados" por gestores municipais e pela opinião pública (CANTON, 2007). Alguns desses empreendimentos pertenciam ao programa "Minha casa, Minha vida"¹³, que possui no centro de São Paulo uma frente de expansão. Mas apesar das condições mais favoráveis de financiamento, voltadas para famílias de baixa renda, a compra de um apartamento é realidade distante para grande parte dos moradores do Glicério.

É através dessas e outras espacialidades complexas produzidas e vividas pelos migrantes que busco responder as seguintes questões: Como, em suas vidas cotidianas, os migrantes se relacionam com as diferentes dimensões do mundo social presentes no bairro e na cidade? Em quais lugares e com quais atores e sujeitos negociam sua existência e colocam em prática diferentes estratégias de "sustentabilidade da vida" (MAGLIANO e ARRIETA, 2021)? Como os direitos são efetivamente vivenciados na prática? De quais formas articulam-se no cotidiano de modo a construir formas de pertencimento local e transnacional? E por fim, quais cartografias e sentidos políticos essas trajetórias cotidianas apresentam?

Como fio condutor para responder a essas questões me dedico ao debate sobre o conceito de cidadania. Comumente associada a uma perspectiva formal de garantia e efetivação dos direitos, bem como o pertencimento a um Estado Nacional, a cidadania se tornou, no período contemporâneo, uma vinculação pautada pela nacionalidade. Como contraponto a essa perspectiva, me junto a um grupo de autores cujo argumento é que, ao contrário da promoção da igualdade, a cidadania se constitui pela (re)produção de diferenças, culminando em um constante processo de hierarquização a partir de muitos marcadores sociais. Desse modo, a análise da cidadania compreende uma coexistência entre as normatividades legais e outros códigos e formas de pertencimento que vão além do Estado, culminando em um cotidiano vivido através de múltiplas fronteiras mediadas por diversos lugares pelas

¹²Lei nº 12.349/1997.

¹³ No atual governo federal, o programa passou a se chamar "Casa verde e amarela"

quais são redesenhadas as “geografias complexas da cidadania” (EHRKAMP e JACOBSEN, 2015).

A tese está organizada em 8 capítulos além da introdução e das considerações finais. O primeiro capítulo apresenta as bases teóricas do trabalho e uma revisão de literatura voltada a caracterizar alguns dos principais debates acerca do conceito de cidadania tanto na geografia, como em outras disciplinas. Também está inserido nesse capítulo algumas das maneiras pelas quais a migração internacional tem sido um tema crucial nas análises com relação a esse conceito.

Em seguida, apresento a metodologia utilizada no trabalho. Nessa seção me dedico a justificar a escolha pela abordagem etnográfica, fruto de um trabalho de campo com duração de 1 ano e 1 mês, realizado entre fevereiro de 2019 e março de 2020. Em seu conteúdo, apresento conceitos como reflexividade e posicionalidade, sobretudo por considerar que os dados obtidos possuem relação com a posição de campo e a qualidade da interação com os interlocutores. Portanto, detalho tanto a entrada, como a permanência em campo, além do papel desempenhado por mim na observação participante. Por fim, a metodologia também contou com 5 entrevistas semi-estruturadas em profundidade realizadas com migrantes que residiam no bairro à época¹⁴.

No capítulo 3 detalho a conformação espacial do Glicério em referência à tensão: migração, cidadania e desigualdades. Mais especificamente, busco reconstituir, historicamente, a produção do bairro situado na fronteira entre inclusão e marginalização. A tomar como referência inicial a segunda metade do século XIX, nota-se que a Baixada do Glicério apresenta, desde sua criação, características ambivalentes. Para os agentes modernizadores em prol de uma cidade que buscava se inserir nos rumos do “progresso” e da “modernidade”, o bairro e seus residentes eram tidos como obstáculos socioespaciais e símbolos do atraso. Por outro lado, ao contrário de estarem excluídos das dinâmicas urbanas da cidade, seus residentes desempenhavam papéis fundamentais para a reprodução da vida cotidiana de São Paulo. Além disso, a produção do espaço no bairro teve como um de seus principais vetores a migração (internacional e interna), processo que caracteriza o Glicério como um lugar produzido pela heterogeneidade e mobilidade. Dessa maneira, o

¹⁴ Todos os nomes apresentados são fictícios e a utilização das entrevistas foi consentida por cada um dos entrevistados.

bairro se constituiu *como e na* fronteira entre desejados e indesejados, incorporando uma série de heranças socioespaciais materiais e simbólicas ainda em voga atualmente.

Em seguida, nos capítulos 4, 5 e 6 me atento a três trajetórias individuais de migrantes que residiam no Glicério no momento da pesquisa de campo. Nesses percursos de vida é possível identificar diferentes concepções e formas de “sustentabilidade da vida”, “inclusão diferencial”, “multiplicação das fronteiras” e, ao mesmo tempo, múltiplas “infraestruturas de mobilidade” que contribuem para que o movimento seja por vezes facilitado e, por outras vezes, dificultado. São relatos que contam sobre moralidades, deslocamentos, incertezas, sucessos e insucessos, riscos de vida, preconceitos e pequenas vitórias cotidianas. Argumento que: i) essas trajetórias são construídas e expressam as tensões entre direitos e desigualdades vividas através da condição migratória na cidade. ii) explicitam a construção do pertencimento territorial local e transnacional, não se resumindo à nacionalidade. Como resultado, explicita-se uma cartografia política complexa pelas quais os termos de cidadania (direitos e pertencimento) são negociados através de muitos lugares e redes. Esses são os capítulos que compõem a primeira parte da tese.

Na segunda parte da tese me dedico a analisar algumas das mediações existentes entre a condição migratória e a cidadania. O argumento é que o trânsito entre as fronteiras da vivência dos direitos e do pertencimento são mediados por uma série de atores e lugares que vão além daqueles estritamente formais e do Estado. Desse modo, no capítulo 7, analiso a criação e o funcionamento do Centro de Estudos de Cultura da Guiné (CECG). Baseado na trajetória de Abdalah, criador do centro, músico e bailarino de Guiné, e a partir de algumas atividades desenvolvidas das quais participei, argumento que a construção do pertencimento e a vivência dos direitos podem ser reescalados e protagonizados em outros locais, como na “esfera privada”. A casa, assim, passa a representar múltiplas dimensões que borram os limites entre público x privado, regular x irregular e colocam contornos heterogêneos nas formas pelas quais as “fronteiras da cidadania” são produzidas, transpostas, reconfiguradas e mediadas.

Em seguida, no capítulo 8, eu analiso o papel da Missão Paz, instituição católica com diversos serviços voltados à migração. Mais especificamente, destaco a tentativa feita pela instituição de inserção do migrante no mercado de trabalho

formal. Através de uma observação participante no que é conhecido como “Eixo-Trabalho”, em que eu atuava como mediador de entrevistas de emprego, apresento: i) as dificuldades enfrentadas pela instituição e pelos migrantes na garantia do trabalho formal, sobretudo como fruto de muitas tensões que, apesar de eclodirem na mediação para o trabalho, contavam sobre outros aspectos mais amplos da condição de migrante e as desigualdades. ii) o papel da Missão Paz na “sustentabilidade de vida” dos migrantes na cidade, atuando e confrontando tensões na mediação entre a precariedade e a promoção da “autonomia” do migrante. iii) Ao final, argumento que em torno da busca e da mediação para o trabalho gravitam outros elementos cruciais mais amplos do que somente o ganho de renda, e que contam formas de ser e estar no mundo tendo como marca a identidade política de migrante.

Por fim, nas considerações finais procuro fazer alguns apontamentos em defesa do argumento central da tese, especialmente acerca da constituição das fronteiras da cidadania. A partir dessa retomada, busco destacar possibilidades de articulação tanto com perspectivas geográficas, como de outras disciplinas que tomam o cotidiano como referência para identificar uma cartografia política mais complexa, o que possibilita que novos lugares, arranjos, atores e mediações sejam reconhecidos na conformação do que se compreende como “geografias complexas da cidadania”.

2 – GEOGRAFIAS DA CIDADANIA: DA PROMOÇÃO DA IGUALDADE À PROLIFERAÇÃO DAS DIFERENÇAS.

Estava na celebração do 105º dia mundial do migrante e refugiado, comemorado pela igreja católica, seguindo a recomendação do Papa Francisco, todo último domingo de setembro. Era 29 de setembro de 2019 de um domingo ensolarado, em que por volta das 10:30 da manhã estavam presentes na praça da Sé, centro da cidade de São Paulo, cerca de 120 pessoas. Bandeiras de diferentes nacionalidades eram carregadas: África do Sul, Venezuela, Angola, Bolívia, Argélia, Guiné Conacri, Cuba, Marrocos, Peru, Brasil, Paraguai, Camarões. Havia também bandeiras e cartazes de entidades da igreja católica que prestam assistência aos migrantes na cidade, dentre elas a Missão Paz (instituição que realizei parte de minha observação participante desde o início de março de 2019).

Nas falas que marcavam o ato, algumas faziam referência mais explícita à igreja do que outras, mas o ponto unificador era a reivindicação aos direitos dos migrantes. O tema do ato estava escrito na faixa exibida à frente da caminhada: "Não se trata apenas de migrantes". Nesse momento, na praça da Sé, houve uma apresentação de uma dança típica paraguaia, representada por uma dançarina desse país. Algumas pessoas na rua olhavam curiosas, outras interagiam em tom de deboche ou simplesmente não se importavam.

O ato começou a caminhar rumo à Missão Paz, situada a poucos minutos da praça. No caminho, os cânticos, em sua maioria na língua espanhola, eram propagados em uma caixa de som carregada por um dos integrantes do ato. Apenas uma parada foi feita, para a fala de um migrante haitiano que se apresentou também como membro do Conselho Municipal para Migrantes da cidade. Sua fala relembrou dois bolivianos assassinados semanas antes durante um ensaio de música folclórica em uma praça de São Paulo. Reivindicava uma postura firme não somente dos migrantes, mas também dos brasileiros contra tais manifestações xenofóbicas.

A marcha seguiu, a atmosfera era amistosa e começamos a descer a Rua Tabatinguera, já na Baixada do Glicério. À medida que entrávamos na Rua Glicério, onde se localiza a Missão Paz, alguns curiosos olhavam com interesse e estranhamento. Estava claro que não era algo recorrente por ali. Uma parte dos comerciantes das pequenas galerias, onde a grande parte é composta por haitianos, olhavam sem entender muito o que se tratava. O mesmo acontecia com outros migrantes, vendedores ambulantes de frutas ou roupas usadas, instalados do outro lado da rua. Na frente da Missão Paz, entre a calçada e a entrada do complexo, alguns migrantes haitianos conversavam enquanto uma mulher, a mesma que estava ali todos os dias, continuava a fazer comidas típicas do Haiti para vender.

Entramos no complexo da Missão Paz e em frente à escadaria da igreja algumas fotos foram tiradas por mim e outras pessoas com os participantes do ato, que agitados levantavam suas bandeiras em tom de exaltação. Dali há alguns minutos se iniciaria uma celebração religiosa em vários idiomas. Porém, o que me chamou mais a atenção foram os migrantes que não participavam da atividade e viviam suas rotinas nas ruas do local. Decidi então caminhar pelo Glicério.

Aos domingos uma grande feira livre toma uma de suas ruas. Nas últimas barracas anexas ao local, mas não como parte dela, estavam algumas mulheres haitianas vendendo banana da terra e farinha. Na feira, aparentemente todos os vendedores eram brasileiros. Dos consumidores, alguns eram migrantes orientais, os outros todos, ao que parecia, eram

brasileiros também. Ao sair da feira e voltar à Rua Glicério, uma viatura de polícia estava estacionada de ré em uma parte da calçada. Uma policial carregando um fuzil e um policial com uma pistola em punho conversavam amistosamente com algumas crianças. Pensei que a falta de estranhamento talvez fosse devido à constante presença da polícia no Glicério.

Em seguida, vi alguns migrantes haitianos caminhando no sentido contrário ao meu. Vestiam roupa social e vinham de uma das igrejas evangélicas fundadas por eles no Glicério e que Joseph¹⁵ relatou-me em uma entrevista. Um rapaz haitiano passou do outro lado da rua e me acenou em tom de cumprimento bem efusivo. Estava vestido com uma calça social preta e uma camisa social azul escura. Se tratava de um dos migrantes que buscavam emprego na Missão Paz às terças e quintas (justamente na ação da qual faço parte na instituição, denominada "Eixo trabalho").

Continuei na calçada e passei em frente à igreja, que era pequena, assim como grande parte dos comércios e casas naquela porção da rua. Estavam cantando alegres em "Creóle" e alguns já saíam da igreja, parecia o final da celebração.

Segui adiante e lembrei que dois dias antes Abdalah, migrante de Guiné Conacri, realizou uma festa em sua casa no intuito de angariar recursos para o que deseja ser o "Centro de Estudos e Cultura da Guiné (CECG)", localizado também no Glicério. Foi, nesse dia, que conheci os diretores de um filme que se passa no local e cujos protagonistas são os migrantes que lá residem. Um filme que debate o passado e o presente da migração internacional em São Paulo e no Glicério, mostrando que, na mesma rua onde atualmente moram pessoas vindas da África moravam também muitos japoneses no início do séc. XX.

Lembrei que há outras celebrações religiosas que ocorrem aos domingos no Glicério. Do crime organizado que ali está presente por meio da maior facção criminosa do Brasil, o Primeiro Comando da Capital (PCC), e que também continuava sua atuação em ruas próximas àquela que estava o carro da polícia.

Muita coisa acontecia ao mesmo tempo, um emaranhado de dinâmicas sociais que passavam do ilegal ao legal, formal ao informal, por igrejas de diversas religiões ali instaladas, atos de reivindicação por direitos migratórios que colocavam em questão os termos clássicos de cidadania. Pensei que as situações observadas no Glicério explicitam feixes simultâneos que condensam processos e práticas sociais. São mediações e mediadores que não nos permite enxergá-lo como local fechado em si mesmo ou através da trajetória de apenas um grupo social, ou categorias generalistas. Tampouco trata-se de um local "carente" e de pessoas que vivem a "ausência" do Estado. Mas afinal, do que se tratava tudo aquilo?

Diário de campo: 29/09/2019

O trecho do caderno de campo escolhido acima apresenta muitas dinâmicas pelas quais a problemática envolvendo migração e política poderia ser debatida. A própria concepção de espaço é uma delas (aberto, fechado, de identidade única ou construído de forma relacional), os ilegalismos e informalidades que compõem de maneira central a vida nas margens socioespaciais das cidades do "sul global", a

¹⁵Todos os interlocutores mencionados no trabalho tiveram seus nomes alterados.

pluralidade de nacionalidades que atualmente residem em São Paulo e compartilham precariedades comuns, seja em São Paulo especificamente ou como alvos das políticas de fronteira; a tensão entre polícia e o “mundo do crime” na disputa pela gestão do território, entre tantas outras. Muitas das observações descritas nesse trecho foram observadas de forma recorrente ao longo da pesquisa de campo, o que indica tanto a complexidade do Glicério, como já dito, mas também as inúmeras “pontas soltas” pelas quais o trabalho *não* irá se aprofundar.

Dentre os vários processos, situações, recorrências e formas pelas quais os migrantes viviam seu cotidiano, duas me chamaram mais a atenção e a elas me dedicarei daqui em diante: i) as múltiplas formas pelas quais os migrantes vivenciavam e negociavam seus direitos através de várias escalas, lugares e atores. ii) as maneiras como suas vivências cotidianas embaralhavam identidades e multiplicavam os sentidos de pertencimento/marginalização de uma maneira muito distante de serem compreendidas única e exclusivamente pela identidade nacional.

As reivindicações, insatisfações, problemas eram acompanhados de práticas que almejavam a “sustentabilidade da vida” (Magliano e Arrieta, 2021) diante das formas de injustiça, obstrução dos direitos e dificuldades do dia a dia. Tais práticas também compunham estratégias que definiam a quem articular-se, ainda que de forma contingencial, na busca por soluções para as questões diárias que perpassavam desde a documentação, emprego, saúde, moradia, até a busca por momentos de lazer, religiosos, problemas familiares, angústias, incertezas. A mediação entre essas e muitas questões passava pelo espaço doméstico, igrejas, projetos sociais, postos de saúde, ocupações de moradia, Defensoria Pública da União, Polícia Federal, assistentes sociais, advogados, voluntários, pequenas redes de parentesco e amigos, redes de assistência a migrantes, pelos próprios migrantes e, aos poucos, o que se mostrava era uma vivência dos direitos e das formas de pertencimento promovidas nas fronteiras entre formal e informal, público e privado, sagrado e político, legal e ilegal.

O que se observava parecia, por vezes, se encaixar nas soluções prometidas pelo sentido clássico de cidadania de promoção dos direitos, sobretudo se cumprida à risca uma cartilha liberal que prevê uma constante incorporação de pessoas ao status de cidadão. E em tantas outras vezes, insistir nesses mecanismos parecia

reforçar seu oposto, o que justamente essa perspectiva busca deixar de lado, superar, o que parecia se constituir como “problema”, “atraso” e “causa” do “insucesso político”. Em suma, por vezes a solução para as questões dos migrantes apontavam para soluções vindas do universalismo dos direitos. Em outras vezes, sua identidade política de migrante parecia contrastar com as garantias prometidas pelas previsões de cidadania, a ponto de serem enquadrados como problema, algo a ser vigiado, policiado, tolhido dos mesmos direitos que os nacionais.

É dessa inquietação que parto, buscando relacionar e compreender os encaixes e desencaixes da cidadania por meio do cotidiano de migrantes. Para isso, o olhar se volta às “coisas pequenas” (THRIFT, 2000), à “ocupação e vivência silenciosa do ordinário” (BAYAT, 2009), aos ritmos dissonantes, mas complementares da vida (SIMONE, 2019), às (des)conexões e dobras, ou seja, no que pode ser melhor compreendido através dos feixes que constituem as fronteiras (TELLES, 2010), às particularidades abertas caracterizadas por lugares, pessoas e dramas específicos (O TUATAIL, 1996; 1997), à simultaneidade das relações (MASSEY, 2005), ao “lado de lá” dos processos de “inclusão/exclusão” (ISIN, 2002), ao que comumente é colocado como fora da política, mas que insiste em estar ali presente no mundo (FELTRAN, 2011), às articulações que não superam ou excluem o Estado, mas que são “mais-do-que-Estado” (FREGONESE, 2015).

2.1 – UNIVERSALISMO, UNIVERSALISMOS: INCERTEZAS E DESIGUALDADES.

Em seus primórdios, a ideia de cidadania estava centrada no recorte político-territorial da *polis* grega, tomando como referência de participação política aqueles que atendiam aos critérios da cidadania, ou seja, os cidadãos. Por sua vez, os critérios de filiação delimitavam também delimitavam aqueles que estariam excluídos dessa vinculação e, por consequência, da vida pública da polis (ISIN, 2002). Já no período contemporâneo, a noção de cidadania, seus fundamentos de filiação e a distribuição do “direito a ter direitos” ARENDT ([1951], 2009) passa a estar mais associada ao pertencimento de um indivíduo à uma outra comunidade político-territorial: o Estado Nacional. Esse processo de “nacionalização da cidadania” a partir da emergência dos Estados Nacionais (ISIN e TURNER, 2007) transformou a cidadania em, praticamente, sinônimo de nacionalidade.

A vinculação entre o indivíduo e essa comunidade política comumente se dá através de critérios legais de obtenção da nacionalidade via *jui solis*, cidadania adquirida por nascimento em um território nacional ou *jui sanguinis*, cidadania adquirida através da descendência étnica. Para aqueles considerados cidadãos, incidem uma série de direitos e deveres a serem distribuídos, organizados e garantidos pelo aparelho burocrático do Estado, bem como o compartilhar de uma identidade coletiva nacional dominante. Por outro lado, nesse mesmo conjunto legal está embutido as definições de quem *não* será considerado cidadão ou quais direitos e deveres poderiam acessar parcialmente, a depender da relação e critérios definidos por um Estado.

Segundo o clássico texto de Marshall (1964) sobre cidadania, os critérios de filiação territorial e de quem gozaria dos direitos estariam sob constante revisão e aprimoramento, de modo que pouco a pouco os valores de igualdade se sobressairiam por meio da incorporação sempre crescente de pessoas. Provém dessa concepção de progresso o aspecto universalista da cidadania que, sob essa lógica seria capaz de englobar cada vez mais indivíduos e ampliar a oferta e garantia dos direitos (civis, políticos e sociais). Sob essa perspectiva, enfatiza-se o aspecto formal de cidadania e a centralidade no Estado como garantidor dos direitos¹⁶.

Se a ideia de cidadania está comumente vinculada à perspectiva formal e universalista de igualdade, ou seja, direitos e deveres adquiridos e vividos da mesma maneira pelos pertencentes de uma comunidade política (o Estado Nacional), esse tem sido um dos pontos centrais de discussão sobre o conceito. Como ponto comum a esses debates destacam-se dois aspectos fundamentais: o campo dos *direitos* e o do *pertencimento*. É, em grande parte, através desses dois pilares que a cidadania tem sido afirmada, questionada, reformulada e, por fim, analisada em diversos âmbitos da vida social e política contemporânea.

Como ponto central a essas perspectivas está o ponto de inflexão que desloca o protagonismo *exclusivo* do Estado, para um olhar mais amplo sobre como a cidadania se realiza na prática. Assim, as variadas miradas pelas quais o conceito tem sido analisado criticamente se enquadram no que Ehrkamp e Jacobsen (2015)

¹⁶ Para uma análise mais detalhada sobre os escritos de Marshall sobre cidadania ver: Isin e Turner (2007).

definem como três perguntas fundamentais a serem feitas quando a cidadania estiver sob análise: “quem?”, “como?” e “onde?”. E é dentro dessa orientação teórica que o trabalho se enquadra.

A atenção sobre “*quem*” é cidadão? Visa colocar sob revisão o componente universalista da cidadania, argumentando que raramente esse princípio é vivenciado, na prática, pelas denominadas “minorias”. O principal ponto é justamente a ênfase de que não é a *igualdade* o parâmetro para a definição da cidadania, mas, ao contrário, a noção de *diferença*¹⁷. Como apontado por Painter e Philo (1995) e Isin (2002), o grande paradoxo da cidadania estaria justamente no fato de que, para a definição de um critério de “nós”, criam-se os “outros”, aqueles que não cumprem os atributos de cidadão.

No mesmo sentido argumentam Staeheli e Thompson (1994) e Holston (2008), para quem os critérios de inclusão não se resumem, muitas vezes, a procedimentos estritamente formais, abrindo espaço para moralidades que definem não somente quem é, mas quem merece ser cidadão a partir de outros referenciais sociais. O debate, então, se ramifica em dois grandes eixos: aqueles que não compõem a comunidade política do Estado e são considerados estrangeiros. E aqueles que, mesmo carregando o status legal de cidadão, a depender da posição e identidade política ligada a marcadores como raça, gênero, etnicidade, sexualidade, religião, classe, idade, experimentaria de maneira diferencial e restrita os acessos e garantias dos direitos.

A inversão teórico-metodológica centrada nas diferenças vai ecoar nas formas “*como*” a cidadania é de fato vivida na prática pelos sujeitos. O principal argumento é que, ao enfatizar os direitos de forma passiva, como algo que se possui ou não, obscurecem-se as formas pelas quais esses direitos são efetivamente promovidos, garantidos, negociados e negados. Essa mudança de perspectiva ressalta, sobretudo, as práticas dos sujeitos, suas contestações, os caminhos pelos quais experimentam seus direitos de forma heterogênea.

Como consequência, desloca-se o olhar *exclusivamente* centrado no Estado e nas formas pelas quais este arranjo político territorial influencia o cotidiano das pessoas. O objetivo, assim, é enfatizar as diferentes maneiras pelas quais os

¹⁷ Para uma análise sobre o conceito de “diferença” e sua relação com a Geografia, ver: Leeuw, Kobayashi e Cameron (2011)

sujeitos se constituem como políticos, enfrentam no cotidiano constrangimentos e violências colocadas em prática por outros atores, geram novas formas de pertencimento e, por vezes, desafiam o Estado (APPADURAI, 1997; EHRKAMP e NAGEL, 2012; 2014; STAEHELI, et. al. 2012; MILLESTEIN, 2017).

Por fim, colocar a centralidade nos sujeitos e nas formas pelas quais vivenciam os direitos e o pertencimento político implica atentar para a complexidade espacial da cidadania, ou seja, “*onde*” ela de fato é vivida. Ao atentar para as trajetórias dos sujeitos é possível identificar diversas escalas e espaços pelos quais os direitos e o pertencimento político-territorial são negociados na vida cotidiana. A partir do olhar para a cidadania como um processo ativo através da vivência dos sujeitos, amplia-se a possibilidade de reconhecer e identificar a multiplicidade de lugares onde ela é construída, questionada, transformada. (PAINTER e PHILO, 1995; HOLSTON e APPADURAI, 1999; STAEHELI, 2003; HOLSTON, 2008; LEITNER e EHRKAMP, 2006). “Quem” e “onde” compõem de forma indissociável o “como” se vive a cidadania, explicitando a materialidade de suas cartografias políticas múltiplas e desiguais em constante reprodução.

O olhar mais voltado às práticas sociais da cidadania permite, então, a identificação de múltiplos protagonistas locais, transnacionais, mediadores, bem como a produção de outras subjetividades políticas, ordenamentos territoriais, espacialidades. É sob esse ponto de vista que a cidadania será considerada: reconhecendo, por um lado, sua complexidade espacial e, por outro lado, atentando para a multiplicidade de atores e maneiras pelas quais ela é vivenciada e mediada.

Para tal, me junto a estudos que compartilham dessas considerações e que possibilitaram a abertura de uma agenda sistemática de pesquisa através da interação mais profunda entre: abordagens de geopolítica crítica, anti-geopolítica ou contrageografias (O TUATAIL, 1996; 1997; 1999; SASSEN, 2003); geografias políticas feministas (STAEHELI, 1994; 2010; KOFMAN, 2003; SECOR, 2003, EHRKAMP e LEITNER, 2003; LEITNER e EHRKAMP, 2006; EHRKAMP e JACOBSEN, 2015); e abordagens pós-coloniais (CHATTERJEE, 1993; 2004; 2011; LOWE, 2015). Além disso, como argumentam Painter e Philo (1995), essa virada crítica pavimentou um caminho de aproximação entre temas e conceitos caros à geografia política clássica (Estado, Fronteira, Nação) e elementos sócio-culturais

(cotidiano, diferenças, lugar). Segundo os autores, a cidadania poderia ser o ponto de partida para análises que tomassem como referência a relação entre as formas institucionais e não institucionais da política, desvelando o que conceituam como “espacialidades da cidadania”.

A tomar como referência os debates que se iniciam nos anos 1980, mas com mais força a partir dos anos 1990 na epistemologia anglo saxã, nota-se que a geografia passa a compor mais ativamente essas análises em interlocução com outros campos do saber (KOFMAN, 2003). De maneira geral, pode-se identificar ao menos quatro aspectos pelos quais esse diálogo tem se dado: i) a ênfase para outras escalas em que a cidadania é construída além do Estado, passando desde bairros e cidades, até blocos supranacionais, grandes corporações, práticas transnacionais. ii) o destaque para os lugares pelos quais a cidadania passa a ser promovida, limitada, distorcida, como a casa, espaços religiosos, espaços comunitários, centros culturais, etc. iii) questionando através de conceitos como lugar, paisagem, mobilidade, a constituição do espaço não como algo estático, fechado e composto por uma identidade única (comumente a identidade nacional), mas espaços produzidos na pluralidade de relações, articulações e nas trocas¹⁸. iv) um privilégio (não exclusivo) às pesquisas de cunho qualitativo através de etnografias, entrevistas, narrativas, observação participante (PAINTER e PHILO, 1995; KOFMAN, 2003; DESFORGES et. al., 2006; EHRKAMP e JACOBSON, 2015). Assim, segue adiante alguns dos apontamentos críticos pelos quais a cidadania tem sido submetida:

Yuval-Davis (1991); Lister (1997); Jones (1997); Kofman (2003); Secor (2003); Magliano e Arrieta (2021); Perissinotti (2021) apontam, através de perspectivas feministas, para as limitações da noção de cidadania em interlocução com a categoria de gênero. A crítica se centra na visão dual que o sentido clássico liberal de cidadania estabeleceu entre espaços públicos (políticos)/privado (apolíticos). O questionamento atenta para as formas que a divisão de gênero se reflete em uma participação política desigual, uma vez que, historicamente, a mulher foi direcionada a ocupar os espaços domésticos. Além disso, a concepção de divisão binária entre os dois espaços (público e privado) impossibilitaria

¹⁸ Cabe mencionar que o debate sobre o papel da simultaneidade e pluralidade na produção dos lugares transpõe o debate exclusivo sobre cidadania. Ver Massey (2015).

compreender a porosidade entre ambos e as formas pelas quais se constituem, ofuscando o papel das mulheres na reprodução social.

Da mesma maneira, como argumentam Yuval-Davis (1991) e Jones (1997) a perspectiva universalista da cidadania referenciada na nacionalidade e em sujeitos tidos como universais (branco, homem, europeu, heterossexual) coloca em posição marginalizada outras diferenças (raça, gênero, classe, sexualidade, idade), ignorando tanto o processo de construção de fronteiras socioespaciais físicas e simbólicas, como as formas desiguais pelas quais esses grupos vivenciam a cidadania.

Em associação a essas críticas se destacam inflexões metodológicas promovidas pela articulação entre abordagens feministas e pós-coloniais. Diante da crítica a esse “sujeito universal”, etnografias centradas nas experiências e narrativas dos sujeitos passam a ter papel central na compreensão das múltiplas e situadas formas da cidadania. O argumento é que, caso fosse observada a partir das margens, novos lugares, sujeitos e escalas comporiam uma perspectiva mais complexa de cidadania e, em última instância, da relação entre espaço e política.

Por sua vez, a escala em que a cidadania é praticada também tem sido um dos aspectos enfatizados por alguns estudos. Soysal (1994) e Ong (1999), por exemplo, indagam até que ponto o Estado ainda é central para a promoção, afirmação e garantia dos direitos frente a um crescente protagonismo de atores globais e blocos regionais de países. Assim, a oferta, retirada e garantia de direitos, teriam como referência formas transnacionais de pertencimento político e acesso a recursos políticos. As ressalvas com relação à perspectiva de cidadania liberal clássica passa também por outros olhares que chegam até mesmo a anunciar um futuro voltado à “desnacionalização da cidadania” (SOYSAL, 1994). Isto é, a reivindicação de direitos feitos por migrantes estariam cada vez mais ligadas a discursos sobre os direitos humanos, fazendo emergir uma cidadania pós-nacional. O ponto crítico desse debate, porém, aponta para uma tendência a subestimar o Estado como ator ainda muito relevante, seja através dos mecanismos regulatórios e de efetivação dos direitos ou até mesmo no papel fundamental que a identidade nacional tem tido em diversos processos políticos atuais, inclusive para os migrantes (STAEHELI e NAGEL, 2006; STAEHELI. et. al., 2012)

A escala também tem sido destacada sob outras perspectivas além daquelas que analisam o papel de atores internacionais. Appadurai (1996); Holston e Appadurai (1999); Holston (2008); Secor (2003) Sassen (2003), argumentam em favor do papel crucial das cidades como locais de reivindicação e promoção dos direitos, assim como na reconfiguração dos sentidos de pertencimento político e filiação territorial. Nesse sentido, as demandas pela cidadania muitas vezes se confundem com formas de luta pelo direito à cidade, tendo como referência os processos políticos desempenhados nos bairros, nos espaços comunitários, ONGs, movimentos de luta por moradia, de acesso a recursos de lazer, saúde e educação, entre outros. Por outro lado, como argumenta Millstein (2017) é importante levar em consideração que nem todas as reivindicações que acontecem na cidade têm como objetivo principal o direito à cidade. Assim, mais do que um reescalonamento completo da cidadania, o que tem se observado são formas multiescalares da governamentalidade, da reivindicação de direitos e da construção ativa e complexa do pertencimento político (PAINTER e PHILO 1995; STAEHELI, 2010; STAEHELI et. al. 2012, MILLSTEIN, 2017).

Um dos debates mais destacados sob essa perspectiva crítica têm sido através dos marcadores raciais, em conjunto a perspectivas de tempo e espaço único e homogêneo. O argumento principal é que, a propagação histórica dos conceitos modernos através do colonialismo (CHATTERJEE, 1993; 2004; 2011; LOWE, 2015) veio acompanhada de hierarquização socioespacial, racialização, subalternização, vinculados a um vocabulário “civilizatório”, “desenvolvimentista” e de “progresso”, em que os discursos e práticas de violência foram distribuídos de forma desigual, tendo a classificação racial como parâmetro central de dominação (CACHO, 2012; BELTRÁN, 2020).

Por fim, somado a todos esses debates, cabe um destaque ao tema da migração internacional e seu protagonismo no fomento aos debates críticos que tomam a relação entre migração e cidadania. Seja através da ênfase à mobilidade espacial dos migrantes, seja pela sua articulação com outras categorias do campo social, a migração tem se constituído como ponto de partida e terreno fértil para indagar sobre processos políticos contemporâneos e a cidadania. A algumas dessas perspectivas que me atentarei a seguir.

2.1.1 – Migração e cidadania: tensionamentos a partir da mobilidade.

Uma das formas pelas quais comumente se relaciona cidadania e migração é através de seu aspecto jurídico. Alguém que conseguiu a “cidadania” é, em muitos casos, sinônimo de quem conseguiu os documentos de outro país, alguém que passou do status de “ilegal” para “legal”, “irregular” para “regular”. Sob esse ponto de vista, a cidadania seria algo a ser conquistado, um status passivo, algo obtido por direito. Porém, dentro desse aparato de concessão da cidadania está embutido uma série de critérios ligados a comportamentos, deveres e punições sob as quais o migrante poderia perder essa posição. Ser “cidadão”, portanto, continuaria implicando em uma condição vivida na fronteira entre o permanente e o provisório, com o destaque quase absoluto para a escala do Estado Nacional.

A centralidade no Estado, por outro lado, tem sido uma das principais razões para o tema da migração internacional ser tão privilegiado nos estudos sobre cidadania, sobretudo porque a definição de inclusão/exclusão a um Estado possui como maior referência a nacionalidade, como já dito anteriormente. A figura do migrante, do não-nacional ou do estrangeiro, representa o “outro”, o “de fora”, a “ameaça”, em relação a essa lógica. Da mesma maneira, cabe ressaltar que essa problemática não se reduz a aspectos meramente burocráticos, mas, também, a elementos simbólicos da ideia de nação e identidade nacional, ligadas a uma perspectiva de privilégios dos quais, espera-se, sejam exclusivos aos nacionais (BELTRÁN, 2020; HAWTHORNE, 2022). Esse complexo arranjo material e simbólico de inclusão e exclusão, sempre com prejuízo para os migrantes pode ser resumido no que Sayad (1998; 2000) conceitua como “Pensamento de Estado”¹⁹.

Por consequência, uma série de critérios legais, sociais, morais, raciais, religiosos, sexuais, entre tantos, operam na definição de desejados e indesejados, assim como nas formas de ingresso a um Estado e nas condições de permanência. Conjuntamente a esses marcadores, estipulam-se padrões de comportamento esperados (o bom migrante), a vontade de se assimilar ou integrar e, sobretudo, a não “interferência” nos elementos políticos e identitários de um Estado Nacional. Em

¹⁹ O conceito de “pensamento de Estado” já foi debatido mais profundamente em trabalho anterior. Ver: Fernandes (2017).

suma, por ser o migrante construído como “o outro” por excelência é que a cidadania tem tido tanta centralidade em muitos estudos migratórios.

Se há toda uma perspectiva que coloca o Estado como referência para o debate sobre migração e cidadania ou, em última instância, sobre critérios de inclusão/exclusão social e política, há, também, um vasto campo de pesquisas que tem se dedicado a aprofundar, questionar, criticar sob vários aspectos os limites das concepções Estadocêntricas, convidando-nos a repensar a relação entre migração e cidadania tanto do ponto de vista teórico, como metodológico (WIMMER e GLICK-SCHILLER, 2003; EHRKAMP e LEITNER, 2003).

Uma das maneiras mais influentes pelas quais esse debate tem ocorrido tem sido pelo conceito de “Transnacionalismo”, que surgiu com força no início dos anos 1990 (GLICK-SCHILLER; BASCH; BLANC, 1992)²⁰. O principal ponto de inflexão proposto foi o questionamento aos discursos políticos e sociais embasados em conceitos como: assimilação e integração, comumente ligados a um ideal de comunidade nacional uniforme e a identificação dessa com um único Estado.

A revisão crítica feita pela abordagem transnacional argumenta que os migrantes, ao contrário de assimilarem-se a uma maioria nacional, cuja expectativa é a diluição das diferenças, não rompem os laços culturais, sociais, políticos com o local de origem. Ao contrário, ao longo da vida sustentam práticas que criam múltiplos espaços transnacionais entre local de origem, destino e de trânsito migratório, complexificando as escalas, lugares e identidades de participação social, cultural e política. Além disso, essa perspectiva adota, majoritariamente, como ponto de partida das pesquisas, as experiências dos migrantes. A partir de etnografias, entrevistas, observação participante em locais específicos, identificam-se formas complexas de pertencimento e vinculação territorial que não se restringem a escala do Estado Nacional.

As abordagens que se apoiam no transnacionalismo para debater a cidadania, por sua vez, tem se dedicado a aprofundar temas que questionam possíveis experiências transnacionais uniformes, identificando intermediações de outras categorias. Leitner e Ehrkamp (2006) mostram como as experiências transnacionais estão atravessadas tanto pelo status formal (aqueles que são e

²⁰ O conceito de Transnacionalismo já foi debatido em artigo anterior. Ver: Santos e Fernandes (2018).

aqueles que não são documentados ou naturalizados), como também por aspectos raciais, gênero e nacionalidade.

Nessa mesma linha Nagel e Staeheli (2010) mostram experiências multifacetadas do transnacionalismo. As autoras argumentam que elementos transnacionais podem coexistir ou até mesmo serem secundários a reivindicações por políticas de integração na sociedade receptora. Assim, nem sempre as manifestações identitárias objetivam reforçar a diferença, mas, por vezes, se valem das identidades como forma de organização e participação política buscando a igualdade. A cidadania, sob esse ponto de vista, carregaria múltiplas articulações entre Estado, locais de origem, cidades de destino, organizações políticas, entre outros, um processo em constante transformação, parcial e negociado.

Nolin (2002) argumenta que as experiências transnacionais podem variar significativamente a partir da diferença entre “refugiados” e “migrantes voluntários”. Em um estudo com guatemaltecos na cidade de Ontário (Canadá), a autora mostra como as rupturas promovidas pelo refúgio dificulta a sustentação de vínculos no país de origem, fortalecendo mais as práticas locais do que transnacionais, sendo essa última de frequência muito mais esporádica.

Migração e cidadania também tem sido tema central em reflexões que tomam a cidade como escala de referência. Perissinotti (2021) parte de uma concepção dos migrantes como sujeitos ativos para argumentar acerca das variadas formas de participação política que vão além das questões de documentação, tema caro aos estudos de migração e política. A partir de uma análise sobre práticas que tentam viabilizar o “como ficar” no país de imigração, a autora argumenta que outras demandas e articulações na escala local são feitas. Segundo Perissinotti, essas são práticas que reposicionam os migrantes como sujeitos políticos, uma vez que as contestações extrapolam os momentos que saem as ruas para reivindicar uma pauta exclusivamente migratória, reconhecendo uma diversidade de espaços, protagonistas e atividades nos quais a prática política é construída.

Magliano e Arrieta (2021) mostram como mulheres peruanas na periferia de Córdoba, Argentina, articulam-se em espaços de reprodução familiar e do bairro para promoverem toda uma rede de “sustentabilidade da vida”. Além disso, as autoras mostram como essas práticas redefinem a escala de pertencimento, além

de, através do exercício político ativo, emergirem protagonistas locais que, mesmo informais, operam como representantes legitimadas nos diálogos com o poder público formal.

A cidadania também tem sido criticada por autores que enfatizam as formas pelas quais os regimes securitários de fronteira limitam as possibilidades das promessas universalistas de inclusão total. Segundo Mezzadra (2015), cada vez mais é o recuo da cidadania, ao invés da sua expansão, que tem sido reivindicada por nacionais de diversos países da União Europeia. Da mesma maneira, o autor enfatiza que os estudos críticos de migração se voltaram muito mais a compreender as formas de exclusão, do que de inclusão. Assim, argumenta que o regime de fronteiras se torna um dispositivo de hierarquização, incluindo de forma diferencial os migrantes através de uma constante relação de subalternidade diante dos nacionais.

Nesse mesmo sentido, ao propor uma genealogia crítica do liberalismo, Beltrán (2020) explora como as promessas dos conceitos políticos abstratos foram promovidos às custas da retirada da humanidade de determinados sujeitos. Em seu estudo sobre a construção da democracia americana, a autora argumenta que, historicamente, ela foi pensada como privilégio da branquitude em detrimento de outros grupos racialmente classificados como inferiores. Desse modo, as promessas contidas no ideal de cidadania só poderiam ser cumpridas para alguns e sob práticas de crueldade sobre outros indesejados. Por não serem considerados cidadãos, os migrantes, então, seriam os alvos mais atingidos pelas práticas de violência, sob o argumento de ameaça aos ideais de liberdade e democracia americana.

Alguns estudos que tomam como referência o espaço urbano também tem identificado outras formas e espaços no qual a cidadania é praticada de forma desigual. Em estudo sobre os migrantes na Baixada do Glicério e sua participação em um projeto de boxe no bairro, Soares (2018) mostra o papel dos projetos sociais na promoção de espaços de lazer, de sociabilidade e o papel dos protagonistas locais através de iniciativas dos próprios moradores. Por outro lado, o estudo revela a fragilidade da manutenção desses projetos centrados em poucos sujeitos, uma vez que o projeto se encerrou após a morte do seu idealizador.

Charbel (2019) mostra, através das trajetórias e agência de migrantes na cidade de São Paulo, percursos por redes de moradia que englobam ocupações, projetos sociais e abrigos nos quais os migrantes negociam a possibilidade de sustentação de seus projetos migratórios e seus direitos por meio de uma série de intermediadores. Dessa maneira, a negociação entre pertencimento e marginalização engloba uma série de atores e códigos que extrapolam os documentos oficiais e os atores institucionalizados.

Por fim, concordando com Staeheli (2010), um elemento transversal a muitas dessas perspectivas tem sido a consideração de que a cidadania promovida e vivida na prática opera em relação a processos mais amplos. A multiplicidade de escalas reflete discursos e práticas levadas a cabo por diversos agentes e espaços que se entrelaçam tanto no status formal, como nos códigos da vida social pelos quais os sujeitos negociam sua existência. Colocado nesses termos é possível atentar para a relevância socioespacial da cidadania e a sua relação com o lugar, sobretudo quando tomado como recorte espacial aberto. É a essas interações mais amplas, pensando em uma perspectiva mais abrangente de cidadania que busco identificar alguns dos processos em curso materializados em diferentes lugares e sujeitos, fundamentais para a compreensão dessas vivências desiguais.

2.2 –GEOGRAFIAS DO ENCONTRO: MECANISMOS DE (RE)PRODUÇÃO DA “INCLUSÃO DIFERENCIAL”.

Em sua análise crítica acerca da teoria política moderna, Partha Chatterjee (2011) identifica alguns aspectos que possibilitaram a expansão e manutenção de seus princípios pretensamente universais ao longo dos últimos séculos²¹. Segundo o autor, a base dessa longevidade estaria na criação e propagação de um ideal de sistema político universal que ganha força no século XVIII, a partir do exercício

²¹O contexto, segundo o autor, seria o final do século XVIII e os debates existentes no parlamento inglês sobre como e, se, seria possível submeter as colônias às mesmas normas britânicas. Chatterjee identifica o livro de Jeremy Bentham²¹ como ponto de inflexão, sobretudo porque estar baseado no argumento de que sim, era possível criar um sistema político universal se levado em consideração dois conjuntos elementares: i) conjunto de códigos civis e constitucionais; a definição das faltas e punições. ii) conjunto de informações relacionadas aos princípios morais e religiosos das pessoas, informações geográficas dos lugares, tabelas sobre as características da população, de sua produção, etc. A partir do levantamento dessas informações e da atribuição dos direitos e punições específicas, de acordo com Bentham, seria possível produzir um modelo passível de ser aplicado a todos os Estados.

político das metrópoles sobre as colônias sustentado em dois eixos centrais: i) produção de um conjunto de códigos civis e constitucionais; definição de faltas e punições. ii) levantamento de um conjunto de informações relacionadas aos princípios morais e religiosos das pessoas, dados geográficos dos lugares, tabelas sobre as características da população, de sua produção, etc. A partir do levantamento dessas informações e da definição do arcabouço legal dos direitos e punições específicas, seria possível produzir um modelo passível de ser aplicado a todos os lugares.

Para o autor, esse foi um processo que se deu a partir do que conceitua como “regra da diferença colonial” (CHATTERJEE, 1993), que opera a partir de dois princípios: i) a compreensão de que os princípios universais podem ser aplicados em todas as sociedades e lugares, independentemente das especificidades históricas ou culturais. ii) a crença de que os pressupostos universais poderiam superar as diferenças e especificidades dos lugares e serem disseminados através de um processo de treinamento e educação, uma espécie de pedagogia e disciplina moderna.

Segundo pelo mesmo caminho, a partir da análise de uma série de compilados estatísticos, relatórios, tratados e outros documentos do final do século XVIII e início do século XIX, Lisa Lowe (2015) argumenta que a criação e a expansão dos ideais de “homem livre, racional e moderno”, somente foi possível a partir de representações e narrativas que deslocavam outros sujeitos e lugares para a condição de não humano ou de subalternidade. Segundo a autora, se por um lado promovia-se ideais de igualdade entre aqueles representantes desse ideal moderno, por outro lado, a justificativa para a expansão apoiava-se na demarcação e inferiorização das diferenças. Ao final, a autora argumenta que compreender a genealogia do liberalismo moderno é, por consequência, fazer uma genealogia das formas pelas quais foram criadas e colocadas em prática as regras da diferença colonial, associada a uma ideia de tempo teleológico e uma concepção de espaço vazio a ser ocupado, civilizado, modernizado e homogeneizado. Assim, elementos como: “...*raça, geografia, nação, casta, religião, gênero, sexualidade e outras diferenças sociais se tornam dispositivos e categorias normativas sob a rubrica da liberdade e da soberania*” (Lowe, 2015, p.7).

É como consequência desse processo que Chatterjee (2011) identifica a produção de uma lógica que conceitua como os “dois sentidos da norma” e que, doravante, estariam no cerne dos fundamentos da política moderna até a atualidade. O primeiro sentido diz respeito ao efeito de “norma-desvio”, criado a partir de parâmetros comparativos em que as diferenças seriam, então, mensuráveis e passariam a ser classificadas hierarquicamente como desviantes, inferiores, atrasados, violentos, selvagens, etc, em relação a norma. Segundo Chatterjee, o que se viabilizou através desse raciocínio foi a possibilidade comparativa e o estabelecimento de estágios evolutivos entre os lugares a partir das diferenças, bem como o estabelecimento de avaliações periódicas, rankings, estimativas que permitiam delimitar a aproximação ou distanciamento dessas diferenças em relação à norma.

O segundo sentido da norma ao qual se refere Chatterjee (2011) é o efeito “norma-exceção”. Uma vez definidos os princípios universais do horizonte político como norma ideal a ser propagada e difundida, o que escapava a essa estrutura seria concebido no campo da exceção. Dessa maneira, reconhecer uma excepcionalidade implicaria em duas coisas: i) reforçar a ideia da norma como universal, pois a exceção seria enquadrada como resquício, atraso, obstáculo, arcaico e, portanto, algo a ser superado. ii) abertura de caminhos para legitimar intervenções de normalização, disciplinares, de nivelamento, com o objetivo de aproximar ao máximo a exceção da norma.

A disseminação desses princípios modernos, ao contrário de universalistas, se constituiu exatamente a partir do encontro com as diferenças e na sua hierarquização, restando dois caminhos de ação: para os “incorrigíveis” o apagamento (histórico, social, biológico). Para os “corrigíveis”, a pedagogia que visava normalizar essas diferenças, disciplinar os corpos, docilizar as condutas. Um processo que opera no que Lowe (2015) conceitua como “afirmação e esquecimento”, ou seja, ao mesmo tempo em que a lógica dos princípios modernos era difundida (afirmada) a partir de inúmeros conceitos como desenvolvimento, progresso, modernização, civilização, liberdade, igualdade, esqueciam-se tanto os processos de violência e subjugação promovidos para atingir esses princípios, bem como aqueles sujeitos que ainda permaneciam à margem e eram lidos através da representação de atraso.

Isso implica em considerar que, ao contrário de compreender seus princípios a partir da lógica universalista de promoção da igualdade, a cidadania é enxergada como um *processo* constante de delimitação e hierarquização das diferenças. Sob esse ponto de vista, cidadania será considerada como alteridade (ISIN, 2010) ou melhor dizendo, através dos paradoxos da alteridade (Sayad, 1998), algo necessariamente constituído na lógica de pertencimento/exclusão²², mas também através das porosidades, mediadores, suturas, conexões. Assim, o processo de construção e vivência da cidadania é entendida como inseparável das tensões entre norma-desvio e norma-exceção, distribuídas de maneira desigual no/atraves do espaço por meio de diversas “geometrias de poder”²³ (MASSEY, 1993; 2000; 2015). Em suma, cidadania implica em um constante mecanismo de (re)produção de fronteiras e tensionamentos em diferentes escalas e lugares, demarcando socioespacialmente os conflitos, interações e mediações.

Como ponto fundamental nesse debate ressalta-se a relação que Patterjee (2011) estabelece entre a cidadania e a governamentalidade, ou melhor dizendo, entre aqueles considerados “cidadãos e a população”. O primeiro grupo seria composto por aqueles que representam e habitam o âmbito da teoria política moderna e que vivenciam os princípios de liberdade, igualdade, direitos, etc. O segundo grupo habitaria o campo descritivo e empírico da governamentalidade, ou seja, seriam definidos como aglomerados populacionais classificáveis a partir dos seus movimentos, padrões, índices estatísticos. Em outras palavras, enquanto o cidadão seria aquele grupo vinculado ao horizonte de garantia de direitos, pertencimento e representação política do Estado, a população seria uma categoria administrativa, econômica, de gestão.

A tensão da qual parte Chatterjee não é a exclusão política do que classifica como população, mas a relação ambígua que esse conjunto de pessoas estabelece com a governamentalidade. Em suma, são indivíduos vistos, por um lado, como pessoas dotadas de direitos e, por outro lado, como indivíduos a serem controlados e vigiados. Como o próprio Foucault ([1978] 2009) havia destacado, a

²² Ao longo do trabalho será evitado o termo “exclusão”, sobretudo porque o que se define como excluído, na verdade se relaciona com os mesmos códigos e normatividades, mas em outra posição social, espacial, histórica. Assim, serão utilizados conceitos de “inclusão diferencial” e “marginalização”, como será explicado mais adiante.

²³As geometrias de poder são arranjos complexos que possibilitam à alguns grupos e indivíduos usufruir dos recursos territoriais com mais facilidade e permissividade, mas implicam o cerceamento da circulação, o aprisionamento ou a inserção marginal de outros nesses arranjos de poder.

governamentalidade implica, justamente, em estabelecer a hierarquização da vida, ou dos valores atribuídos a determinadas vidas, na disciplina de determinadas condutas e corpos. É o que demarca a famosa passagem de Foucault do “fazer morrer e deixar viver” como fruto de um poder soberano, para o “fazer viver e deixar morrer”, ou seja, valorizar e potencializar a vida, ainda que para isso, a de outros tenha que ser estreitada, restrita, descartada.

A meu ver, atentar para esse campo de tensão possui, ao menos, duas grandes implicações com relação ao espaço: a primeira é identificar os grupos e os lugares alvos de intervenções (práticas e discursivas). Desse modo, a distribuição socioespacial das diferenças carrega consigo representações da governamentalidade sobre os locais em que a população habita, circula ou que não devem circular, locais que pode frequentar sob determinadas condições, etc. A segunda é compreender como a governamentalidade opera no esvaziamento do conteúdo político e social desses lugares, reproduzindo a lógica de “afirmação e esquecimento” (Lowe, 2015). Isto é, esquecimento de suas relações, trajetórias, expectativas, sonhos, vivências cotidianas. Pessoas e lugares cujo horizonte de possibilidade inclui até mesmo o assalto à memória em nome de um suposto bem maior, traduzido em conceitos como: segurança, crescimento, desenvolvimento, revitalização. A existência política dessa população passa a ser, então, majoritariamente definida a partir da satisfação que podem oferecer às necessidades do Estado, do mercado, dos nacionais ou daqueles considerados cidadãos.

É nesse sentido que Cacho (2012) mostra que a governamentalidade opera na classificação e delimitação de sujeitos “inelegíveis para a individualidade”, aqueles que são compreendidos através do grupo a que fazem parte, não pela sua conduta individual propriamente. Melhor dizendo, aqueles que são reconhecidos justamente a partir de determinadas condutas, comumente associada a práticas condenáveis, ilegais, irregulares, perigosas, transgressoras. Sujeitos “ontologizados” (CACHO, 2012), cujo conteúdo social, político é esvaziado para que essas pessoas sejam tornadas o que são, a vida por si mesmo, “vida nua” (AGAMBEN, 2015), trajetórias contadas pelos números de um lado, e pelos marcadores de diferença, de outro. Passam a ser sua cor, seu gênero, seus traços e fenótipos, seus sotaques, o país de onde veio, a data do visto, comumente atrelado a atributos negativos de sua existência.

Estão nesses e outros parâmetros de vivência da cidadania o que Cacho (2012) se refere a pessoas criminalizadas. Segundo a autora, criminalizar é atribuir uma posição social específica a determinados sujeitos perante a lei, códigos, moralidades e a sociedade de maneira geral, de modo que se torna mais provável que essa população enfrente regulamentos, constrangimentos, penas, intervenções que outras pessoas não precisam enfrentar. Ser criminalizado não possui relação com o fato de, necessariamente, ter cometido algum crime ou infringido a lei, mas a relação que a simples existência e a posição marginal que certos sujeitos estabelecem com a norma.

Através dos mecanismos de criminalização combinam-se de forma indissociável pressupostos de “status” (raça, gênero, nacionalidade, sexualidade, classe) e “conduta” (comportamentos previamente associados e atribuídos a sujeitos de determinados status). Estar em posição desigual implica, dentre outras coisas, ser enquadrado como sujeito que dá sentido a determinadas práticas desviantes, do qual se espera que ocupe determinados lugares e não outros. Corpos que operam como significadores de algumas ações (negativas) e que, em relação às normas serão representados por serem de raças inferiores, terem os corpos errados, sexualidades erradas, nacionalidades erradas, fenótipos indesejados, comportamentos inadequados e, portanto, estarem expostos a práticas de correção, rejeição, exceção (CACHO, 2012).

É tomando como referência essa tensão que Chatterjee (2011) argumenta que a política moderna sempre esteve distante da incorporação total da população em seus parâmetros de igualdade. Ao contrário, a ideia de exceção implica, justamente, em considerar “o direito a ter direitos” a determinadas parcelas populacionais como uma concessão, algo a ser reconhecido e validado pela norma. Como afirma Cacho (2012), dentro dessa produção hierarquizada, os direitos que constituem o comum e o público são tratados de forma privada. A extensão do reconhecimento àqueles antes inelegíveis para os direitos são tratados como sacrifício a ser feito, uma boa vontade que acaba por formalizar o contrato entre desiguais na distribuição de poder (HOLSTON, 2008). E, obviamente, inserido nesse contrato está quem são os autores e quem são os objetos e alvos. Aqueles para quem os direitos são permanentes e outros para quem os direitos são tratados como

provisórios e carregam de maneira intrínseca a possibilidade de sua retirada e suspensão.

Sendo assim, as desigualdades são intrínsecas aos direitos e às normatividades produzidas e relacionadas à norma. Conceder os direitos não se torna um caminho definitivo para a promoção da igualdade, mas reposiciona hierarquias e opera como passagem do “não é”, para o “como se fosse”. E, sendo assim, como afirma Cacho (2012), se a desigualdade é a linha neutra de base, as práticas e políticas que buscam reparo, somente conseguem alterar o desigual para um menos desigual.

Diante desse amplo processo de produção e distribuição do poder, concordo com Espiritu (2003); Mezzadra e Neilson (2013); Mezzadra (2015) para quem a questão central, portanto, não é exatamente a exclusão, mas as formas de inclusão, ou melhor dizendo, as formas de “inclusão diferencial”. Pois esses são sujeitos que não estão excluídos politicamente, socialmente, economicamente. Ao contrário, são direcionados a desempenhar determinados papéis sociais específicos e restritos, no qual aceita-se sua inserção, desde que siga o manual da condição de subalternidade.

É fundamental o destaque a esse componente relacional, pois corriqueiramente esses são os sujeitos e lugares apontados como os responsáveis pelas falhas da política moderna, seus entraves, onde ela ainda não foi difundida suficientemente, sob quem veicula-se o discurso da “falta”. Porém, como argumenta Chatterjee (2011), a produção dos dois sentidos da norma é fruto justamente do encontro entre o espaço discursivo da razão, do espaço-tempo homogêneo e vazio da modernidade com o empírico, com as geografias materiais dos lugares. Não há local no qual a norma não foi suficientemente aplicada, pois o que se constituiu como norma é um efeito do encontro.

É sob essa perspectiva que o conceito de cidadania se torna central para a tese, ou seja, como uma das formas discursivas que refletem um dos prismas de orientação política sob formas de um “regime de verdade” (FOUCAULT, [1980] 2018) apoiado em promessas de promoção da igualdade. Entretanto, a análise se volta aos modos como a cidadania é praticada, disputada, distorcida e vivida *entre* essas tensões. Assim, como argumenta Foucault ([1980] 2018), a questão a ser compreendida nos regimes de verdade está em verificar os tipos de relações que

"vinculam essas manifestações de verdade, com seus procedimentos, aos sujeitos que são seus operadores, testemunhas ou, eventualmente, objetos". (FOUCAULT, [1980] 2018, p.91).

2.2.1 – As fronteiras da cidadania.

“...há o reconhecimento de que “a cidadania existente na prática” não pode ser descolada de correntes e processos mais amplos que moldam as sociedades. É, portanto, importante considerar a cidadania tanto como um status, como um conjunto de relações pelas quais a filiação é construída através de fronteiras físicas e simbólicas, através de lugares e práticas que conferem a ela sentido” (Staeheli, 2010, p. 394).

“O processo de produção de fronteiras requer que os cidadãos e seus outros sejam colocados em relação” (Staeheli, 2010, p. 395).

Há um constante *entre* quando se considera a “cidadania existente na prática” (STAEHELI, 2010) e as trajetórias cotidianas dos indivíduos. São movimentos que extrapolam uma divisão estática entre “cidadão e população”; “dentro e fora”; “incluído e excluído”, mas que permitem um cruzar entre ambas, ainda que intermediado pelas relações de poder que as constituem, como apresentado anteriormente. Durante toda a pesquisa de campo o que se observou foi algo que parecia fazer sentido não a partir de uma divisão rígida entre esses e outros campos que constituem a cidadania, mas através de limites transpostos, uma lógica que se encaixava melhor sob a concepção de “multiplicação de fronteiras” (MEZZADRA, 2015).

Tentar conseguir um emprego formal, mas viver na informalidade enquanto isso não acontecia. Ou, em casos mais emblemáticos, a combinação entre ter um emprego formal e fazer “bicos” durante o final de semana para aumentar a renda. Dependendo da renda de outros parentes que viviam em outros países para “sustentar a vida” (MAGLIANO e ARRIETA, 2021) em São Paulo e, ao mesmo tempo, conviver com a pressão do tempo para ter um emprego e ajudar outros familiares no país de origem. Embaralhar o sentido de doméstico com outras atividades públicas, como: eventos de música, reuniões com representantes políticos ou de pequenas redes de ativismo político. Transitar entre serviços do Estado, igrejas, redes de apoio e amizade, coletivos de migrantes para solucionar questões urgentes da vida cotidiana. Garantir os direitos conquistados por vias e atores informais e locais.

Reconsiderar os projetos migratórios a partir dos conflitos envolvendo questões familiares, trabalho, expectativas individuais, retorno ao país de origem. Negociar e afirmar as próprias identidades a partir das relações contingenciais locais e transnacionais. Em suma, como argumenta Simone (2019) as observações e análises que tomam as margens como referência apresentam uma multiplicidade que não autoriza reducionismos. As situações improváveis, os acontecimentos inesperados, o entrelaçar de dinâmicas que se conectam, se desconectam produzindo novos arranjos, desfazendo outros, informam acerca de um espaço político construído nas fronteiras e sempre aberto, justamente um produto de “relações-entre” (MASSEY, 2015).

Em sua análise sobre as práticas de cidadania e a relação com a governamentalidade urbana, (Millstein, 2017, p. 255) argumenta sobre a necessidade de “*desempacotar a multiplicidade de subjetividades, estratégias e práticas que compõe o cotidiano político da cidadania*”. Para isso, a atenção se volta ao que se produz no dia a dia. Por exemplo, como as categorias de governança do Estado se entrelaçam a identidades e subjetividades políticas locais, podendo atuar simultaneamente como disciplina e empoderamento. Millstein (2017) observa justamente um contínuo na divisão proposta por Chatterjee (2004) entre cidadão e população (sociedade política e sociedade civil, como descreve o autor). A autora idêntica fluxos possíveis entre as categorias através de muitas práticas, mediadores, tensões.

Somado a isso, Millstein (2017) ressalta que olhar para o cotidiano nos alerta tanto para as formas coletivas quanto para as individuais dessa produção de subjetividades políticas. Tal perspectiva propõe, assim, uma ampliação das possibilidades no trânsito entre cidadão e população, cuja ênfase se centra exclusivamente nas identidades e atores coletivos, deixando em segundo plano também as ações individuais. Assim, a autora conclui que: “*Tal agência política pode se manifestar não somente através do coletivo, organizado e visível, mas também no individual, mundano e nas práticas mais precárias do cotidiano*”. (MILLSTEIN, 2017, p. 264).

Casa/rua;	doméstico/público;	migrante/nacional;	formal/informal;
local/transnacional;	religioso/político;	coletivo/individual;	ordem/desordem;

global/local. Tomando essas e tantas outras fronteiras como referência, para os propósitos desse trabalho, defino cidadania como: um processo constituído, por um lado, do status definido pelas normas legais e formais da política, delimitando direitos e deveres, conjuntamente ao pertencimento a um Estado Nacional. E, por outro lado, como uma prática exercida e experimentada em múltiplos lugares (materiais, rotineiros, simbólicos e institucionais) tomando como referência as trajetórias cotidianas. Assim, o entrelaçar entre as leis, as normas e códigos sociais informam: i) a posição dos sujeitos em relação à essa variedade de normatividades, explicitando as fronteiras pelas quais os cidadãos e outros sujeitos políticos negociam cotidianamente a inclusão e marginalização. ii) as diferentes escalas de influência nas formas pelas quais a cidadania é construída, imaginada e praticada. iii) como as normas, sejam ou não sedimentadas na lei, são ativadas, expressas, distorcidas e reconfiguradas em múltiplos domínios da vida social.

É na vivência entre essas fronteiras que o cotidiano dos migrantes é compreendido. A mobilidade desses sujeitos, suas negociações, as tomadas de decisão diárias desvelam lugares, circuitos, práticas que diversificam a vivência dos direitos, ao passo que também produzem formas específicas de pertencimento, promovendo uma “multiplicação de fronteiras” e de formas de “inclusão diferencial”. O olhar, portanto, busca identificar a produção desses espaços através de ações que não comportam os discursos de “falta”, sobretudo do Estado. Ao contrário, são espaços que evidenciam um conjunto de relações, redes, articulações, negociações no cotidiano da cidade. “Constelações situadas” (TELLES, 2010) que apresentam formas específicas, mas não dissociadas do que está em curso em escalas mais amplas, muito distante, assim, de serem compreendidas como algo que está fora do mundo social (FELTRAN, 2011).

A construção da cidadania como fruto da tensão entre norma-desvio, direitos-desigualdades, pertencimento-exclusão não somente incidem sobre os lugares, mas se propagam através do espaço e produzem cartografias que expressam em determinados lugares a (re)produção espacial dessa tensão. Há espacialidades específicas nas quais vivem e percorrem esses sujeitos, explicitando diferentes arranjos nos quais a cidadania ganha contornos desiguais. Associado a determinados corpos, esses são locais privilegiados para identificar como as leis e gramáticas do Estado se mesclam com outros códigos da vida social, valores,

práticas, modos de viver. Lugares que explicitam múltiplas tensões e mediadores (FELTRAN, 2011) e que contam como exceção e regra se embaralham no ordinário (PIEROBON, 2018). Onde se borram os limites entre legal/ilegal, regular/irregular (TELLES, 2010). Locais em que se situam histórias de vida de quem não conseguem arcar com os custos morais, materiais e existenciais da modernidade (BAYAT, 2009). Espaços concebidos como obstáculos, rugosidades (SANTOS, 2009) e externalidades a norma. Margens constituintes, aqui compreendidas como Das e Poole (2004) as definem: i) margem periférica e locais onde vivem pessoas vistas como insuficiente socializadas pela gramática cidadã centrada no Estado (onde). ii) espaços prediletos de funcionamento da “pedagogia da conversão”, ou seja, as operações que buscam incorporar lugares e pessoas à norma ou que os definem como alvo da missão civilizatória centrada em uma determinada visão de cidadania (como). iii) lugares em que a lei e disciplina operam sobre determinados corpos (quem).

Como introduzido anteriormente, apesar do reconhecimento das precariedades materiais e existenciais pelas quais as margens se constituem, a proposta é outra. Em seu livro “A cidade nas fronteiras entre o legal e ilegal”, Vera Telles (2010) nos provoca a olhar para a cidade através das “dobras”, “feixes”, “conexões” que a constituem. Diante do que apresenta como um “cenário alterado” da política e do urbano em relação a décadas anteriores, a autora pergunta: Como pensar a inserção no mundo do trabalho através de um contexto marcado pela sua mutação e precarização? Como refletir sobre a expansão dos direitos democráticos em um cenário de ambivalência que, dentro de sua própria lógica, produz “estados e práticas de exceção”? Como almejar horizontes políticos sólidos em um cenário tomado pelo pragmatismo gestor? Como compreender a convivência entre as revoluções tecnológicas e os serviços de ponta do mais alto padrão “global”, com as crescentes práticas de informalidades e ilegalismos? Segundo a autora, mais do que reproduzir as perspectivas dualistas e aparentemente desconectadas, a busca se centra nos canais de conexão, nas dobras, tensões, interdependências entre essas e tantas outras transformações no mundo social.

A autora reforça e multiplica as possibilidades de um olhar através das fronteiras, ou melhor dizendo, através daqueles que se situam nas fronteiras, que transitam entre elas e que contam de muitas maneiras, através do seu cotidiano as

formas não só de viver *na* e *com* a cidade, mas como a própria cidade é produzida a partir dessas práticas. Assim, são “...*múltiplos os perfis da cidade que vão se delineando nos contextos variados nos quais se inscrevem os atores e o jogo tenso (e por vezes conflitivo) de suas relações*” (TELLES, 2010, p. 13).

Aqui aprofundo as inquietações e perguntas iniciais do trabalho pensadas a partir dessa construção teórica. Afinal, por quê, num contexto de crescentes políticas municipais para migrantes no Brasil, mas sobretudo em São Paulo, de maior oferta de documentos (seja através do refúgio, seja através de outros meios de regularização, de uma participação mais ativa de atores institucionalizados e informais) as dificuldades dos migrantes parecem se multiplicar? Como, através de quem e onde as tensões entre o campo político formal e informal são mediadas? Quais fronteiras são percorridas, enfrentadas, evitadas, produzidas quando observadas sob as lentes do cotidiano? Como a agência política e a cidadania apresentam formas articuladas de negociação da inclusão e marginalização? Quais cartografias políticas da migração são explicitadas quando olhada através das lentes cotidianas dos migrantes na “Baixada do Glicério”?

Sob o ponto de vista teórico-metodológico específico das migrações internacionais parto da proposta feita por Gilmartin e Arponen (2019)²⁴. Para as autoras, dentro do que denominam como estudos geográficos críticos de migração, podem ser identificados dois polos interdependentes de estudos: i) aquele que se atenta para os motivos e regulações da migração e que engloba temas como migração e desenvolvimento; conflitos geopolíticos internacionais, as guerras e as políticas macro de regulação da mobilidade humana no espaço internacional. ii) o campo que se atenta para os efeitos das migrações nos diversos lugares e as experiências migrantes²⁵, polo de estudo, este, que enfatiza as várias formas pelas quais os migrantes experimentam os diversos mecanismos de regulação migratória no dia a dia, o avanço do “desenvolvimento” sobre seus territórios, nos

²⁴As autoras reconhecem que os estudos migratórios possuem como grande característica o aspecto interdisciplinar. Porém, devido a muitos estudos feitos através de teorias e abordagens geográficas, as autoras reconhecem uma possível classificação dentro do campo geográfico específico, o que obviamente não dispensa o diálogo com outras disciplinas.

²⁵No trabalho farei referência à “trajetórias migrantes” por se tratar não apenas de um conceito, mas de uma perspectiva metodológica a ser explicada mais adiante. Porém, a ideia engloba a perspectiva de experiências migrantes. Parto do ponto de vista que as trajetórias são produzidas, entre outros aspectos, por um conjunto de experiências, relações e engajamentos com as dinâmicas da cidade e de outros locais.

agenciamentos cotidianos para as soluções de seus problemas e nos efeitos de suas práticas em variados lugares. O diálogo se dá com os dois polos, mas o privilégio é centrado para as experiências migrantes. Argumento que, através do acompanhamento dessas trajetórias seja possível identificar uma série de dispositivos, discursos, procedimentos, práticas que constroem de variadas maneiras a identidade política do "migrante".

Um dos principais dispositivos de enquadramento e produção desses sujeitos opera através de manifestações de fronteira, vistas aqui não somente como limite territorial entre Estados Nacionais, mas também como um dispositivo que desencadeia uma microfísica de poder específica (WALTERS, 2011), ou seja, um recurso que autoriza intervenções, práticas discursivas, disciplinas sobre os corpos migrantes (KHOSRAVI, 2010; GILMARTIN e ARPONEN, 2019). Nesse sentido, a fronteira representa: i) uma relação social (MEZZADRA, 2015), por ser um elemento no qual o migrante carrega para as suas vivências cotidianas. ii) uma instituição social que, sob determinadas circunstâncias, torna-se o gatilho para discursos e práticas que colocam o migrante como alvo da soberania e da governamentalidade migratória (MEZZADRA e NIELSON, 2013). Sob essa perspectiva, a fronteira incrusta-se nos espaços e nos corpos migrantes como verdade irrefutável, uma evidência autoexplicativa que desempenha um papel fundamental na “inclusão diferencial”, sobretudo por ser um recurso central na produção do migrante como desviante e como anomalia diante da normatividade do “Pensamento de Estado” (SAYAD, 1998; 2000).

A fronteira como relação e instituição social é um elemento central na produção do sujeito migrante e nas formas pelas quais se interliga à cidadania como desviante e exceção. Através desse dispositivo, evocam-se atores políticos, econômicos, humanitários, da ciência, dos meios de comunicação, educação, entre outros, que promovem procedimentos específicos de inclusão e marginalização. Variadas práticas e discursos que incentivam/constrangem condutas e direcionam a (auto) gestão da vida do migrante para determinados lugares e mediadores.

Por outro lado, como argumenta Mezzadra (2015), os efeitos de sujeição produzidos através das fronteiras não encerram as estratégias dos migrantes ao criarem, por meio de suas práticas, formas específicas de experiências migratórias. A própria proposição de Foucault ([1977] 2009; 2015) de transição do poder

disciplinar (sujeição pela coerção), para o biopolítico (sujeição pelos dispositivos de segurança), está ancorada na consideração aos movimentos da população e na irreduzibilidade de suas práticas²⁶.

Refletir acerca das fronteiras a partir do campo de tensão entre sujeição e subjetividade, cidadão e população, norma e desvio, norma e exceção, inclui não somente um olhar para as práticas de individualização, vigilância, controles biométricos, exclusão ou confinamento, necessidade de renovação de documentos, espera pelo resultado da solicitação do refúgio. Requer também um olhar para as formas de inclusão através de diferentes *status* jurídicos, inserção laboral, práticas de solidariedade, mediações promovidas, trânsito entre redes, ações de solidariedade, preconceito e, sobretudo, o agenciamento dos migrantes a partir da relação com os seus locais de vida. Como argumenta Glick-Schiller e Caglar (2011) o lugar desempenha um papel preponderante nas distorções e ressignificados de categorias migratórias pretensamente gerais, ao mostrar os múltiplos sentidos de vida que podem edificar-se nas cidades e nos migrantes a partir das relações cotidianas.

Retomo a descrição do caderno de campo que abre o capítulo, pois através dele é possível captarmos alguns desses sentidos mais complexos de cidadania. A passagem registra uma reivindicação pelos direitos dos migrantes, sobretudo o de migrar, o direito à mobilidade. Algo promovido localmente, mas que articula escalas regionais, nacionais e transnacionais. A faixa que capitaneava o ato dizendo “Não se trata apenas de migrantes” extrapolava os eventos e precariedades vividas por migrantes em São Paulo. Era uma conexão entre o local e um processo mais amplo de restrição à mobilidade humana impostos por países e blocos inter/supranacionais, resultando no aumento a exposição aos riscos e violências transnacionais.

Os lugares pelos quais o ato passou eram tanto espaços públicos e clássicos na reivindicação de direitos, como a praça e a rua, mas também a igreja, espaço de religiosidade. Tratava-se, inclusive, de uma data promovida e celebrada pela igreja católica e terminava com uma celebração religiosa em vários idiomas,

²⁶ Apesar de fazer menção à transição teórica feita por Foucault, cabe ressaltar que na prática os mecanismos disciplinares e biopolíticos coexistem.

pronunciando outros lugares e atores que compõem e mediam as lutas migrantes na cidade.

Por sua vez, o idioma majoritário dos cantos, o espanhol e a dança paraguaia durante o ato, demonstravam também a historicidade dessas reivindicações. O protagonismo de latino-americanos se remetia ao papel histórico que, há décadas, através da organização política de luta por direitos dos migrantes, atuam em São Paulo, no Brasil e América do Sul. Ao mesmo tempo, um migrante haitiano, membro do Conselho Municipal de Migrantes da cidade, um dos espaços políticos formais aberto aos migrantes, relembrou o assassinato de dois bolivianos que ensaiavam coreografias de seu país em uma praça da cidade, recuperando a dimensão relacional, corporificada e situada da cidadania, ou seja, de que sua prática é indissociável a outros processos em curso que incluem o racismo e xenofobia.

Da mesma maneira, para além do momento do ato, foram muitas as cenas presenciadas durante o trabalho de campo que explicitavam variadas configurações, espacialidades, práticas, atores e maneiras pelas quais se negociava a inclusão e marginalização. A presença de migrantes no comércio informal, o convívio forçado com o “mundo do crime” e a polícia, outros espaços religiosos como a igreja criada por haitianos, os restaurantes criados por migrantes de muitas nacionalidades, as festas na casa de Abdalah com elementos que interligavam através de danças e da música a residência, o bairro, a cidade, Guiné Conacri e reivindicava um sentido específico de África. O Magal de Touba²⁷ ou as festividades latino-americanas em homenagem ao Dia da Bandeira ou da Independência de seus países. A rotina de mulheres domésticas Filipinas que residiam no Glicério e frequentam a Missão Paz para celebrações religiosas e datas simbólicas do país, tornando o complexo religioso um espaço de festividade e de recuperação de símbolos e memórias que vivenciavam no país de origem. Os próprios serviços prestados pela Missão Paz e que mediam a tensão entre desigualdade e direitos formais. Trabalhos comunitários no Glicério que promovem atendimentos aos migrantes, mas servem também como locais de sociabilidade através da música, da costura, das aulas de português.

²⁷Festa anual em celebração ao Líder responsável por libertar o Senegal da França. A festa foi celebrada no auditório da Central Única dos Trabalhadores (CUT), mas em outros anos aconteceu na Missão Paz.

Nota-se que os migrantes não recriam e veiculam práticas trazidas de seus países de origem em um espaço vazio. Estão em jogo, em cada um desses arranjos, ressignificações socioespaciais de suas próprias trajetórias imersos em sentidos conjunturais e variados de justiça, pertencimento, reivindicação de direitos. Explicitam-se muitos espaços e atores do cotidiano, sejam eles migrantes (homens e mulheres), voluntários, assistentes sociais, advogados, entre outros, que articulam espaços “públicos”, “domésticos”, “informais”, “religiosos”, comércios, projeto sociais, de lazer.

Esse conjunto de tarefas remetem ao que Magliano e Arrieta (2021) conceituam como “sustentabilidade da vida”²⁸, ou seja, práticas e ações políticas que buscam tornar viável a continuidade da vida em termos sociais, políticos, biológicos, econômicos, etc. Através de um olhar mais específico para as relações entre gênero e migrações, as autoras argumentam que, as tarefas de cuidado, remuneradas ou não e pelo qual se sustenta o cotidiano da vida, informam sobre ações políticas levadas a cabo em lugares e por atores comumente invisibilizados. Sob esse ponto de vista, o agenciamento político é central e através de uma consideração mais atenta a essas tarefas seria possível: *“...reconhecer e trabalhar por uma repolitização do mundo desde outros lugares e contemplando o protagonismo de outros sujeitos”* (MAGLIANO e ARRIETA, 2021, p. 156)

Como já debatido, essa perspectiva não busca negar desigualdades e precariedades, mas apontar para uma complexidade empírica e analítica que tome como ponto de partida as práticas de cidadania a partir das margens. Além disso, atentar para as práticas de “sustentabilidade da vida” permite uma conexão com dois outros elementos fundamentais para o trabalho.

O primeiro é traduzir a vivência e as práticas políticas em termos mais modestos do que aqueles veiculados pelas promessas de cidadania clássica. Muito além de um vocabulário centrado em noções como “melhoria de vida”, “garantia de direitos”, “estabilidade”, “integração”, o cotidiano dos migrantes na Baixada do

²⁸O conceito de “sustentabilidade de vida” tem sua base epistemológica em perspectivas da economia feminista. Para mais informações, consultar: CARRASCO, C. Mujeres, sostenibilidad y deuda social. In. Revista de Educación, número extraordinario 2009, p. 169-191; OROZCO, A. P. Crisis multidimensional y sostenibilidad de la vida. In. Investigaciones Feministas, 2010, Vol. 1, 29-53.; CALDERÓN, A. A. Economía Feminista: los retos de la sostenibilidad de la vida. In. Revista Internacional de Pensamiento Político. Vol. 8, 2013, p. 15-27.

Glicério parecia se encaixar em outros termos políticos, como: “contingência”, “instabilidade”, “retrocessos”, “provisoriamente”, “incerteza”, “eventualidade”.

Isso também denota uma noção de tempos distintos da cidadania, por vezes vividos através da longa espera e, por vezes, por mudanças bruscas e rápidas. Entretanto, mais do que demarcar sob quais termos políticos a vida cotidiana se traduz, a ênfase é no trânsito entre essas e, sobretudo como as incertezas e precariedades, ao contrário de estarem excluídas de um debate sobre cidadania é uma de suas partes constitutivas.

Segundo, as possibilidades analíticas trazidas pelo conceito de “sustentabilidade de vida” se interligam a um olhar político para o banal, corriqueiro, ordinário e visto, comumente, como menos relevante ou mesmo fora do campo da política. Nesse sentido, as práticas cotidianas dos migrantes apontam o que Bayat (2009) conceitua como “*social nonmovement*” e “*a ocupação silenciosa do ordinário*”, que são ações promovidas por muitos indivíduos ou coletivos na busca por soluções para urgências cotidianas imediatas. Obviamente que isso não exclui a possibilidade de ações organizadas coletivamente, ou até mesmo que os migrantes componham movimentos sociais já existentes na cidade. Porém, Bayat (2009) chama a atenção para aqueles trânsitos cotidianos e silenciosos que articulam possibilidades de vida pela via da informalidade, das redes de parentesco ou de amigos, nos envios de remessa, empréstimos, pequenos favores, trabalhos temporários informais (bicos), relações efêmeras, sem que isso se configure uma ideia de resistência organizada. Em outras palavras, trata-se das lutas diárias travadas na convivência com as precariedades pela “sustentabilidade da vida”.

Cabe ressaltar que as tarefas de “sustentabilidade da vida” aqui possuem sentido amplo, não se resumindo a um conjunto específico de ações e objetivos. As intenções que compõem o que é necessário para sustentar a vida possui múltiplos significados a depender dos atores e mediadores envolvidos. Variam desde aspectos mais concretos, como: se manter no Brasil, promover ou conseguir o trabalho formal ou informal, enviar e receber remessas, oferecer serviços de assistência (psicológica, social, jurídica), conseguir uma casa, continuar a migrar, retornar ao país de origem. E sentidos mais simbólicos ou imateriais, como: exercer a religiosidade, ter espaços de sociabilidade através da dança e da música, festividades e celebrações de datas comemorativas, entre outros.

Além disso, a “sustentabilidade da vida” dos migrantes perpassa diversos locais, compreendidos através da ideia de “infraestrutura da mobilidade” (MEEUS; ARNAUT e HEUR, 2019; JUNG e BUHR, 2021). Por infraestruturas, me refiro não somente àquelas construídas para controlar ou facilitar a migração, como aeroportos, postos de fronteira, prisões, hospedarias, instituições do Estado, mas os próprios empreendimentos produzidos como resultado da mobilidade dos migrantes e nos quais sua vida cotidiana se reproduz. Assim, não somente os migrantes constroem suas trajetórias apoiadas nesses locais, mas essas próprias infraestruturas também criam e recriam suas ações ancoradas nas urgências a serem solucionadas ou mitigadas na vida dos migrantes. Esses locais servem como pontos de informação (para trabalho, moradia, serviços, etc), locais de pausa na migração, moradia temporária, espaços de lazer e encontro com conterrâneos, celebração de festividades que remetem ao país de origem, lugares de protesto que, dentre os múltiplos sentidos que carregam, servem tanto para sustentar formas móveis de vida, como são produtos da mobilidade migratória.

A trajetória dos migrantes, desse modo, se relaciona com infraestruturas diversas, desde aquelas vinculadas a um “regime global de migração e fronteira” (HESS, 2012; HESS e KASPARECK, 2017, DOMENECH, 2020), até outras já estabelecidas ou criadas por migrantes e redes de apoio a migrantes no Glicério e na cidade. Essas passam a compor seus cálculos de vida diária de diferentes maneiras e se tornam fundamentais para a “sustentabilidade da vida”.

É importante ressaltar que essas infraestruturas podem ter sido criadas pelos próprios migrantes ou por outros atores. Para aquelas em que se sobressaem os sentidos de busca por direitos universais (regularização, trabalho formal, acesso à saúde, moradia, educação), se destacam infraestruturas pelas quais a autonomia do migrante é menor, pois é mais ocupado por sujeitos mais consolidados no Brasil (alguns migrantes), como: padres, advogados, assistentes sociais, psicólogos, voluntários, educadores e contam com ritos e procedimentos já definidos.

Para as outras infraestruturas criadas pelos próprios migrantes a autonomia é maior e possui objetivos mais diversos, ainda que possam também perseguir a validação dos direitos universais, seja pela via formal ou informal. Além disso, nesse segundo caso, entram em cena outros elementos simbólicos e materiais como aglutinadores, tal qual: nacionalidade ou continente de origem, música, gênero,

religião, família, entre outros. Ambas as infraestruturas tensionam e mediam os trânsitos através das fronteiras da cidadania.

O migrante, portanto, não é compreendido como um sujeito passivo e tampouco uniforme, contrapondo a ideia de sujeito ontologizado ou exclusivamente compreendido pelas categorizações voltadas a uma ideia de população, esvaziado de conteúdo e relações sociais e políticas. “Ser migrante” comporta as variações da trajetória migratória, as estratégias de uso dos espaços da cidade, a religião, a cor da pele, o local de origem, a nacionalidade, o gênero, estar ou não empregado, status jurídico, a urgência a ser solucionada, as conexões que as instituições possuem umas com as outras, afinidade com membros, as amizades feitas com funcionários e voluntários etc.

Por fim, atento para as trajetórias dos migrantes em dois sentidos: I) através de narrativas sobre o processo de migração para o Brasil, as dificuldades, motivações, expectativas, frustrações, durante o curso migratório e na chegada à cidade de São Paulo e ao Glicério. II) as relações que estabelecem com a cidade, os usos estratégicos de seus recursos territoriais, as "translocalidades" produzidas. Para essa segunda parte, a atenção está voltada para duas infraestruturas que promovem possibilidades de “sustentabilidade da vida”: o Centro de Estudos e Cultura da Guiné (CECG)²⁹ e a Missão Paz, mas sem desconsiderar outras relações que os próprios migrantes estabelecem com outras redes na cidade. Mais especificamente, compreendo que boa parte desses pontilhados demarcam variadas conexões com dispositivos e atores que mediam uma série de processos entre a condição de migrante e a prática da cidadania.

A partir da atenção às trajetórias e narrativas dos migrantes é possível identificar os trânsitos entre as fronteiras da cidadania e delimitar: Como se desencadeou o processo de migração dessas pessoas. Em quais momentos e sob que circunstâncias vieram ao Brasil. Como os migrantes passam a habitar São Paulo e o Glicério. Quais obstáculos e possibilidades enfrentam quando passam a residir ali. O que leva um migrante a procurar e escolher determinadas infraestruturas para a “sustentabilidade da vida”. As principais demandas feitas pelos migrantes nesses locais. Há momentos em que preferem recorrer a alguns atores e não outros. Quais os papéis desempenhados por essas infraestruturas no Glicério.

²⁹Ambas as instituições serão apresentadas mais detalhadamente em momento posterior.

Sob quais condições operam. Como a trajetória dos migrantes pode ser afetada pela experiência urbana em São Paulo e no Glicério. Como os pequenos eventos do cotidiano amplificam ou restringem as possibilidades na sua vida diária. Os eventos que, apesar de pequenos e rotineiros, podem implicar na ressignificação das trajetórias dos migrantes. Em suma, com base nesses e outros aspectos é possível identificar formas e conteúdo das “complexas geografias da cidadania”.

Diante da problemática construída, no próximo capítulo apresento a metodologia e as categorias que considero pertinentes para enfatizar a trajetória cotidiana de migrantes como ponto de referência. É importante destacar que não há pretensão de criar tipologias gerais que atendam aos estudos sobre migração e cidadania. O desenho teórico-metodológico se constituiu como um referencial aberto ao inesperado, ao acaso e que centra a atenção no percurso dos sujeitos, baseado, então, no que Telles (2010) define como uma experimentação aberta na construção do objeto de pesquisa.

3.0 – NOTAS METODOLÓGICAS.

Em seu livro "Segredos e truques da pesquisa", Howard Becker (2008) afirma que na pesquisa científica iniciamos e terminamos com representações sobre o que e onde pesquisamos. Em uma aparente simples consideração acerca do processo investigativo voltado às ciências sociais, há elementos cruciais a serem considerados e debatidos.

Na primeira aproximação ao que argumenta o autor, podemos tomar como referência, já inicialmente, que a escolha do tema, do local pesquisado, o recorte temporal e o grupo social são todas partes da construção metodológica. Recortes que formam a representação inicial da pesquisa científica e do fenômeno social a ser estudado.

Nesse estágio embrionário são diversas as fontes de informação que aguçam a curiosidade e interesse do pesquisador: uma visita exploratória de campo, notícias veiculadas na imprensa, a história pessoal ou do local em que se vive, o comportamento de um grupo social específico, entre outros. No entanto, se começamos com representações e terminamos com elas qual o sentido do "fazer pesquisa", afinal?

Em uma segunda reflexão a partir de Becker (2008) afirma-se que a relevância da pesquisa científica está justamente no percurso entre a primeira e a última representação. É por meio dessa jornada que obtemos o refinamento ou até mesmo a alteração completa da primeira representação. Um processo fundamental para melhor compreender e edificar o conhecimento sobre as dinâmicas socioespaciais.

Na pesquisa realizada, portanto, a ênfase foi colocada no próprio processo investigativo como uma representação em constante mutação. O sentido de colocar em evidência essa perspectiva é por considerar que a construção do objeto, os argumentos, as afirmações, nunca estão acabadas. Além disso, o intuito foi retratar uma dinâmica em curso, o que automaticamente me coloca diante de situações e processos que estão em constante alteração.

Partindo desse princípio, teoricamente também utilizo perspectivas que alimentam a procura por novas descobertas e que, aos poucos, a partir das

informações obtidas em campo, passam a ser mais aprofundadas. Em outras palavras, a intenção não foi subordinar os dados às perspectivas teóricas adotadas. Longe disso, o sentido de refinar as representações foi justamente relacionar constantemente o campo empírico e a teoria. Como afirmam (Peirano, 1995; Strathern, 2014) esse é um caminho que permite revelar a existência de práticas sociais que, ao contrário de se encaixarem nos conceitos, podem servir ao propósito de reformulá-los.

Sendo assim, para os procedimentos metodológicos aqui propostos, parti de três pressupostos: I) trata-se de representações sobre a vida dos migrantes no Glicério tanto no estágio inicial, como no final da pesquisa, ou seja, algo sempre inacabado. II) os dados adquiridos não são informações dispostas na realidade à espera para serem coletados. Concordo com Clocke et. al (2004), para quem os dados são sempre construídos e estão vinculados à minha condição em campo e relação com os interlocutores. III) empiria e teoria estão em constante relação, redefinindo de muitas formas as representações da pesquisa. É a partir dessa perspectiva que, nas seções seguintes, delimito e justifico teórica e metodologicamente os caminhos percorridos na pesquisa através da escolha de uma abordagem etnográfica.

3.1 - CAMINHOS METODOLÓGICOS DA PESQUISA.

O desenho metodológico da pesquisa se baseia em três diretrizes que considero indispensáveis à pesquisa sobre migrações desde uma perspectiva geográfica:

I) A multi e interdisciplinaridade é uma marca fundamental dos estudos migratórios. A Geografia é apenas um fragmento desse quadro (aquele que olha mais atentamente para as implicações socioespaciais desse processo). A meu ver, a pesquisa nos estudos migratórios exige da Geografia uma constante articulação entre variados campos do conhecimento através de um debate espacial sobre o tema.

II) Não há caminhos específicos para a pesquisa em migração internacional. Obviamente os processos carregam particularidades próprias, mas, acima de tudo, são dinâmicas socioespaciais relacionadas a outros condicionantes do mundo

social. Reconhecer a especificidade dos elementos que compõe o tema, portanto, não implica prescindir de metodologias construídas em diversos campos disciplinares das ciências sociais.

III) Ao articular escalas espaciais, o estudo sobre as migrações possibilita um olhar simultâneo a dois componentes complementares: I) o migrante passa a viver em um lugar já territorializado por diversos atores, compostos por formas e práticas enraizadas antes mesmo de sua chegada. II) seu modo de vida e habitar nos locais de destino passam a compor e transformar tanto os lugares, como suas próprias trajetórias individuais. Em suma, trata-se da expressão espacial do conceito de E/Imigrante proposto por Sayad (1998; 2000), que coloca em relação dois (ou mais) espaços qualitativos. Desse modo, viver *em* algum local necessariamente implica considerar a viver *com* as dinâmicas já em curso, ou seja, atentar para as relações entre o cotidiano dos migrantes e as possibilidades e restrições que a cidade carrega.

Feita essa consideração, detalho quais os caminhos escolhidos para a pesquisa. O principal deles foi o recorte pautado nas trajetórias de alguns migrantes que vivem no Glicério. Entendo que, através do olhar atento a essas trajetórias, seja possível evidenciar fragmentos socioespaciais que articulam: fronteiras, cidadania e espaço urbano.

Nesse sentido, migrar, circular e habitar a cidade significa transitar e se relacionar em espaços diversos que, inevitavelmente, marcam e reconstróem constantemente as trajetórias desses migrantes na cidade.

Como argumenta Telles (2010):

"No curso de suas vidas, indivíduos e suas famílias atravessam espaços sociais diversos, transitam entre códigos diferentes, seus percursos passam através de diversas fronteiras e são esses traçados que podem nos informar sobre a tessitura do mundo urbano, seus bloqueios e seus pontos de tensão, mas também os campos de gravitação da experiência urbana nesse cenário tão modificado" (Telles, 2010, p.13)

É justamente a partir da ênfase na trajetória que acredito ser possível identificar e compreender os múltiplos sentidos da migração e da cidadania a partir da cidade de São Paulo e, mais especificamente, da Baixada do Glicério. As diferentes maneiras pelas quais esses pontos de conexão são utilizados demonstram muito mais do que o breve momento em que os migrantes estão nas "infraestruturas de mobilidade". Os motivos da procura, a frequência nos locais, as

relações que estabelecem, as ausências, as reclamações, entre outras idas e vindas podem iluminar alguns significados da própria cartografia política do processo migratório em diversas escalas.

Ao fazerem uso desses locais no Glicério e em São Paulo os migrantes se deparam com códigos diferentes que explicitam pontos de solidariedade e tensão. Dos migrantes são exigidas diferentes formas de negociar o uso dos espaços e as encruzilhadas enfrentadas na sua vida cotidiana variam de acordo com as interações que estabelecem no tecer de suas trajetórias. Além disso, através desses percursos é possível verificar como as urgências são vividas e tratadas coletivamente, através da mediação feita através de diversas infraestruturas e atores presentes no dia a dia. Em outras palavras, as trajetórias iluminam as "constelações" e "circuitos sociais" (Telles, 2010) pelos quais os migrantes constroem suas vidas no Glicério e na cidade de São Paulo e que, em última instância, explicitam as formas desiguais de vivência da cidadania.

É importante ressaltar, assim, duas contribuições que a atenção às trajetórias carrega tanto para o processo investigativo geográfico, como para os estudos migratórios. No primeiro, para a geografia, a atenção às trajetórias opera como enunciado de dinâmicas que constituem os lugares e a própria reprodução do espaço. Isto é, permitem enxergar como e onde se desenvolve a relação entre dois ou mais lugares por meio das práticas dos atores, que são, em última análise, aqueles que qualificam os recortes espaciais. Isso permite uma aderência à perspectiva metodológica adotada e a construção conceitual de lugar elaborada por Doreen Massey (2005), para quem estes são um arranjo e parte de outros arranjos, ou seja, construído de forma relacional, como será aprofundado posteriormente.

Na contribuição aos estudos migratórios, a atenção a essas trajetórias cotidianas ajuda a diluir prerrogativas gerais enquadradas através de grandes categorias. São encontradas várias formas do uso do espaço, diversas histórias que envolvem uma pluralidade de eventos, como: preconceitos, travessias arriscadas ou feitas sem maiores problemas, encantos e desencantos, esperanças que se perdem e se reconstituem, ou seja, diferentes questões a serem enfrentadas. Tais caminhos múltiplos possibilitam captar como as diferenças são construídas e reconstruídas a partir de muitos parâmetros e que, em cada espaço, o significado de ser migrante e as manifestações de fronteira se apresentam de maneira específica. Desse modo, a

atenção aos caminhos percorridos pelos migrantes e a essas inúmeras situações me impedem de restringir o olhar às diferenças centradas através dos filtros étnico-nacionais, não raros nos estudos migratórios (ÇAGLAR e GLICK-SCHILLER, 2015; 2018).

Esse é um ponto crucial na articulação proposta entre trajetórias de migrantes, geografia e etnografia. Como mostra Feldman (2011) a etnografia transcende a observação participante, pois parte da compreensão de que as explicações ao que se está observando não estão contidas apenas no local de pesquisa. Isto é, os anúncios encontrados no curso das trajetórias por meio da não são meros fragmentos soltos no mundo social. Essas histórias de vida são expressões de processos mais amplos e entrelaçados à realidade cotidiana e que, acima de tudo, trazem à tona casos particulares do possível.

Assim sendo, a seguir descrevo os passos para a entrada em campo, as dificuldades, as mudanças de estratégias devido a situações circunstanciais e, sobretudo, a partir de quais pontos realizei as minhas observações e obtive as interações.

3.2 - ENTRADA EM CAMPO: ESTRATÉGIAS E DIFICULDADES NO CURSO DA PESQUISA.

Como descrito brevemente na introdução, a pesquisa de campo realizada na Baixada do Glicério foi realizada, majoritariamente, em dois locais: na Missão Paz e no Centro de Estudos e Cultura de Guiné Conacri (CECG). A seguir, detalho o processo de entrada em campo em cada um deles, assim como descrevo algumas dificuldades que tive na aproximação com atores no campo que não se desenvolveram da maneira esperada. O motivo de descrever também os insucessos é porque, a meu ver, estão diretamente relacionados à minha posição em cada um dos locais, além de serem situações que levaram a constantes transformações nas estratégias de pesquisa de campo, lapidadas a partir de acontecimentos imprevisíveis.

Para a transparência dos dados e como parte do que a seguir será debatido como posicionalidade e reflexividade, deixo claro que minha apresentação, nos dois lugares, desde o início foi na condição de pesquisador. A opção em deixar claro as minhas intenções era explicitar aos interlocutores que as ações e situações

observadas seriam posteriormente descritas em diários de campo e poderiam compor o trabalho escrito.

3.2.1 – Missão Paz – “Eixo trabalho”.

A Missão Paz é um dos maiores centros de acolhida para migrantes no Brasil³⁰. Sua linha de atuação segue, como já apresentado, os pressupostos da ordem Scalabriniana e sua fundação, no Brasil, se deu em 1940 para, desde então, passar por muitas transformações. Atualmente a instituição oferece diversos serviços para migrantes, como: atendimento jurídico, psicológico, mediação para o trabalho formal, aulas de português, uma rádio voltada exclusivamente ao tema migratório, casa de acolhida para 110 pessoas, um centro de estudos sobre migração, assistência social, além de servir como referência para festividades religiosas de alguns países, encontros de outros agentes que atuam com a migração internacional na cidade, entre outros.

O trabalho de campo na instituição se iniciou no mês de março de 2019 em uma tarde de conversa com Marcus e João, funcionários do local há anos. Expliquei os propósitos da pesquisa e a importância que a Missão Paz teria para me colocar em relação com migrantes residentes do Glicério. Ambos aceitaram a realização do estudo e me recomendaram exercer parte da pesquisa como voluntário no local. Para isso, me apresentaram as diversas atividades desenvolvidas e pediram para que eu escolhesse alguma para me engajar, a partir do que mais atenderia os objetivos da pesquisa. Optei pelo que era conhecido na instituição como "Eixo-Trabalho" e dias depois fui apresentado à Renata, então coordenadora³¹ desse eixo na instituição que já existe há 8 anos. Após uma breve conversa sobre as minhas intenções de pesquisa Renata concordou em me ter como voluntário.

O Eixo-trabalho se estrutura a partir de 4 grandes pilares: i) uma vez por semana são oferecidas "palestras interculturais" a migrantes em diversos idiomas (Francês, Inglês, Espanhol e Português), que tratam sobre as leis trabalhistas no Brasil, questões relacionadas aos ambientes de trabalho, as formas mais comuns de

³⁰A descrição mais detalhada da instituição será feita no capítulo 8.

³¹Nos últimos dois meses de trabalho de campo Renata não estava mais na instituição e foi substituída por Flávio. Poucas semanas após a troca na coordenação a pandemia do Covid-19 paralisou as atividades do Eixo-trabalho. Assim, a observação se deu praticamente toda sob as diretrizes de Renata, durante o ano de 2019.

preconceito praticadas contra migrantes no mercado de trabalho, o comportamento esperado pelos patrões com relação ao empregado, etc. ii) palestras obrigatórias para os empregadores que almejam contratar migrantes, no intuito de situá-los sobre o processo migratório no Brasil e em São Paulo, mostrar as especificidades culturais de alguns grupos e ressaltar o compromisso de evitar práticas de preconceito e discriminação dentro do ambiente de trabalho. iii) o processo de recrutamento e realização de entrevistas de emprego entre empregadores e migrantes, que ocorre duas vezes por semana, todas às terças e quintas feiras a partir das 13:30. iv) visitas de parte da equipe do Eixo-trabalho aos locais que contrataram migrantes, com o objetivo de verificar como está o desempenho dessas pessoas no emprego e a satisfação tanto do migrante, como do empregador.

Atuei como mediador nas entrevistas de emprego de março de 2019 à fevereiro de 2020, todas às quintas feiras. O principal papel do mediador era conduzir o processo de entrevista de uma maneira a evitar possíveis constrangimentos praticados por empregadores aos migrantes, apresentar os detalhes das vagas (salário, benefícios, dias e horários, local), ajudar, caso fosse necessário, na tradução de alguns termos e esclarecer sobre aspectos específicos da migração para os empregadores.

A dinâmica desse dia seguia basicamente a mesma rotina. Durante às manhãs (10:00 às 12:00) Renata realizava a palestra para os empregadores que desejavam contratar migrantes pela primeira vez. Após uma pausa para o almoço, a atividade retornava à tarde com a participação de mais pessoas. Às 13:30 um dos voluntários ou uma outra funcionária da instituição abria o portão de entrada para um grande salão. No mesmo instante, em outra sala, os empregadores estavam preenchendo as fichas com os detalhes da oferta da vaga de emprego. Em seguida, a vaga era anunciada em meio a uma grande roda formada por migrantes. Aqueles que tinham interesse em concorrer se manifestavam e somente 20 senhas eram distribuídas por cada vaga. Depois de distribuídas as senhas os migrantes eram levados pelos mediadores (voluntários) às salas para a entrevista. Durante as entrevistas, uma pessoa por vez se dirigia à mesa em que estavam empregador (es) e mediador. Ao final, após a escolha dos candidatos, o mediador ou o empregador anunciava quem havia sido selecionado e dispensava os demais.

Essa descrição é mais detalhada no capítulo 8, mas é importante metodologicamente porque, em alguns momentos, os mediadores também anunciavam as vagas e distribuíam as senhas, ou seja, participávamos de todas as etapas que envolvia a seleção de pessoas. O anúncio da vaga poderia ser ou não tão bem compreendido, o que já retirava a chance de algumas pessoas, assim como a distribuição de senhas que, por vezes era confusa, sobretudo quando muitos migrantes se interessam pela vaga ofertada. O papel desempenhado por mim carregava, dessa maneira, muitos sentidos e me posicionavam no campo de maneira variada de acordo com a ação realizada. Em alguns momentos era visto como aquele que restringia possibilidades, que colocava em prática critérios de escolha e seleção. Em outros eu era o ponto de apoio diante de uma relação de poder desigual entre empregador e migrante no momento da entrevista.

Foram dois os motivos que me fizeram optar pela Missão Paz e, posteriormente, pelo Eixo Trabalho como local para a realização da pesquisa de campo. O primeiro se deve ao fato de a Missão Paz ser um grande centro de referência de circulação de migrantes na cidade de São Paulo e no Brasil, mas também dos migrantes que residem no Glicério, já que é o local que centraliza boa parte das atividades migratórias. É também uma instituição com boa aceitação entre os migrantes e alguns outros locais do Glicério que atuam com migrantes, como verifiquei em um campo exploratório.

Estar na Missão Paz durante o curso da pesquisa se mostrava crucial para possibilitar conversas com diversos atores. Desse modo, o campo a partir do local permitiu a compreensão de parte das trajetórias dos migrantes na cidade de São Paulo, tendo em vista que a instituição é um dos principais nós de uma densa rede de apoio na cidade e no país. Em suma, a pesquisa de campo através da instituição poderia mostrar, com grande complexidade, as experiências dos migrantes através de 3 perspectivas: i) como as políticas e normativas migratórias se apoiam em instituições como a Missão Paz tanto na formulação, como na implementação de ações e tendo como público alvo o migrante. ii) a articulação que a instituição possui com o Glicério e outros locais específicos da cidade voltadas ao apoio dos migrantes. iii) como o migrante percorre esses emaranhados normativos e sociais seja vivendo no Glicério ou em outras partes da cidade.

A segunda escolha, que foi a atuação voluntária no Eixo-Trabalho³², se deu porque os dias de oferta de emprego são aqueles em que a Missão Paz recebe a maior quantidade de migrantes durante a semana e, sobretudo, porque o trabalho é uma condição crucial na trajetória e experiência migrante. Como Sayad (1998; 2000) argumenta, o trabalho é um dos aspectos centrais para pensar a migração internacional. Para o autor, em associação à "Neutralidade política" e ao "Pensamento de Estado", o "Trabalho" compõe o universo das "ilusões migratórias", responsável por justificar o deslocamento e permanência em outro país. Sem o trabalho, a vida de migrante parece não fazer sentido, pois viver em um local que não é seu por "direito", como rege o "Pensamento de Estado", só seria justificável se viesse acompanhado de alguma contribuição como mão de obra e algum ganho monetário a ser revertido para os que ficaram no local de origem. O trabalho em Sayad (1998, 2000), portanto, é visto como parte do conteúdo geopolítico da migração e edificados a partir de uma lógica nacional, um dos "regimes de verdade" (Foucault, 1980 [2018]) pelo qual a vida e a produção do sujeito migrante se constitui. Assim, trabalho, aqui, não é concebido somente como um mecanismo de sobrevivência econômica, mas um elemento constituinte de uma condição social mais ampla.

Semanalmente, todas às terças e quintas feiras cerca de 60 a 80 migrantes de muitos locais de São Paulo concorrem a vagas oferecidas por empregadores. Portanto, a mediação para o trabalho me colocaria em relação mais direta com os migrantes, além de participar de um momento decisivo de suas trajetórias: a busca por emprego.

Tal escolha se revelou surpreendente em muitos sentidos: i) A interlocução com migrantes não era tão facilitada como imaginei no início, pois a maior parte do tempo era preenchida apenas por breves e protocolares contatos com cada um dos migrantes. ii) O processo que ocorre nos dias de oferta de emprego evidenciava muito mais do que um retrato do mercado de trabalho brasileiro. As variadas situações que ocorriam durante esse processo mostravam facetas da migração que transcendiam aquelas circunscritas ao mercado de trabalho, como angústias, incertezas, medo, anseio pelo retorno, impossibilidade de envio de remessas,

³² Há outros eixos de atividade desenvolvidos na instituição. São eles: Capacitação e Cidadania; Comunidade e Família; Eixo Saúde; Eixo Trabalho; Jurídico e Documentação; Serviço Social. Para mais detalhes, consultar: <http://www.missaospaz.org/>

relações de amizades, etc. iii) Após alguns meses com alguns insucessos em tentativas de conversas mais longas ou entrevistas com migrantes que moravam no Glicério, passei, com o consentimento de Renata, a pegar o contato dessas pessoas durante a atividade para, posteriormente, realizar a entrevista para a pesquisa. Em alguns casos, a estratégia deu certo, em outros ficou claro que a abertura em aceitar conceder uma entrevista se encerrava quando me destituía da posição de mediador. Mensagens de Whatsapp não respondidas, imprevistos que sempre aconteciam e impediam a realização do nosso encontro. Entendi que, para algumas pessoas, a relação estava estritamente vinculada à posição de mediador ocupada por mim na instituição.

Outro ponto importante a ressaltar é que, apesar da minha atuação rotineira ser nesse dia e atividade, frequentei outros eventos promovidos pela instituição. A maior parte foi feita em festividades promovidas por migrantes em conjunto com a Missão Paz, no grande pátio que marca a entrada do local ou em um dos seus salões e em momentos de reivindicação política. Nesses dias eu não era identificado com o crachá e a condição de campo era nitidamente outra. Apesar de conversar com pessoas da Missão Paz durante a atividade, as conversas com os migrantes e as observações de campo não estavam inseridas em uma atuação prática e institucional e, conseqüentemente a aproximação e a aceitação para uma conversa era mais difícil.

Sob esse ponto de vista, a entrada em campo sempre foi integral e parcial ao mesmo tempo. Durante as mediações eu tinha acesso facilitado a algumas informações sobre a vida dos migrantes e as conversas eram mais fáceis de se desenvolver pelo fato de desempenhar um papel que me atrelava como parte da Missão Paz. Por outro lado, nas festividades ou em outros dias, a aproximação com migrantes era mais difícil e contava, por vezes, com a mediação de algum funcionário mais antigo da instituição para me apresentar.

Em um dos casos especificamente, me vi situado na fronteira entre ser voluntário do eixo trabalho e um anônimo. Me apresentei a dois rapazes haitianos que conversavam no pátio da instituição em uma sexta-feira pela manhã. Desconfiados, respondiam timidamente. Mostrei um papel oferecido pela Missão Paz dizendo que era voluntário do local e um deles aceitou conversar. No entanto, a entrevista foi interrompida quando eu disse que atuava nos dias de oferta de

emprego. Ele me perguntou se eu conseguia emprego para ele e para outros haitianos que estavam por ali. Disse que não poderia fazer isso, porque era apenas mediador e não tinha qualquer acesso a vagas possivelmente oferecidas. Então ele se calou, parou de responder e ficou evidente como, em campo, somos constituídos também pelas representações que os “pesquisados” fazem sobre nós (Silva, 2010).

Nas situações em que não estava identificado com o crachá, a "entrada em campo" ou aceitação para uma conversa sempre partia do início, como se fosse a primeira vez e nem sempre era possível conversar com alguém. Assim, muitas vezes fiquei somente observando e anotando, pelo celular, situações que ocorriam, as interações, eventuais falas públicas, a reação das pessoas.

3.2.2 - Centro de Estudos de Cultura da Guiné (CECG).

A outra entrada no campo foi a partir do contato com Abdalah, migrante de Guiné Conacri. O conheci em junho de 2019 em um curso sobre migrações e cultura africana que participei em um dos "Sescs"³³ da cidade. Em uma conversa nesse dia, Abdalah me falou que residia com mais 8 migrantes no Glicério, sendo a maioria composta por músicos profissionais de Guiné Conacri. Também me contou que já moraram na casa pessoas provindas da Bolívia e, naquele momento, residiam também dois haitianos. Nesse mesmo dia expliquei brevemente a pesquisa que realizo sobre migrantes no Glicério e perguntei se Abdalah aceitaria a condição de interlocutor. Em troca, me propus ajudar em algumas atividades do CECG. Abdalah concordou e passei a atuar, inicialmente com outras pessoas, na busca por soluções e ideias para ampliar as atividades e visibilidade do CECG. O grupo rapidamente se desfez e o vínculo entre mim e Abdalah se tornou, então, mais individual. Algumas reuniões que aconteciam no local praticamente cessaram e a minha interlocução se deu nos dias em que ia à casa de Abdalah para conversarmos sobre seus projetos, em mensagens de whatsapp e na ajuda para divulgar festas promovidas pelo grupo de migrantes, no intuito de levantar fundos para a manutenção da casa.

³³Serviço Social do Comércio (SESC): são equipamentos socioculturais mantidos por empresários do comércio de bens, turismo e serviços. São Paulo possui 43 unidades em que são oferecidas diversas atividades culturais, esportivas, sociais, etc. Para mais informações, ver: <https://www.sescsp.org.br/pt/sobre-o-sesc/quem-somos/apresentacao/>

A caracterização do CECG será feita mais detalhadamente no capítulo 7, mas considero relevante marcar seus principais elementos, pois tem relação direta com a minha atuação e posicionalidade na pesquisa. O CECG é uma casa de fachada antiga. Parte de seu espaço, durante muito tempo, foi também compartilhada com brasileiros nos andares de cima e na casa da frente, em uma compartimentação que pode ser compreendida como cortiço.

O local possui um quintal nos fundos onde Abdalah realiza alguns eventos abertos ao público para divulgar a música que fazem, vender alguns artesanatos africanos, dar aulas de percussão e dança e captar recursos para a manutenção da casa. As instalações da casa eram marcadas por soluções provisórias. Os móveis eram todos usados, o banheiro era coletivo e o quintal (de cerca de 20m²) dividido em uma parte coberta e uma outra aberta, cercada por uma decoração de bambus. O local carrega, portanto, uma utilização mista, que confundia os parâmetros estritos de espaço público e espaço privado.

No CECG, como dito, não desempenho nenhuma atividade específica e a relação com Abdalah não veio por meio de qualquer atuação voluntária, como no caso da Missão Paz. Somente comecei a perceber a maneira como ele me enxergava quando comentei que participava em outras redes de solidariedade a migrantes, compostas por muitos por canais de divulgação, promoção de direitos migratórios e eventos sobre o tema na cidade.

Em nosso primeiro encontro no local, Abdalah vestia roupas africanas e estava com dois projetos em mãos. Quando cheguei à sua casa, me esperava no quintal com duas cadeiras de plástico dispostas de frente uma à outra. O primeiro projeto que me mostrou acontecia de tempos em tempos e era realizado em alguns dos "Sescs" da cidade. Nele Abdalah oferecia oficinas de dança e contação de histórias africanas para crianças. O outro projeto era para a reforma do local e a efetiva construção de um Centro Cultural. Comecei a perceber que aquele era um encontro tratado por ele como profissional.

Após essa primeira conversa expliquei melhor para Abdalah as redes das quais eu fazia parte e que eu não tinha a capacidade para ajudar em projetos tão ambiciosos. Após cerca de um mês de contato a interlocução passou para o estágio de maior confiança e uma interlocução mais próxima se estabeleceu. Como símbolo dessa transformação, Abdalah não mais me recebia com roupas africanas (que

entendi, posteriormente, ser uma vestimenta específica para eventos ou contatos mais profissionais) e nem no quintal da casa, mas, sim, na parte de dentro, na sala.

Desde então ajudei a divulgar e levar pessoas para duas festas no CECG. Passei a mediar alguns contatos com outros grupos e indivíduos que poderiam auxiliar em dificuldades específicas e articular redes em prol de causas emergenciais que ocorreram no local. Por sua vez, Abdalah foi o responsável por intermediar o contato para a entrevista com um dos moradores da casa, me convidou para conhecer um projeto sobre migrantes no Glicério que até então eu desconhecia, dizendo que poderia me interessar e passou a contar mais aspectos da sua vida pessoal, seus projetos, angústias, etc.

Percebi no curso da pesquisa, um ponto fundamental que Footwhyte ([1937] 2005) enfatiza sobre as situações de campo. Diz o autor que importa pouco para os interlocutores os motivos e objetivos da sua pesquisa, pois eles são rapidamente esquecidos. O mais fundamental é o tipo de relação construída entre o pesquisador e o interlocutor, perspectiva também compartilhada por Valadares (2007) e Alsoop. et. al (2010). Daí ser crucial o exercício de reflexividade, de situar-se a todo momento na interação com os grupos e buscar compreender a representação que os interlocutores possuem sobre nós. Em suma, reconhecer que jamais será um "nativo", que os dados nunca serão "puros" e que a depender de nossa posição em campo teremos acesso a algumas informações e não a outras.

Nesse sentido, Haraway (1998) ressalta o reconhecimento de um estudo situado e corporificado. A autora afirma que reconhecer a posição parcial no campo não representa um problema, ao contrário, abre possibilidades para o campo analítico. Haraway ressalta que toda crítica, pesquisa ou representação é parcial, seja ela exercida por pesquisadores, membros do grupo, vizinhos etc., sempre serão parciais. Mas é justamente na variedade de pontos de vista que torna possível captar contradições e apresentar a complexidade das múltiplas relações que se estabelecem no cotidiano entre os grupos pesquisados e o pesquisador.

A reflexividade, como mostra Silva (2010) se refere menos ao produto de pesquisa, ou seja, nossas conclusões e lapidações finais. Seu cerne é a ênfase no processo e trajetória do estudo como um todo. As inter-relações entre os pesquisados e os pesquisadores, como ressalta a autora, passam a compor a investigação, não são detalhes a serem deixados de lado. Ao final, o objetivo é

mostrar com a máxima transparência como foi o processo de construção dos dados que levaram a certos argumentos e considerações.

Esse debate também se relaciona com outro desafio da observação participante, que é a incerteza em delimitar o recorte do que se observa no emaranhado de eventos simultâneos do cotidiano. Afinal, o que observar quando me deparo com a realidade do local de pesquisa? Como recomendação para superar esse estágio, utilizei os conselhos de Becker (2008) que enfatiza a relevância de anotar detalhadamente tudo o que se vê, ouve e sente. Tal estratégia permite evitar dois aspectos que mais adiante poderiam gerar problemas na pesquisa: i) a possibilidade de não ter dados o suficiente, ou seja, melhor ter que organizar muitas informações, do que enfrentar sua escassez. ii) a probabilidade de deixar para trás elementos que posteriormente podem se mostrar relevantes para o estudo.

Durante a pesquisa, em ambos os locais, utilizei o celular para marcar tópicos específicos do que me chamava a atenção no campo. A escolha pelo celular, ao invés da caderneta de campo foi porque esse recurso ajudava a diluir um pouco mais a estranheza da presença. Não era tão diferente para as pessoas me verem no celular, algo que seria muito mais possível caso estivesse com uma caderneta fazendo anotações. Obviamente que a condição de pesquisador é uma posição que nunca foi totalmente superada, e esse não era o objetivo, mas as conversas e interações com as pessoas pareciam ser menos afetadas quando não estava com a caderneta de campo.

Outro aspecto relevante de pontuar é a maneira como as informações foram obtidas e inseridas no diário de campo. Essa etapa é parte fundamental da pesquisa e das reflexões realizadas. Diante dessa opção em não anotar as informações em uma caderneta no exato momento em que os eventos ocorriam, e no intuito de minimizar ao máximo perdas e esquecimentos, o diário de campo foi feito imediatamente após o final de cada dia de observação ou no máximo após 1 ou 2 dias. Como uma espécie de "roteiro", segui as orientações contidas em Alsoop et. al. (2010)³⁴. Acrescentava a esse roteiro os tópicos com os temas principais do que

³⁴ Os autores sugerem os seguintes itens como roteiro para o relatório de campo:

1 - Localize seu ambiente Etnográfico: Em qual lugar do mundo acontece sua Etnografia. Rua, Bairro, local do bairro, dia, etc.

2 - Descreva o ambiente físico de pesquisa: Como era o espaço em que trabalhei? Dimensões? O que foi inventado ou retirado? Como era sua atmosfera? (isso é importante).

seria descrito para, posteriormente, no momento da escrita facilitar a organização dos conteúdos.

Era nesse momento da descrição que realizava uma tarefa fundamental nas pesquisas etnográficas e que Strathern (2014) denomina como "momento etnográfico". Isto é, a inter-relação entre o que se observou em campo e a escrita sobre o campo, esta última formada tanto pela descrição, como pelas reflexões acumuladas acerca das situações observadas ao longo das semanas. Tentava criar pequenas conclusões, esboços de explicações que eram confrontadas constantemente à medida que a pesquisa se desenvolvia. Elaborava questões a partir do que era observado até ali para direcionar a atenção a situações mais específicas em campos futuros e, assim, aos poucos tentar formar ideias de processos e trajetórias mais amplas.

Outro recurso qualitativo utilizado como parte das informações obtidas foram as entrevistas semi-estruturadas³⁵. A principal característica dessa modalidade de entrevistas era a preparação prévia de algumas questões abertas, mas que tentavam não direcionar completamente a conversa. Isso era importante, sobretudo para abrir a possibilidade de surgimento de outros assuntos e questões inesperadas no momento da entrevista.

Para a escolha dos entrevistados segmentei em dois pólos principais:

I) Aqueles interlocutores que tinha mais contato e as pessoas próximas destes. Esse pólo me permitiu entrar mais à fundo em aspectos não somente individuais, mas coletivo dos migrantes que moravam no Glicério. Foi possível encontrar alguns pontos de convergência e divergência nas histórias e, acima de tudo, ouvir as trajetórias individualmente. Isso foi bastante revelador, por identificar

3 - Descrever as interações das outras pessoas: Quem estava lá e aonde no local que observei? O que estavam fazendo? Como as interações se desdobraram?

4 - Descreva sua participação no cenário: O que eu estava fazendo nesse cenário? Qual era o meu papel na interação? Durante quanto tempo estive participando dessa cena?

5 - Descreva suas reflexões sobre o processo de pesquisa: Aqui devo recuperar e escrever notas, para saber qual caminho está tomando a pesquisa e para manter no mesmo rumo ou modificar.

6 - Descreva suas próprias reflexões: Reflita sobre tudo o que observou.

³⁵ Cabe ressaltar, que todas as entrevistas foram consentidas pelos informantes, bem como o seu uso para a escrita da tese. Reforço, também, que todos os nomes foram alterados como forma de manter o anonimato.

formas pelas quais as experiências migratórias podem variar significativamente a partir de muitos marcadores.

II) Interlocutores de várias nacionalidades e que não acompanho de maneira mais próxima. Ao todo foram realizadas 5 entrevistas individuais (4 gravadas e 1 anotada). A única entrevista não gravada foi com um migrante haitiano que frequentava a Missão Paz semanalmente na busca de emprego e que pediu para não ter a conversa registrada. Nesse pólo, considero fundamental atender para as diferentes trajetórias das pessoas no local de origem, seu curso migratório e na experiência urbana em São Paulo. São falas que ampliam o leque de histórias e situações, e que auxiliam na constante reconstrução da relação teoria e empiria.

Para levar adiante as entrevistas me baseei em Edgar Morin (1973); Uwe Click (2004) e Verena Albert (2005), que segmentam o processo de entrevista em dois momentos:

i) o preparatório, que envolve algumas questões relacionadas ao que se observou em campo e que não foram possíveis de compreender apenas pela observação e descrição. Nesse caso a entrevista serviu para revelar situações que ainda não haviam sido percebidas ou até mesmo trazer novos elementos que até então não chamavam à atenção. Assim, os objetivos da entrevista poderiam atender a dois planos: os elementos gerais comuns da pesquisa e as especificidades do entrevistado. Isto é, poderiam ser hipotéticas ou verificadoras, como afirma Morin (1973). Para a pesquisa utilizei esse recurso para ambos os planos.

ii) Para o momento da entrevista também me importava o local em que a entrevista ocorria, pois a depender da familiaridade ou não do entrevistado com local seu comportamento poderia variar. No caso da pesquisa, três das entrevistas foram realizadas na Missão Paz e outras duas no CECG. Também para a escolha do tipo de entrevista me apoiei em Morin (1973), ao apresentar como possibilidade a *conversa nao-diretiva*³⁶, ou seja, aquela com o mínimo grau de intervenção do entrevistador. E a *entrevista diálogo*, conversa sobre aspectos mais corriqueiros da vida cotidiana antes de iniciar a entrevista que não são gravados, mas que podem se tornar diálogos reveladores. E, além disso, inúmeras conversas informais com

³⁶ Por “conversa-não diretiva” me refiro a permitir ao interlocutor expressar-se da forma mais livre possível sobre uma determinada pergunta, buscando não direcionar sua resposta.

migrantes, voluntários, moradores do bairro e muitos outros atores compuseram os dados.

Os instrumentos utilizados na entrevista são aspectos importantes de considerar, como: gravadores, caderneta, câmeras, etc. Utilizo apenas o gravador e uma caderneta com o roteiro das perguntas para anotar qualquer ponto que me chamou a atenção. Além disso, segui as recomendações de Flick (2004), que sugere um início de entrevista por uma conversa informal sobre assuntos distintos daqueles que serão tratados. E a partir do momento que o entrevistado estivesse mais à vontade, iniciava a entrevista e pedia para ligar o gravador algum tempo depois de seu início. Outro ponto que Morin (1973) chama a atenção é que em uma entrevista há mais informações do que a fala. O silêncio, o constrangimento, as conversas de bastidores são dados relevantes todos são aspectos relevantes para esse momento. Para isso também utilizo a caderneta no momento da entrevista.

Por fim, é importante colocar em destaque parte das dificuldades encontradas no campo. Algumas já foram tratadas anteriormente, mas outras merecem menções destacadas, sobretudo por terem interferido na minha circulação pelo bairro e na busca por informações.

Uma delas foi a presença do crime. O Glicério é um lugar ocupado e parcialmente territorializado pelo Primeiro Comando da Capital (PCC). Sua atuação ocorre em boa parte da extensão do bairro e caminhar atrás de informações sobre migrantes no Glicério implica em cuidados para não interferir de alguma maneira nas atividades do grupo, como tirar fotografias em pontos sensíveis do bairro e carregar sempre o papel atestando que era voluntário da Missão Paz. Apesar do receio, cabe ressaltar que em nenhum momento durante o curso da pesquisa fui interpelado, exceto um dia em que tirei uma fotografia em uma das esquinas do bairro. O mal-entendido foi rapidamente solucionado quando afirmei ser voluntário da Missão Paz e após dizer que estava tirando foto de uma fachada apenas.

Outra dificuldade enfrentada e particular à pesquisa em migrações internacionais foi o idioma. Feldman (2011) argumenta, em tom de crítica, que muitas observações participantes acabam tomando a forma de escutas participantes, dada a pouca atenção que por vezes a observação possui em comparação ao que é falado. No entanto, no estudo com grupos migratórios diversos ocorre o inverso do que Feldman postula. A demanda por observações

apuradas é fundamental, uma vez que muito do que é dito pelos migrantes em seus grupos não era possível de ser compreendido.

Inúmeras vezes me deparei com círculos de migrantes que falavam em diversos idiomas, como: francês, inglês, espanhol, sussu, creòle, etc. Nesses casos, era quase impossível compreender os diálogos, com exceção de algum idioma que possuo familiaridade. Mesmo em espaços com interação entre nacionais e migrantes, como nas festas do CECG, muitas conversas são feitas em outro idioma. Assim sendo, acho fundamental reconhecer essa limitação na pesquisa e que muitas vezes nem a observação atenta solucionou.

Esclareço também que os locais de pesquisa poderiam ser ampliados. Algumas aproximações estavam em curso, mas foram interrompidas pela pandemia de Covid-19 a partir do mês de março de 2020. Para citar alguns, Abdalah havia me levado a um local em que um projeto chamado "Tabor" era realizado por um padre, três assistentes sociais e alguns voluntários. Conversei algumas vezes com os membros da instituição, cheguei a frequentar algumas atividades, sendo a principal delas uma festa de encerramento de final de 2019 com os migrantes que participaram do projeto. Apesar da vinculação com a igreja católica, o local não possuía qualquer relação com a Missão Paz e ali eram realizadas oficinas de costura, aulas de violão e aulas de português para migrantes. O local suspendeu temporariamente as atividades devido à pandemia e manteve apenas contatos distantes via whatsapp. Atualmente o Tabor não está mais no Glicério, mas na praça da Sé, a poucos metros do antigo local.

Outro local em que buscava me aproximar era a União Social dos Haitianos (USIH). Tive breve contato com um de seus membros e voluntários que atuavam na instituição, mas devido à pandemia não foi possível dar continuidade. Essa, aliás, é uma limitação do trabalho, uma vez que a USIH desempenha um papel político e social (no Glicério e fora dele) de muita relevância.

Por fim, a partir da apresentação dos principais aspectos metodológicos do trabalho busco deixar o mais transparente possível o curso de pesquisa. Acrescento que alguns dos contatos com interlocutores continuaram, sobretudo com Abdalah. Apesar dos encontros terem se tornados escassos, em alguns momentos, após o arrefecimento da pandemia nos encontramos no CECG. Para outros interlocutores o contato foi perdido e, no caso específico da Missão Paz, o surgimento da pandemia

significou o fim do trabalho de campo, uma vez que as atividades da instituição foram suspensas por um longo período.

4.0 –ELOS FORTALECIDOS, ELOS PERDIDOS: AS (DES)CONTINUIDADES DA MIGRAÇÃO EM SÃO PAULO.

“De fato, uma vez chegados à Hospedaria dos Imigrantes, ou após algum período em uma fazenda de café, conseguiam fugir sabendo, desde o dia da partida da Itália, onde encontravam alguns conterrâneos na cidade de São Paulo, que os inseriam no mercado de trabalho, em geral no ofício no qual a própria comunidade se havia especializado (vendedores de jornais, ferreiros, mascates, marceneiros, pedreiros), ou encontravam para eles um emprego em alguma das fábricas que começavam a surgir na cidade, de modo que, muitas vezes, crianças, homens ou mulheres jovens da mesma área regional, trabalhavam no mesmo estabelecimento”. (BIONDI, 1999, p. 7).

“A vida dos japoneses na rua Conde de Sarzedas foi facilitada pelo estabelecimento de nikkeis que iniciaram atividades como a pensão Ueji, em 1914, dirigida por YazôUeji, restaurantes e mercearias como a Mercearia Seki. Esses estabelecimentos funcionavam quase sempre nos porões das casas, geralmente encontradas na parte baixa da rua, que era uma ladeira. Nessas redondezas os produtos orientais eram facilmente encontrados. Em 1910, uma filial da Companhia de Imigração KKKK³⁷ foi instalada nessa via”. (FANTIN, 2013, p. 75).

“Bem ou mal, estes (migrantes italianos)³⁸ contaram com canais de expressão específicos para denunciar a violência. Jornais de colônia, autoridades consulares criticaram os métodos da polícia brasileira, consistente entre outras coisas no espancamento de presos como prática habitual” (FAUSTO, 2014, p. 77).

“Desde o século XIX, o bairro (Bom Retiro)³⁹ vem sendo ocupado por sucessivos grupos de imigrantes. Cada grupo estabelece, além de uma relação de trabalho com o bairro, uma relação de moradia, e nesta dupla inserção constrói instituições sociais, culturais, políticas e religiosas” (LEME e FELDMAN, 2014, p. 137).

Lugar de ambivalências e contradições socioespaciais latentes desde o final do século XIX⁴⁰, o centro de São Paulo tem sido um dos locais privilegiados para a compreensão de diversos fenômenos socioespaciais do passado e do presente. A partir da confluência de muitos processos econômicos, políticos, sociais, culturais, em uma materialidade que expressa uma complexa “convivência de tempos” (Santos, 1996), essa porção da cidade comumente teve como chaves de interpretação pares de oposição (LEME e FELDMAN, 2011). Prevaecem (não de maneira exclusiva) debates que operam sob a divisão entre bairros operários e locais de prestígio, centro e periferia, local de migração e de nacionais, etc.

³⁷Kaigai Kogyo Kabushiki Kaisha, empresa controlada pelo governo japonês no início do século XX e responsável, juntamente a outras, pela organização da migração japonesa para o Brasil.

³⁸ Grifo nosso.

³⁹ Grifo nosso.

⁴⁰ Esse recorte temporal é proposto devido aos objetivos do trabalho. Isso significa ponderar para a existência de algumas dinâmicas importantes na cidade antes desse período, inclusive a presença de alguns migrantes internacionais, sobretudo portugueses, franceses, alemães. Para mais informações, ver: Bivar (2008).

A proposta para esse capítulo, entretanto, caminha em outra direção. A busca é por enfatizar a coexistência e as relações como elemento crucial na compreensão desse espaço. Mais especificamente, atento, por um lado, para alguns momentos e lugares específicos sobre os quais incidiram parâmetros de definição entre desejados e indesejados. Por outro lado, destaco algumas práticas cotidianas promovidas pelos migrantes e, por vezes, nacionais, que contam de maneiras variadas a vida na cidade. O objetivo é apresentar as constantes redefinições das fronteiras de cidadania, destacando maneiras pelas quais a negociação da inclusão, marginalização, pertencimento foram reproduzidas tendo como referência o centro de São Paulo. Enfatizar a coexistência implica em duas considerações importantes: i) a influência de processos multiescalares promovidos por diversos agentes na conformação desse espaço. ii) e a perspectiva de que as transformações pelas quais essa porção da cidade tem passado ao longo das décadas não necessariamente exclui permanências ainda relevantes atualmente (LEME e FELDMAN, 2011).

A referência ao final do século XIX se justifica pela intensidade das transformações ocorridas na cidade a partir desse período que, em poucas décadas, passa de entreposto comercial a um local de protagonismo econômico e político nacional e internacional. A passagem de um pequeno conglomerado situado no planalto entre os rios Tamanduateí e Anhangabaú, conhecido como o triângulo histórico⁴¹ para uma cidade de expansão acelerada é devedora, em grande parte, de alguns marcos de transformação social, técnica e de infraestrutura impulsionados pelo capital internacional e cafeeiro (ANDRADE, 2000; LEME e FELDMAN, 2011).

Se destacam nessa historicidade: i) a construção da estrada de ferro da São Paulo Railway Company, em 1867, ligando o porto de Santos à Jundiaí, interior do estado. Os impactos de sua construção resultaram em: um maior escoamento da produção cafeeira via porto de Santos; a intensificação da mobilidade de mão de obra migrante; e a fixidez de fazendeiros na cidade, uma vez que o trânsito entre São Paulo e o interior foi facilitado pela ferrovia (ANDRADE, 2000; BIVAR, 2008; LEME e FELDMAN, 2011).

ii) A migração subvencionada pelo Estado brasileiro e companhias privadas de imigração no intuito de incrementar a mão de obra nos cafezais do interior,

⁴¹Trecho delimitado pelas ruas Direita, São Bento e XV de Novembro.

culminando, inclusive, na construção da Hospedaria do Brás, em 1887, local de recebimento e triagem dessa população para as fazendas de café e com capacidade para 3000 pessoas (ANDRADE, 2000)⁴².

iii) A articulação do capital financeiro nacional e internacional a partir de atividades econômicas ligadas ao café e a industrialização, cujo papel foi o de financiar uma série de infraestruturas na cidade com o objetivo de colocá-la nos rumos da almejada modernidade (ANDRADE, 2000; LEME e FELDMAN, 2011).

iv) É também a partir do final do século XIX que a criminalidade passa a ser tomada como uma questão social em estreita associação com a migração e o rápido crescimento populacional na cidade. Como argumenta Fausto (2014), o desejo de progresso trouxe consigo o desejo de ordem, desenvolvendo mecanismos de vigilância que combinavam saberes sanitários e do direito, apontando grupos e locais específicos da cidade como problema a ser combatido.

4.1 – “INCLUSÃO DIFERENCIAL” E “MULTIPLICAÇÃO DE FRONTEIRAS”: O CENTRO DE SÃO PAULO EM DISPUTA.

São Paulo, que até 1872 possuía cerca de 30 mil habitantes, passaria a contar, já em 1900, com cerca de 260 mil pessoas e, em 1920 esse contingente já era de, aproximadamente, 580 mil pessoas (ANDRADE, 2000; ANGATU, 2017). Apesar da cidade contar com alguns migrantes ao longo do século XIX (BIVAR, 2008), grande parte desse aumento se deu em função da chamada “grande migração”, ou seja, a vinda de muitos migrantes que, de 1887 a 1930 somaram 3.8 milhões e dos quais aproximadamente metade viriam para São Paulo (FANTIN, 2013). Esse foi um processo tão marcante no período que pode ser compreendido como dinâmica constitutiva das possibilidades de expansão urbano-industrial da cidade e da própria produção do seu espaço urbano. A expressividade era tamanha que, em 1893 a população migrante representava cerca de 55% dos habitantes do município, sendo grande parte composta por italianos, portugueses, espanhóis, entre outros (ANDRADE, 2000; FAUSTO, 2014; AGANTU, 2017).

⁴²A primeira hospedaria para migrantes de São Paulo foi construída no Bom Retiro, em 1882, mas logo foi transferida para o Brás como resposta a estratégia das elites em segregar os migrantes dos bairros burgueses (ANDRADE, 2000).

O aumento populacional expressivo, associado a transformações urbano-industriais na cidade não tardaram a colocar pressão sobre os bairros que circundavam o núcleo mais densamente ocupado, o triângulo histórico. Pouco a pouco a demanda por moradia para a crescente população da cidade provocou fragmentações no denominado “cinturão de chácaras”⁴³ (LEME E FELDMAN, 2011) e nos bairros “além-tamanduateí” (ANDRADE, 2000), situados na outra margem do rio Tamanduateí⁴⁴.

A moradia, então, passara a ser um elemento central na cidade e, doravante, estaria no cerne de muitas dinâmicas socioespaciais de São Paulo. A compartimentação das chácaras, cujas transações, muitas vezes, envolviam migrantes donos dos terrenos, para outros migrantes que haviam enriquecido na cidade (BIVAR, 2008; FANTIN, 2013) foram dando lugar às vilas operárias e cortiços. Como mostra Bonduki (2014), ainda que houvesse modelos de vilas voltadas à classe mais abastada, a maioria era construída através de capital privado ligado às indústrias para atender a grande massa pobre da população que habitava a cidade, dentre eles muitos migrantes.

Com pouco controle público sobre o mercado imobiliário, ainda que regulamentações, sobretudo sanitárias, buscassem conter, sem sucesso, a proliferação de cortiços (CANTON, 2007), a regra era a compartimentar o máximo possível as unidades habitacionais, ampliando os recursos desse lucrativo negócio (SEVCENKO, 2004; KOWARICK, 2009; 2011). Para se ter a dimensão do impacto desse tipo de moradia na cidade, no início do século XX, em 1906, cerca de 33% da população do município de São Paulo residia em cortiços. Para o ano de 1920 a porcentagem aumenta para 66% (KOWARICK, 2009).

Boa parte dos discursos de vigilância e sanitaristas recaíam sobre as populações que habitavam os cortiços na época, relacionando, inclusive, esse tipo de habitação à criminalidade (CANTON, 2007; FAUSTO, 2014). Da mesma maneira, medidas sanitaristas vinculavam as condições de moradia nos cortiços à propagação de doenças, algo que supostamente colocava em risco toda a população da cidade (ANGATU, 2017). Consolidava-se, então, uma clivagem

⁴³ Bairros como: Bom Retiro, Pari, Bela Vista, Liberdade, Cambuci, Campos Elíseos, Barra Funda, Santa Cecília e Consolação.

⁴⁴ Bairros como: Brás, Mooca, Belenzinho.

socioespacial pautada na comparação entre locais higiênicos e limpos, e outros insalubres, sujos e perigosos.

A vinculação entre porções da cidade ocupadas por migrantes e nacionais pobres ao “atraso”, “incivilidade”, “perigo” e “doença”, em contraponto a ideias de “progresso” e “modernização”, no entanto, extrapolavam as referências aos locais e moradia. Angatu (2017) identifica, para o final do século XIX e início do XX, ao menos três locais da cidade vistos como obstáculos a serem superados pelo decurso da modernização: a Várzea do Carmo, que compreende as margens do rio Tamandateí na altura do que hoje compreende o Parque Dom Pedro II; o Sul da Sé, que compreende uma parte dos distritos da Sé e da Liberdade, também área de várzea do rio Tamandateí e onde se situa a Baixada do Glicério; e o Largo do Rosário, às margens do rio Anhangabaú, local profundamente transformado por edificações modernas ao longo do século XIX e XX.

Em comum a esses locais destacam-se: áreas alagadiças e de pouco valor econômico, locais de manifestações culturais de negros e indígenas, presença de migrantes, moradias precárias, comércio popular, presença de personagens indesejados, como: quituteiras, lavadeiras, caipiras, carroceiros. Assim, conjuntamente a representações positivas de uma cidade na qual a modernidade batia a porta, sobretudo tendo como referência seu “triângulo central”, constituíam-se as margens de São Paulo, os locais e sujeitos alvos dos processos de pedagogia e disciplina em nome de uma cruzada civilizatória, símbolos das fronteiras sociais, espaciais e morais da cidade.

A referência a uma moralidade que compunha essa marginalização se dá, porque nem sempre as associações pejorativas se referiam somente sobre um lugar em si, mas sobre determinados corpos e comportamentos que habitavam e transitavam por certos espaços. Como mostra Angatu (2017), fosse nas áreas “insalubres” ou “perigosas” da cidade, fosse nas áreas mais abastadas era a presença de determinados sujeitos que causava incômodo às elites da época⁴⁵.

⁴⁵ Nesse sentido duas passagens são emblemáticas: a primeira é uma declaração do então prefeito Washington Luís durante a gestão de 1914-1919 analisada por (Agantu, 2014, p. 88-91). Para justificar a necessidade de criação de um parque (atual Parque Dom Pedro II) na denominada “Várzea do Carmo”, umas das áreas estigmatizadas da cidade situada às margens do rio Tamandateí, faz declarações com expressões como: “superfície chagosa”, “ainda escalavrada, feia e suja”, “repugnante e perigosa”, “composta por negros vagabundos”, “de negras edemaciadas pela embriaguez”, “vencidos de todas as nacionalidades”, “todos perigosos”. A segunda passagem é

Apesar do mal-estar e desejo de apagamento manifesto, o cotidiano apontava não para uma exclusão, mas para uma “inclusão diferencial” dos indesejados (ESPIRITU, 2003; MEZZADRA e NIELSON, 2013). Bivar (2008), Sevcenko (2004) e Angatu (2017) ressaltam que apesar da ânsia pelo progresso e o apagamento de seus “contrários”, esses sujeitos desempenhavam funções fundamentais na reprodução social urbana. Mulheres que trabalhavam como domésticas, carroceiros que transportavam mercadorias e pessoas, “Pretos véio” que vendiam raízes, plantas, animais e uma infinidade de produtos, “caipiras” comerciantes de frutas e verduras, quituteiras que vendiam comida na frente de teatros e locais de entretenimento, entre outros, indicam que havia lugares e funções específicas reservadas a essa população na cidade.

Outro aspecto fundamental que compunha a divisão moral entre desejados e indesejados era a razão do trabalho. Fausto (2007); Telles (2001); Angatu (2017) ressaltam que muitos dos discursos que almejavam reposicionar e reforçar hierarquias se dava através da divisão entre “bom trabalhador” e “mal trabalhador”. O rótulo de “preguiçosos”, “que não se enquadram nos moldes do trabalhador”, “pessoas tomadas pela embriaguez habitual”, servia como um parâmetro simbólico de delimitação entre norma-desvio e norma-exceção (CHATTERJEE, 2011). Um mecanismo que operacionalizava justificativas em prol da necessidade de modernizar, apagar, docilizar, disciplinar. Tal moralidade era tão marcante que até mesmo migrantes desejados por serem brancos, católicos e europeus passavam a compor o quadro de indesejados caso não atendessem as expectativas do “bom trabalhador”.

Já para a associação feita entre migração e criminalidade, Fausto (2014) argumenta que a sobreposição entre falta de disciplina para o trabalho, “embriaguez”, “desordem” e local de moradia (cortiços), geravam dúvidas acerca da presença de alguns migrantes no Brasil e na cidade. Essa temeridade se traduz, por exemplo, em prisões realizadas já em 1894 contra organizadores dos movimentos operários, socialistas e anarquistas que pretendiam comemorar o 1º de maio. No ano seguinte, o autor repercute manifestações oficiais que vinculavam o aumento da

repercutida por (Fausto, 2017, p. 24). O autor apresenta um relatório do chefe da polícia de 1895 que vinculam o crescimento da mendicância com maior presença de migrantes. O relatório aponta o sucesso em reduzir a presença destes no centro da cidade, “local por eles preferido” (triângulo histórico já mencionado).

mendicância em São Paulo a maior presença de migrantes. Uma das soluções encontradas à época foi impossibilitar a entrada de migrantes nessa situação no centro da cidade, evidenciando a preocupação com o controle da circulação desses indivíduos.

Outro aspecto que aponta para uma aceitação relativa dos migrantes na cidade é o número de prisões feitas nos anos de 1904-1906, como mostra Fausto (2014). A proporção de “estrangeiros” presos era maior do que a de nacionais, ainda que nesse período os migrantes já não representassem a maioria populacional na cidade. Os principais delitos causadores dessas prisões eram: “embriaguez” e “desordem”, sendo que os nacionais (a grande maioria de negros e mulatos) lideravam no crime de “vadiagem”⁴⁶.

Se a pobreza era um fator decisivo para a negociação dos termos de desejado e indesejado, Andrade (2000) mostra como a ascensão social de alguns migrantes italianos também não foi bem-vista pela elite nacional, culminando, inclusive, em conflitos abertos por muitos locais do estado. Curiosamente, a autora aponta a face contrária da moralidade do trabalho, uma vez que os próprios migrantes a utilizavam como mecanismo de distinção e superioridade, justamente uma autorrepresentação civilizatória, argumentando que os nacionais teriam um baixo padrão de esforço para o trabalho.

Dessa maneira se, por um lado, como argumenta Angatu (2017), houve todo um encantamento sobre a presença de migrantes brancos e europeus em São Paulo, compreendidos como símbolos do progresso, modernização e civilização na cidade, missionários do branqueamento populacional, dotados de uma boa vontade para o trabalho, de religião católica e tidos como de “raça” superior (SEYFERTH, 2002). É verdade também que um grupo expressivo de italianos, portugueses, espanhóis, entre outros, conviviam com a desconfiança das práticas de vigilância policial e sanitária, atenuando uma vinculação total entre migrante europeu e população desejada⁴⁷.

⁴⁶ Para a contravenção de “Vadiagem”, 71% eram nacionais e 29% migrantes. Para “Embriaguez” 47% eram nacionais e 53% migrantes. E no crime de “Desordem”, 40% eram nacionais e 60% migrantes.

⁴⁷ É importante mencionar que essa associação entre criminalidade e migração aos poucos arrefeceu, como argumenta Fausto (2014). Algo que não ocorreu na associação entre criminalidade e negros, como aponta o autor.

A caracterização de quem era ou merecia ser cidadão, ou aqueles desejáveis e indesejáveis compreendia, assim, uma série de elementos morais, simbólicos que transitavam entre: raça, nacionalidade, ocupação, local de moradia, comportamento, pobreza e que eram mobilizados através de discursos sanitaristas, legais, raciais, nacionalistas. A própria constituição desses parâmetros de negociação da inclusão e marginalização se produziam a partir de uma simultaneidade de dinâmicas em curso, colocada em prática tanto por uma elite nacional, como por uma elite migrante que viria a se formar, mas sempre em vinculação estreita a diversos referenciais do cotidiano da cidade. Da mesma maneira, se redefiniam, a partir dessa sobreposição complexa, discursos e práticas que identificavam os lugares desviantes e as exceções a serem transformadas, apagadas e esquecidas.

Ao atentar para aspectos estruturais e conjunturais, nota-se as reelaborações pelas quais as fronteiras da inclusão e exclusão foram e têm sido construídas. Heranças simbólicas do passado se misturam com projeções e representações atuais de modo a compor um quadro prenhe de continuidades e discontinuidades. Como argumenta Telles (2001) a noção de modernização surgiu como mito fundador de uma ideia de nação, de cidade, de futuro, do que almejava ser (e não ser) em relação com seus contrapontos (sociais, espaciais, históricos). E, do final do século XIX até aproximadamente 1920, essa foi uma disputa travada, majoritariamente, no centro da cidade.

Entretanto, se a criação, negociação e prática dos direitos e do pertencimento foram projetadas sob determinadas perspectivas no discurso oficial, o cotidiano se mostrava muito mais diverso, evidenciando múltiplas formas pelas quais essas normas eram ativadas, distorcidas e testadas em diferentes domínios da vida social. Para além da representação do migrante operário ou trabalhador da lavoura, havia uma série de práticas que ampliavam as versões veiculadas pelos documentos e relatórios administrativos, chamando a atenção para um protagonismo migrante na cidade. Isso remete ao que Mezzadra (2015) conceitua como “direito de fuga”, ou seja, agenciamentos cotidianos, coletivos ou não, que partem da concepção da migração como movimento legítimo. Fossem ou não considerados cidadãos, as práticas dos migrantes apontavam para reivindicações de quem “se considerava cidadão”, independentemente do reconhecimento formal.

Fausto (2014) relata que, diante do que era interpretado como injustiça policial pelos italianos na cidade, estes organizaram comícios, ataques a postos policiais, denúncias em jornais da colônia, ampliando o leque de ações de reivindicação política para além daquelas estritamente vinculadas aos movimentos operários do início do século XX. Também era comum, segundo o autor, casos de arrecadação financeira para o pagamento de advogados, formas de organização coletiva para pressionar testemunhas e até mesmo tentativas de influenciar a opinião pública através da grande imprensa.

Outra forma de ressaltar esse agenciamento político foram as análises sobre as articulações e forma de associações de ajuda mútua, no intuito de facilitar a inserção de conterrâneos na cidade. Biondi (1999) mostra a relevância dessas para muitos migrantes vindos da Itália. Segundo o autor, as associações congregavam diferentes identidades e formas de engajamento, predominando, em seu início, aquelas de base nacional. Em outros casos prevaleciam a orientação política (socialistas, republicanos e monarquistas). Havia também as recreativas, filodramáticas, esportivas, mas, as que predominavam eram as operárias. Biondi (1999) mostra que em 1906 havia 136 associações no estado e em 1912 esse número já era de 392. Dentre estas, havia o que o autor pontua como as associações de “socorro mútuo”, cujo principal objetivo era assegurar aos sócios, em um período em que ainda não existiam serviços públicos de saúde e aposentadoria, possibilidades de acesso médico, alguma garantia financeira após anos de trabalho, subsídio para desemprego, entre outros.

Fantin (2013), por sua vez, identifica esses agenciamentos e as formas heterogêneas de organização na migração japonesa. Assim como ocorreu com os migrantes italianos, o autor mostra o funcionamento de redes que viabilizavam a vinda de muitos migrantes para a cidade, sobretudo aqueles que fugiam ou deixavam as lavouras de café. Para isso tiveram papel importante a própria rede de conterrâneos, japoneses com pequenos negócios estabelecidos na cidade, comerciantes e donos de pensão, como descrito em um dos trechos que abre o capítulo. Compunha essa rede, inclusive, Rodrigo Silva, representante da Companhia Imperial de Emigração, que passou a residir na cidade de São Paulo no começo do século XX.

Em sua análise sobre a migração russa para São Paulo a partir dos anos 1920, Ruseishvili (2016) identifica uma série de atividades cotidianas desenvolvidas por esse grupo no centro da cidade. No âmbito profissional e econômico destacavam-se bares, refeitórios populares, consultórios médicos, pequenos estabelecimentos comerciais, entre outros. Da mesma maneira, a autora ressalta o papel central que a dimensão religiosa e associativa desempenhava na possibilidade de recriação de padrões culturais, funcionando como espaço religioso, mas também como local de encontros sociais, interação dentro da comunidade e transmissão cultural através de escolas dominicais. Além disso, a própria busca em viabilizar a construção de uma paróquia ortodoxa envolveu de muitas formas a comunidade russa da cidade e de outros países, assim como relações interétnicas com ortodoxos sírios, que recebiam em suas igrejas já estabelecidas na cidade, os russos recém-chegados.

Ruseishvili (2016) relata também as fissuras e tensões dentro desse grupo migratório, ressaltando a heterogeneidade de classe, status, estratégias migratórias e posição política. Se no centro de São Paulo, sobretudo em suas áreas mais nobres, representadas, a época, pelo triângulo central e distritos que se situavam a oeste do centro⁴⁸, residiam a elite intelectual russa. Em bairros mais afastados⁴⁹, periferia do então núcleo central, residiam migrantes russos operários de classes populares. Apesar de trânsitos e relações entre os dois grupos, a autora enfatiza que a divisão espacial entre ambos retratava uma divisão de poder, uma vez que a maior parte das infraestruturas nas quais a sociabilidade se dava estavam localizadas no centro.

Por fim, assim como observado com relação a outras migrações para a cidade, Ruseishvili (2016) também identifica, sobretudo nos migrantes russos mais pobres, o movimento de saída das lavouras de café em direção a cidade, além do apoio, através de pequenas redes comunitárias, de vizinhança, corretores que viabilizavam a moradia e facilitavam, através da proximidade com outros migrantes russos, uma inserção socioespacial na em São Paulo.

O conjunto de “infraestruturas de mobilidade” (MEEUS e HEUR, 2019; JUNG e BUHR, 2021) viabilizava tanto atividades comerciais e a moradia, como outras

⁴⁸ Aqui me refiro a Santa Cecília, Largo do Arouche, Campos Elíseos, Consolação, Higienópolis.

⁴⁹ Aqui me refiro a alguns bairros “além-Tamanduateí”, como: Vila Prudente e Vila Alpina.

práticas da vida social voltadas ao lazer e confraternização. Com relação a moradia, muitas pensões pertenciam a migrantes europeus de décadas anteriores que enriqueceram ou mesmo alguns nacionais, que alugavam quartos nos porões das casas para outros migrantes recém-chegados (Fantin, 2013). Nas relações econômicas destacavam-se os pequenos comércios, oficinas, marcenarias, muitas das quais funcionavam no próprio espaço doméstico. A isso se somavam jornais das comunidades, escolas, clubes, festividades, o futebol de várzea⁵⁰, articulações que aos poucos expandiam as possibilidades de “sustentabilidade de vida” (MAGLIANO e ARRIETA, 2021) e promoviam uma “ocupação silenciosa do ordinário” (BAYAT, 2009).

Entretanto, apresentar os agenciamentos que são “mais-do-que-Estado” (FREGONESE, 2015), não significa afirmar que o Estado não compunha esse cotidiano de diferentes maneiras. A parte o óbvio papel de subsidiar a migração para o país e todo o conjunto normativo que definia as condições de entrada e permanência, é importante lembrar que nem todos os migrantes subvencionados estavam na mesma categoria de desejados. A migração japonesa é emblemática nesse aspecto, pois diante dos condicionantes de classificação racial em voga no final do século XIX e início do XX, essa migração estava distante de um ideal nacional. Os japoneses eram tidos como inassimiláveis, ou seja, grupo que dificilmente incorporaria os valores esperados para um ideal de nação que recém havia se formado (SEYFERTH, 2002).

Por outro lado, como mostram (Seyferth, 2002; Koifman, 2012; Fantin, 2013) a ascensão do governo Vargas impôs uma série de restrições à migração em prol do “trabalhador nacional”⁵¹. Ainda assim, a referência a um par de oposição nacional e estrangeiro não resumia a questão. Outros componentes se somavam como: ser nacional italiano, alemão e japonês no período da segunda guerra mundial, lembrando que esses conformavam os países do eixo. Fantin (2013) relata que no ano de 1942 houve uma ordem de evacuação para os japoneses residentes na rua Conde de Sarzedas, reduto dessa nacionalidade por muitos anos em São Paulo, como veremos mais adiante, o que provocou uma dispersão pela cidade para outros

⁵⁰ Para breves apontamentos sobre o papel do futebol na sociabilidade entre diversas nacionalidades e nacionais, ver: Seabra (2000).

⁵¹ A categoria do trabalho passa a ser tão valorizada, que a própria constituição de cidadania passa a vigorar em torno desse elemento. Para mais detalhes, ver: Telles (2011).

bairros mais distantes. Outra medida que relata Fantin (2013) foi a proibição de compra e venda de propriedades por alemães, italianos e japoneses, além da nacionalização das empresas estrangeiras.

Esse panorama breve sobre a vida cotidiana na cidade demonstra a complexidade pelas quais eram definidos os parâmetros de negociação entre as fronteiras de inclusão e marginalização. Discursos oficiais, medidas normativas, vigilância, práticas higienistas, políticas de migração conviviam com agenciamentos que distorciam na escala local muitos dos objetivos dessas medidas. As formas de pertencimento e de inserção na cidade por parte dos migrantes envolvia uma gama de estratégias que transitava entre a ajuda para moradia e trabalho, até a dimensão religiosa e de sociabilidade. Pequenas redes, fugas das fazendas de café, reivindicação contra a violência policial, convivência com nacionais, apontam para um movimento *entre* as fronteiras de inclusão e marginalização.

O conjunto de “geometrias de poder” (MASSEY, 1999) em disputa pela participação política, social, econômica na cidade transformava o centro de São Paulo em um dispositivo de hierarquização, inclusão diferencial, ponto de tensão e, em última instância, referência espacial na definição de quais possibilidades e futuros urbanos almejava-se construir. A disputa pela legitimidade sobre quem, como e onde viver se traduzia materialmente em “diferenciações sócio-espaciais” (CORRÊA, 1997) que refletiam as ambiguidades não somente dos processos migratórios, mas da própria constituição da cidade. Assim, a seguir me atentarei mais especificamente para um desses locais situados nas fronteiras da inclusão e marginalização. Local marcado por diversos movimentos migratórios e transformações que expressam muitas dessas dinâmicas apresentadas: a Baixada do Glicério.

4.2 – BAIXADA DO GLICÉRIO E AS MARGENS CENTRAIS DA CIDADE: ESPAÇOS MALDITOS, ESPAÇOS SAGRADOS E A DIVERSIDADE SOCIOESPACIAL.

É quinta feira, por volta das 13:00. Desço pela Rua dos Estudantes, via não muito larga que atravessa parte do distrito da Liberdade, no centro de São Paulo. Aos poucos me afastava da famosa praça da Liberdade, símbolo

territorial e de referências orientais da cidade⁵². Quanto mais me distancio, percebo as alterações em algumas atividades econômicas e, aos poucos, a quantidade de pessoas se torna mais escassa. Ao cruzar a avenida Conselheiro Furtado, ainda caminhando na mesma Rua dos Estudantes é nítida a mudança na paisagem. As referências orientais desaparecem e imediatamente as percepções, símbolos e fachadas anunciam que estou em outro lugar. Me deparo com residências abandonadas e lacradas com tijolos no local onde deveriam ficar as portas, algumas delas de fachada antiga. Há também estacionamentos, pequenos armazéns, bares, alguns poucos carros parados na rua e um movimento de pessoas que aumenta gradativamente.

Quase no final da rua a paisagem no meu entorno é composta por: migrantes haitianos que vendem frutas em uma das esquinas; grupos de jovens rapazes em frente a dois bares, nas duas calçadas da rua, que ao cruzá-los pude ouvir palavras em português e espanhol; pequenas casas germinadas pintadas em colorido e sem recuo, algumas delas com placas que anunciavam aluguel de quartos. Em frente a uma delas se vendia móveis e eletrodomésticos usados, cujos vendedores eram haitianos. Havia também um bar com alguns rapazes dentro, e que chamou minha atenção pela bandeira de Guiné-Bissau pintada na parede ao lado da entrada. Continuo pela mesma rua que, em determinada altura, dobra-se para a esquerda. À frente mais casas germinadas coloridas e do lado oposto uma escola com a fachada coberta por *Graffitis*. Penso que o movimento de pessoas na rua é alto para o horário e dia da semana. Há pessoas em outros bares ou em frente a alguns prédios altos e antigos que começam a se destacar na paisagem.

Virei à direita na Rua Conde de Sarzedas e em seguida à esquerda na Rua Glicério onde cerca de 15 migrantes haitianos estavam na calçada. Vendiam frutas, banana da terra, farinha, milho ou passavam tempo imediatamente à frente do complexo religioso denominado Missão Paz. Cruzei os portões e, no grande pátio que marca sua entrada, estavam cerca de 100 migrantes, a maioria quase absoluta composta por homens negros, mas havia também algumas mulheres, assim como poucas pessoas brancas. Estavam reunidos em grupos e rodas, mas havia quem estivesse sozinho. A maioria aparentava ser de jovens (entre 25 e 40 anos), mas notava-se pessoas mais velhas. Suas expressões apresentavam um combinado de descontração, tensão, angústia, esperança e desânimo. Cruzei por todo o pátio observando-os e entrei em um dos salões para me apresentar ao trabalho voluntário que realizo todas às quintas feiras. Este é um dos dias da semana (junto com terça-feira) que empregadores vão à Missão Paz no intuito de contratar migrantes para diversos postos de trabalho. (Diário de campo: 16/04/2019)⁵³.

“Distrito sul da Sé”, “Distrito da Glória”, “Distrito da Liberdade”, essas foram as denominações pelas quais, desde início do século XIX, referiu-se à porção da cidade situada nas adjacências imediatas ao sul do triângulo central. Como mostra o historiador Nicolau Sevckenko (2004), desde o início século XIX esse foi considerado

⁵² É importante mencionar que a praça da Liberdade e esse distrito como um todo é, acima de tudo, um território em disputa em que as referências orientais são cada vez mais questionadas por se sobreporem a referências negras.

⁵³ Esse trecho do diário de campo já foi utilizado em artigo elaborado para o VI Seminário do Núcleo Interdisciplinar de Estudos Migratórios (NIEM). Algumas poucas alterações foram realizadas, a partir de algumas pontuais observações feitas posteriormente.

um espaço maldito da cidade, onde foram instaladas ali muitas instituições tidas como problemáticas a época, como: a Força (onde atualmente se situa a praça da Liberdade), o arsenal e armazém de pólvora da cidade, o primeiro cemitério público de São Paulo, o “Cemitério geral” ou “Cemitério dos Aflitos”, criado em 1779⁵⁴ e local de sepultamento dos indigentes, condenados, escravizados, suplicados. Cemitério dos anônimos, como define Sevcenko (2004). Ali próximo, na atual Praça João Mendes, se situava o Pelourinho e a Cadeia pública.

Por outro lado, como mostra Sevcenko (2004), o distrito também se cercou de sacralidades, traduzidas espacialmente na Igreja dos Aflitos (capela do cemitério) e a Igreja da Santa Cruz dos Enforcados, referências religiosas vinculada aos negros escravizados ou libertos que habitavam e transitavam o pelo local. Durante boa parte do século XIX, fosse em sua porção mais alta ou na parte rebaixada e alagadiça, figurava, nessa parte da cidade, uma diversidade de sujeitos, como: Indígenas e descendentes tupis que utilizavam o rio Tamandateí como referência de lazer⁵⁵, personagens como “Preto Badaró”, caminhante errante e veterano da guerra do Paraguai, “Baduíra”, um respeitado babalorixá que possuía tenda na baixada do bairro, próximo à rua Lavapés. Relata Sevcenko (2004) que seu prestígio era tamanho que até mesmo pessoas da elite paulistana o visitava de forma sigilosa. No que se conhecia como “Rua dos Ingleses” habitava, no início do século XIX, o coronel inglês John Rademaker (motivo de a rua ter recebido uma referência aos ingleses). Tinha como vizinho um médico, naturalista e cartógrafo alemão, Joseph Friedrich Rath (SEVCENKO, 2004). A parte algumas exceções, nesse período, tanto em suas partes altas, como em suas porções mais baixas e alagadiças, próximas ao rio Tamandateí, a Liberdade abrigava uma porção daquilo que era tido como ameaçador, perigoso, desprezível da cidade.

Grande parte de suas feições seriam transformadas a partir do avanço da urbanização pelas quais São Paulo passaria no final do século XIX. Como já mostrado, foi nesse período que a cidade passa a ser majoritariamente urbana, uma expansão que modificaria o entorno de sua área central, até então voltada mais a funções residenciais, para outra ligada ao comércio e indústria. Bancos se instalariam na cidade e à luz das referências modernas, a implementação de uma

⁵⁴ O cemitério foi desativado em 1858, após a inauguração do cemitério da Consolação.

⁵⁵ De acordo do Sevcenko (2004), as crianças desciam em direção ao rio para jogar peteca, jogo proibido à época. Assim, era recorrente a presença da polícia na beira dos rios para coibir a prática.

infraestrutura urbana que passava a atrair cada vez mais pessoas. Somado a essas modificações, a vinda de muitos migrantes dos mais diversos lugares do mundo. E foi também pelo desenrolar desses processos que a parte mais baixa do distrito se transformou na porção hoje conhecida como “Baixada do Glicério”.

A intensa ocupação populacional que passa a ocorrer na segunda metade do século XIX, conjuntamente à expansão mais expressiva da cidade, criou áreas de transição entre o centro e os bairros “além-tamanduateí” (PATTS, 2000). Como parte do distrito da Liberdade, a Baixada do Glicério compunha uma das margens do então núcleo central. O local, pouco povoado até esse momento, se constituía de rotas que levavam ao litoral sul e outros pequenos vilarejos situados na porção sul da cidade, além de abrigar chácaras que se fragmentariam em lotes residenciais. Um de seus limites era demarcado pelo rio Tamanduateí que, no período apresentava-se como um obstáculo natural significativo de expansão urbana.

Do final do século XIX ao final da década de 1920 a expansão urbana teve os bairros centrais como principais alvos. A fragmentação do “cinturão de chácaras” se deu em prol de uma demanda por loteamentos voltados à moradia. Como consequência dessa transformação, conjuntamente a demanda por habitação, a especulação imobiliária tornou-se, rapidamente, uma atividade extremamente rentável, como já mencionado.

Segundo Sevcenko (2004) as transformações socioespaciais da cidade carregavam as ambiguidades das referências modernas que passariam a vigorar como horizonte a ser alcançado no final do século XIX e início do XX. Rumo a um almejado progresso civilizatório, criou-se uma aversão em relação às várzeas e rios e, conseqüentemente à população que ali habitava, tidos como símbolos do atraso, sujeira, doenças, etc. Essa concepção de progresso, em associação a urbanização da cidade, provocou um padrão em que: (SEVCENKO, 2004, p. 26-27).

“...as camadas dominantes se estabelecerem nos terrenos mais altos da topografia, relegando as baixadas, as várzeas e demais zonas alagáveis ou vizinhas às estradas de ferro para as fábricas, armazéns, oficinas e populações operárias. No caso da Glória, o arrasamento do Morro do Tabatingüera e a retificação do curso do Tamanduateí abriram amplas áreas nos baixos do Glicério, atraindo fábricas, depósitos, pequenas lojas, oficinas e manufaturas. De entremeio, difundiram-se conjuntos homogêneos de habitações populares, geralmente em sobrados geminados, de três pavilhões, que eram repartidos internamente, sendo então alugados e compartilhados por várias famílias. Até os porões, em geral com janela ou saída direta para a rua, eram alugados e compartilhados. Paradoxalmente,

a parte mais elevada da Glória foi alvo de uma reurbanização exuberante pelo então prefeito, o Conselheiro Antônio Prado, que transformou a agora Avenida da Liberdade num elegante bulevar arborizado”.

A atuação do poder público a partir do final do século XIX foi marcante na Liberdade. Como mostra Fantin (2013), as áreas que margeavam o rio Tamanduateí (praticamente toda a área da Baixada do Glicério), foram declaradas de utilidade pública no intuito de prolongar e estruturar algumas vias de fluxo. Entretanto, como mostra o autor, o processo de fragmentação das chácaras e transações envolvendo casas e terrenos por proprietários já estava em curso desde esse período, não sendo o poder público o único responsável pelas mudanças ocorridas no bairro. Se encontravam registros de transação imobiliária para as ruas como: Tabatinguera, São Paulo, dos Estudantes, Conde de Sarzedas, entre outras. Na parte superior do bairro, inúmeras vias, lotes voltados a grandes residências, alargamento de vias. Em sua baixada, predominavam os loteamentos voltados à pequenas unidades habitacionais.

A proliferação das moradias coletivas no Glicério se inicia, então, justamente no final do século XIX, para atender a crescente demanda por habitação na cidade. As chácaras que existiam no local, aos poucos, passam a ser divididas em glebas menores para dar lugar às vilas residenciais, como: Vila Suíça, a Vila dos Estudantes, Vila Sarzedas, Vila Carolina Augusto⁵⁶ (CANTON, 2007). Parte das estruturas das vilas e a manutenção da moradia coletiva e precária ainda se mantém e são justamente nesses locais que residiram migrantes do passado e residem, em grande medida, os migrantes na atualidade.

A característica habitacional voltada para a moradia de aluguel e de baixos valores, onde predominavam cortiços que, atualmente convivem com apartamentos pequenos (antigos e novos), compõem parte da conjunção de elementos atrativos aos migrantes. É um importante elo entre o passado e o presente e possibilita que o Glicério seja um dos espaços de presença constante da migração na cidade⁵⁷. Um bairro que passaria a congregar múltiplas plataformas de chegadas, saídas,

⁵⁶ As últimas duas primeiras ainda estão no bairro. Já a Vila Carolina Augusto foi demolida parcialmente em 1986 pelo sindicato dos bancários. E a Vila Sarzedas, foi completamente demolida, em 1985, para a construção de um estacionamento.

⁵⁷ Como mostra Bonduki (2014) a construção de vilas e residências coletivas eram o modelo mais atrativo para investidores privados, que se beneficiavam do pouco controle do Estado sobre o preço do aluguel e a alta demanda por moradia, impulsionada pelo crescimento populacional na cidade.

permanências e que aos poucos se constituía de recursos preciosos para a “sustentabilidade de vida” de muitos migrantes (nacionais e não nacionais) na cidade.

A participação de migrantes na transformação socioespacial do bairro, por sua vez, não se dava apenas ocupando as pensões e porões das vilas construídas. No final do séc. XIX e início do XX era marcante a presença de proprietários migrantes, sobretudo europeus, que sublocavam quartos para outros (conterrâneos ou não), como argumenta (Fantin, 2013, p. 58.)

De modo geral, as ruas próximas ao centro de São Paulo, contíguas à Sé, apresentaram venda de terrenos, e consecutivamente de casas concentradas no final do século XIX e início do século XX. Nas áreas mais distantes, sobretudo para o sul do bairro, as negociações demoraram um pouco mais para se diversificar. Foram identificados os proprietários atuantes nesse contexto, o que deixa claro o protagonismo dos imigrantes europeus. Sobressaem-se italianos, portugueses e espanhóis, mas em meio a tantos registros também são encontrados imigrantes de outras regiões, como por exemplo os de origem árabe e inglesa.

Além disso, a ocupação do bairro por migrantes europeus no final do século XIX e início do XX também foi responsável pela proliferação de pequenos comércios e atividades de varejo (alfaiataria, barbearia e cabeleireiro, botequins, bares, padarias, fábrica de massas, secos e molhados, dentre outros). Somado a presença de migrantes e nacionais diversos, a instalação do curso de direito no centro (Largo São Francisco), no final do século XIX, atraiu uma série de estudantes para muitas ruas do bairro, incrementando a diversidade que habitava a Liberdade (SEVCENKO, 2004; CANTON, 2007; FANTIN, 2013; ANGATU, 2014).

Com relação à expansão industrial, o próprio Glicério abrigava em parte de seus terrenos nesse período que marca o final do século XIX e o início do XX, duas indústrias: a Sudam (fábrica de cigarros) e a Penteado (indústria têxtil) (CANTON, 2007). A empresa de trem São Paulo Tramway, responsável pela construção da ferrovia Santos-Jundiaí, instalaria no local, no começo do século XX, galpões para oficinas de manutenção dos bondes do trem, fatores que atraíram uma quantidade importante de operários. Desse modo, ainda que em menor intensidade se comparada aos bairros "além-tamanduateí", a dinâmica urbana-industrial em expansão na cidade também atravessava de maneira profunda o Glicério (CANTON, 2007).

Entretanto, como mostram (Canton, 2007; Bivar, 2008; Fantin, 2013; Angatu, 2014), a fragmentação das chácaras e a relação entre industrialização e transformação do bairro não explicam completamente sua constituição. A proximidade do Glicério com o triângulo histórico, com a várzea do Carmo e alguns mercados populares apontava para a existência de uma relação socioespacial interligada por diversos grupos distintos. Os registros históricos levantados pelos autores citados descrevem a presença de lavadeiras que transitavam no Glicério e utilizavam as várzeas do Tamanduateí para lavar as roupas de uma elite residente na porção mais abastada da cidade. Carroceiros (nacionais) que faziam o transporte de diversos materiais, cujo “estacionamento” se situava no que hoje é conhecida como rua São Paulo (SEVCENKO, 2004). Caipiras atravessavam o bairro vindo de outros cantos da cidade para comercializar alimentos. Migrantes operários, pequenos comerciantes e donos de pequenas oficinas que trabalhavam no quintal ou porões das pensões. Em outras palavras, a vida cotidiana do Glicério era composta de diversas práticas envolvendo diferentes grupos sociais.

A migração japonesa é emblemática nesse sentido. Fantin (2013) mostra que mesmo antes do famoso navio *Kasato-Maru*, em 1908, trazer os “primeiros” japoneses ao Brasil, cujo destino seriam as lavouras de café, já havia registro de alguns deles na cidade. Porém, a maior ocupação se inicia mesmo a partir da chegada da embarcação. Segundo Fantin (2013), foram 10 migrantes japoneses que, após serem transferidos para a Hospedaria do Brás, se fixaram no distrito da Liberdade, mais especificamente nas partes baixas da rua Conde de Sarzedas, no Glicério, no que viria a se constituir uma importante via de concentração de migrantes dessa nacionalidade. A ocupação se deu, em sua imensa maioria, justamente nos porões das casas.

No entanto, ainda que grande parte habitasse os porões, havia japoneses donos de pensão e de pequenos negócios que recebiam contrerrâneos fugidos das fazendas de café e contribuía, assim, para o aumento da presença japonesa no bairro. Segundo o Museu da imigração japonesa (2019), em 1912 residiam na Rua Conde de Sarzedas, uma das ruas principais do Glicério, cerca de 300 japoneses. E Fantin (2013) mostra que em 1920 já eram cerca de 966 japoneses no distrito da Liberdade. Aos poucos outras vias foram sendo ocupadas e comércios, restaurantes, mercearias, tinturarias, sendo abertas, funcionando quase sempre nos

porções das casas. E já nesse período, tinha-se notícia de associações rotativas de crédito, escolas, clubes. Também passaram a circular jornais da colônia, revistas e outros periódicos. (FANTIN, 2013).

É nesse contexto que o local então passa a abrigar cada vez mais migrantes, se caracterizando como um bairro marcado pelas sucessivas levas de migrações internacionais e internas. Na virada do século XIX para o XX a maioria absoluta de migrantes era provinda da Europa e, na primeira década do século XX, o Glicério começa a receber muitos japoneses. Fantin (2013) mostra que em 1934 a maior população de não nacionais na Liberdade era de italianos (8,87%), seguidos por portugueses (4,62%) e japoneses (2,1%). Os registros davam conta de outras nacionalidades, como: espanhóis, alemães, austríacos, húngaros, russos, sírios, além de uma grande maioria de nacionais, que representavam (77,75%) da população do distrito⁵⁸. Assim, apesar do Glicério representar uma importante localização para migrantes, o local oferecia possibilidades de inserção na cidade também para nacionais, em sua maioria pobres, reforçando a caracterização de um lugar diverso.

Com o passar dos anos, o distrito da Liberdade foi incorporando novas feições e espacialmente passou a ser dividido em dois: sua porção mais elevada e a sua baixada:

“... a parte mais elevada da Glória foi alvo de uma reurbanização exuberante pelo então prefeito, o Conselheiro Antônio Prado, que transformou a agora Avenida da Liberdade num elegante bulevar arborizado”. “O contraste entre os altos da Liberdade e os baixos do Glicério definia agora o retrato acabado da nova segregação social que marcaria a cidade” (SEVCENKO, 2004, p. 27).

O Glicério foi adquirindo características típicas dos bairros centrais, com funções que combinam moradia (precária), uma população pobre da cidade, mas também com a presença de indústrias, serviços, atividades comerciais e produtivas.

Com o passar das décadas, as transformações urbanísticas pelas quais passava a cidade também atingiram o Glicério. A partir dos anos 1930 a 1970,

⁵⁸ Um símbolo dessa presença foi a criação da “Escola de Samba Lavapés Pirata Negro”, em 1937, a mais antiga ainda em atividade na cidade. A escola foi fundada por Deolinda Madre, conhecida como Madrinha Eunice e se situava na fronteira entre o Glicério e o Cambuci. Recentemente, Madrinha Eunice ganhou uma estátua na Praça da Liberdade em memória à presença negra no distrito e como contraponto a ideia de um distrito exclusivamente oriental. Para mais informações, ver: <https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2022/04/02/estatua-da-sambista-negra-madrinha-eunice-e-inaugurada-na-liberdade.ghtml>. Acesso em 19/04/2022.

Sevcenko (2004) repercute a verticalização do centro, a expansão de linhas de bondes e ônibus, o aumento da presença de carros, aberturas de avenidas e a constituição de novos bairros periféricos, alterando, ainda que não completamente, a lógica do aluguel de casas ou quartos na área central da cidade.

Novas levas de migrantes (nacionais e não nacionais chegaram ao bairro), parte da estrutura das vilas residenciais foi demolida para a construção de estacionamentos, prédios (públicos e privados) e vias como a que corta o Glicério ao meio atualmente e interliga a região leste e oeste da cidade. As referências a presença europeia praticamente desaparecem, as orientais sobem as ladeiras em uma representação simbólica da ascensão social e da transição dos japoneses de indesejados para desejados. A parte turística, aquela que “vale a pena ser vista”, se restringe a porção alta do bairro. A delimitação com sua baixada é marcada espacialmente pelo fim dos símbolos orientais, como descrito no trecho do caderno de campo que abre a seção. Tal fronteira também marca a divisão entre a “parte mais segura”, daquela “mais perigosa”, “tomada pelo crime e por usuários de droga”.

4.2.1 – Heranças socioespaciais e a coexistência de tempos, lugares e vidas.

A trajetória do Glicério sugere um roteiro de decadência. Um espaço que já foi e não é mais ou que nunca chegou a ser. Um local sob constantes reafirmações, ao longo da história, como “margem em pleno centro da cidade”. A cidade real ante as expectativas de uma cidade ideal (Telles, 2001). O Glicério é representado, geralmente, como um local que clama pelas soluções urgentes traduzidas por ideias de desenvolvimento, revitalização, requalificação que apagariam seus males sociais e espaciais.

Porém, a história do Glicério e dos que ali passaram ou atualmente residem, quando contada a partir das trajetórias desses indivíduos, aponta uma existência para muito além de um problema a ser resolvido, muito além da necessidade de compensações. O que se perfila a partir dessas experiências é um local que torna possível não somente a reprodução da migração na cidade, mas que torna possível a própria reprodução histórica da cidade (SEVCENKO, 2004).

A herança dos cortiços, símbolo de referência dos espaços malditos da cidade, torna-se “requalificado” não por parceiras público-privadas ou demolições,

mas pelas inúmeras vidas e trajetórias que ali se passam. Isso obviamente não significa romantizar esse tipo de moradia comumente insalubre e cara, quando comparada a metragem e valor cobrado (KOWARICK, 2011). A atenção a esse tipo de moradia se dá pela possibilidade que oferece para a vida em mobilidade, tornando o bairro uma infraestrutura de chegada, de permanência, de passagem, de sociabilidade, de usufruto de serviços sociais (específicos ou não para migrantes), de habitar o centro da cidade e de interligar-se com outros locais da cidade, do país ou do mundo⁵⁹.

Todos os relatos e trajetórias trazidas aqui são de pessoas que habitam ou passaram pelas antigas vilas ou quartos de pensão coletiva⁶⁰. Porém, mais do que contar a história habitacional da cidade, a intenção é enfatizar como esse tipo de moradia, que se mantém em boa parte do Glicério, significa um dos elementos que contribui de maneira decisiva para a concentração de tantos migrantes no bairro.

Em geral, de acordo com os interlocutores, um quarto custava, no início de 2020, por volta de 500 reais. O processo de locação, segundo os que seguiram por esse caminho é feito, normalmente, por uma rede informal de amigos, parentes, que já residiam no Glicério e recebem essa pessoa. A partir daí, alguns seguem para residir em um quarto individual ou com mais pessoas. Já outros mobíliam as casas, nos metros quadrados de um quarto, com armários de cozinha, cama, fogão, geladeira, pequenos guarda-roupas, entre outros itens.

A seguir, um mapa com a delimitação da área do Glicério e a distribuição de cortiços. Nota-se a elevada concentração principalmente nas partes em que antigamente eram formadas pelas vilas, com cerca de 60. Na porção mais a leste, há a presença de terrenos maiores, como aqueles que abrigam a Missão Paz, e antigamente eram cortados pelo rio Tamanduateí antes de sua retificação, compondo uma parte da extensão do que era conhecido como a "Várzea do Carmo". É importante destacar também que os dados que compõem o mapa são de 2015 e

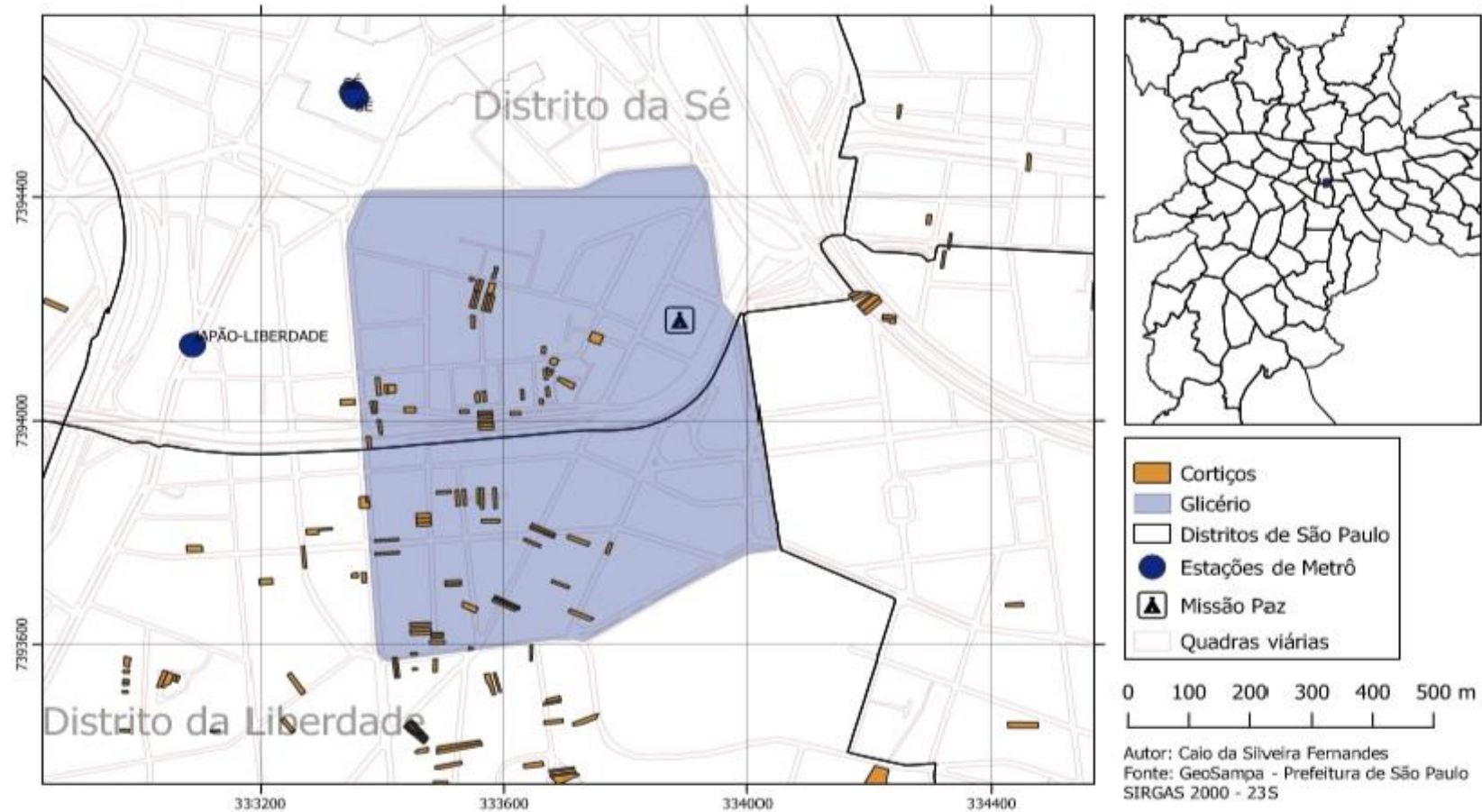
⁵⁹A "Baixada do Glicério" abrigou um terminal de ônibus que, em sua primeira fase, de 1973 a 1977, fazia a ligação com a Baixada Santista. Entretanto, o terminal foi reativado pelo então prefeito Olavo Setúbal em 1978 para dar suporte a linhas de ônibus vindas do Nordeste e Minas Gerais. O terminal foi desativo em 1982, após a inauguração da rodoviária do Tietê. A localização do terminal rodoviário ficava embaixo do viaduto Leste-Oeste e imediatamente atrás de onde se localiza a Missão Paz. São muito escassas as informações sobre esse terminal rodoviário. Uma das poucas fontes encontradas e que congrega um conjunto de informações é: <https://www.youtube.com/watch?v=qW2s-qe81-M>.

⁶⁰ A moradia de cortiço no Glicério como elo entre o passado e o presente da migração é retratada também no curta metragem "Liberdade", em que a convivência entre um migrante africano e uma migrante japonesa na mesma casa se traduzem como elementos simbólicos dessa ligação.

alguns desses locais já foram derrubados para a construção de prédios novos já prontos ou em construção.

Por outro lado, cabe ressaltar que para além desses cortiços contidos no mapa, há outros locais onde identifiquei esse tipo de moradia na pesquisa. Dito isso, o mapa serve apenas como referência genérica da presença desse tipo de moradia no Glicério e adjacências.

Cortiços da Baixada do Glicério - 2015



Apesar do cortiço ser um componente fundamental para a migração no Glicério, há, também, outras formas de moradia no local que demandam estar dentro de determinadas redes ou buscar alguns serviços de assistência social. Nesse caso são moradias temporárias que variam de acordo com as regras de cada instituição. No caso da Missão Paz, por exemplo, que possui abrigo para cerca de 110 migrantes, o prazo máximo de estadia é de 3 meses e as acomodações não compõem parte dos cortiços. No programa "A casa acolhe a rua - moradia provisória" que um dos interlocutores residia, o tempo de permanência era de um ano⁶¹. O local compreende pequenas casas antigas e compartimentadas.

Outras formas são as ocupações, como mostra (Charbel, 2018). Também casas de acolhida, como o projeto "Autonomia em foco", voltado majoritariamente para brasileiros. E, finalmente, migrantes que se tornaram donos de casas, como será tratado mais adiante e que acolhem conterrâneos ou pessoas de outras nacionalidades. Em suma, esse conjunto diverso de possibilidades de moradia que transita entre o formal, informal, temporário, assistencial torna o Glicério um dos locais potenciais para residir na cidade. Da mesma maneira, essa posição informa sobre o bairro estar integrado a um circuito muito mais amplo das migrações. Um pedaço de mundo feito e refeito por diversos sotaques, matizes, sociabilidades, materializando-se na forma de um patrimônio socioespacial com múltiplas contradições e possibilidades locais, urbanas, nacionais e internacionais.

Abdalah e François, ambos entrevistados para a tese e que moravam⁶² na mesma casa no Glicério ilustram esse argumento:

Aqui tem muito estrangeiro, bairro de migração, não só de migração, mas de estrangeiro. País do mundo inteiro, porque não é só haitiano, tem africano, paraguaio, japonês, chinês, africano não só de Guiné, mas de Congo, África do sul, eu já encontrei muitas pessoas aqui. Todas as pessoas que vivem aqui, 100% são estrangeiros. Poucas pessoas nascem aqui em São Paulo ou é paulista. (Abdalah, 2019).

⁶¹O programa é vinculado à entidade "Organização de Auxílio Fraternal - SP" e voltado para pessoas em situação de rua que já possuem alguma alternativa de renda. Ao todo, tem a capacidade para atender cerca de 40 pessoas em 6 casas e funciona em sistema de república. São poucas as fontes digitais disponíveis sobre o programa, segue uma delas: <https://www.facebook.com/OAForganizacaoauxiliofraternal/photos/427990003977039>.

⁶²Alguns meses depois François saiu da casa. Sua trajetória será apresentada mais adiante.

Esse bairro é um bairro que tem muitas raças diferentes, porque tem japoneses também, me entende? Até paraguaio eu encontro aqui. Há uns garotos aí que são do Paraguai. Para mim...é um bairro que para as pessoas que conhecem veem que existem diferentes nacionalidades e com..., sabe que quando há diferentes nacionalidades se entendem melhor, porque todos sabem que não são daqui, são estrangeiros, se juntaram aí e tudo vai ficar bem, porque essa é a única maneira para as pessoas de diferentes países se juntarem em um lugar de onde não são. (François, 2019).

O Glicério é global e para compreendê-lo em suas características atuais é fundamental essa consideração. Entretanto, não me refiro aqui ao global refletido como imagem e semelhança dos vetores técnicos-científicos informacionais (SANTOS, 1996). Tampouco aquele global que está no centro dos benefícios trazidos pela compressão espaço-tempo (HARVEY, 1996). O Glicério é produto da globalização desde "abajo" (PORTES, GUARNIZO e LANDOLT, 2003). É um lugar daqueles em que se evidenciam os lados paradoxais, mas constituintes da globalização contemporânea, marcada por uma tendência homogeneizadora quando considerada do ponto de vista estritamente econômico das grandes corporações, mas que acaba justamente desencadeando a "proliferação subalterna das diferenças" (HALL, 2013). Um processo que direciona para o Glicério migrantes que partem rumo aos lugares possíveis e não aqueles desejados, como já colocado. Aí está posicionado o Glicério.

Nesse sentido, como argumenta Massey (2015, p.255) é imprescindível considerar a globalização em suas diversas facetas, em que:

Reforça-se, também, aquele argumento de que não é a resposta para a globalização defender, simplesmente, as causas locais. O significado político do "local" não pode ser determinado fora de uma referência contextual específica. Local/global em si mesmo não pode ser uma superfície apropriada ao longo da qual se constitui o antagonismo político. As questões políticas tornam-se, não se (deve haver) globalização *ou não*, mas que tipos de inter-relações irão construir uma globalização alternativa e, assim, não simplesmente uma defesa do lugar-como-ele-é, mas o projeto político da natureza dos lugares dentro dele.

O Glicério foi e continua sendo um lugar constituído *de* fronteiras e *como* fronteira das formas de inclusão e marginalização na cidade e no mundo. Sua posição global, assim, advém: i) da posição que os migrantes se encontram diante dos aparatos restritivos dos "regimes de fronteira" (HESS, 2012; HESS e KASPARECK, 2017, DOMENECH, 2020) mundial e nos sentidos pelos quais os efeitos desses regimes ressignificaram suas trajetórias rumo a São Paulo. Estão presentes ali, de forma direta

e indireta, os operativos decisivos que influenciam a direção dos migrantes a determinados locais específicos do mundo. O Glicério, então, está conectado como um desses destinos possíveis para aqueles que são alvos das políticas migratórias securitárias dos países do "norte" e que, ao chegarem na cidade, articulam-se nas redes migratórias consolidadas ou em formação. É também um local que recebe aqueles expulsos (SASSEN, 2013) de seus locais de origem por determinados processos globais vinculados ao neoliberalismo (GLICK-SCHILLER e ÇAGLAR, 2015).

A possibilidade de um migrante habitar ou passar pelo Glicério se dá antes mesmo da chegada ao Brasil. Os grandes riscos de travessias migratórias rumo a outros países, as condições em que se chega à cidade, as urgências a serem solucionadas, as redes de amigos e parentesco já estabelecidas em São Paulo, as alternativas restritas de moradia, os serviços sociais voltados para os migrantes se cruzam de forma que o bairro, aos poucos, passa a se tornar uma alternativa concreta de residência ou trânsito na cidade.

ii) Consequentemente, o Glicério torna-se globalizado por esses atores que passam a produzi-lo cotidianamente através do trânsito entre as múltiplas fronteiras sociais e simbólicas, mobilizado pela (re)formulação constante de redes migratórias transnacionais e práticas econômicas, de sociabilidade e culturais diversas. A presença de migrantes no Glicério passa a fazer parte de todo um cotidiano já em curso no local, construído tanto pela sua historicidade, como por um dinamismo que culmina em uma "produção globalizada da localidade" (APPADURAI, 1997). Projetos sociais, escolas, bares, pequenos restaurantes, postos de trabalho, igrejas, passam a incorporar em suas rotinas a relação com a migração. A partir de então, abre-se um campo para a reconfiguração dos lugares onde a cidadania é praticada, os direitos negociados e o pertencimento constantemente (re)construído, multiplicando registros de filiação territorial horizontais e verticais.

Diante desses aspectos, concordo com Massey (2015) em favor de uma concepção de lugar como uma particularidade e isso significa considerar dois pressupostos indissociáveis: i) Se o tempo é a dimensão da mudança, o espaço é a dimensão da coexistência, da simultaneidade que impulsiona as mudanças traduzidas

pela dimensão temporal. ii) O lugar não possui uma identidade singular e única. Não é um refúgio de uma comunidade interna e estática. Ao contrário, o local está sempre em formação. É resultado sempre provisório das relações que seus habitantes possuem entre si e com outros lugares. Isso é o que confere sua identidade. Como argumenta (Massey, 1993, p. 67):

Nessa interpretação, o que dá a um lugar sua especificidade não é uma longa história internalizada, mas o fato de ser construída a partir de uma determinada constelação de relações, articuladas a um *locus* particular.⁶³

Há muitas implicações nessa maneira de conceber o lugar, a migração e a cidadania. Retomando as considerações de Staeheli (2010), a cidadania não pode ser deslocada de processos mais amplos, cuja caracterização implica tanto o status formal, quanto as relações diversas pelas fronteiras materiais e simbólicas do cotidiano. A posição política dos indivíduos, portanto, é relativa às fronteiras delimitadas pelas geometrias de poder (MASSEY, 1993; 2000; 2015), produzidas historicamente, como visto, mas também contingencialmente através das articulações promovidas nos lugares e por meio de mediadores, seja na escala local ou transnacional.

São várias as geometrias de poder dispostas, cada qual construída para viabilizar determinadas práticas e objetivos. Por vezes se complementam, em outras se conflituam ou se limitam, mas estão sempre em convívio simultâneo e isso reforça a cidadania como um processo, uma prática em que se negocia a inclusão e a marginalização de forma constante. A depender como e com quais geometrias de poder os migrantes se relacionam e negociam seu dia a dia, seus "sentidos do lugar" (MASSEY, 2000) podem variar e a "trajetória urbana" (TELLES, 2010) e "migratória" (GILMARTIN e ARPONEN, 2019) passam a se constituir de formas heterogêneas.

Nesse sentido, a cidade de São Paulo e o Glicério pulsam elementos capazes de embaralhar dicotomias e, considerar tais transversalidades, implica colocar a mobilidade dos migrantes no plano central. Transitar entre meios heterogêneos, negociar a existência e as possibilidades cotidianas requer um jogo de múltiplas

⁶³"In this interpretation, what gives a place its specificity is not some long internalized history but the fact that it is constructed out of a particular constellation of relations, articulated together at a particular locus". p.67

identidades, constrangimentos, medos, aproximações estratégicas, explicitando as “geografias complexas da cidadania” (Ehrkamp e Jacobsen, 2015).

A ênfase na abertura e na simultaneidade do espaço percorrido pelos migrantes coloca luz, também, nas formas pelas quais as diferenças coexistem e passam a fazer parte da vida coletiva. Materializam o que Mouffe (2010) conceitua como o “político”, ou seja, a operação constante de negociações entre os que coabitam o espaço, o que obriga a considerar toda uma geografia do encontro na qual os muitos parâmetros de diferença são levados como parte constitutiva das relações. As fronteiras passam a ser uma relação social e, por vezes, o próprio corpo como afirmam (KHOSRAVI, 2010; MEZZADRA e NIELSON, 2013).

No mesmo sentido, Valentine (2008) e Wilson (2016) ponderam uma visão entusiasta sobre o convívio coletivo, argumentando que os encontros devem ser compreendidos exatamente dentro das matrizes hierárquicas de poder existentes. Além disso, enfatizam as autoras, os encontros são marcados sempre por um grau de imprevisibilidade, onde até mesmo a violência deve ser considerada como possibilidade. Sob esse ponto de vista, a relação direta entre lugar, segurança e refúgio é insuficiente. Habitar ou circular determinados espaços implica, antes de mais nada, transitar fronteiras e códigos, negociar com mediadores diversos e, ainda assim, ter experiências que podem ser perturbadoras, por somar constrangimentos, violências e dificuldades que nem sempre se pode evitar.

Isso não significa que não haja segurança, refúgio e solidariedade comunal nos lugares, mas isso está distante de representar a totalidade de relações no local. No Glicério, por exemplo, esses locais podem ser igrejas evangélicas, a própria casa, a Missão Paz, ou até mesmo não existirem, mas quando existem, são refúgios construídos contingencialmente *no* local e não o local em si. As fronteiras da cidadania e suas “geometrias de poder” se articulam com outros espaços da cidade e do mundo, além de serem compostos, como afirma Glick-Schiller e Çaglar (2018), por redes múltiplas e interseccionadas, nas quais os indivíduos, as instituições, os atores em geral possuem poder desigual e afetam de formas diferentes os indivíduos.

Essas tramas, portanto, estão muito distantes de poderem ser compreendidas somente através de uma lente étnico-nacional, atenta exclusivamente aos comportamentos e ações a partir de um "país de origem" de referência (GLICK-SCHILLER e ÇAGLAR, 2018). A filiação territorial dos migrantes transcende os limites encaixotados por costumes nacionais. O cotidiano desses sujeitos é composto por planos individuais frustrados, expectativas não realizadas, ressignificações do projeto migratório, migrações motivadas por preocupações com familiares, expectativas pelo retorno, impulsos, arrependimentos, (des)encontros, traumas, pequenas realizações, esperança, reunião familiar, medo, espera pelo documento, aflição na busca por moradia e emprego, entre outros. Todas essas indeterminações explicitam formas distintas de mobilidade no espaço e apontam para uma vivência da cidadania que transborda as categorias migratórias ou nacionais estanques.

Retomando os debates sobre cidadania em relação ao processo histórico de constituição do Glicério, é explícita a forma pela qual representações de desejados e indesejados se reconfiguram no tempo e espaço. Essas transformações depositam heranças ainda vivas e marcadas na cidade, mesmo que esforços sejam feitos para o apagamento de muitas delas. Os discursos sobre insalubridade, sujeira, perigo, reatualizados sob novos parâmetros, continuam a operar sobre o Glicério. Da mesma maneira, novas levadas migratórias, novas maneiras de articulações transnacionais e com a própria cidade, serviços para migrantes, acesso a serviços, moradia precária em cortiços, ocupações, projetos sociais, escolas, centros culturais, destacam uma cartografia política da cidadania muito mais ampla do que aquela contada pelos discursos oficiais. As lutas pela inclusão e a produção da marginalização são travadas em muitos âmbitos e lugares da vida social, com e além das instituições do Estado, com e além das infraestruturas clássicas de exercício político.

De Genova (2015), ao explicar o que denomina de "metrópole migrante", argumenta:

"O que chamo de metrópole migrante torna-se a principal formação espacial na qual testemunhamos a extensão das fronteiras profundamente no suposto "interior" do espaço do Estado-nação, por meio da aplicação da lei de imigração que cada vez mais satura os espaços da vida cotidiana. Simultaneamente, a metrópole migrante também simboliza a força perturbadora e incorrigível das lutas dos migrantes, que deslocam as fronteiras e instigam um

redimensionamento das lutas fronteiriças como lutas urbanas”⁶⁴ (De Genova, 2015. p. 3).

Sob esse ponto de vista, enfatizar a circulação de migrantes nesses espaços apresenta aspectos importantes do reescalonamento das "lutas de fronteira" em "lutas urbanas". Retomando as considerações de Painter e Philo (1995) acerca da possibilidade de a cidadania servir como canal de diálogo entre diversas dinâmicas socioespaciais é que argumento: não somente as lutas de fronteira do Estado nacional são reescaladas, mas as próprias fronteiras da cidadania. Novamente, isso não significa delimitar a escala da cidade como a mais relevante nos debates sobre cidadania (MILLSTEIN, 2017). Considerar a noção de metrópole migrante através do debate proposto sobre cidadania, permite, sobretudo, compreender a cidade e o Glicério como articuladores de diversas fronteiras (históricas, urbanas, nacionais, raciais, gênero, morais, entre outras), vinculando a reivindicação e vivência dos direitos, o pertencimento e as práticas de “sustentabilidade de vida” de forma multiescalar.

A cidade, como argumentam, Moulin e Zuzarte (2017) e Zuzarte (2019) concentra e implementa aparatos de fiscalização, de controles migratórios, registros de documentos, justamente a partir de uma microfísica do poder viabilizado pelo “regime de fronteiras”. Por outro lado, a cidade também carrega uma diversidade de práticas e discursos e, a partir daí proliferam-se outras fronteiras (Mezzadra, 2015) que são mobilizadas de formas distintas, variando dos equipamentos e atores voltados à solidariedade, reivindicação, desvendando as dobras que constituem a cidadania e suas espacializações desiguais.

Por fim, nesse capítulo, busquei apresentar um panorama de como essas fronteiras se constituíram tendo como referência o centro de São Paulo e seus processos migratórios históricos. Os processos de delimitação de norma-desvio e norma-exceção (Chatterjee, 2011), marcados por desejos de “afirmação e esquecimento” (Lowe, 2015) foram vivenciados (e ainda são), a partir de referenciais

⁶⁴“What I call the migrant metropolis becomes the premier spatial formation in which we witness the extension of borders deep into the putative ‘interior’ of nation-state space through immigration law enforcement that increasingly saturates the spaces of everyday life. Simultaneously, the migrant metropolis also epitomizes the disruptive and incorrigible force of migrant struggles that dislocate borders and instigate a rescaling of border struggles as urban struggles. (De Genova, 2015. p. 3).

espaciais, históricos, sociais, morais que englobam tanto representações oficiais, normais e leis, como uma série de agenciamentos. Assim, apesar da referência feita a processos mais amplos, a proposta foi não perder de vista a vivência cotidiana entre as fronteiras através das “pequenas coisas” (THRIFT,2000) e das práticas que não se desprendem completamente, mas que são “mais-que-Estado” (FREGONESE, 2015).

No próximo capítulo me atento a esses agenciamentos a partir da atualidade. Para isso, me dedico a três trajetórias de migrantes que residem ou residiam no Glicério na época da pesquisa. Os relatos variam em muitos aspectos e ressaltam trajetórias distintas que contam uma miríade de macro e micro eventos, desencontros, frustrações, esperanças. São narrativas que apresentam um constante ressignificar dos sentidos da migração, do pertencimento e que contam, cada qual a sua maneira, formas de negociar entre as fronteiras da inclusão e marginalização. Mais do que restringir o olhar para a vida cotidiana no Glicério, o intuito é captar, através de suas narrativas, como chegaram ao Glicério; por quais fronteiras materiais e simbólicas transitaram ao longo dessa trajetória; como contam as formas de pertencimento e filiação territorial através de vínculos nacionais, familiares; por fim, quais cartografias políticas são delineadas a partir das estratégias empregadas para a “sustentabilidade de vida”.

5.0 – IMPULSOS E TRÂNSITOS URBANOS NAS FRONTEIRAS DA CIDADANIA.

Conheci Álvarez em uma mediação para o trabalho na Missão Paz. No dia a vaga oferecida era para um trabalho intermitente de repositor de supermercado em uma empresa multinacional⁶⁵. O salário oferecido era de 64 reais por 8 horas de trabalho aos sábados ou aos domingos. Após a dinâmica de grupo realizada pela empresa, Álvarez foi um dos selecionados. Ao conversarmos brevemente, me contou que morava no Glicério. Expliquei rapidamente a minha pesquisa e perguntei se aceitaria conceder uma entrevista. Trocamos telefone e no dia seguinte nos encontramos em uma das salas da Missão Paz.

Álvarez compõem um crescente grupo de migrantes cubanos que tem chegado ao Brasil nos últimos anos. Segundo os dados do CONARE, em 2016 o número de solicitações de refúgio providas dessa nacionalidade era de 1360 (13% do total recebido pelo Brasil), atrás apenas dos venezuelanos. Em 2017 o número aumentou para 2373 (7% do total) pedidos e manteve-se na segunda colocação, atrás, apenas, da Venezuela. E em 2018, ao todo foram 2749 (3%) solicitações, atrás de haitianos e venezuelanos (CONARE, 2016; 2017; 2018; 2019).

Cabe ressaltar, que ao longo dos anos houve outras formas pelas quais os migrantes cubanos obtiveram a documentação no Brasil. De acordo com o Relatório Anual elaborado pelo Observatório das Migrações (2019), entre 2017 e 2018, um total de 104 cubanos tiveram autorizações como trabalhadores qualificados. Entre 2011 e 2018 cerca de 195 cubanos tiveram autorizações concedidas por meio de outras resoluções normativas, sendo que dessas, 144 foram concedidas após 2015. Entre 2017 e 2018 foram emitidas 4608 carteiras de trabalho para migrantes cubanos, a grande maioria (61%) para solicitantes de refúgio, seguido de (33%) para permanentes e (4%) para temporários. E, por fim, para os migrantes de longo termo⁶⁶, entre 2010 e 2018 cerca de 24.887 mil cubanos entraram no país. Deste total, aproximadamente 91% entraram no país a partir de 2013, ano em que foi iniciado o programa "Mais Médicos" pelo governo Dilma.

⁶⁵ Os nomes das empresas serão mantidos em sigilo.

⁶⁶ Para mais detalhes sobre as categorias utilizadas pelo Observatório das Migrações, consultar: <<https://portaldeimigracao.mj.gov.br/images/relatorio-anual/RELAT%C3%93RIO%20ANUAL%20OBMigra%202019.pdf>> Acesso em: 08/12/2020.

No cenário local, mais especificamente para a Região Metropolitana de São Paulo (RMSP), os dados são mais escassos, mas ainda assim é possível registrar a presença dessa migração. De acordo com o AMP (2020) havia 129 migrantes cubanos com registros ativos em 2019 nessa região. Porém, é a partir dos dados de atendimento oferecido pelo CRAI em São Paulo, de 2014 a 2020 que há maior possibilidade de caracterizar o perfil migratório cubano na RMSP.

Ao todo, foram atendidos no período (2014-2020) 213 migrantes dessa nacionalidade, sendo 63% homens e 36% mulheres. A faixa etária predominante era de 30 - 39 anos (36%), 18 - 29 anos (25%), 40 - 49 anos (23%), 50 - 59 anos (11%). Na faixa etária infantil, dos 0 - 11 anos havia somente um registro, o que evidencia uma migração não familiar⁶⁷.

A chegada ao Brasil varia, ocorrendo, majoritariamente, em três localidades: Boa vista (RR) 41%, Guarulhos (SP) 18% e Pacaraima (RR) 14%. É relevante notar que a migração cubana também se utiliza dos corredores dispostos na fronteira norte do país, assim como a migração haitiana e venezuelana, como mostram os dados. Cabe recordar que o mecanismo de interiorização promovido pelo governo brasileiro é exclusivo aos migrantes venezuelanos, por exemplo. Portanto, trata-se de uma rota que, apesar de utilizada por outros migrantes, não dispõem dos mesmos recursos e “infraestruturas de mobilidade”. A chegada a São Paulo, como veremos mais adiante na narrativa de Álvarez, pode ser precedida por outros deslocamentos. No entanto, é importante ressaltar que parte considerável dessa migração chega pelo aeroporto de Guarulhos, via direta e aérea para o Brasil, ainda que seja a minoria. Em outras palavras, essas diversas características de mobilidade pelo país reforçam a complexidade e diversas tipologias dos movimentos migratórios no Brasil atualmente.

Com relação à moradia, 35% residiam de aluguel ou pensão, 22% em Centros de Acolhida, 19% estavam em situação de rua e 12% residiam em casa de parente ou amigo. Do total, cerca de 46% residiam em distritos do centro da cidade e 28% em outros municípios da RMSP. Diferentemente do padrão geral mostrado anteriormente, em que predominavam centro e zona leste como locais de moradia, para a migração

⁶⁷ Isso não significa, como será apresentado a seguir, que a família não esteja implicada no processo migratório de outras maneiras.

cubana, ao menos em períodos marcados por situações de urgência na vida do migrante, nos quais instituições como o CRAI são procuradas, era baixa a distribuição para outros locais da cidade além do centro.

A moradia, como já apresentado anteriormente, é uma das questões mais difíceis e centrais enfrentadas por migrantes na cidade e a trajetória de Álvarez, a ser apresentada mais adiante, evidencia um pouco dessa trama que, quando somada à dificuldade de obter emprego, se torna um obstáculo crucial. É uma combinação que atinge fortemente esses migrantes pois, quando considerada a taxa de desemprego entre os cubanos atendido pelo CRAI, ela chegava a 85%. Trata-se de um espiral de dificuldades que impulsiona migrantes a diversas formas de precariedade, inclusive a viver nas ruas, como mostram os dados.

Entretanto, ainda que as características mais gerais demonstrem importantes tendências, as trajetórias individuais complexificam esse quadro estatístico e demonstram os (des)caminhos pelos quais vivem a migração e seus cotidianos na cidade. Além disso, mostram outras incertezas e formas pelas quais o dia a dia é construído e vivido entre incerteza e esperança mediada por muitos atores. Também os encontros, as manifestações de fronteira e de preconceito, as expectativas e planos para o futuro e as ressignificações pelas quais passam os projetos migratórios. E são essas tramas e deslocamentos que são possíveis de compreender a partir da trajetória de Álvarez a seguir.

5.1 – A MIGRAÇÃO E OS CIRCUITOS DE MORADIA EM SÃO PAULO: A “PROVISORIEDADE ORDINÁRIA” E A BUSCA PELA “SUSTENTABILIDADE DE VIDA”.

Alvarez contou, logo no início da conversa que era músico e já tinha uma longa trajetória de viver em outros países.

Bom, sou professor de música, sou formado músico. Sempre vivi toda a minha vida viajando daqui para lá, para os Estados Unidos. Um dia meu papai morreu e eu pensei bom, vou sair, vou ver como é o mundo diferente, sob minha responsabilidade. E assim foi.

Perguntei como havia sido todo o processo que o trouxe ao Brasil e em que momento achou que o país era uma boa possibilidade para sua vida.

Brasil foi um impulso. Nunca pensei no Brasil. Brasil foi um impulso, sabe o que é impulso? Quando alguém fala para você: "Vamos, vamos para lá fazer música?" Então foi um impulso e onde eu estava, no Suriname, não tinha a documentação para estar. Podia ficar somente por 3 meses, saía e entrava 3 meses, assim. Depois mais três meses. Então eu disse: "Bom, (inaudível)...sentido em entrar e sair do meu país sem ter problema. Como tenho a documentação posso voltar ao meu país. E assim foi, foi um delírio assim ter chegado ao Brasil.

Álvarez viveu três anos em Oiapoque (AP) e relatou brevemente sua vida ali. Sobre esse período, contou basicamente sobre seu percurso no mercado de trabalho:

Quando cheguei ao Brasil nunca tinha tomado banho de água gelada na minha vida. Nunca na minha vida. E nunca tinha morado perto da lama, porque eu vivia em Havana e é como uma cidade grande, Havana. E aí conheci tudo que nunca tinha visto na minha vida.

Bom cheguei no Oiapoque, estava sem dinheiro e fui procurar emprego e encontrei lugar para trabalhar em um restaurante para fazer sushi. Aprendi a fazer sushi. Nunca na minha vida eu tinha comido sushi. E depois virou a minha especialidade. Bom, e depois consegui trabalho em uma "geleira", ali classificava os peixes: o bagre, caraçu, todos. Aí fiquei um ano, quando me mandaram embora, porque nessa empresa não assinaram minha carteira, mas eu trabalhei um ano, então me mandaram embora...e aí depois fui trabalhar na oficina de moto. E assim foi.

(Entrevistador: Foi difícil?) Um pouco, um pouco, porque eu tinha que fazer coisas que eu não mais fazia. Tive que utilizar outras habilidades como alternativa para ganhar dinheiro, porque eu sou professor de música, mas eu estudei mecânica automotiva. Então eu pensava que estudei isso somente para o meu carro, para as coisas da família, mas não para ganhar dinheiro...pfff (expressão de que havia se iludido). A vida revirou. E lá eu ganhava dinheiro com isso. Mecânico e músico, trabalhava em uma oficina de moto e com música.

Perguntei, então, em que momento achou que seria melhor vir para a São Paulo:

Foi também outro impulso, mas um impulso mais pensado para mim. Porque eu disse: De Oiapoque para sair para Cuba ou qualquer outro país, tem que ir para a capital que é Macapá. É um trajeto muito grande. Eu vou para São Paulo e tem o aeroporto, e se amanhã quero ir, pego o avião e vou. Vim para São Paulo com uma amiga e fiquei na Missão Paz. Ela tinha estudado tudo isso, porque eu não era uma pessoa que tinha tanta experiência (migratória), porque nunca foi minha vida. Minha vida sempre foi é... tem um contrato de 10 mil dólares, vai para lá. Sempre foi com contrato, nunca foi como migrante. Ela estudou desde onde estávamos como iria ser quando chegássemos, onde tínhamos que ir, como ir para o Cáritas, depois do Cáritas vir aqui para a Missão Paz. Ela estudou tudo isso.

A trajetória narrada por Álvarez apresenta três elementos que estão presentes de forma constante em sua narrativa: o impulso, o retorno e os obstáculos enfrentados nos lugares por onde passou, este último colocado sempre a partir da sensação de estar deslocado. Esses aspectos se retroalimentam de forma mútua e materializam-se nas conjunturas específicas e circunstanciais de sua vida. Como resultado, mais deslocamentos e “impulsos” que transitam entre a saudade, por vezes marcadas por um arrependimento e a esperança de viver apenas de música, algo que a cada dia ficava mais distante.

A trajetória de Álvarez se constrói a partir da passagem por diversas cidades e países nos EUA, depois Suriname e, finalmente, Brasil: Oiapoque (AP) e São Paulo (SP), e as formas pelas quais deslocou-se ao longo dos anos, inclusive, o fez criar uma concepção própria de migração e do que é ser migrante. Suas experiências passadas de migração como músico ou mesmo de quando viveu no Suriname sob a necessidade constante de entrada e saída do país para renovação de documentos não o classificava, segundo ele, como uma pessoa experiente em migrar. Álvarez considera que toda a estratégia de organizar o projeto migratório para São Paulo, feito pela amiga, sobretudo na busca por “infraestruturas” de apoio como a Missão Paz e o Cáritas, não possui relação com seus deslocamentos passados.

Em Oiapoque, Álvarez retrata sua vida a partir dos ineditismos e surpresas que teve ao se ver em empregos que nunca imaginou exercer e sem os devidos registros. Viver entre ser músico e mecânico, a indocumentação e ser mandado embora do trabalho culmina na expressão que a “*vida revirou*”⁶⁸. Teve que conciliar a vida de músico com empregos mais fixos e precários. Ficou três anos vivendo ali, até que a ideia de retorno, em conjunto com o “*impulso*” o levou para São Paulo. A justificativa para migrar recaía, naquele instante, sob a possibilidade de tomar um avião para Cuba a qualquer momento e o deslocamento repentino para a capital paulista mistura elementos que denotam a busca por soluções através da mobilidade, narrado, por vezes, como fuga e aventura.

⁶⁸ Nos próximos capítulos, as expressões colocadas entre aspas e em itálico representam falas literais dos interlocutores.

Como mostra Rogaly (2015), o processo migratório é composto, muitas vezes, por vários deslocamentos importantes, não somente aquele em que o migrante cruza a fronteira de seu país de origem. A trajetória de Álvarez demonstra que, ao longo do período em que está fora do seu país podem ocorrer outros deslocamentos internacionais ou internos muito significativos. São movimentos que almejam e adquirem novos sentidos e explicações. Empregos precários, a indocumentação, um possível retorno a Cuba e tentar uma vez mais viver somente da música compõe seu “vocabulário de motivos” MILLS (1940) para suas ações situadas. Ambivalências que alimentam o que ele classifica como "*impulso*".

Sua chegada a São Paulo, local em que estava havia um ano na época da nossa conversa e a sua vida na cidade é narrada por Alvarez da seguinte maneira:

Fiquei 3 meses na Missão Paz. (Entrevistador: E como foi?) É... bem...bem...porque a gente se acostuma. Bom, no meu caso eu sou artista e eu interpreto a vida às vezes como uma peça de teatro, que está na cena e tem que saber seu papel com cada ator que você tem que interagir e pronto. (Entrevistador: E lembra como era este ator?) Risos...Uma pessoa que tinha que ser maleável. Se alguém tossia sem colocar a mão na boca, tinha que virar a cara e fingir que não viu, porque são diferentes culturas. Então se maltrata alguém, dizendo alguma coisa, faz com que o outro se sinta mal. Cada um tem a sua própria expectativa na vida, como foi planejada. Então, você tem que ser o ator e com esse livreto saber manejar os outros atores (Entrevistador: E depois?) Depois fiquei é...é... como se chama aquele lugar...Japurá! (Casa de acolhida da Rua Japurá). Aí fiquei pouco tempo, como dois ou três meses e a senhora que trabalhava ali me disse que como eu saía cedo, 6 da manhã e voltava 8 da noite, ela dizia que ali não estava bom para mim, que tinha que viver em um lugar melhor, mais independente. E ela me ajudou. Porque não tinha vida. Eu chegava às 20:00 da noite em Japurá e não havia mais comida, então...20:30 fecha o banheiro. Então não havia vida. Ela me encaminhou para outro local no centro, em República.

(Entrevistador: E depois veio para o Glicério? Como conheceu onde mora atualmente?) Essa senhora (de Japurá). Ela me disse que era um lugar melhor, mais independente. Então ela disse: "Como tem o seu trabalho, seu dinheiro, é melhor para você". Tive uma conversa com as pessoas do projeto⁶⁹, para ver se eu era adequado para viver ali e pronto. (Entrevistador: E como é?) É minha casa. (Entrevistador: E há mais pessoas?) Sim, há mais pessoas, porque são mais quartos e ali onde me encontrou, aquele é meu quarto, atrás tem outro e atrás tem outro.

⁶⁹O nome do projeto será mantido em sigilo para resguardar o local da moradia de Alvarez.

Álvarez também conta um pouco das dificuldades relacionadas ao trabalho e aos custos de vida na cidade, colocando esse aspecto, inclusive, como um dos impeditivos para levar a família para São Paulo.

Aqui em São Paulo cheguei e um mês que estava aqui, em abril, comecei a trabalhar para a ***⁷⁰. Lá eu fiquei até novembro. E... nunca tive essa pressão, porque graças a Deus, como as vezes eu digo aos chefes aqui (no Brasil), que pensam que tem um pouco mais de dinheiro e que são melhores que os demais. Você se prejudica, se prejudica porque você tem sua empresa, tem o seu dinheiro. Então você tem que se preocupar mais com seu dinheiro do que eu que não tenho.

(Entrevistador: E se pudesse trazer sua família para o São Paulo, você traria?) Não...não. Vamos supor, aqui em Brasil eu ganhava 1200 reais. Um aluguel no centro, para poder se mover, para ter mobilidade e fazer o seu trabalho, não é abaixo de 800, 700, mais depósito. Se vai para algum lugar no interior e vai trabalhar na cidade, acaba seu dinheiro, paga o aluguel e não vai viver, porque pagar para ir ao trabalho e voltar, acabou o seu dinheiro. Não é uma vida boa. (Entrevistador: Então ajuda a sua família desde o Brasil?) É...um pouco. Duzentos dólares são 800 e pouco reais do salário. Como vou pagar aluguel? E lá quando chega o dólar tem que ser convertido em dólar cubano. Não é nada. Duzentos dólares, você levanta e já se foi o dinheiro.

Em São Paulo a vida de Álvarez voltou a apresentar dificuldades com relação ao emprego, “*não é uma vida boa*”, segundo ele. Foi mandado embora pela empresa que trabalhava havia alguns meses e as poucas ofertas que apareciam não serviam para uma moradia adequada e, tampouco para o envio de remessa à família que vive em Cuba, composta por uma filha pequena e sua esposa. Novamente se viu obrigado a conciliar a vida de músico, que leva em dias esporádicos, com a de trabalhos que não imaginava fazer.

A dificuldade no emprego se somou à problemas para conseguir moradia. Aos poucos, em seu relato, aparecem formas de negociação da inclusão e marginalização através das “infraestruturas de mobilidade” que vai passando. Isso incluía atentar para pequenos gestos cotidianos, “*uma pessoa que tinha que ser maleável*”, um “*ator*” e se relacionar de forma cuidadosa com outros migrantes, “*...porque são diferentes culturas*”.

Da mesma maneira, seu trânsito por locais de residência provisória, aos poucos, passou a se constituir regra. Nesse sentido, é marcante e simbólica a forma pela qual Álvarez percorre um circuito migratório de moradia em São Paulo. Depois de

⁷⁰Os nomes das empresas contratantes também serão mantidos em sigilo.

três meses na Casa do Migrante, na Missão Paz, como relatado em trecho anterior, Álvarez percorreu alguns outros locais para, posteriormente, retornar ao Glicério em outra moradia temporária, mas dessa vez para ficar um ano.

Na busca pela sua “sustentabilidade de vida”, Álvarez cartografa um arranjo de “infraestruturas de mobilidade” que entrelaça o Estado, a Igreja e um projeto social, sendo que esse último apresentava a maior vantagem: um ano de moradia em um quarto sozinho. A ajuda recebida pela “*senhora da Japurá*” também aponta para outros mediadores que passam a fazer parte de sua vida no trânsito entre as fronteiras de inclusão e marginalização. Nesse sentido é importante atentar para o papel que os funcionários desses locais desempenham e seu papel decisivo no acesso a determinados recursos preciosos no cotidiano (SILVA, 2003). As “infraestruturas de mobilidade” como “Missão Paz” e “Cáritas” aos poucos desaparecem, assim como a “*amiga*” que havia estudado os locais de apoio. O relato passa a ser mais personalizando em torno de pessoas e desse momento em diante, a procura por moradia teve relação muito estreita com cada uma das passagens pelos abrigos e dos contatos pessoais que obteve.

A trama da vida de Álvarez em São Paulo e a “sustentabilidade de vida” na cidade mostra também que, apesar de graus de imprevisibilidade nos percursos urbanos pode haver espacialidades e circuitos delineados. A circulação pelo espaço não é aleatória, como afirma Massey (2005). Ao contrário, é uma mobilidade seletiva que orienta o movimento em direção a certos lugares, ao passo que torna a ida a outros locais menos provável e possível. Um desses circuitos (abertos) evidenciados através da narrativa de Álvarez foi feito em função da moradia e na busca pelo trabalho.

Sua trajetória também fornece pistas acerca das formas pelas quais as estratégias de deslocamento se apoiam em mediações e se interconectam aos processos já em curso na cidade. Pode-se identificar, por exemplo, a relação entre o passado e o presente, sobretudo em sua passagem e vivência por locais e bairros que há décadas convivem com a migração. Retomando brevemente, foi devido à circulação intensa de migrantes no final do século XIX e XX, assim como de migrantes internos em meados para o final do século XX e migrantes internacionais diversos a partir dos anos

1980 em diante, que o Glicério se tornou um bairro central para a vida em mobilidade na cidade, congregando moradia barata e de aluguel nas pensões e cortiços, bem como programas e projetos sociais voltados a atender vários grupos populacionais, dentre eles os migrantes.

Ainda que muitas dessas ações solidárias e voltadas aos migrantes ou nacionais tenham sido produzidas ao longo de décadas, é importante, como argumenta Telles (2010), identificar as renovadas marcas dos "programas sociais" da atualidade. Não cabe aqui, portanto, a visão de "falta". As relações estabelecidas por Álvarez evidenciam um conjunto de intervenções e agenciamentos mais complexos. Não faltaram passagens por "infraestruturas" que tensionavam a fronteira dos direitos e das desigualdades. Nesse sentido, vale destacar que Álvarez não estava em situação irregular e seus documentos ofereciam todo acesso aos benefícios sociais do Estado, ou seja, o "direito a ter direitos".

Mesmo diante disso, sua trajetória se desenvolve por meio de uma série de intervenções que não conseguiam romper com o provisório e o temporário. Quando muito, era composto por avanços seguidos de retrocessos. Chegou a conseguir um emprego com carteira assinada em uma atividade da Missão Paz e em seguida foi mandado embora. No âmbito da moradia, as passagens em vários abrigos eram a regra. A música não era o suficiente para possibilitar a "sustentabilidade da vida" e, conseqüentemente, a combinação de empregos (formais e informais) impunha-se como condição obrigatória de sobrevivência.

Esse feixe de mediações, contatos e redes iluminam formas provisórias e precárias de inserção no mundo dos direitos e reposicionam essas "infraestruturas" como locais de fronteira que mediam a condição migratória e as desigualdades do mundo social. Isto é, um conjunto de atores que operam como reguladores dos canais de contato entre essas duas condições. Da mesma maneira, cabe ressaltar que as "lutas de fronteira", "lutas urbanas" ou as "lutas para a sustentabilidade de vida" não se viabilizam apenas pela ação individual dos migrantes. Elas colocam em evidência formas pelas quais as políticas migratórias, a (auto) gestão da vida e as dinâmicas urbanas se entremesclam não em um sentido final, mas em "constelações situadas"

(TELLES, 2010) cercadas de indeterminações. Um cotidiano vivido não só pelos migrantes, mas por toda uma rede que implica em um cotidiano migratório, ou seja, vivido por e a partir da mobilidade dos migrantes.

5.1.1 – Negociando a inclusão e a marginalização no cotidiano.

Por outro lado, a negociação da inclusão e marginalização não são vividas, exclusivamente, dentro dessas “infraestruturas” ou sob a lógica dos direitos. Simultaneamente, outros aspectos da vida social entram em cena e se somam às dificuldades de acesso à moradia e mercado de trabalho na cidade. Assim, há mais dinâmicas em curso e fronteiras a serem transpostas no cotidiano do Glicério por Álvarez.

(Entrevistador: E que pensa sobre o bairro? O que acha?) Eu não...para mim não é um bairro ruim, é um bairro que está em desenvolvimento, dentro do desenvolvimento em seus desenvolvimentos. Por quê? Porque as pessoas que moram aqui quase todas são que não tiveram oportunidade de estudar, e...e sua vida foi ganhar dinheiro rápido, então não se pode colocar a culpa em alguém que cresceu em uma ideologia.

(Entrevistador: E você convive com outras pessoas do bairro?). Não, não tenho. Meu mundo sempre foi...no mundo da arte há drogadinhos. Não drogadinhos, mas sim adictos. Tem uma adição a algo, pode ser a cigarro, pode ser a qualquer coisa. E sempre passo e somente digo "bom dia, boa noite". Não tenho outro papo com eles, não tenho papo que eu preciso ter com eles, então...

(Entrevistador: Mas e com as outras pessoas no bairro? Com outros imigrantes por exemplo?) Mais na casa, porque aqui não tem lei, não há regra. Mas aqui dizem: "Muito cuidado com a conversa nesse bairro, porque chega a polícia..." Então dizem para ter cuidado com quem conversa, porque pode vir uma viatura e...pronto. E isso traz problema para o projeto, porque, bom, você mora aqui, vive aqui, mas, bom, você sabe que ele é traficante, por que você fala com ele? Você também é consumidor (de drogas)?" Então é melhor não falar. Porque aqui no Brasil, como no mundo inteiro, tem uma fala: "Se você anda com traficante, você é traficante". Diga-me com quem anda e te direi quem és.

O dia a dia narrado por Álvarez no Glicério não é de convivência com outras pessoas. Ao contrário, ele parece se valer de um vocabulário marcado por distinções entre si mesmo e os outros como forma de demarcar os limites de contato: “*no mundo da arte*” não havia “*drogadinhos, mas sim adictos*”. Não tinha papo com “*eles*” e ficava mais dentro de casa, porque fora, na rua, “*...não tem lei, não há regra*”. Era preciso ter cuidado e se distinguir para não ser confundido pela polícia, pois “*se você anda com*

traficante, você é traficante". Assim, segundo ele, a presença do tráfico de drogas e a constância da polícia no local faz com que ele prefira o retraimento em casa, fato que contribui para que sua sociabilidade não esteja no Glicério, mas nos colegas de banda, com as pessoas do projeto ou nos poucos e raros contatos com migrantes na Missão Paz. Acima de qualquer aspecto, para Álvarez, o Glicério, traduzido sob a perspectiva do lugar, surge mais como local de estadia, retraimento, do que de vivências afetivas e de refúgio.

Diante da elevada presença de migrantes no Glicério e dada uma queixa de outro interlocutor por terem o confundido com um haitiano, nacionalidade, essa, muito presente no bairro, perguntei a Álvarez se já havia acontecido o mesmo com ele:

(Entrevistador: Já chamaram você de Haitiano?) Sim! (tom de ser algo recorrente). De haitiano, africano.

(Entrevistador: Aqui no bairro?) Sim, sim...Falam que os africanos têm um cheiro ruim. Aí eu falo: "Eu sou cubano, não africano...rsrs". Aqui no bairro eu vi uma placa assim, no tempo que eu morava na Missão Paz, que dizia: "Alugase, menos para haitianos". É algo muito, muito complicado. Eu conheci uma mulher que não sabia definir o que era um africano e um haitiano, nem diferenciar os países africanos, pode ser de Costa do Marfim, por exemplo, (para ela) eram todos negros e já pensava que era africano. Então generaliza-se, mas veja, os haitianos não são tão maus como os de Costa do Marfim, os Nigerianos, eu digo, cada país e por onde passei, e foram cinco, cada país e tem sua idiossincrasia, os cubanos tem uma idiossincrasia, é uma forma de ser. O brasileiro tem uma, o francês tem outra, então, alguém fala algo dos haitianos porque conheceu cinco haitianos que trataram mal, mas e quanto aos nigerianos? E quanto aos somalis?.

(Entrevistador: Mas aconteceu algo com você ou já viu algo?) Não me recordo se foi no Panamá ou aqui na Missão Paz...aprendi que devo tratar bem com quem falava. E eu sei que cada um tem sua peculiaridade, então eu sei que para ficar bem, tenho que contornar. Então, se eu sei de que maneira é você, o trato dessa maneira. Eu sei que...os nigerianos não gostam dos congolezes...então não brinco com isso... (inaudível).

Álvarez nos apresenta outros pontos de tensão dentro do Glicério entre nacionais e migrantes (negros), haitianos, africanos. O primeiro elemento a destacar é o sentido próprio que a migração adquire no local, sobretudo a partir da relação entre diferentes pessoas provindas de muitas nacionalidades. As representações construídas produzem práticas que variam da solidariedade ao preconceito e evitação, como no anúncio para moradia em que não eram aceitos haitianos. Da mesma maneira, o próprio Álvarez amplia os mecanismos de distinção que faz de si em relação aos outros

migrantes, ou até mesmo entre outros indivíduos que cruzou ao longo de sua trajetória: “*Eu sou cubano, não africano...rsrs*”; “*haitianos não são tão maus como os de Costa do Marfim, os Nigerianos*”; “*cada país e tem sua idiossincrasia, os cubanos têm uma idiossincrasia, é uma forma de ser*”.

Sayad (1998) argumenta que, diante da lógica do "Pensamento de Estado" o migrante torna-se mais do que um indivíduo, ele torna-se a representação de seu próprio país. Nesse sentido, importam as referências generalizadas que determinado Estado-Nação possui no imaginário social mais amplo. Entretanto, as materializações de distinção inscritas nos corpos migrantes transcendem aquelas restritas ao seu país e se interseccionam a outros aspectos de diferenciação. São experiências corporificadas que reescalonom o nacional ao local e que, a partir dessas vivências cotidianas se somam a outras classificações, como: tipificações de comportamentos esperados, “mau-cheiro” ou pelas “*idiossincrasias*” do haitiano, africano e negro; uma mulher que não sabia diferenciar os migrantes porque para ela, segundo Álvarez “*...eram todos negros e já pensava que era africano*”. Até mesmo Álvarez reproduz as classificações ao diferenciar o jeito de ser do nigeriano, do marfinense, etc. Em outras palavras, os parâmetros e sentidos de definição dos “sujeitos ontologizados”, como mostra Cacho (2012), também são produzidos, definidos e negociados no cotidiano, atravessando as micro relações em diversos espaços de convívio.

Sob essa perspectiva, dois pontos merecem mais atenção. O primeiro é sobre a própria ideia de lugar produzido a partir da experiência migrante de Álvarez. De forma recorrente ele narra incômodos e desajustes que estão sendo tensionados de forma constante no Glicério, seja com outros grupos de migrantes, seja com brasileiros. Ainda, sua própria identidade de “*migrante cubano*”, como argumentou ao ser chamado de africano, versa sobre as múltiplas representações que Álvarez carrega por outros grupos sociais e que se revelam de forma repentina em algumas relações casuais. O lugar, sob esse ponto de vista, informa não somente sobre as formas de criação e manutenção de tipificações, mas também acerca de suas transformações e recriações.

Segundo, o Glicério é lugar de encontro e, ao mesmo tempo, também resultados desses (e outros) diversos encontros. E, como argumentamos anteriormente,

a imprevisibilidade é também constituinte das interações. Ao longo de suas experiências no local Álvarez se depara com uma série de interações inesperadas que reconfiguram suas práticas e exige determinadas performances de "ator", como ele mesmo afirma. A cada passo de sua mobilidade, uma nova constelação de situações se apresenta, algumas possíveis de prevenir ou se planejar para, como a procura pelas instituições de apoio ao migrante em São Paulo. Outras nem tanto, como o desemprego, a dificuldade de moradia e os contatos com outros migrantes, vizinhos, etc.

Esse percurso por distintos lugares, que é contado através das dificuldades e da esperança em conseguir viver somente da música, algo ainda não realizado, leva Álvarez a transitar entre frases que repensam o projeto migratório e outras que mostram força para continuar adiante. Em muitos trechos da conversa isso se mostrou latente e evidenciava uma busca constante por renovar os sentidos da migração e de pertencimento.

Perguntei para Álvarez como era, para ele, sair de Cuba no intuito de viver de música, mas realizar outros trabalhos que não esperava:

Bom...aí eu...eu...faço muito psicanálise para não me deprimir.

Então, eu leio muitas coisas, pessoas que escrevem na internet e elas dizem: "Sempre, ainda que caia, vá em frente. Depois da história verá que caiu, mas foi de frente. Estava lutando pelo que você queria". E isso é o que me ajuda agora. Me ajuda, mais ou menos, a olhar a vida de uma outra maneira (tom de arrependimento e frustração).

(Entrevistador: Nesse período em São Paulo falou que tem sido muito difícil. Há algum exemplo?) Deus tem sempre me ajudado. Porque para mim o mais difícil é viver ou passar a noite na rua. Nunca me aconteceu nenhuma das duas coisas. Tudo...tem uma fala que não sei se é cubana ou brasileira, que diz: "Deus te coloca a carga que pode levar". Entende? Você vai levar a carga que Deus sabe que pode levar. Então eu sempre pedi nunca ficar na rua, nunca passar fome. Que seja ao menos um pão, mas poder comer. E sempre aconteceu tudo bem. (Entrevistador: Então para você o que são as dificuldades que falou?) São coisas da vida, coisas da vida...em qualquer parte do mundo é assim.

Álvarez contou que saiu de Cuba logo após sua filha nascer e todas as vezes que falava sobre sua família essa ambivalência entre dificuldades e esperança se mostravam de forma mais clara, mas com uma ênfase maior à ideia de retorno.

Minha filha nasceu e eu saí. (Entrevistador: Então conviveu muito pouco com sua filha?) Sim... (Entrevistador: E não sente saudades?) Claro! Agora, como migrante, que sai do seu país, deixa uma família, sua família está em outro lugar e a pessoa não coloca como às vezes uma meta. Saber que existe, saber o que tem que fazer, mas tem que colocar uma meta, porque senão o sentimento te leva a regressar sem nenhum êxito. E eu penso que sair de um ponto para ir a outro tem que ser por um êxito, ainda que seja um aprendizado ou uma trajetória. Se você decide sair, se você decide fazer algo alto não vai deixar a afetar. (Entrevistador: E o que é o êxito pra você?) Isso, poder ensinar para a minha filha quando eu voltar, coisas que podem acontecer, pelo menos eu vou ensinar para minha filha, dependendo da idade, assim vou ensinando. Se ela quiser fazer outra coisa está bem. (Entrevistador: E a relação com sua esposa e sua filha, como fica?) Só a mãe costuma dizer algo, porque a filha tem 5 anos e ela (a esposa) me disse que em Cuba eu estava melhor do que aqui. Realmente, realmente eu não ganho aqui nem a metade.

Eu então perguntei para Álvarez em que momento sentia mais falta da sua família e ele respondeu taxativo:

Domingo! Os domingos eu sinto falta da minha casa. Minha casa...Porque era o dia que eu estava em casa, minha mãe fazia para mim "Chicha roja", minha comida, eu estava em meu habitat. Ouvindo a minha música, é...é outra coisa. (Entrevistador: E são nesses momentos que pensa em regressar?) Claro! Claro!

Nas menções à família, Álvarez deixava mais evidente as ressignificações pelas quais seu projeto migratório passou. O primeiro "êxito" que almejou e que ainda permanece no horizonte é o de viver de música, algo caro para ele e enfatizado nas vezes que afirmava ser "*músico profissional e não um artista apenas*". A diferença, inclusive, delimitava uma moralidade nas suas estratégias para ganhar dinheiro. Segundo Álvarez, a pior coisa seria colocar um chapéu na rua ou no metrô e tocar para que as pessoas contribuíssem. Seria uma humilhação de acordo com ele. Viver de música, para Álvarez, carrega um sentido específico que marca um limite de diferenciação entre aceitável e o não aceitável, ser músico ou artista. Nessa lógica, tocar nas ruas para sobreviver não significaria êxito, mas, sim, fracasso. Os poucos dias que tocava como freelancer em um bar na Vila Olímpia, bairro boêmio e de classe média alta de São Paulo, a convite de um amigo cubano que mora na cidade, não eram suficientes para alcançar esse "êxito".

Os longos anos de migração tendo que dedicar-se a outros empregos para compor a renda fizeram surgir novos significados de "êxito" que passaram a fazer parte

da sua vida, afinal “...*eu penso que sair de um ponto para ir a outro tem que ser por um êxito*”. O novo objetivo, agora, era poder ensinar para sua filha coisas que aprendeu durante a migração. Diante disso, fica cada vez mais difícil traçar os limites entre a busca do “*êxito*” e justificar a migração para a família e para ele mesmo, pois até a esposa havia constatado “...*que em Cuba eu estava melhor do que aqui*”. Então, diante das ressignificações e moralidades que Álvarez havia criado para justificar uma vida em mobilidade havia aquela de, ao menos ter tentado, pois “*Estava lutando pelo que você queria*”.

E, por fim, diante de todas essas falas que expressam um devir incerto e as dificuldades até aqui enfrentadas, perguntei, então, como ele se sentia morando no Brasil:

Uma pessoa manca que teve um acidente e perdeu a perna. Colocaram uma prótese. É uma prótese, não é igual. Você vai olhar, não é igual, vai ver que não é sua perna. Tem que se conformar, porque é tudo o que possui no momento.

É possível perceber que Álvarez percorre diversos elementos da migração destacados por Sayad (1998; 2000). A falta, no sentido de sentir-se deslocado e na busca por justificativas constantes e para argumentar em favor da continuação do processo migratório é uma delas. Como argumenta Ehrkamp (2019), por diversas vezes é difícil identificar o fim da mobilidade migratória e, acrescentando, os motivos e anseios se renovam em combinação com as situações enfrentadas no cotidiano. Sair ou ficar, temporário e permanente, são decididos não somente pelo tempo dos documentos, mas também através das múltiplas negociações de inclusão e marginalização feitas ao longo da trajetória de migrante. Em muitos casos a migração não é uma linearidade de ponto A para o ponto B, mas sim uma série de cálculos, planos revistos, novos acontecimentos de consequências imprevisíveis. Pode ser seguida da desistência em se chegar ao destino desejado, optar por se mover a um local com políticas migratórias mais flexíveis, desejar interromper incansáveis travessias e ficar no local onde se está ou continuar a mobilidade através de novos significados.

5.1.2 – O retorno imaginado e o “êxito” como parâmetro norteador.

Cada lugar em que Álvarez viveu encontrou renovados obstáculos e possibilidades que, aos poucos, construíram sua trajetória na forma de muitos deslocamentos. Os (des)caminhos vividos por ele não se resumem através da simples delimitação de cruzamento da fronteira internacional, ainda que esse seja um passo fundamental. O entrelaçar da vida nos lugares desempenhou um papel fundamental para a compreensão das formas que o cotidiano se associou a esses elementos migratórios, como o retorno, que assim define Sayad (2000):

(O retorno) pressupõe necessariamente vários modos de relações: uma relação com o tempo, o tempo de ontem e o tempo do futuro, a representação de um e a projeção do outro, sendo estreitamente dependentes do domínio que se tem do tempo presente, isto é, do tempo cotidiano da imigração presente; uma relação com a terra, em todas as suas formas e valores (a terra natal), inicialmente, em sua dimensão física ou geográfica e, em seguida, em outras qualificações sociais, o espaço físico sendo, em suma, apenas a metáfora espacial do tempo social... (Sayad, 2000, p. 12)

Na narrativa de Álvarez o desejo de retornar aparece de forma pontual, mas nessas poucas menções transparece elementos de uma ideia sempre presente, algo "...da ordem dos fantasmas que rondam as consciências" (SAYAD, 2000, p. 12). O jogo entre as dificuldades e o "êxito" se assemelham a uma gangorra composta por precariedade de um lado e esperança de outro. De um lado, o presente (doloroso e carregado de dificuldades) remete a um passado que não é exatamente Cuba, mas a casa, a família, ouvir sua música, tomar a chicha feita por sua mãe. Não somente o lugar, mas o lugar produzido através das relações. Do outro lado, o presente e o cotidiano operam como uma representação do que não se deseja para o futuro. Por outro lado, o presente imediato é uma condição e único caminho de ação para tentar novamente e alcançar o possível "êxito" incerto.

No caso de Álvarez, o retorno é expresso através de diferentes situações e escolhas: residir em uma cidade que possui aeroporto próximo, símbolo de proximidade e possibilidade. Ainda que o retorno nunca tenha ocorrido, estar ali significa que qualquer outro "impulso" poderia fazê-lo retornar para casa em poucas horas; a saudade aos(dos) domingos, ou seja, retornar para a casa, uma metáfora espacial do lugar do afeto e proximidade da família, representação avessa do presente vivido por

ele; aprender para um dia ensinar a filha, que insiste em crescer e lembrá-lo do tempo que passa, pois como afirma Álvarez "...a filha está crescendo e vai começar a perguntar mais por mim".

A busca pelo "êxito" (o sonho de viver somente como músico profissional), as incertezas e o imaginário de retorno são vividos por Álvarez nas condições concretas do seu dia a dia, no trânsito entre várias fronteiras de inclusão e marginalização. Por meio de sua trajetória é possível captar processos que se desenvolvem em formas de luta constante. "Lutas de fronteira", lutas entre fronteiras, "lutas urbanas", "lutas subjetivas". Sua própria vida cotidiana no Glicério aponta para uma série de interações através de um lugar fragmentado e ao mesmo tempo articulado por redes de programas sociais de solidariedade, crime, oferta de empregos, preconceitos contra migrantes.

As negociações das quais Álvarez necessita fazer são muito mais amplas do que aquelas para conseguir um emprego ou moradia, apenas. Álvarez convive entre tensões e mediações de atores variados que desempenham um papel central em seu cotidiano marcado por transversalidades, contando de forma conjuntural sobre o mundo do trabalho, moradia, violência urbana, racialização, migração. Renuncia a relações no Glicério por receio de ser confundido com alguém do "*mundo do crime*" (FELTRAN, 2011); se posiciona como "ator" nos abrigos temporários; leva adiante a esperança de viver de música conjuntamente à passagem por empregos precários; tenta continuar presente, ainda que de forma ausente, na vida da família que vive em Cuba. Ao contar todas suas lutas constantes, Álvarez diz:

E por isso eu nunca utilizo a palavra frustração, porque aí fico mais frustrado. Então, eu digo: "Vou para frente, posso cair, mas fui para frente e foi por um sonho.

5.1.3 – Entre avanços e retrocessos: a cidadania e a "inclusão diferencial".

Por fim, a trajetória de Álvarez aponta para alguns elementos importantes acerca do debate sobre cidadania proposto anteriormente. Tomando como referência tanto os eventos que relata ter vivido desde o Suriname, sua narrativa aponta para diferentes formas que negociou a inclusão e a marginalização. Primeiro justifica a saída do Suriname em direção ao Brasil, porque a cada três meses deveria sair e voltar do

país para renovar sua permanência. Um obstáculo jurídico vivido entre as fronteiras nacionais. Em seguida vai para Oiapoque e, novamente, passa a negociar a inclusão com mediadores através do mercado de trabalho sem registro em carteira. Além disso, a fronteira entre viver de música e sobreviver apresentava obstáculos ao ponto de ter que exercer trabalhos que nunca imaginou, como mecânico e até aprendeu a fazer sushi em um restaurante, como relatou.

O que Álvarez narra como “*impulso*” o levou para São Paulo com uma amiga e, em sua narrativa, apesar de já ter cruzado muitas fronteiras de Estados Nacionais, a identidade política de migrante parece ter sido reconhecida por ele somente quando chegou na cidade. Ali parecia diferenciar as tipologias de deslocamento que viveu antes com aquela de passagem por abrigos, casas de acolhida, desemprego. As fronteiras pelas quais Álvarez transitava eram aquelas da condição de migrante e das desigualdades do campo social. Como consequência, as suas “lutas de fronteira” reconfiguram-se em “lutas urbanas”, travadas em conjunto muitos indivíduos e lugares.

Nesse sentido é emblemático compreender a sobreposição de redes de apoio aos migrantes a partir de diferentes atores. Álvarez fez uso de infraestruturas e serviços das políticas públicas municipais em São Paulo, dos serviços oferecidos pela Missão Paz e de serviços sociais do Glicério, apontando para diversos mediadores que atuam na “sustentabilidade de vida” do migrante na cidade, mas que, muitas vezes, não conseguiram efetuar uma passagem definitiva entre a fronteira do ter direitos e a de efetivar os direitos. Os retrocessos, as incertezas e a marca do temporário e provisório que se tornava permanente chocavam-se com as perspectivas de estabilidade, progresso, inclusão que marcam as promessas contidas em uma lógica de cidadania universalista.

O circuito de moradia, a dificuldade em conseguir emprego e as mediações pelas quais Álvarez percorreu não apontavam para uma divisão estaque entre “população e cidadão”, como argumenta Chatterjee (2004). Tampouco significava uma passagem definitiva de uma categoria para a outra. Ao contrário, o que narrava parecia se situar nas idas e vindas *entre* diferentes identidades políticas, como afirma Millstein (2017). Conseguia o trabalho formal, mas era demitido. A busca por outro emprego com

carteira assinada se dava na Missão Paz, não em instituições do Estado. O emprego de músico era de *freelancer* e foi conseguido nas pequenas redes de contato. Os abrigos do Estado eram temporários e não se encaixavam nos horários em que chegava do trabalho. Foi indicado por uma funcionária para um outro projeto social que não é exclusivo para migrantes e, aos poucos, isso foi se constituindo um modo de ser e estar no mundo. Mais do que se consolidar no campo dos direitos, as políticas e instituições pareciam conseguir, quando muito, tensionar os direitos e as desigualdades.

Ao mesmo tempo é significativo o papel das fronteiras que Álvarez passa a enfrentar no cotidiano. A racialização por ser negro, a necessidade de negociar com outros migrantes e sujeitos do bairro, explicitam mais aspectos da “multiplicação das fronteiras” (Mezzadra, 2015) que se somam a identidade política de migrante. Através de sua narrativa desenha-se uma cartografia política da cidadania complexa em que estão presentes lugares e sujeitos do Estado e “*mais-do-que-Estado*” (FREGONESE, 2015).

Em alguns momentos ser migrante é poder fazer uso de alguns serviços. Em outros momentos e lugares é o fato de ser negro que é mais destacado. Álvarez passa a ser confundido com haitianos e africanos e a fronteira passa a ser seu corpo (KHOSRAVI, 2010). Álvarez, em muitos momentos, demarca suas próprias fronteiras e faz questão de demarcar as diferenças. Afirmava ser cubano, não africano; músico e não artista; convivía com adictos, não com “*drogadinhos*” e, dentro desse conjunto de clivagens ele mesmo se colocava como um sujeito que não se encaixava nas relações sociais, políticas e econômicas que estava envolvido.

As fronteiras de “inclusão diferencial” multiplicadas, somada a um pertencimento dividido entre Brasil e Cuba (a casa da mãe) eram vividas por Álvarez como uma multiplicação das fronteiras da cidadania. A cada passo em busca de soluções através da mobilidade, uma nova configuração de obstáculos ganhava materialidade, impondo a ele a necessidade de negociação entre fronteiras que envolviam a família, a sobrevivência, os sonhos, muitos mediadores, incertezas, frustração. Como afirma Staeheli (2010), a cidadania vivida na prática engloba tanto as representações mais amplas e formais do Estado, como também é construída através

de lugares e práticas que confere a ela um sentido peculiar. Álvarez, por algumas vezes, negociava sua identidade a partir das relações locais e transnacionais e, aos poucos, informava sobre a produção de geografias que reproduziam espacialmente a tensão entre inclusão e marginalização. Em outras palavras, a narrativa de Álvarez desempacota uma multiplicidade de subjetividades (MILLSTEIN, 2017) através de pequenos gestos, negociações improváveis, incertezas e fronteiras que compõe o cotidiano político da migração e da cidadania.

6. 0 - O “DESASTRE” E A “MULTIPLICAÇÃO DAS FRONTEIRAS”: AUTONOMIA E INCERTEZAS DA MIGRAÇÃO.

Conheci François, migrante guineense de 19 anos, em uma festa promovida por Abdalah, no CECG em 2019. Na ocasião, Abdalah havia me proposto que organizássemos uma festa com performances musicais e danças feitas pelas pessoas que moravam na casa. Seria oferecida comida e os convidados pagariam a entrada e a cerveja consumida no local. O propósito do evento era levantar fundos para reformas no CECG. Cerca de 20 pessoas estavam na festa e, entre um intervalo e outro nas danças, François assumia o controle da música como DJ. Ficava em um dos cantos do quintal da casa com um computador colocado em uma mesa na qual estavam sobrepostas duas bandeiras: a da Guiné e a do Brasil.

Dois desses intervalos, entretanto, foram distintos. Em um deles foi projetado o curta metragem “Liberdade”, já citado. O momento foi sucedido por uma breve conversa com o diretor que também estava presente, os participantes do filme e os convidados. O outro intervalo contou com um breve relato de François sobre sua trajetória migratória. Em uma mistura de português e espanhol ele contava sobre uma travessia arriscada, escondida em um barco e que culminou na chegada à Argentina. Uma experiência de dias sem dormir em que presenciou a morte de um amigo. No final da festa, perguntei se poderia contar com mais detalhes essa experiência em uma entrevista. Ele aceitou e, dias depois, voltei ao CECG para a gravação.

François é um dos muitos migrantes africanos que tem chegado ao Brasil com mais frequência desde o início da década de 2010. Entretanto, diferentemente de várias nacionalidades que chegaram em grande quantidade, como Haitianos, Venezuelanos, Senegaleses, Angolanos, comumente tomados como símbolos desse novo cenário migratório no Brasil, a migração guineense ainda é pouco retratada tanto em estudos migratórios, como nos relatórios estatísticos que, em sua maioria, destacam as nacionalidades mais numerosas no Brasil.

Alguns poucos dados que trazem informações sobre essa presença informam sobre aproximadamente 800 solicitações de refúgio feitas até outubro de 2019 (AMP, 2020), seguindo o mesmo caminho de muitos migrantes para a entrada no Brasil, como

foi visto para a migração cubana e outras tantas nacionalidades que entraram no Brasil recentemente. O grande aumento de solicitações de refúgio em um curto período, como referido no capítulo 1, fez com que o julgamento para o reconhecimento ou não da condição de refúgio demorasse anos. Assim, segundo dados do AMP (2020) a partir de dados fornecidos pelo CONARE, em 2019 ainda havia cerca de 594 solicitações de refúgio esperando resultado para guineenses. Já aqueles que receberam, de fato, a condição de refúgio e que estavam com registros ativos no Brasil em 2019 somavam apenas 58 (AMP, 2020). Por outro lado, o relatório OBMigra (2021) informa sobre 73 guineenses reconhecidos como refugiados entre 2011 e 2020 (11 mulheres e 62 homens).

Com relação à essa migração para a Região Metropolitana de São Paulo (RMSP) e a cidade de São Paulo, o AMP (2020) aponta 30 registros ativos de migrantes dessa nacionalidade na RMSP e cerca de 24 estudantes matriculados no ensino básico em 2019⁷¹. Por outro lado, valendo-se de dados de atendimento do CRAI de 2014 a 2019 é possível uma melhor caracterização desse grupo. Ao todo foram atendidos, nesse período, 186 pessoas, sendo 169 homens e 17 mulheres. A faixa etária predominante era de 18-29 anos (88 pessoas), seguido por 30-39 anos (70 pessoas) e 40-49 anos (21 pessoas). Deste modo, trata-se de uma migração majoritariamente jovem e não familiar.

O local de entrada no Brasil foi referido, majoritariamente, como Guarulhos (60%), sendo que boa parte dos migrantes não informaram por onde chegaram (22%). Diferentemente da migração cubana, como vimos no capítulo anterior, a migração de guineenses utiliza basicamente um local de entrada, não sendo expressiva a entrada pela fronteira norte ou outros locais do país.

Já para as demandas na cidade de São Paulo, observa-se uma dinâmica de moradia majoritariamente temporária, com destaque para “Aluguel ou pensão”, com 45%. Quase metade dos migrantes guineenses se utilizavam desse tipo de moradia quando procuraram os serviços do CRAI. Em seguida destacam-se “Centro de Acolhida” e “Situação de rua”, ambos com 16% e que chama a atenção para as

⁷¹ Com base nos trabalhos de campo realizados na cidade de São Paulo, pode-se afirmar que esse é um número subestimado.

dificuldades e vulnerabilidade no que tange uma situação de moradia um pouco mais estável. E, por fim, “Casa de parente ou amigo” com 10%, sendo esse o caso de François, como será mostrado mais adiante.

O local da cidade em que a maioria dos migrantes guineenses residiam era, em grande parte, o centro da cidade (47% aproximadamente). Em seguida a zona sul e leste praticamente empatavam em porcentagem com 9%. E, por fim, um ponto que se distingue do padrão geral apresentado no capítulo 1, em que se destacam centro e zona leste, para a migração guineense a distribuição também se dava a outros municípios com 24%, mais do que zona leste e sul somados⁷².

Com relação a fonte de renda, a grande maioria dos migrantes que procuraram o CRAI estava desempregada, cerca de 59%, seguido por somente 12% com Carteira assinada e 5% informais ou autônomos. Além disso, cerca de 22% não informaram qual era a fonte de renda. Assim, os dados refletem a dificuldade dos migrantes na inserção do mercado de trabalho formal na capital, algo que pode inviabilizar, por exemplo, o acesso à moradia mais estável. Somado a isso é importante dizer que a grande maioria dos migrantes estavam documentados e possuíam acesso aos direitos e ao mercado de trabalho formal. Os dados mostram que 66% eram solicitantes de refúgio, 8% possuíam visto permanente, 6% eram reconhecidos refugiados e somente 7% estavam indocumentados. Isso reflete a distância enfrentada por migrantes entre ter o direito ao trabalho formal e, de fato, conseguir acessar esses direitos na prática.

Porém, assim como feito no capítulo anterior, ainda que os dados sejam importantes fontes de informação para uma caracterização mais geral sobre a migração, há uma multiplicidade significativa de vivências quando observadas as trajetórias individuais. Atrelado a isso, a própria escassez de dados sobre essa migração faz com que mesmo no cenário estatístico as informações sejam rarefeitas, sem a possibilidade de traçar um perfil mais preciso. Assim, seja pela falta de dados ou pela complexidade que essas trajetórias apresentam é fundamental atentar para uma presença marcante na cidade não somente pela maior ou menor quantidade, mas pelas formas que espaço e política podem tomar tendo como referência as práticas dos

⁷² Não é possível identificar quais são os municípios, uma vez que, na base de dados do CRAI a referência é, somente, a “outros municípios”, não especificando nominalmente.

sujeitos. Mudanças bruscas na vida cotidiana e a impossibilidade de reestabelecer o antigo padrão de normalidade, a maneira como a migração passa a ser considerada como saída e, sobretudo, a multiplicação das fronteiras no cotidiano são alguns dos elementos que conta François, como será mostrado a seguir.

6.1 – A GUERRA COMO EXCEPCIONALIDADE, A GUERRA COMO POSSIBILIDADE E A GUERRA COMO COTIDIANO.

Antes mesmo da entrevista, François adiantou que um dia gostaria de publicar sua história em livro, filme, documentário. Ele queria “*mostrar às pessoas como e por que as pessoas deixam a África*”. E a entrevista então começou com a pergunta: Por que as pessoas deixam a África? E ele respondeu:

Eu considero que depende de cada pessoa, porque não é cada africano que tem a mesma família. Somos de famílias diferentes. E bom, famílias diferentes saem por motivos diferentes. Minha situação, eu posso explicar isso, porque eu nunca vou poder esquecer, porque esta história está na minha cabeça e no meu coração, do que vi e vivi. Eu falo que posso contar...Por que eu saí da África dessa maneira? Se esconder no barco e cruzar o oceano atlântico até outro continente, sete dias sem comer. Isso eu posso contar, porque é uma história que eu passei. É uma coisa que eu sobrevivi e Deus me ajudou a aguentar. Quatorze dias cruzando sem dormir. Não podia dormir, porque onde estava não podia dormir. Se eu dormisse iria cair na água. E se eu caísse na água a hélice do navio... e você iria morrer no oceano. Nós viemos em 5 pessoas e uma pessoa morreu. (Entrevistador: Ele dormiu?) Não sei, não posso explicar como morreu, porque quando chegava à noite ficava escuro, entende? E não se pode ver o seu amigo. E aí começou a amanhecer e ele não estava mais. E se não estava mais, ele caiu na água. Não posso dizer exatamente como desapareceu. Para nós, como uma estamos aqui...(inaudível) desaparece. Foi para nós uma tristeza muito grande e esse foi o sétimo dia. Estávamos vindos de Guiné Conacri e sete dias haviam se passado.

Já no início da entrevista François direcionava sobre o que gostaria de falar e, aos poucos, ficava claro que a resposta para a pergunta “Por que as pessoas saíam da África?” seria respondida a partir de sua experiência pessoal, afinal “*nem todo africano tem a mesma família*” e “*...famílias diferentes saem por motivos diferentes*”. Assim, ele destacou, já no início, alguns pontos cruciais de sua narrativa “*sete dias sem comer*”; “*quatorze dias sem dormir*”; “*...uma pessoa morreu*”; “*se esconder no barco e cruzar o oceano atlântico*”. E, a partir da pergunta seguinte (Entrevistador: Quando foi que você

decidiu sair de Guiné Conacri?), ele respondeu: *“Bom, minha história começa assim...”* e desse momento em diante sua fala foi praticamente ininterrupta.

François começa relatando um dia específico em que estava na sua escola, situada em um *“campo militar”*. Contou que sua casa também ficava muito perto desse campo. Era um local em que havia refugiados vindos de Serra Leoa, fruto de uma guerra com a Libéria, países vizinhos de Guiné Conacri. Segundo ele, a Guiné é um país com muitos refugiados, pois recebe pessoas providas de conflitos nos países vizinhos ou próximos. E, conseqüentemente, os filhos dos soldados ou dos refugiados acabavam indo estudar na mesma escola que ele, pois: *“Na escola, fui nessa escola militar. E estudei somente com pessoas refugiadas, com gente de Gana com mão cortada, pessoas sem olhos e eu vi tudo isso. Militar, como corriam para fazer o exercício, eu via e fazia tudo isso”*. E foi a partir de um “evento crítico” (DAS, 1997) ocorrido enquanto estava na escola que François reconstitui toda a sua trajetória de migrante e de vida.

Então um dia, porque esse campo militar era muito antigo e muita bala (explosivo) estava dentro do terreno, do piso. E um dia esse campo começa a explodir, boom, booom, boom. Bala grande de míssil, de tudo. Todo bairro queimou, muitos estudantes morreram ou ficaram queimados. Todo mundo em Guiné havia achado que a guerra tinha começado, porque os outros países tinham guerra. Então todo mundo em Guiné achou que estávamos em guerra. Aí começa a minha história.

Todas as casas que estavam lá há 3km, 5km, booom. Ninguém sabe como começou. Estava na escola escutando boom, boom, booom, não parava e todo mundo começou a correr. Pensávamos que havia começado a guerra. Muito aluno morreu com a bomba *leitmov*, teve que correr, correr...e eu não...não posso acreditar...eu só via gente correndo. Todo mundo do bairro correndo por causa da bomba forte. A pele das pessoas queimava e a gente corria. A gente pensava ihhh...ihhh...esse dia eu vou morrer...(pausa)...muito triste...muito triste. Muitos meninos que não podiam morrer queimavam, morriam.

E ninguém sabe o que aconteceu, em Guiné faz muito calor e não sabem se foi algum fogo, ninguém sabe. Mas uma explode e todas começam a explodir. E tem muito. É grande! Esse campo é assim, como 20 km, me entende? Tudo fechado. Como 20 km assim, ou mais. É como dez bairros. Tem escola...é...tem tudo. Então, quando todo mundo estava correndo, eu corri, corri, corri...eu tratei de ir...é eu não poderia ir para a minha casa. Estava longe de onde eu estudava. Tinha que caminhar como, 30, 40 minutos para chegar a escola. Então quando começa a explodir, eu trato de chegar na casa da minha irmã, que estava há 4 ou 5 km para de lá. E minha irmã, eu pensei que ela tinha morrido...(silêncio)...pensei que minha irmã estava em casa, mas não sabemos onde foi parar. Então eu corri, corri...todo mundo correndo, todo mundo correndo! Todo mundo correndo! Então eu corri, corri, corri, bomba, você corre e pode ver uma bomba vindo caindo. Algumas se salvam e outra não...Todo

mundo sabe esta história em Guiné, quando explodiu o campo militar. Isso foi como, 2001, 2002. (Entrevista: Quantos anos tinha?) Eu tinha como 12 ou 13 anos.

O vocabulário que marca o início do relato de François é prenhe de expressões e palavras que giram em torno da noção de guerra. Porém, a ideia de guerra em seu relato possui diferentes sentidos que, por vezes, se aproximam e, outras vezes, se distanciam. O primeiro sentido é o de guerra como cotidiano. Estudar em uma escola localizada em um acampamento militar, junto com refugiados que traziam no corpo as consequências dos conflitos armados remete a um cotidiano da guerra vivido como materialidade e como possibilidade. Como materialidade, a guerra, tal qual descrita por François, não se reduzia a seus locais e momentos de conflitos bélicos somente. Suas consequências eram vividas, sentidas e observadas em outras escalas além daquelas em que o conflito acontecia. A escola em que estudava, através dos refugiados que passavam a frequentar e conviver com ele, então, compunha esse cotidiano dos conflitos em Gana, Serra Leoa, Libéria, entre outros.

Como possibilidade, esse cotidiano da guerra parecia exigir nos cálculos de planos futuros, o fato de, um dia, talvez ter que conviver com a guerra. A guerra, ao contrário de uma excepcionalidade parecia ser algo esperado, uma realidade que um dia provavelmente iria acontecer. Assim, no momento imediato em que o campo militar começa a explodir parecia que esse dia havia chegado, “*Todos pensávamos que havia começado a guerra*”, “*...porque os outros países tinham guerra, então todo mundo em Guiné achou que estávamos em guerra*”. A possibilidade da guerra parecia ter se tornado materialidade.

Quando minha mãe escutou, porque ela sabia que eu estudava na escola, quando ela escutou que o campo militar explodiu, porque isso foi perto das 11 da manhã, e depois à tarde as pessoas sabia que não era guerra, que era o campo explodindo. E falava na rádio e televisão minha mãe chorava pensando que eu tinha morrido. Um monte de gente morreu, aluno, criança, tudo morreu, morreu um monte de gente. Minha mãe começou a chorar, chorar, o meu filho...ela sabia que eu estudava lá. Mas eu não estava morto. Graças a Deus, então...é... fui até a casa da minha irmã e todo mundo achava que era guerra, e eu falava que não era. Era o campo. E as pessoas não acreditavam. Achavam mesmo que era a guerra, e eu falava não, porque eu estava lá. Minha irmã voltou e fomos para a casa da minha mãe. A casa toda estava queimada. Tudo! Pessoas queimadas. Parece como a guerra, não...ihh...(pausa). Era como uma guerra forte e parou...depois parou. E depois estava um desastre por todo lado.

“*Parecia como a guerra...*”, mas não era a guerra tal qual se esperava. “*Era como uma guerra forte e parou...depois parou*”. Apesar do cenário, dos artefatos e das consequências serem idênticas (bombas explodindo, casas destruídas, pessoas morrendo, correria em fuga, não ter notícia da sobrevivência de parentes e amigos), o horror havia durado pouco tempo, não meses ou anos como uma guerra convencional costuma durar.

Por outro lado, a partir de então, ganhava protagonismo um outro sentido de guerra que não parecia desconhecido por François: aquele de suas consequências posteriores ao evento. Talvez pela convivência, na escola, com pessoas que viveram a guerra e sofriam seus desdobramentos mesmo estando longe do conflito. Ou pela centralidade que o tema da guerra parecia ter no cotidiano da Guiné e dos países vizinhos, François, já aos 12 ou 13 anos, como afirma, sabia que sua história havia começado ali. Ele não havia morrido, sua irmã não havia morrido e sua mãe estava aliviada. Mas, “*estava um desastre por todo lado*” e, ao ir com a irmã para a casa da mãe viu que “*...a casa estava toda queimada*”.

A partir desse dia sua vida mudaria radicalmente, não sabia como, ainda, mas François conta como se soubesse que tudo seria diferente a partir daquele dia. A guerra passaria a ter um significado mais fluido e incerto de duas pontas. De um lado, a luta diária pela sobrevivência e de outro lado, a tentativa de reconstituir, em vão, as condições e os ritmos da vida cotidiana anterior ao “evento crítico”.

François conta que sua mãe era comerciante e “*...ia a um povo, outro estado para vender e voltar para manter a gente, entende?*”. E, de repente, a casa da mãe havia sido destruída.

Quando explodiu o campo militar, queimou toda a casa de minha mãe, a casa que minha mãe vivia, explodiu todas as coisas que minha mãe tinha, a roupa, televisão, tudo a casa, não só a casa dela...

E aí toda a riqueza que minha mãe conseguiu desde a infância, ela perdeu tudo. O governo depois falou que não poderia cobrir os gastos de um desastre tão grande, e também porque foi acidente. Porque antes falava que iria dar para as pessoas que perderam as coisas...minha mãe perdeu tudo...toda a sua casa, tudo que tinha desde a infância. Perdeu tudo.

O “*desastre*” havia atingido dois pilares profundos da “sustentabilidade de vida” de François. A casa e a figura da mãe provedora, responsável por sustentar o ritmo cotidiano da vida doméstica e dos filhos, pois como ele relata:

“Então minha mãe começou a sofrer muito. Imagina você perder tudo o que juntou durante a vida toda, perder tudo em um dia. Então minha mãe começou a ficar mal, mal mal, e começou a ficar doente, doente..(Entrevistador? Ficou muito triste?) Sim, imagina você, uma pessoa que começou a juntar coisas desde pequena, sua televisão, dinheiro, geladeira, tudo e um dia perder tudo. E não é fácil como parece...não é fácil. Então, ela começou a ficar muito doente de tristeza, não conseguiu recuperar e ficou pior e pior...e ninguém conseguia nos manter para ir a escola, para pagar os (inaudível). Eu morava com minha mãe, porque na África pode casar-se com 3 ou 4 mulheres, então quando meu pai morreu, minha mãe casou com outro homem que tinha outra mulher e outros filhos, e nós morávamos juntos. Eu com minha mãe, pai, somos 5, mas os outros eram grandes e moravam do outro lado. E eu com minha irmã menor que morava com minha mãe. Então, quando tudo isso aconteceu, minha mãe ficou muito mal e começou a ficar doente. Não sabia como iria se recuperar, não podia pagar nossa escola, comprar coisa para a escola e tudo foi triste, dois ou três anos e minha mãe triste, ninguém pode manter a gente. Depois de 2 anos eu a vi sofrendo assim, sofrendo, e ninguém da família podia ajudar.”

O “evento crítico”, então, descia ao ordinário (DAS, 2007). Seus efeitos trariam como ponto máximo a reconfiguração brusca e repentina da vida cotidiana. A mãe de François, figura provedora em sua vida havia ficado doente. O “trauma” passava a habitar seu corpo (LOYD; EHRKAMP; SECOR, 2018) que adoecia e desencadeava outros efeitos subsequentes. Não conseguia trabalhar mais, ficava pior a cada dia, sofria já havia dois anos. A figura central da vida de François, fundamental no papel da reprodução social da família já não podia estar presente da mesma maneira que antes. Ficava cada vez mais difícil reconstruir a vida cotidiana tal qual era antes do “*desastre*”.

Depois comecei a escola e fui para a casa de um tio e tia, ela também não tinha dinheiro...ela trabalhava em como...não sei como dizer...é... lugar que vende carvão. Vendia isso para...entende? E eu fui lá e ela tinha pouco para começar a escola. Essa escola, às vezes eu ia e é uma escola que não comia nada, não tinha nada. E quando voltava para a casa, às vezes não tinha o que comer. E ficava às vezes 1 ou 2 dias sem comer bem. Se tem um pão, você fala: "Ah, graças a Deus". Para ver se amanhã, quem sabe se tudo estava bem, tinha café pela manhã ou vai dar dinheiro para comprar coisa no intervalo e compra uma comida para comer. Depois de todo esse desastre, não tinha mais como levar dinheiro. Então, quando eu morava com minha tia eu ia na escola sem comer. E se está com fome não vai prestar atenção no que acontece. E a nossa escola, se você não faz as tarefas te pegam. Tem que concentrar e estudar. Se o professor diz: "Amanhã quero que todo mundo faça a tarefa". Se não faz ele vai a pegar.

A tentativa por retomar a vida anterior às explosões no campo provém do surgimento mais recorrente de palavras que remetem ao cotidiano, como: casa, tio e tia, trabalho, escola, tarefas, professor. Porém, os sentidos de cada um desses sujeitos e lugares aparecem distorcidos ao que eram antes do “*desastre*”. A casa era um problema, pois os cuidados não conseguiam ser garantidos pelos parentes, porque “*também não tinha dinheiro*”. Não era possível acompanhar o ritmo da escola devido à fome e assim o professor aumentaria as cobranças. O “*desastre*” saturava o cotidiano de François ao transformá-lo em instável, incerto, inseguro, imprevisível. Sua narrativa possuía um demarcador claro de um antes e um depois, tornando cada vez mais tangível a afirmação inicial de que “*sua história havia começado naquele dia*” das explosões.

6.2 – TORNANDO-SE UM MIGRANTE: NOVAS IDENTIDADES POLÍTICAS E A “MULTIPLICAÇÃO DAS FRONTEIRAS”.

A partir desse horizonte recolhido de possibilidades é que François inicia uma transição entre ser cuidado e a busca pela autonomia. Assim ele relata essa passagem:

Eu tinha que ir à escola e encontrei um cachorro pequeno e bonito bem cedinho, como 7 da manhã. E eu tinha muita fome e estava passando mal. Então quando encontrei o cachorro, eu tive a ideia de vender esse cachorro para os turistas que vêm para Guiné. Há um lugar que chama (inaudível), eu fui vender lá, para ter um dinheiro. Porque se um turista americano, branco, se ele vê vai gostar. Eu vou vender esse cachorro, e não vou para a escola, porque se vai para a escola fica até 12:00 e depois às 13:00 entra de novo e fica até às 17:00. E dessa eu vez eu falei não vou, porque vou ficar sem comer nada. Então eu falei que iria vender o cachorro. Então eu fui aonde estavam os turistas. Porque lá você sempre encontra turista que vem para ver os músicos, a dança, tem muito americano branco, para ver o espetáculo. E eu falando: “Vou vender esse cachorro para ter dinheiro”. Nessa parte há alguns seguranças militares. Ali um menino desse bairro...há muita manga...conhece manga? E não pode pegar a manga porque é algo...então tem que pegar pedra e lançar, para a manga cair. Eles atiravam pedra e a pedra quebrou o vidro do carro de um militar, que eram os seguranças de todo esse lugar. O militar ficou bravo e o que aconteceu? Qualquer menino que passava ali eles pegavam e colocavam na prisão, te culpando pelas pedras que foram atiradas. Eles colocavam você na prisão e a família tem que pagar dinheiro para te soltar. Eu cheguei e vi os militares e perguntei se alguém sabia quem queria comprar um cachorro. E eles me pegaram e disseram que eu havia quebrado o vidro do carro. Me agarrou e falou para deixar o cachorro lá. Disse que eu que tinha atirado a pedra e quebrado o vidro. Eu fiquei lá e tinham, como, quinze ou dezesseis pessoas. Diziam que nós tínhamos quebrado o vidro, entende? Perguntavam: “Onde está sua família? Onde está sua família?”. A família terá que vir e pagar dinheiro

para sair. Se não pagar, não pode sair. Essa era a lei, não tinha o que fazer, me entende? Então, eu fiquei lá por quatorze dias, porque não tinha família. Outro que tinha dinheiro poderia sair, porque essa coisa era caro, né? Era muito dinheiro, por exemplo, 20 mil dividido pelas pessoas que tinham quebrado o vidro. Eram dezesseis ou dezoito pessoas mais ou menos. Alguns menores outros maiores todos presos. Onde está a família? Perguntavam. Mas lá não tinha telefone, tinha que indicar, aí eles ligam para sua família e dizem: "O seu filho quebrou o vidro do carro de um militar". Aí sua família vai vir e ver o que aconteceu? Por que meu filho está aqui? O que sente o que não sente, não importa. Eles te colocam lá. Todo mundo saiu, só eu fiquei lá, sozinho. Primeiro, porque minha mãe estava doente com essa tristeza, muitos anos minha mãe foi ficando doente, sim, muitos anos. Então eu fiquei lá sozinho sem poder sair. Para os outros meninos, três ou quatro dias depois a família veio e pagou. Eu fiquei quatorze ou quinze dias sozinho. Minha tia não tinha dinheiro, minha mãe estava doente no povoado, não tinha dinheiro para me tirar de lá. Então um dia minha irmã maior buscou um amigo dela que também é soldado. Se é soldado para soldado pode negociar, entende? Minha irmã falou que eu não tinha feito nada, que minha mãe estava doente, e que eu estudava. Pedia por favor ele não tem dinheiro. Então foi esse soldado que me ajudou a liberar. Eu era inocente e nem sei como aconteceu, mas de repente estava ali.

Na luta pela sobrevivência e por uma (auto) "sustentabilidade de vida", François passou a ver possibilidades que antes eram impensáveis, soluções tomadas na urgência (SIMONE, 2019). Aos poucos, novos lugares, práticas e atores surgem em sua narrativa e disputam a legitimidade com a rotina anterior, marcada por lugares e pessoas como escola, casa, mãe, entre outros. Comer vinha acima da escola em sua hierarquia de emergência. Procurava ganhar dinheiro vendendo, não esperando alguém fornecer os recursos. Turistas, o bairro que frequentam e novamente a presença militar, mas dessa vez como vigilantes da sua presença, são novos atores dessa nova fase de vida. A normalidade cotidiana pré "*desastre*" parecia não caber nas possibilidades futuras e na busca pela autonomia que François estipulava.

Como efeito colateral, a prisão foi o resultado de sua primeira tentativa de (auto) "sustentabilidade da vida". Ficou preso com mais quinze ou dezesseis garotos e a tal transição não só marcava uma ruptura no cotidiano, mas uma reconfiguração em sua identidade política. François não foi lido pelos militares como estudante, como alguém que havia passado por um "*desastre*" e sofria com seus efeitos. Ele foi visto como um sujeito coletivo, jovem, como muitos outros, no qual a presença no bairro de turistas tinha que ser controlada e vigiada. Com isso, sua experiência socioespacial também se alterava e passava a contar com abusos e arbitrariedades.

O regime normativo dessa nova condição era outro e incluía, como mediador dessas identidades a família. Ter ou não família era decisivo para definir os procedimentos a serem tomados. *“Perguntavam: onde está sua família?”*. *“Essa era a lei, não tinha o que fazer, me entende?”*. Em outras palavras, a tensão entre sua nova e antiga identidade política só poderia ser intermediada justamente pelo pilar de sustentação que François não podia mais contar, a figura da mãe, da tia, do tio. Dessa maneira, a cada dia que a família não comparecia, mais reforçada ficava uma identidade política de desviante, de risco e de ameaça. *“Todo mundo saiu”* e ele ficou lá sem poder sair, por *“quatorze ou quinze dias sozinho”*.

A solução veio através da irmã que, apesar de representar a família, não bastava para reverter a situação. O caso necessitava de uma resolução mais ampla que a do campo financeiro e familiar. A irmã conhecia um soldado e *“se é de soldado para soldado pode negociar, entende?”*. Mais do que isso, coube a irmã e ao soldado testemunhar em favor de uma identidade política diferente daquela que justificava a prisão. A irmã lembrou que *“...não tinha feito nada, que minha mãe estava doente, e que eu estudava”* e assim foi que *“esse soldado me ajudou a liberar”*. Foi preciso reafirmar e reposicionar a moralidade da família, colocá-la ao centro novamente para convencer que a prisão não era o lugar de François.

A busca pela autonomia já apresentava a ele novas fronteiras e dispositivos. Reconfigurava suas possibilidades de futuro em torno de outros riscos e perigos que não necessariamente tinha a ver com sua figura individual, mas com a de um sujeito lido coletivamente. Sua dupla essência naquele momento se dividia entre: i) François era a sua família, suas redes familiares e o que se esperava de alguém regido por esse código de relações. ii) François era um jovem pobre, visto como uma ameaça, um sujeito de risco no bairro de turistas. Estava em operação duas faces distintas e antagônicas de relação coletiva do indivíduo (DAS, 1997). E François teria que optar entre uma delas para dar os próximos passos em busca da autonomia.

A injustiça vivida era enquadrada por ele no campo do azar. Assim que foi liberto, explica que *“...em nossa cultura, quando você sai da prisão ou conselho, tem que ir se lavar em água salgada, para tirar a má sorte”*. E François assim o fez. Porém,

sua experiência adversa não o fez desistir da ideia de autonomia. Após lavar-se de água salgada:

...saí e depois de pouco tempo escutamos uns meninos do nosso bairro dizendo que ouviram sobre algumas pessoas que estavam na França. Nessa época nós não sabíamos o que significava viajar para outro país clandestinamente, ou viajar desse jeito. Não conhecia. (Entrevistador: Quantos anos você tinha nessa época?) Quatorze anos, me entende? Então escutamos que um menino de nosso bairro que era maior e tomou um barco e foi para a Europa, entende? Eu escutei isso com meu amigo e disse, nós temos que fazer isso, porque...eu tomei minha própria decisão, porque na situação que estava no podia ir à escola, porque às vezes a escola pede para trazer uniforme, se não tem a professora te manda para a casa. Você tem que levar o seu próprio banco. Tudo isso você tem que comprar. Muitas coisas precisamos comprar para a escola de Guiné, não é grátis. Se você não compra uniforme não pode estudar e mandar andar para sua casa. E para mim mandaram andar para casa, porque eu não tinha possibilidade de comprar. Às vezes eu ia para a escola e às vezes não ia, porque não tinha ninguém para pagar minhas coisas. Meu caderno, meu uniforme, entende? Então, eu comecei a me interessar como as pessoas foram para a América, para a Europa. (Entrevistador: Como falavam que era na Europa para você?) Não, isso foi na rádio. Foi internacional que falaram que as pessoas estavam indo para a Europa. Porque não eram muitas pessoas que faziam isso. Porque uma quantidade de pessoas viajou, mas alguns morreram e outros quando chegaram na França, os franceses deram a informação para Guiné e falaram na rádio e na televisão: "Que guineenses tomaram o barco com a roupa do corpo e algumas pessoas morreram". Eu pensei, ah, eu com meus amigos que iria na escola comigo e falamos: "Ah, temos que fazer isso e levar isso a sério".

Se o desvio de caminho da escola para outras atividades e lugares marcavam uma fronteira entre o cotidiano pré e pós "desastre", após a prisão e ao ouvir acerca da possibilidade de migrar para sobreviver François decidiu-se pela autonomia. A primeira de muitas fronteiras materiais e simbólicas havia sido cruzada. Como ele mesmo afirma: "*...tomou a própria decisão*".

Os operadores desse cruzar de fronteiras eram novos sujeitos. Lentamente, a família, símbolo de um cotidiano não mais possível de ser vivido, desaparece. Do outro lado dessa fronteira François começou a se nutrir dos rumores que corriam no bairro, na rádio. Começou a se "*...interessar como as pessoas vão para a América, para a Europa*". Passou a conversar com outros "*meninos*" sobre a possibilidade e decidiu coletivamente que "*...teriam que fazer isso e levar isso a sério*".

Não fica claro pelo relato de François, se os "*meninos*" que estudavam com ele na escola também haviam sofrido com rupturas cotidianas parecidas com a dele após o

“desastre”. No entanto, alguns trechos sugerem que a migração via barco compunha um cotidiano mais amplo e difundido na Guiné. Os meninos do bairro sabiam de “*pessoas que estavam na França*”. Um outro menino do bairro “*tomou um barco e foi para a Europa*”. Na rádio eram veiculadas notícias de pessoas que estavam indo para a Europa. Estava ciente até mesmo dos riscos contidos na decisão de migrar ao saber que “*...guineenses tomaram o barco com a roupa do corpo e algumas pessoas morreram*”. A sentença final pela decisão de migrar, então, é resumida por François na seguinte frase: “*...eu sei do meu sofrimento e se eu conseguir posso estudar bem, eu posso fazer coisas melhores para minha vida. Então eu tomei essa decisão e pensei em entrar no porto para saber como fazer*”.

François sabia, de antemão, que migrar implicaria risco. Era preciso, então, construir e colocar em prática suas estratégias de migração, identificar as maneiras de superar as fronteiras imediatas, saber por onde e como se deslocar:

No porto têm muitos seguranças, vigilância, entende? Então, um dia nós tomamos a decisão e eu e uns amigos conseguimos água, comida, entende? Para sobreviver à viagem. Então fomos um dia à noite. E fomos pela água e vimos um barco e subimos. Tem um lugar ali... (Entrevistador: O barco estava parado?) Sim, estava parado, estava carregando ou descarregando coisa, entende? Nos vimos um barco que veio para deixar algo em Guiné e para voltar. Então, quando nós vimos estava ali, era perto de oito da noite, fomos devagarzinho com a comida e subimos. (Entrevistador: Mas como você fizeram para escapar da segurança?) Tivemos que nos esconder no porto e tem que saber nadar com sua comida. Porque a comida tem que amarrar bem com plástico para a água não entrar. E você vai flutuando, flutuando, e quando subimos havia outras pessoas lá. (Entrevistador: Mas vocês já sabiam que para entrar em um barco poderiam fazer desse jeito?) Existem muitas maneiras, muitas maneiras. Há pessoas que conseguem se esconder dentro de um quarto. Outros vão...há muito lugar onde pode se esconder, entende? Mas onde estava a hélice, ninguém imagina que pode existir uma pessoa, um ser humano que entra ali. Porque é um grande risco de morte. (Entrevistador: Era um barco grande?) Sim, um barco grande. Como uns 100 metros ou 80 metros. Grande, entende? Então ali as pessoas, o capitão não pode imaginar que pessoas subiam lá, porque lá é sobreviver ou morrer. Nós sabíamos isso, mas preferíamos fazer isso, porque toda coisa...para nós os meninos africanos, que não tem possibilidade como nós, pensamos que: "Bom, temos que fazer isso, porque senão vamos ficar aqui em Guiné sofrendo e não vamos nem terminar a escola. Então, nós não iríamos estudar, ficaríamos aí sofrendo...(Entrevistador: E você contou para sua família que iria fazer isso?) Não, não contei para ninguém, nem para minha mãe, nem ninguém. Ninguém sabia disso, eu não contei. (Entrevistador: Decidiu com seus amigos mesmo?) Sim, com eles. (Entrevistador: E por que não quis contar?) Porque se eu conto, iriam falar para eu não fazer, porque era muito perigoso. Iriam falar: "Se você fizer isso você vai morrer". Imagina cruzar o oceano atlântico em um barco perto da hélice. É chance de 100% de morte e somente Deus pode te salvar. Deus me ajudou, não com dinheiro, mas com a vida...Porque o que eu passei no campo com as

bombas, ele me ajudou a salvar a vida. E Deus então iria me ajudar de novo a chegar a cruzar o continente. (Entrevistador: E quando chegou no barco havia gente lá?) Isso, tinham pessoas lá. E eles diziam: "Não, você não vai subir". E a gente pedia para subir, por favor. Havia 3 pessoas lá e nós estávamos também em 3 pessoas. Quando viram que nós tínhamos comida e água, então pode subir. Aí subimos. Era um lugar pequeno, como assim (mostra o tamanho do local em um gesto que comparava parte do cômodo em que acontecia a entrevista, aproximadamente 6m²). E no meio tinha um ferro, um ferro grande que fazia o barco virar. E ficávamos no entorno do ferro que fica no meio. Quando você sobe, está tudo fechado. O único lugar para sair é o mesmo que entrou, pela hélice. E lá não é grande tinham 6 pessoas lá. Tinha um pequeno lugar para colocar a comida. Então tinha que ficar agarrado no ferro do meio para não cair, ou encostar na parede com as costas e colocar o pé no ferro do meio e ficar ali, entende?

Iniciava-se de forma concreta a “luta de fronteira” (Mezzadra, 2015) de François. Dois aspectos dessa luta ficam mais evidentes a partir desse momento do relato: i) François buscou saber através de diversos sujeitos as formas possíveis de migrar. Aprendeu como fazer. Sabia que necessitaria de certas habilidades, pois *“tem que saber nadar com sua comida”*. Para a comida, *“...tem que amarrar bem com plástico para a água não entrar”*. Havia o momento de esperar, de mover-se. Saber onde se esconder, pois *“Existem muitas maneiras, muitas maneiras. Há pessoas que conseguem se esconder dentro de um quarto. Outros vão...há muito lugar onde pode se esconder, entende?”*. Havia os melhores horários para colocar o plano em prática, por isso foi com seus amigos à noite ao porto. Em suma, François construiu um projeto de emigração, de saída, a partir de mediadores informais que passou a encontrar quando se interessou por migrar.

ii) a “luta de fronteira” não era travada individualmente por François. Tampouco era travada apenas por seus amigos que o acompanhariam. Não só os informantes do “como fazer” compunham essa rede, mas, aos poucos, François reconectava sua trajetória individual a dos *“meninos africanos”*. Afinal, desde o início da entrevista ele havia dito que falaria por que e como os africanos saem da África. Retorna, em sua narrativa, um sentido coletivo de “nós”. Afirma, *“nós, os meninos africanos...”*, *“...temos que fazer isso, porque senão vamos ficar aqui em Guiné sofrendo e não vamos terminar a escola”*. Se François não se reconhecia na identidade coletiva que o levou a prisão, atribuindo ao azar o que aconteceu no bairro de turistas. Dessa vez François reivindicava uma identidade coletiva e política de “migrante africano”. Se reconhecia

naquela condição de “sofrimento”, de não poder terminar a escola que é, segundo ele, compartilhada por muitos outros “meninos”. Sob essa identidade se autoafirma na sua relação individual com um coletivo (DAS, 1997).

Por outro lado, sua identidade política de “migrante africano” impunha um outro conjunto de dispositivos de segurança e controle que o classificava como ameaça sob novos parâmetros. Havia outros custos a serem pagos pela autonomia sob essa nova condição. François passava, assim, a ser não um desviante no bairro de turistas, mas um desviante da norma nacional e alvo dos “regimes de fronteiras” (HESS, 2012; HESS e KASPARECK, 2017, DOMENECH, 2020). Deparava-se, em muitos lugares e instantes, com os efeitos desse regime e sob essa condição social de migrante, François vivenciava no cotidiano a “multiplicação das fronteiras” (Mezzadra, 2015).

As estratégias de migração pensadas por François já apresentavam a influência dessa multiplicação. A fronteira não estava somente nas bordas continentais da Europa ou nos barcos de patrulha no mar. Ter que “*viajar para outro país clandestinamente*” colocava qualquer obstáculo imediato como uma fronteira a ser superada. Ao aumentar exponencialmente o risco de morte (WALTERS, 2011) para os migrantes, o “regime de fronteiras” transforma quaisquer sujeitos contrários ou reticentes à migração como obstáculos e operadores desse regime. Como argumentam (Hess, 2012; Hess e Kaspareck, 2017) a fronteira passa a ser um dispositivo e uma técnica de governo de população e, assim, pode ser mobilizada muito além de sua extensão material ou de seus agentes oficiais.

Os seguranças do porto, o capitão do barco, a família de François, todos eles desempenhavam, mesmo sem saber, o papel de “agentes informais do regime de fronteiras”, aqueles que corporificam a fronteira de forma não oficial, mas que geram constrangimentos à mobilidade. Não somente François sabia que era “*sobreviver ou morrer*”. Sua família também e, por isso, não poderiam saber do plano. Afinal, se François contasse “*...iriam falar para eu não fazer, porque era muito perigoso. Iriam falar: "Se você fizer isso você vai morrer"*”. Assim, quando optou pela busca por autonomia François rompeu o laço não só com a ideia de família provedora, mas de projeto familiar de migração. Se antes do “*desastre*” a família tinha um papel central em

sua vida, ela já não mais cabia em seus novos planos, podendo, inclusive, atrapalhá-los.

O “regime de fronteiras” e a maior exposição ao risco de morte possuía um outro efeito vivenciado de forma paradoxal. Se, por um lado, o risco de morte multiplicava as fronteiras para muitos outros lugares e sujeitos e, de muitas maneiras, intimidavam alguns migrantes. Por outro lado, quanto maior o risco de morte no trânsito migratório, maior era a possibilidade de êxito. Era preciso ser criativo e surpreender, estar onde nenhum agente do regime de fronteiras (formal e informal) poderia imaginar. Como diz François, “...onde estava a hélice, ninguém imagina existir uma pessoa...”. “Porque é um grande risco de morte”. Portanto, “...as pessoas, o capitão não podem imaginar que pessoas subiam lá”.

Ao chegar no local do barco planejado, François se depara com outros migrantes que já estavam ali. O risco exacerbado de morte para superar as fronteiras não era uma estratégia de migração somente dele e dos seus amigos. Além disso, os espaços de risco e de maior chance de êxito também eram disputados. Os que ali estavam, representavam, de maneira contingencial, mais um estágio da “multiplicação de fronteiras” e seus “operadores informais”. François e seus amigos não poderiam entrar. Só conseguiram depois que apresentaram credenciais válidas e úteis para diminuição do risco de morte de todos. Água e comida eram recursos valiosos e que não poderiam ser desprezados na viagem. Finalmente François estava ali, pronto para sua jornada de “*vida ou de morte*”. Acomodaram-se da forma que julgaram mais adequada, havia um pequeno espaço para a comida e água. Agora o próximo passo era esperar o barco partir. E foi aí que a dimensão temporal do “regime de fronteiras” também passou a se multiplicar.

6.2.1 – A vida mais perto da morte: os imprevistos da travessia e o alargamento do tempo das fronteiras.

Então, quando nós subimos aproximadamente 20:00, até a manhã do dia seguinte o barco não saiu. E depois de dois dias ainda estávamos lá e o barco não saía. Como não sabíamos a programação do barco, não sabíamos que dia sairia. Um dia não saiu, dois dias não saiu. E começamos a pensar a descer. Dormíamos...é... não era dormir fazia assim (gente de fechar os olhos, mas não

relaxar), então não está dormindo. Então, esses dois amigos que vieram comigo falaram: "Esse barco não está saindo e temos pouca comida". Então, porque nós tínhamos uma roupa sobrando e ele falou: "Me dá essa roupa que eu vou descer, vender e comprar mais comida e voltar". Nós demos essa coisa para ele para vender e ele desceu e não voltou mais. Então, outro amigo desceu e não voltou mais também. Falou que tínhamos muito pouca comida. E então decidiu descer também e não viajar. (Entrevistador: Então ficaram 4 somente?) Não, ficaram cinco...não...nós estávamos em três...e não, havia 4 antes da gente subir, não eram só três. Os dois amigos meus que desceram foram os que vieram comigo. Havia, Mamadou, havia Kadiatou, havia é...Mamadou e Moussa. (Entrevistador: Ficou sem seus amigos?) Sim. No dia que eles desceram, à tarde o barco começou a sair. Começamos a sair do porto para...para nós esse barco ia para a Europa. (Entrevistador: você achou que o barco estava indo para a Europa?) Sim, isso nós pensamos. Então pensamos que seria 3, 4 ou 5 dias no mínimo, foi o que nós pensamos, entende? Então o que aconteceu? O barco saiu e ficamos muito contentes: "Vamos para a Europa, vamos sair!" (risos). Não achamos que teria qualquer problema. Então, o barco saiu, tudo bem graças a deus, oramos graças a deus, estamos indo bem.

Os imprevistos do trânsito migratório começam a surgir. O “como fazer” que François e seus amigos aprenderam não previa a variação do tempo das fronteiras. O plano era claro: comida e água para três, quatro ou cinco dias, no máximo e, finalmente, chegariam à Europa. Porém, com o atraso de saída do barco, na conta, já deveriam ser incluídos dois dias a mais. Ter comida suficiente já era uma incerteza e o exercício do tempo do “regime de fronteiras” começava operar de maneira decisiva antes mesmo da partida.

O tempo para pensar melhor, o tempo sem dormir, o tempo indeterminado de saída do barco. Como mostram Cárdenas e Miranda (2021), a espera é um componente importante dos “regimes de fronteira” e, a depender onde, como e sob quais condições a espera acontece, seus efeitos podem ser o de revisão do projeto migratório. No caso de François e seus amigos a espera funcionava não somente como desgaste, mas como pausa para decidir se essa era a melhor saída. A espera operava como desestímulo e dois de seus amigos desistiram.

Restavam quatro e, na mesma tarde em que seus amigos deixaram o barco o tempo de revisão oferecido se encerrou. Finalmente François havia superado a última das fronteiras de saída da Guiné. O barco começou a se mover. Em poucos dias poderia reconstruir seu cotidiano perdido, ir à escola, como afirmava e ter um futuro com maiores possibilidades. Fazia parte da viagem, também, o componente religioso.

Oraram a Deus, agradeceram a mudança que estava por vir e comemoraram: “*Vamos para a Europa, vamos sair!*”.

Entretanto, novamente os imprevistos e incertezas da travessia migratória se apresentaram.

Então viajamos um dia, tudo normal, dois dias, tudo normal. A pouca comida que tinha...é... esse...biscoito. Comia um, dois por dia só, para não acabar. Fomos tudo bem um dia, dois dias, três, dias. Com quatro dias, tínhamos certeza de que estávamos chegando. Então o quarto dia passou e não estávamos chegando. Estávamos no oceano atlântico. A água subia às vezes bem alto por conta da onda. E quando ela entra tem que ficar como por 2 ou 3 segundos sem respirar. Porque fecha e a água tinha que baixar, baixar, para começar a respirar. E em um momento tinham muitas ondas...uhhh (expressão de sufoco).

Após quatro dias a euforia deu lugar ao sofrimento. François conta que àquela altura estavam no Oceano Atlântico, mas isso só foi uma constatação que teve dias depois, como será narrado. O barco estava demorando mais que o previsto, mais do que seus informantes haviam dito quando planejava a saída de Guiné. Não sabia que o local em que havia se escondido, de maior exposição à morte, mas de maior chance de superar as fronteiras, guardava detalhes impossíveis de prever. O tempo e até a água tornavam-se operadores dos “regimes de fronteira” e de maior exposição ao risco de morte. Pequenas mostras dessa exposição eram oferecidas a cada 2 ou 3 segundos em que ficava sem respirar. A balança do “*viver ou morrer*” parecia estar desequilibrando-se para o segundo. A metáfora da guerra, da luta pela sobrevivência ganhava um capítulo dramático. O “*desastre*” não havia ficado para trás, ao contrário, parecia perseguir François de forma implacável. E então:

...viajamos quatro dias, cinco dias e meu amigo começou a não se sentir bem, porque não tinha muita comida e a água tinha acabado. Depois de seis ou sete dias a comida também acabou. Acabou tudo! Com sete dias meu amigo estava muito mal. Muito fraco, sem força. Estava fraco, não? (Entrevistador: E você, como estava se sentindo?) Estava cansado, mas pensava que só podia orar a Deus para nos ajudar. Era a única coisa que podia fazer, porque acreditamos em Deus e ele viria em nosso coração para nos ajudar. Ajudar nossa família. Porque a minha família, por exemplo, eu não sabia a situação deles. E eu achava que eles, eu e meus companheiros de viagem estávamos na mesma situação. Que cada um tem sua história e seu destino. Então eu viajava pensando assim. E pensava que tinha tomado minha própria decisão para conseguir ou morrer. Então tínhamos fé que iríamos chegar, que iríamos conseguir. Então, depois de 7 dias meu amigo começou a se sentir mal. De noite era tudo escuro, não conseguíamos nos ver e antes de amanhecer ele desapareceu. Nós começamos a chorar, perguntar onde estava ele. E não

havia nenhuma outra entrada, somente onde você entrou, aí você saía. E o barco não estava parado, o barco estava andando. Não pode sair, não tem nenhuma magia para fazer um milagre. Se você caísse, morreria. A hélice te corta tudo e o barco te deixa lá. Então quando chegou o outro dia nós começamos a chorar, chorar. Oramos para ele e oramos para nós, para que Deus ajudasse a nós para chegar na terra. Então, nós pensávamos que todos nós iríamos morrer. Isso é o que pensávamos”.

A narrativa de François, então, passa a contar com expressões de horror e desespero: *“a água tinha acabado”*; *“o amigo estava muito mal”*; *“...só podia orar a Deus”*; o amigo *“...desapareceu”*; *“...começamos a chorar, chorar”*. A situação não parecia apresentar qualquer possibilidade a não ser o apelo a Deus. Se, ao partirem, a exaltação a ordem divina era de agradecimento por abandonarem o sofrimento, alguns dias depois a evocação surgia como única forma de salvação. O desespero também trouxe de volta à narrativa de François sua família. Pensava na situação deles, argumentava a si mesmo que havia tomado aquela decisão para ajudá-los. O “vocabulário de motivos” (WRIGHT MILLS, 1940) para sua decisão de migrar e, de repente, encontrar-se nesse cenário de horror se prendia ao que perdeu no *“desastre”*, a lembrar como estava antes de partir. O principal dos motivos é que estava ali para tentar reconstruir um passado que havia sido rompido repentinamente e que Deus iria ajudar a conseguir, *“tínhamos fé que iríamos chegar, que iríamos conseguir”*.

No dia seguinte, deparou-se com mais uma face dos “regimes de fronteira”. Não somente a exposição ao risco de morte, mas sua materialização. A morte, em sua forma concreta retorna à vida de François. Tentava entender com os amigos que estavam ali o que tinha acontecido com o colega desaparecido. Não era possível outro final, pois *“...não havia nenhuma outra entrada, somente onde você entrou, aí você saía. E o barco não estava parado, o barco estava andando”*. O choro foi acompanhado de uma outra evocação divina, mas dessa vez voltada ao luto, ali em alto mar e sabendo que poderia acontecer novamente com qualquer um deles, *“...nós pensávamos que todos nós iríamos morrer. Isso é o que pensávamos”*. A essa altura o tempo, o barco, o cansaço, a sede, a fome, a tristeza e o mar constituíam-se como “multiplicações de fronteiras” intermináveis não somente entre países e continentes, mas entre a própria vida e a morte.

Relembrar o que passou trouxe um momento de pausa e reflexão durante a entrevista. Somado a todo esse cenário, François lembra que ele e seus amigos tiveram que tomar água salgada para tentar matar a sede.

Imagina, a gente tomava isso de manhã e à tarde te dava mais vontade de tomar água. E você estava obrigado a tomar essa água, entende? Oh Deus...água salgada. (expressão pensativa e silêncio). (Reflexão) ahh...isso, eu não posso acreditar as coisas que passamos para chegar...não...agora eu penso isso e..ahh...esse momento os africanos não...porque hoje em dia há muitos africanos que vão com perigo, vão para muitos lugares para tomar o barco e cruzar.

E, anos depois, François voltou a se reconhecer coletivamente na figura do “migrante africano”. As lembranças se voltam a imaginar o que muitos africanos passaram e passam para “cruzar” as múltiplas fronteiras da migração. O momento de pausa de François coloca, inclusive, em termos empíricos, a reivindicação do dia do migrante descrita no primeiro capítulo. Seu silêncio, sua incredulidade, sua reflexão e indignação pelo que “*muitos africanos*” têm que passar e pelo que ele mesmo passou, remetia a lembrança de que “não se tratava apenas de migrantes”, como a faixa que conduzia o ato dizia. Sua individualidade, sua relação com uma identidade política de “migrante africano” também ecoavam e se interligavam a muitas outras histórias do “cruzar” que se tornaram pesadelo e sofrimento. Perguntei em que ano foi que isso aconteceu. E ele respondeu: “*Foi...é...2014. Eu tinha quatorze, quinze anos mais ou menos*”.

Após o momento de pausa, François continua a relatar a travessia no barco.

Seguimos orando, orando e depois no dia nove mais ou menos o barco parou no meio do oceano. Parou. E nós perguntamos: “lh...o que fazemos?” Começamos a bater na parede do navio e ninguém podia ouvir. O barco era muito grande e estávamos atrás e o capitão estava na frente e as pessoas que estavam lá estavam na frente. Batemos, batemos e ninguém escutava. E o barco não era novo, era um barco com muita graxa. Então, quando o barco parou no nono dia, pensamos, quem pode descer para nadar até a frente do barco e gritar, porque aí alguém iria escutar. Decidimos por nós quem desceria. Bom, ninguém queria descer e eu falei que eu vou ver se consigo fazer isso eu mesmo. Então, eu comecei a descer, descer, meu pé estava dentro da água e faltava só o outro pé para pular na água e começar a nadar até a frente do barco. Para começar a gritar forte e ver se alguma pessoa poderia me escutar. Então eu estava descendo e o barco começou a fazer barulho para começar a sair de novo. Então eu comecei a subir rápido. Deus me ajudou aí também, se me deixa lá eu iria morrer...Então eu subi e não...esse dia não podia acreditar. Se eu descesse (gesto de que morreria se com as mãos). Então, aguentamos. Toda a roupa que a gente tinha nós cortamos e

emendamos, ficou com uns 30 a 40 metros, e deixamos no mar, para ver se alguém enxergava. Pensamos que se uma pessoa pode ver, então vai se dar conta de que há gente ali. Deixamos ali um dia, dois dias, três dia, quatro dias. Estávamos 11 dias, 12 dias, e ninguém viu. Então tiramos. Não chegamos, não chegamos. Não chegamos e não tínhamos nada. Depois de um tempo nós começamos a ver uma água azul. Nós vemos televisão, vemos Brasil, e pela cor da água pensamos que estávamos chegando no Brasil, entende? 13 dias e chegamos mais, entende? Depois de 14 dias aí começamos a ver pedras grandes, porque quando o barco está chegando em um porto, podemos ver pedra, pedra, grande. Muitos quilômetros, muitos quilômetros. Estávamos muito debilitados, muito debilitados. Sem força, com o lábio todo seco, dor na perna, não...muito triste. Eh...e Deus nos fez conseguir chegar.

O local do navio que até então era estratégico para não serem descobertos e aumentar as chances de êxito na travessia havia se tornado um revés. Diante da situação limite e de tudo que haviam passado, o desejo de François e seus amigos era o de serem encontrados. Desejavam passar da invisibilidade à visibilidade, essa era a estratégia definida naquele momento de emergência. Se o local do navio prometia a recompensa do anonimato durante o “*cruzar*”, o desafio era, agora, serem vistos. Para isso era preciso sair daquele local e, quando o barco parou, a estratégia era descer e se fazer visível para o capitão, aquele que, no início carregava o papel de “agente informal do regime de fronteiras”. Foi em vão e François vivenciou mais uma experiência de quase morte. Qualquer que fosse a decisão desde que deixou a Guiné, parecia que as escolhas de “*viver ou morrer*” pendiam sempre para a segunda. Mas, novamente, como afirma François “*Deus ajudou*”. Tentaram, em vão, deixar um rastro com as roupas que possuíam no mar, na esperança de serem descobertos. Dois, três dias se passaram e nada, nenhum sinal do que, àquela altura, era definido como salvação e milagre.

De repente, François diz que começou a perceber a cor da água mudar. Achava que estava chegando no Brasil. A essa altura conta que ele e seus três amigos africanos estavam fracos. A situação toda remetia a fragmentos históricos horrendos do que parecia ser um navio negreiro da modernidade, do “regime de fronteiras”. E, finalmente, após quatorze dias, no que estava previsto para serem no máximo cinco, François e seus amigos chegaram, mas não ao Brasil, como imaginavam. Tampouco à Europa.

6.2.2 – Burocracia e racialização: “o regime de fronteiras” da cidadania.

Acho que o barco passou pelo Brasil, não sei o que Rio Paraná ou alguma coisa assim e vimos que estávamos na Argentina. Passou do Brasil até a Argentina. Então chegamos lá muito debilitados, mortos. Quando começamos a ver pedras, e saímos na água porque começamos a sentir, porque às vezes tomamos água salgada, mas quando provamos essa água uh...estava doce e tomamos um monte...ihhh...dissemos "Graças a Deus, água doce". Estávamos por morrer. Se não chegamos nesse dia e nesse momento, nós iríamos morrer. Iríamos morrer. (Entrevistador: E quando chegaram alguém desceu?) Quando nós chegamos, porque quando o barco estava chegando no porto, havia um barco da prefeitura, gente que vai guardar o barco bem no porto, então, quando vieram para colocar o barco no porto, nós começamos a acenar. Para que as pessoas soubessem que estávamos lá. (Entrevistador: Mas as pessoas conseguiam ver de fora?) Sim, você consegue ver fora. Você pode baixar um pouco pelo ferro que vira o barco. Isso é grande, então pode descer porque é bem grande e um ferro que pode se sentar, mas tem que agarrar forte, senão a água te leva. Então ali começamos a acenar para que as pessoas soubessem. Gritamos eh...ehh...ehh...E a prefeitura nos viu, percebeu que havia pessoas ali. Então estacionaram bem o barco e nos desceram um a um. Estava frio, muito frio, então colocaram a gente no carro, nos deram roupa de frio. Estávamos sem roupa, entende? Porque tiramos tudo. Comida também, e esperamos ali umas duas horas. Quando o capitão do barco viu, disse que não escutou nada. Quando chegamos...eh...essa história.(hesitação, silêncio).

Então foi isso que aconteceu. (Entrevistador: E quando você chegou, qual era sua sensação. lembra de algo? felicidade? alívio?) Eu estava muito feliz, muito feliz. O mais importante para nós é que chegamos na terra. Aí nos demos conta que a terra pertence ao ser humano, porque o ser humano não pertence ao mar ou oceano atlântico ou água. Aí nos demos conta que estávamos na terra, não importa aonde chegamos, mas estávamos na terra. Isso que foi para nós muita felicidade. (Entrevistador: E aí quando chegou lá teve gente que recebeu você ou ajudou vocês na argentina ou não?) Sim, nos ajudaram muito. Imagina como é o ser humano. Aconteceu essa história e um de nossos amigos morreu e nos ajudaram. As pessoas foram no hospital. Eu estive no hospital como duas ou três semanas. Todo dia água para o corpo, entende? E as pessoas vinham cumprimentar, gente que eu não conhecia. As pessoas levavam comida, roupa, porque saiu no jornal saiu em todo lado. Saímos na televisão, então o país inteiro...porque quando chegamos éramos menores de idade. E é difícil encontrar menores de idade que fazem essa coisa.

O tempo longo de duração da viagem somente foi compreendido por François quando chegaram. Estavam na Argentina, não na Europa como previsto. Por isso a menção no início da entrevista de que cruzaram o Oceano Atlântico. Mas o desvio acidental de rota pouco importava, “*o mais importante para nós é que chegamos na terra*”. Aos poucos a balança de “*viver ou morrer*” foi sendo revertida. Estavam felizes de terem sobrevivido. Estiveram no hospital por semanas. Muitas pessoas ajudavam e levavam comida e água (doce!). Se não chegassem naquele dia sabiam que iriam

morrer, no que era narrado como as últimas forças que tinham para acenar e serem, finalmente, vistos e resgatados.

O local em que se esconderam havia cumprido tudo o que prometia. Muita exposição ao risco de morte e a invisibilidade no “*cruzar*”, tanto que “...o *capitão do barco disse que não escutou nada*”. François e seus amigos foram resgatados sem a roupa do corpo e já quase sem forças. Receberam ajuda de diversas pessoas e viraram figuras públicas de reportagens veiculadas na televisão, jornais. Estava consolidada mais uma fase da identidade política e/imigrantes.

O próximo passo que se iniciava era a etapa burocrática do “regime de fronteiras”. Perguntei: (E quando chegaram na Argentina, vocês decidiram ficar? Ou tentaram deportar vocês de volta para a Guiné?)

A verdade é que sim (queriam nos deportar), porque nós não entendíamos o idioma. Meus amigos, nos separaram. Levaram para outro estado, Buenos Aires. Esses, queriam devolver esses. Eu estava no hospital. Então queriam devolver, não queriam aceitar. Queriam devolver esses para Guiné de novo. Diziam: "O mesmo barco que vocês vieram é o mesmo barco que vão levar vocês". O que aconteceu? Depois de 2 ou 3 anos eu encontrei meus amigos de viagem. Depois, quando eu os encontrei, me contaram que queriam devolver a eles, porque no mesmo barco havia uma cabine para dormir. Os fecharam lá para não escapar. Então, o que aconteceu? O barco estava quase saindo, estava carregando, então Argentina disse que não queria aceitar, então, meus amigos estavam saindo para não sei qual país, mas meus amigos estavam fechados lá. Então, como a Argentina não aceitou, quando meu amigo viu que o barco estava saindo do porto, como uns 400 metros, meu amigo disse "Ehhh...isso está voltando para África de novo. Eu não quero voltar depois de todo sofrimento que passei". Então ele abriu a porta e o barco já estava andando. O meu amigo saiu e pulou do barco e foi nadando. Aí de novo foram helicópteros, prefeitura, para pegar ele. E pararam o barco. E levaram ele para um lugar, não sei, para perguntar a ele por que havia feito isso? Eu não sabia, eu estava no hospital.

O “regime de fronteiras” não prevê recompensas. Ao final de toda a travessia e de ter superado os riscos de morte, François e seus amigos eram compreendidos como não mais do que quatro estrangeiros, menores de idade, sem visto e, portanto, sem direitos de ficar no território nacional Argentino. Eles haviam se tornado população, tal qual definido por Chatterjee (2004). Sujeitos coletivos, estatísticas, identificados como ameaça diante da afirmação da lógica nacional, um processo que necessariamente impunha o esquecimento das trajetórias individuais.

François e seus amigos não eram seus nomes, os medos e horrores da travessia, suas famílias, trajetórias e histórias de vida. Eram seus locais de origem, eram não possuir a autorização de entrada, eram negros em um país cuja normalidade é branca, pertenciam a um país cujo visto é necessário. Eles tampouco se enquadravam em qualquer instrumento jurídico que justificasse a permanência. Eram peças dissonantes da razão nacional e, para esses, “*O mesmo barco que vieram é o mesmo barco que retornariam*”. A deportação prevista guardava não só o retorno à estaca zero, mas a crueldade de voltar pelo mesmo barco no qual experiências terríveis foram vividas.

A recusa e mais uma batalha da “luta de fronteira” veio em forma de fuga do barco pelo amigo de François. Não queria “...*voltar depois de todo sofrimento que passou*”. “*Então ele abriu a porta e o barco já estava andando*”. E enquanto tudo isso acontecia, François ainda não sabia que seu destino seria o mesmo. Durante os trâmites de deportação do amigo e sua fuga desesperada, François:

Estava com 3 pessoas da prefeitura que me cuidavam, que me guardavam, não sei, para que eu não fugisse, não sei como posso explicar, porque eu não entendia nada, não falava o idioma. Mas ali estava o segurança, para eu não conseguir escapar ou proteger-me, não sei. Então meu amigo saltou nadou e a prefeitura com o barco pequeno e o helicóptero levaram e desceram todos os amigos. Eles falavam que não queriam que devolvesse, pois queriam ficar ali, queriam ficar ali. E, bom, aí começaram as coisas, não sei o que fizeram, até que ficaram. Entende? Isso eu estava no hospital e as pessoas me vinham visitar. E aí algumas pessoas diziam que deportaram meus amigos, que quando eu ficasse bem, iriam me devolver também. Assim me diziam. Então, até que uma mulher, se chama Marly ela começou a investigar nossa situação, para tentar evitar que nos deportassem. Ela começou a trabalhar com a nossa história e pá...pá...pá, ela era professora. Escreveu aos direitos humanos, escreveu muitas coisas, porque nós não sabíamos o que estava acontecendo, entende? Então ela começou a ver todo o direito humano, não sei. Defensoria de não sei o quê, do povo...pá...pá...pá...entende? Até que eu me vi (não compreensível) e terminou me adotando. Porque ela tinha como quatro filhos e terminou me adotando. Eu era menor, não podia viver sozinho. Ela disse um dia “Eu vou adotar ele, eu não quero que o devolvam a África”.

A presença de seguranças no hospital gerava dúvidas em François, não sabia se estavam lá “*para eu não conseguir escapar ou proteger-me, não sei*”. Logo veio a resposta. Soube, enquanto se recuperava, que seria deportado para Guiné, tal qual havia acontecido com seus amigos. E foi então que, novamente, a gestão da vida de François passava a ser mediada pela ideia de família. O campo dos direitos e das

desigualdades foi tensionado por Marly, ainda que François pouco entendesse o que e como havia sido feito. Marly “*escreveu ao direito humano*”, à “*Defensoria de não sei o quê, do povo...*”, uma gramática que não fazia sentido para ele, mas que culminou em sua adoção e a autorização para ficar na Argentina. A partir dos movimentos feitos por Marly, François passava de “população” a “cidadão”, ou melhor, a “como se fosse cidadão”. De “sujeito ontologizado” (CACHO, 2012) como “migrante africano”, passou a ser filho adotivo de uma mãe argentina e, portanto, com “direito a ter direitos”. E tal qual como argumenta Simone (2004), as histórias cotidianas estão prenhes de imprevisibilidade e protagonistas improváveis. E assim foi com François.

O ritmo da vida cotidiana rompido em Guiné pelo “*desastre*” parecia haver retornado. François tinha novamente uma família, estudava, tinha irmãos. Entretanto, outras fronteiras passaram a compor seu cotidiano. E François relata da seguinte maneira o motivo de sua migração para São Paulo:

Bem, eu vim para São Paulo porque eu me sentia...como...único...é...como posso dizer...me sentia algo...como posso explicar... Exemplo, na Argentina não têm negros, me entende? E eu estava com uma família toda branca e não havia nunca nenhum negro? (Entrevistador: Se sentia mal por isso?) Sim...não sei como posso te explicar para que possa entender. Porque viver em um lugar sem sua família e não ter nenhum africano ou...me entende? É um pouco duro, porque não é todo mundo que não gosta de africano, falar isso seria uma bobeira, algumas partes que passava me discriminavam, o negro, te discriminam, porque pode imaginar 100 mil, 300 mil, 500 mil pessoas e você é o único negro? Na Argentina não há negro. (Entrevistador: Você sofria preconceito então?) Claro! Imagina, não havia negro. Aí pensava, se fosse como o Brasil eu pelo menos me sentiria bem. Alguns, sim me discriminavam por ser negro lá. (Entrevistador: Você lembra de alguma situação específica?) Caminhava na rua, te discriminavam, me chamavam de negro...eu era o único negro. Nem todo mundo te aceita, sabe? Alguns te discriminam na sua frente e você se sente muito mal! E não pode viver isso toda a sua vida, eu não poderia fazer isso. Viver uma situação assim, com as pessoas me discriminando, me sentia mal. Ia a um lugar e não me aceitavam, porque sou africano, sou negro e não te aceitam, entende? (Entrevistador: E você falava isso para Marly?) Não...na verdade não sentia que era necessário falar disso, porque, sabe, quando eu andava com ela todo mundo via, não era algo escondido, te discriminava na sua frente. Diziam: "Olha, um negro!", "Olha, um preto!". Me entende? Ah...essa coisa também é uma coisa que foi muito dura...Não é como a minha história (de criança), mas...é uma coisa também um pouco triste, ver como um ser humano se comporta com outro ser humano.

A condição de migrante, de ser de fora, ganhava contornos racializados. Ser uma anomalia territorial não implicava somente estar fora dos padrões da razão nacional, de alguém que saiu de onde não deveria ter saído. Compunha essa condição de desviante o aspecto racial, afinal “...*pode imaginar 100 mil, 300 mil, 500 mil pessoas e você é o único negro?*”. A diferença, ser diferente, demarcava de forma clara que a fronteira se multiplicava de muitas maneiras, mas que ela era, sobretudo, o corpo de François (KHOSRAVI, 2010), pois “*la a um lugar e não me aceitavam, porque sou africano, sou negro e não te aceitam, entende?*”. Uma dimensão que reposicionava, novamente, sua condição nos termos da “norma-desvio” e “norma-exceção” (Chatterjee, 2011), agora pelo parâmetro racial.

A reivindicação pela identidade política de “migrante africano” feita por François não encontrava eco ou relação com os corpos no novo lugar em que residia. A sensação de deslocado se dava até mesmo quando andava com sua mãe adotiva e ganhava contornos materiais latentes da “inclusão diferencial” (ESPIRITU, 2003, MEZZADRA, 2014). Não precisava nem alertá-la, “...*porque, sabe, quando eu andava com ela todo mundo via, não era algo escondido, te discriminava na sua frente. Diziam: "Olha, um negro!", "Olha, um preto!". "...eu estava com uma família toda branca e não havia nunca nenhum negro?*”. A reivindicação pela identidade política de migrante africano feita por François passava para um outro estágio, aquele de reivindicação pelo reconhecimento de sua humanidade. Não acreditava “...*como um ser humano se comporta com outro ser humano*”.

Para François “*Não era como a história (de criança), mas...é uma coisa também um pouco triste*”. “*Viver uma situação assim, com as pessoas me discriminando, me sentia mal*”. E foi aí que ele decidiu por deixar a Argentina e sua família. Apesar de retomar aspectos do ritmo de sua vida cotidiana na Guiné, não era a mesma coisa. A sensação de pertencimento não era a que François esperava, era apenas “como se fosse” um “cidadão”, “como se fosse” um ser humano, uma condição hipotética não vivida não realidade. Sua individualidade parecia não se interligar a um coletivo, pois “*na Argentina não têm negros, me entende? Imagina, não havia negro*”. A solução encontrada por François foi, então, novamente migrar. Dessa vez os riscos e perigos não seriam os mesmos, assim, acabou escolhendo o Brasil.

6.2.3 – Pertencimento transnacional e “infraestruturas da mobilidade”.

Então perguntei se ele já conhecia pessoas de guiné aqui em São Paulo?

Não...não. (Entrevistador: Então decidiu sozinho vir para o Brasil?) Sim, porque sempre nós assistimos o futebol do Brasil, havia negros, havia brancos, muitos futebolistas negros, muitos, me entende? Nós conhecemos o Brasil através do futebol, me entende? Todos de Guiné gostam do futebol brasileiro, me entende? Então conhecemos que o Brasil tem sim muitos negros, brancos...e, me entende? E isso sabíamos...por isso eu decidi vir aqui para viver, porque aqui sim me sinto bem. Porque há negro africano, há negro brasileiro, muitos. Para todo lado que vai, você vê. (Entrevistador: E quando chegou em São Paulo onde foi morar?) Eu vim aqui em...em...São Paulo...aluguei um lugar, mas não tinha trabalho, me entende? Então eu vim e não tinha nada e não falava bem o português. Bem, o espanhol é um pouco similar e aí comecei a conhecer Abdalah, o rapaz que está aqui.

(Entrevistador: Como você conheceu eles?) Um dia fomos para um bar africano, me entende? E eu estava ali tranquilo e...esse dia Abdalah estava na África, e conheci uns amigos (os moradores da casa de Abdalah) e estava ali e vi que eles estavam falando Sussu, me entende? O nosso idioma e me dei conta que eram de Guiné e começamos a nos apresentar até que nos conhecemos e Abdalah voltou. E me apresentaram ele, me falaram que ele era de Guiné também. E falei para ele que onde estava vivendo não tinha dinheiro para pagar, e Abdalah me disse, "Bom, se não tem dinheiro, não podia pagar, e ele me chamou para morar aqui. Eu vivi aqui dois meses sem pagar! Ele me ajudou muito. Eu falei com Abdalah e ele me disse "Vem aqui para tocarmos, fazermos música". Não ganhavam muito, mas ganhava o bastante para comer. Ele falou "Temos um quarto aqui e pode ficar até que as coisas estejam melhorando". E bom, eu estou nessa situação agora.

A dimensão racial foi crucial para um novo movimento migratório feito por François. Novamente, assim como aconteceu com Álvarez na entrevista anterior, a migração também é narrada de modo a tentar soluções para distorções e problemas enfrentados no cotidiano. Além disso, reforça o que Feldman (2011) argumenta sobre os muitos movimentos migratórios feitos pelo mesmo indivíduo e sua importância para cada momento imediato da vida. Dessa vez François não se baseou, pelo que relata, em informantes locais. Partiu de referências simbólicas e nacionais do Brasil para construir um “imaginário geográfico” (Massey, 2017) favorável à sua migração. O futebol, pessoas negras e brancas jogando juntas era descrito como uma metáfora socioespacial brasileira que convenceu François a migrar. Veio sozinho, contrariando as perspectivas de uma migração em rede, ao menos no primeiro momento e, ao chegar em São Paulo *“aluguei um lugar, mas não tinha trabalho, me entende?”*.

Um novo arranjo de problemas e obstáculos se apresentava. Novamente, na busca pela autonomia não cabia a família. Ao mesmo tempo, novas fronteiras eram vivenciadas. O problema, agora, era o emprego e o idioma que não falava bem e, pouco a pouco, iniciavam-se novas etapas da “sustentabilidade da vida”, agora em São Paulo. François não seguiu a mesma cartilha de Álvarez, no qual a amiga já havia estudado as instituições de apoio que existiam em São Paulo para migrantes. Sua trajetória era mais incerta desde o início. Só depois de conseguir pequenos contatos na cidade é que ouviu sobre um “*bar africano*”. Ao ouvir pessoas conversando em Sussu “*nosso idioma*”, se deu conta de que “*eram de Guiné e começamos a nos apresentar até que nos conhecemos e Abdalah voltou*”. Foi assim que, aos poucos, François voltava a reconhecer sua individualidade em uma relação coletiva novamente. Reencontrou quem falasse seu idioma, pessoas negras, africanas, pessoas do seu país.

Ao mesmo tempo, a dimensão do pertencimento territorial era reforçada em um “*bar africano*” na cidade de São Paulo que, na forma como relata, tratava-se, também, de uma “infraestrutura da mobilidade” (MEEUS; ARNAUT e HEUR, 2019; JUNG e BUHR, 2021). Ali conheceu pessoas, criou redes, conheceu outros migrantes e, depois de um tempo, trabalhava como DJ no local. A partir desse contato conheceu Abdalah, que lhe ofereceu moradia no CECG e conta: “*Eu vivi aqui dois meses sem pagar!*”.

Os mediadores da vida de François passavam a ser não mais a família (primeira ou a adotiva), mas “migrantes africanos”, justamente a identidade coletiva que reivindicava desde sua saída da Guiné. Da mesma maneira, sua rede migratória passava a compor a mediação da fronteira entre ter direitos e a efetivação dos direitos. A moradia, o emprego informal e temporário de DJ, foram conseguidos através dessas redes, não através de alguma política pública ou outras “infraestruturas” como a Missão Paz, ou até mesmo outros projetos sociais. Sua trajetória também explicita que o Glicério é atravessado por outras redes migratórias e, foi através desses contatos que François, assim como muitos outros migrantes, passou a residir no bairro. E então perguntei: (Como era, para ele, viver no bairro?)

Bom, para mim esse bairro é um bairro que tem muitas raças diferentes, porque tem japonês também, me entende? Até paraguaio eu encontro

aqui às vezes. Tem uns rapazes que se juntam aí e são do Paraguai. E para mim é um bairro que as pessoas não conhecem, mas têm diferentes nacionalidades. E bom, sabem que quando há diferentes nacionalidades se entendem melhor? Porque todos sabem que não são daqui, são estrangeiros, são como...se juntaram aí e todos vão a ficar bem, pois essa é a única maneira que os países diferentes se juntam em um lugar de onde não são. Para mim eu vejo assim e tudo está bem. (Entrevistador: E passa tempo com pessoas de outros países aqui?) Sim, sim...às vezes falamos com os paraguaios, às vezes compramos coisas nos mercados japoneses, chineses, brasileiros, entende? Me sinto bem, entende? A verdade é que sim. Todo lado que vou me sinto bem, não me sinto como me sentia na Argentina. Lá quando entrava em um mercado todo mundo te olhava e é uma sensação forte. Você ouvia: "Olha, um negro!" Sentia uma sensação forte.

A essa altura da entrevista François já havia contado sua história, ao menos aquela que anunciou desde o início. Quando a conversa chegou à “Baixada do Glicério” foi nítida a mudança. Falava pouco sobre o bairro e mencionava coisas gerais, mas ainda assim fornecia pistas de uma vida social em interação com muitos migrantes do bairro. Conheceu pessoas de nacionalidades diversas que, possivelmente, não conheceria se ficasse em Guiné. Sua representação do Glicério era de um lugar solidário, de ajuda mútua, afinal, eram “...estrangeiros, são como...se juntaram aí e todos vão a ficar bem, pois essa é a única maneira que os países diferentes se juntam em um lugar de onde não são”. François, novamente posiciona sua individualidade em relação a um coletivo que é ser migrante. É como se a identidade política criasse uma solidariedade quase natural, algo que se distingue da narrativa de Álvarez, como vimos anteriormente. O aspecto que mais chamava a atenção era o parâmetro comparativo com sua vida na Argentina. Segundo François, a experiência de racialização não era marcante em São Paulo. Na cidade e no Glicério: “*Me sinto bem, entende? Todo lado que vou me sinto bem, não me sinto como me sentia na Argentina. Lá quando entrava em um mercado todo mundo te olhava e é uma sensação forte*”.

Em seguida, confrontei o ponto de vista dele sobre o bairro com a de Álvarez, sobretudo quando contava brevemente alguns conflitos entre migrantes. François respondeu de forma evasiva: “*Isso para mim depende da personalidade de cada um. Alguns são abertos para todo mundo, outros não, são coisas pessoais*”. Estava claro o desinteresse em continuar e, logo em seguida, disse que teria que parar, pois aquela noite havia sido convidado para tocar como DJ no “*bar africano*” que mencionou na

entrevista. Nos cumprimentamos, logo Abdalah se juntou e disse: “*Uma história forte, né?*”. Eu respondi que sim. E logo em seguida nos despedimos.

6.3 – ECOS DA CIDADANIA: A “MULTIPLICAÇÃO DAS FRONTEIRAS” PARA OUTRAS ESCALAS ESPACIAIS.

A trajetória contada por François expõe faces variadas de como as fronteiras da cidadania são multiplicadas para outros lugares muito além de limites territoriais fixos. O relato de emigração de François se inicia a partir de um evento em específico: o “*desastre*” que culminou com a perda da casa, o adoecimento da mãe e a reconfiguração completa do seu cotidiano. A partir da busca pela autonomia e de encontrar a possibilidade pela migração, François então passa a conviver com a multiplicação do “regime de fronteiras” europeu já na Guiné. Os planos arriscados, a exposição exacerbada à morte e enfrentar os riscos da travessia migratória, contam mais sobre a forma como a cidadania é praticada e ambígua do que aparenta em um primeiro momento.

Como argumenta Mezzadra (2015), ao contrário da promessa de expansão e incorporação de cada vez mais pessoas, a cidadania tem sido tratada em muitos países da Europa como um recurso exclusivo, no que classifica como uma espécie de “*Apartheid Europeu*”. Na mesma linha, Walters (2011) e Hess (2012) argumentam em favor de uma expansão do regime de fronteiras europeu que vai muito além das bordas continentais. Ao operar tanto a partir de práticas humanitárias, como securitárias, as práticas de controle migratório, de acordo com os autores, geram uma zona indeterminada como efeito dessas medidas de controle. Assim, para preservar as promessas de cidadania no continente europeu, a “multiplicação das fronteiras” de controle atua de forma a precarizar o processo de deslocamento em sua direção. O regime de fronteiras passa a se articular com as fronteiras da cidadania, formando um complexo processo de marginalização operante sobre diversas escalas e atores.

No relato de François isso é marcante, pois as estratégias definidas, as informações coletadas e o “como fazer” que constrói com seus amigos já inclui efeitos

desse regime. Não era a saída regular de Guiné que buscavam, isso sabiam que não era possível. Era sair “*clandestinamente*”, como afirma François, assumir os riscos e colocar em conflito a subjetividade migrante com aquela do regime de fronteiras. François e seus amigos, assim como muitos em Guiné colocaram em operação o que Mezzadra (2015) conceitua como “direito de fuga”, ou seja, um conjunto de práticas que partem do princípio que a migração é um movimento legítimo, disputando os sentidos da mobilidade com aqueles dos regimes de fronteira.

Apesar de central em sua narrativa, a migração de François também foi marcada por outros aspectos antes e depois da saída de Guiné. A metáfora da guerra pós “*desastre*” permaneceu através de muitos efeitos que tornaram sua vida uma coleção de “exceções ordinárias” (PIEROBON, 2018). O rompimento com os ritmos do cotidiano, o adoecimento da mãe, a impossibilidade de reestabelecer a vida como era, aos poucos foi sendo relatado por François como pequenos empurrões em direção à migração. Da mesma maneira, mesmo quando parecia ter reestabelecido o cotidiano pré “*desastre*” na Argentina, a fronteira racial passou a compor seu dia a dia.

Ao final de sua narrativa François parecia satisfeito com sua vida em São Paulo. Havia adentrado uma rede de conterrâneos, trabalhava como DJ no “*bar africano*”, não sofria com o racismo como na Argentina e convivia com alguns migrantes no Glicério. Era uma trajetória que parecia ter contornos finais. O Brasil e o Glicério pareciam ter se tornado destinos de François, ou seja, a última parada e onde buscaria todas as promessas da migração, como: integração, trabalho, regularização, estabilidade etc.

Porém, em uma conversa que tive com Abdalah durante a pandemia, em 2020, perguntei sobre François, pois fazia tempo que não tinha notícias suas. Ele me respondeu: “*Você não acredita. Ele saiu do CECG e foi com um amigo para os EUA. O cara não para, né? Rsrtrs. Depois de tudo o que passou...*”. Naquele momento Abdalah contou que ele já estava no México esperando uma oportunidade para “*cruzar*” a fronteira em direção aos EUA. Sua estadia no CECG havia se configurado apenas como pausa na mobilidade e, algumas semanas depois, François já estava vivendo nos EUA.

7.0 – ENTRE A AUTONOMIA E A FAMÍLIA: MORALIDADES EM MOVIMENTO.

Conheci Juan, um dominicano de 24 anos, em um dos dias de mediação do eixo-trabalho na Missão Paz. Durante a entrevista de emprego, mediada por mim, Juan mencionou, ao ser perguntado pelo possível empregador, que morava “*logo all*”, apontando em uma das direções da “Baixada do Glicério”. Após a entrevista de emprego em que Juan não foi um dos contratados fui conversar com ele e explicar sobre minha pesquisa. Disse que estava em busca de relatos de migrantes que moravam no Glicério e se ele aceitaria me conceder uma entrevista. Ele concordou e no dia seguinte nos encontramos em um dos salões da Missão Paz.

Tal qual a migração guineense, a dominicana possui pouco destaque nos relatórios estatísticos, sobretudo pela sua pouca expressividade numérica quando comparada a outras nacionalidades. Segundo o relatório do OBMigra (2021), foram feitas 1843 solicitações de refúgio por dominicanos entre 2011-2020, sendo a grande maioria de homens 80% e mulheres 20%⁷³. Não é possível comparar outras formas de obtenção da documentação por migrantes dominicanos para além das solicitações de refúgio, mas é perceptível o uso da mesma estratégia de outros migrantes que, diante da impossibilidade de obtenção de um visto no Brasil solicitam refúgio e assim podem adentrar o país com todos os direitos que outros migrantes regularizados podem ter⁷⁴.

Seguindo a caracterização que foi feita nos capítulos anteriores, utilizarei os dados disponíveis pelo CRAI referente aos atendimentos realizados entre 2014-2020. Ao longo desse período 49 dominicanos procuraram o serviço da entidade, sendo a maioria de mulheres 53% e 47% homens respectivamente. A faixa etária de maior destaque é de pessoas entre 30-39 anos (38%) e 40-49 anos (30%). A faixa entre 18-29 anos corresponde a 12%, mesma porcentagem daqueles entre 50-59 anos. Isso

⁷³ O mesmo relatório apresenta outros dados para esse grupo que é 1218 solicitações, sendo, nesse caso, a maioria de mulheres 51% e homens 49%.

⁷⁴ O aumento de solicitações de refúgio por dominicanos fez com que fosse criada uma portaria específica para a regularização, uma vez que se julgava que pouquíssimos dominicanos poderiam ser, de fato, reconhecidos como refugiados. Assim, a criação da portaria foi uma tentativa de desafogar a fila de solicitações. Para mais informações ver: Portaria interministerial n. 5 de 26 de julho de 2019 – Dispõe sobre a concessão de autorização de residência aos nacionais da República Dominicana, que tenham processo de reconhecimento da condição de refúgio em trâmite no Brasil. Ainda assim, o AMP (2020) mostra que em outubro de 2019 havia cerca de 1060 solicitações de refúgio ativas no CONARE.

mostra uma migração não tão jovem e de um perfil não familiar. Assim como a migração de guineenses, o principal local de entrada foi o aeroporto de Guarulhos (65%), seguidos de Rio Branco, no estado do Acre (10%).

Com relação à moradia foi encontrado o mesmo padrão dos grupos anteriores, 59% residiam em “Aluguel ou pensão”, 20% em “Casa de parente ou amigo”, 4% em “Centros de Acolhida” e, apenas 4% estava em “situação de rua”, número muito inferior quando comparado aos migrantes cubanos e guineenses. A fonte de renda, no entanto, não apresentou uma diferença significativa, a maioria estava desempregada (53%), a soma de “autônomos e informal” era de 22%, a mesma proporção de pessoas com carteira assinada. Assim, os dados reforçam a dificuldade em comum dos migrantes de conseguirem adentrar o emprego formal mesmo tendo os direitos assegurados. Cabe ressaltar que 77% estavam regularizados, contra 14% de indocumentados.

E, por fim, com relação a moradia, a maioria residia no centro da cidade (41%), outros 18% moravam na Zona Sul e, somados Zona Oeste e Norte outros 16%. Somado a esses, cerca de 18% não residiam na cidade de São Paulo, mas, sim, em outros municípios. Esses dados chamam a atenção para a diferença que apresenta com o quadro geral mais amplo mostrado no capítulo 1 em que predominam centro e zona leste. Os dominicanos, assim como os migrantes de Guiné atendidos pelo CRAI, quase não residiam na parte leste da cidade.

Algumas das características que o cenário estatístico mostra é possível de identificar pela trajetória de Juan. Outras, nem tanto, criando, dessa maneira um caminho próprio de explicações para a decisão de migrar, a busca pelo trabalho, a relação com familiares e as múltiplas articulações que realiza para a “sustentabilidade de vida” no Brasil. É uma narrativa marcada por uma tensão forte entre a busca pela autonomia e a moralidade da família que construiu para si mesmo. Além disso, sua história evidencia outros arranjos pelos quais o Glicério está interligado a outras escalas através da migração, como será mostrado a seguir.

7.1 – A “BUSCA DO PRÓPRIO DESTINO”: ESTABILIDADE NA RELAÇÃO TRABALHO E FAMÍLIA.

Iniciamos com uma breve conversa sobre aspectos gerais da República Dominicana e do Brasil. Logo no início, Juan atendeu um telefonema da sua mãe que também residia no Glicério. Avisou que estava na igreja para a entrevista e que passaria na casa dela quando acabasse. Naquele momento eu ainda não sabia, mas muito da entrevista e das relações de Juan passavam pela figura da mãe e de uma moralidade centrada na família. Pedi autorização para gravar a entrevista e ele concordou. Então a primeira pergunta foi: (Como era sua vida na República Dominicana?) Após um início de resposta mais geral em que aponta as belezas e riquezas da República Dominicana, rapidamente direcionou a conversa para uma comparação entre o Brasil e seu país de origem.

Pois nosso país tem tudo, tudo o que alguém quer. Mas lá é muito dura a vida por um lado, porque a pessoa só trabalha, trabalha, e somente é para alugar sua casa, comprar sua casa, se manter somente. Aí mesmo nessa casa, se alguém sai de lá, a pessoa sabe que esse país tem dinheiro, sim. Mas tem países que tem dinheiro que vale mais que lá. Por exemplo Brasil, Brasil estava bom na época que minha mãe chegou aqui, mas agora ela já me disse que mudou depois que mudou o presidente.

A passagem marca a primeira vez que Juan menciona a figura da mãe, que chegou quando o “...*Brasil estava bom*”, mas que agora já havia mudado muita coisa. Esse primeiro trecho também é marcado por palavras que remetem a questões centrais para Juan: casa, trabalho, mãe (família) compõem elementos que se retroalimentam em toda sua narrativa e que servirão como os pilares de uma série de justificativas apresentadas ao longo da entrevista. Inicia se queixando da vida difícil das pessoas na República Dominicana, “*porque a pessoa só trabalha, trabalha, e somente é para alugar sua casa, comprar sua casa, se manter somente*”. Por outro lado, acabava de chegar em um país que, segundo a mãe, já não estava tão bom. Ele mesmo estava desempregado na época, como mencionado. As questões envolvendo as condições materiais de vida e a manutenção dos pilares de “sustentabilidade da vida”, centrados na família e na autonomia para o trabalho, aos poucos começam a aparecer na forma de dilemas.

O retrato de seu momento de vida na República Dominicana, antes da migração é relatado por ele do seguinte modo:

Bom, de criança minha vida tem sido boa, porque sempre tive minha família por perto. (Entrevistador: Têm irmãos?) Tenho 4 irmãos. Um está nos Estados Unidos e os outros três estão lá (na República Dominicana). Uma irmã de 16 anos que agora mesmo vai dar a luz, ela está grávida. Tem 16 anos. (Entrevistador: Então você vai ser tio?) Vou a ser tio pela quarta vez, porque minha irmã mais velha tem 2 e meu irmão tem 1. E o que está nos EUA não tem e eu tampouco. Então, como te digo, minha vida de pequenino ia crescendo, sempre com a minha família ao lado...é... minha família sempre me deu apoio, com meus estudos, terminei meus estudos e tudo..., mas não entrei na Universidade

(Entrevistador: Começou a trabalhar com 18 anos?) Sim, depois de terminar a escola, porque antes de terminar não pode trabalhar. "...eu passei a depender de mim mesmo, falei que não queria ficar mais perto da minha família, porque eu digo que quando é menor de idade tem que ficar com sua família, porque é menor de idade. Mas quando a pessoa já é maior de idade, a pessoa tem que buscar seu próprio destino. Eu, depois que comecei a trabalhar no banco, comecei a me dar bem eu aluguei uma casa sozinho. Pagava 500 mil pesos de casa sozinho.

(Entrevistador: E como era a vida com seus irmãos e sobrinhos? Se viam muito?) Não...Minha irmã, a pequena, eu a vi como somente 4 vezes. Eu a vi quando ela tinha 5 anos. Fiquei muito tempo sem vê-la. E depois que eu morava sozinho, eu sempre quis ter minha irmã por perto. Porque eu sempre digo, para um irmão mais velho é um prazer ter uma irmã mais nova perto. Porque assim cuida mais dela. Quando eu comecei a trabalhar no banco, comecei a chamá-la, ela é da família da parte de meu pai, e não a deixavam. Então ela ia visitar a casa da minha mãe escondida. Não é que minha mãe convidou ou falou para ela "Te dou casa e comida". Ela ia sozinha visitar a minha mãe. Quando eu ligava para ir à minha casa ela não ia. Ficava escondida e não ia.

Após alguns dias Juan conta que ligou para a irmã e ela manifestou o desejo de sair da casa do pai. Então:

Então levamos ela. E eu disse que agora tenho dinheiro e agora eu vou a te buscar. Você me espera fora e eu vou e te busco. Eu fui, busquei e vivia com ela antes de vir aqui. Vivia eu e minha irmã. E eu fazia tudo com ela, levava ela para a escola e tudo, porque era um prazer meu, ter minha irmã perto, levar a escola e não precisar pensar em coisas externas.

O início do trecho reforça a centralidade da família para Juan. Novas pessoas passam a surgir além da mãe: quatro irmãos, dos quais um está nos Estados Unidos e uma estava grávida. Seria tio pela quarta vez, ou seja, o círculo familiar era composto também por sobrinhos. Segundo ele, foi "*crescendo sempre com a família*", que o deu apoio até terminar os estudos, mas não entrou na universidade por opção. Na idade que tinha na época, 18 anos, a moralidade do trabalho falava mais alto. Na prática isso

significava, para ele, a passagem de ser cuidado pela família, pois “...quando é menor de idade tem que ficar com sua família, porque é menor de idade”, para uma fase de autonomia, “...buscar seu próprio destino”. A escolha havia funcionado e Juan fazia questão de enfatizar frases que remetiam ao sucesso: “trabalhava no banco”; “começou a se dar bem”; “e alugou uma casa sozinho no valor de 500 pesos”. Até então, os ritmos de seu cotidiano eram marcados por uma relação de certa harmonia entre o trabalho, a família, a casa.

Entretanto, aos poucos as fissuras familiares e do seu cotidiano começam a surgir. Até então, a “...vida era boa porque tinha a família por perto”, mas a ideia de encontros constantes, harmonia, proximidade vai sendo distorcida. Juan havia visto muito pouco a irmã mais nova, “...como que quatro vezes”, justo ele que “...sempre quis ter sua irmã por perto”. A passagem de ser cuidado pela família e, aos poucos, conquistar a autonomia, exigia, dentro de sua moralidade de um homem adulto, desempenhar determinados papéis e um deles era o de irmão mais velho protetor, pois “...para um irmão mais velho é um prazer ter uma irmã mais nova perto. Porque assim cuida mais dela”.

Da mesma maneira, Juan conta que já fazia oito anos que não morava com a mãe. Antes de chegar ao Brasil ela já havia passado pela Venezuela e Equador. Tampouco cresceu com seu pai por perto. Na verdade, ele conta que “...fui criado pela minha avó”, “...não me criei com minha mãe e meu pai”. A essa altura da entrevista, as menções a família combinavam elementos de um passado não vivido e uma expectativa de tê-los por perto juntos. Esse desejo, no entanto, era ainda mais dificultado pelo processo de migração. Juan vivia, nessa época, alguns dos efeitos paradoxais da migração mostrados por Sayad (1998). A irmã mais nova da qual tinha a “obrigação” de cuidar estava na República Dominicana, mas, sua mãe, figura central em sua moralidade de família, estava no Brasil. Como mais um fragmento desse tecido familiar esgarçado pela distância, um dos irmãos estava nos EUA fazia anos. Dessa maneira, diferentemente de François que, aos poucos foi enxergando a migração como possibilidade, Juan já conhecia alguns dos seus significados e, até então, não havia decidido por esse caminho.

7.2 – DESCOMPASSOS DA MIGRAÇÃO: O ROMPIMENTO DA ESTABILIDADE.

O ponto de inflexão no percurso de vida de Juan ocorre, então, justamente a partir de um conflito em sua moralidade familiar. Havia decidido cuidar da irmã, já havia construído seus ritmos cotidianos com ela e a vida parecia estável a ponto de “*não precisar pensar em coisas externas*”. A autonomia e a proximidade com a irmã apresentavam-se interligados a tal ponto que, segundo ele, sob essas condições “*...viveria na República Dominicana para sempre*”.

No entanto, essa estabilidade foi rompida de forma repentina:

Aí minha mãe ficou mal aqui (no Brasil) da perna, porque estava trabalhando no "hotel****" ou algo assim. Ela trabalhava lá e a bota que ela usava começou a dar problemas na perna de tanto caminhar, subir e descer escadas, e ela acabou caindo na rua. As pessoas tiveram que parar e ajudar. Ela me ligou, disse que estava mal e disse que era difícil para ela estar sozinha aqui.

A vida de Juan somente poderia ser estremecida por outra relação dentro de sua família e era, justamente, a pessoa que descrevia como a mais importante: sua mãe. Segundo ele, nunca teve “*isso na mente para chegar e viajar*”. Ele já trabalhava no banco fazia três anos e emigrar, sair da República Dominicana, não fazia parte dos seus planos, ao menos não naquele momento. Assim, quando recebeu a notícia da mãe “*...não vou negar, eu chorei muito, porque minha mãe está longe, umas doze horas de distância, eu estava mal*”.

A dimensão do cuidado somava-se, agora, aos paradoxos da migração. Para cuidar da mãe seria preciso fazer escolhas, romper, ainda que momentaneamente, com a estabilidade de vida adquirida na República Dominicana. O primeiro passo seria desconectar a sintonia que havia entre sua autonomia e o cuidado com a irmã. E, em seguida, tentar reestabelecer essa relação, agora com sua mãe, em um novo lugar.

Em alguns momentos a narrativa de Juan demonstrava uma certa incerteza do que fazer nesse momento de sua vida. Não estava decidido a migrar, mas, ao mesmo tempo, não poderia deixar de cuidar da mãe e exercer o papel “filho adulto”. O convencimento veio quando então, “*...depois que minha mãe me chamou com esse sentimento, que não gostaria de se sentir sozinha, isso me abriu a mente. Minha mente*

pensou em fazer todo o possível para chegar lá (no Brasil)". Juan havia se decidido e agora precisava organizar sua viagem.

A irmã mais nova iria morar com outra irmã de Juan, que é mais velha. Era a única alternativa, uma vez que o outro irmão estava trabalhando muito e não poderia exercer essa função. Além disso, segundo Juan, *"...esse irmão é mais afastado"* e *"...acha que não tem nada a ver com isso"*. Tampouco Juan conseguiria migrar com a irmã mais nova. Relata que até cogitou, mas por ser menor de idade precisaria de autorização e *"...o pai não quis autorizar. Se o pai não autoriza, não pode sair de lá"*.

Resolvida a parte familiar era preciso organizar a parte financeira da viagem. Juan conta, então, que *"comecei a juntar o dinheiro do trabalho do banco"*, pois a conta do deslocamento para vir ao Brasil ainda não estava fechada. Passou a trabalhar muito mais horas do que costumava fazer e, todo esse período de preparativos financeiros levou seis meses. Ao final, para completar o que faltava, explicou ao banco o que havia acontecido com a mãe e devido a sua boa conduta de trabalhador, segundo ele, o banco o ajudou.

Os preparativos também incluíam inteirar-se acerca de como era a cidade e o lugar que estava indo. E quando perguntei como imaginava São Paulo antes de migrar? Ele respondeu: *"Eu imaginei um lugar lindo, porque eu procurei no computador e imaginei lindo. Busquei Brasil, busquei São Paulo, busquei centro e fazem parecer lindo, lindo"*. Não faltava mais nada e, solucionados todos os trâmites familiares, empregatícios e sabendo que iria para um *"lugar lindo"* viver com a mãe que não via fazia anos, as incertezas de Juan pareciam dissolvidas. A mãe *"...comprou a passagem de ida e volta"* e Juan chegou a São Paulo em junho de 2019.

7.2.1 – Os espaços qualitativos da migração: expectativa e realidade.

A expectativa construída por Juan e a certeza de que havia feito a escolha certa começou a ser questionada assim que chegou a São Paulo.

Quando cheguei, eu cheguei nessa rua, a rua que passa a ponte. Ah...ali tem tanto malandro e coisa, e eu ia...como...fazem tudo o que há de ruim aí nessa rua e isso. Quando vi isso já queria sair de São Paulo. Eu falei "Não mãe, você vai comigo". A primeira vez que eu cheguei aqui eu segurei um (menino que

havia quebrado o vidro), porque eu não sabia nada⁷⁵. Para mim, eu cheguei aqui e não sabia que se alguém rouba um telefone de um carro, alguma coisa, não tem que agarrá-lo. Minha mãe já vivia aqui (no Glicério) e ela disse "Não, isso é normal aqui".

As buscas feitas na internet sobre São Paulo e o confronto com o lugar em que a mãe morava logo frustrou Juan. Mais do que isso, não era somente a paisagem que se distinguia do que havia visto, mas logo passou a enfrentar os qualitativos do novo lugar. Os códigos de conduta eram outros, a mãe avisava sobre os novos parâmetros de convivência e normalidade. E o confronto entre expectativa e realidade para Juan parecia não valer a pena. Queria continuar com a mãe, mas não no Glicério. A moralidade do cuidado envolvia não somente ajuda com a saúde ou fazer com que não se sentisse sozinha, mas um lugar novo que julgava melhor para viverem. O turbilhão de novas normatividades, frustrações e incertezas fez, inclusive, com que *"...depois que vim pra cá, dois meses já queria voltar...dois meses já queria voltar"*.

Juan estava sem trabalho havia dois meses, assim como a mãe. As reservas que tinha serviam para pagar o quarto que moravam e às vezes, sair com ela para o shopping comer pizza, como contou me mostrando uma fotografia no celular. A busca pela autonomia não estava tão encaixada com a do cuidado, mas nem tudo parecia ruim. Ele relata que trouxe *"sorte"* para sua mãe, pois ela vivia havia quatro anos no Brasil, mas foi ele chegar que *"...saiu a residência dela"*. A *"sorte"* com os documentos também havia contemplado Juan e, após sete meses, havia também adquirido a residência, um tempo muito mais rápido do que *"amigos meus que quiseram, tentaram e não conseguiram. Estão há três, quatro, cinco anos já (esperando)"*.

Os sinais trocados que sua chegada apresentava aos poucos foram se constituindo regra para Juan. Teve *"sorte"* com o documento, algo sempre muito valoroso para o migrante, um passo que ampliava as opções na busca pela autonomia. A esperança vinha, justamente, de ter superado o obstáculo da *"residência"* algo que, por ter migrantes em sua rede familiar, provavelmente sabia da importância. Juan agora tinha *"direito a ter direitos"*, poderia procurar emprego formal, retomar os rumos pelo

⁷⁵O mesmo estranhamento foi narrado por um migrante haitiano em uma entrevista anotada. Relatou que se fosse no Haiti as pessoas *"pegariam de volta o celular e devolveriam para o dono"*.

trabalho e traçar uma trajetória tal qual expressa nas perspectivas clássicas de migração: a de progresso socioeconômico rumo a um deslocamento considerado “bem-sucedido”. Afinal, “...*agora mesmo quero trabalhar, conseguir um trabalho e ajudá-la para fazê-la sentir-se feliz e bem*”. A documentação era, portanto, decisivo para esse objetivo.

Além disso, ter a documentação também aumentava seu capital de mobilidade, uma vez que poderia transitar entre dois espaços de forma segura (Brasil e República Dominicana). “*Então agora me sinto melhor, porque para mim saiu a residência também e agora posso voltar ao meu país*”. Assim, ainda que a narrativa de Juan mostrasse frustração, também trazia ponderações acerca da viabilidade de uma vida como migrante. Já se sentia melhor por poder ir e vir e, implicitamente, assumia que a migração poderia tornar-se uma condição de vida. E foi pela documentação, sua e da mãe que cravou: “...*nunca vivi com ela e agora que a tenho vai ser difícil separa-nos*”.

Se a documentação trazia sinais materiais e simbólicos de estabilidade e promessas de um futuro melhor, fazendo Juan querer ficar no Brasil, a efetiva realização dessa expectativa estava em descompasso. Ele, de fato, poderia trabalhar com carteira assinada, ou seja, formalmente e com todos os direitos trabalhistas e, dessa maneira, seguir o roteiro que havia planejado. Porém, só havia conseguido um emprego até agora e sem carteira assinada, como ajudante de limpeza em um restaurante. Contou, que o produto utilizado lhe dava alergia e foi então que um amigo o convidou para ir a Toledo, Paraná, sob a promessa de um emprego. O amigo, também dominicano, havia chegado ao Brasil depois dele e foi para Toledo a convite de um primo que já estava lá. Quando seu amigo foi a primeira vez o primo lhe virou as costas e ele ficou sozinho, sem emprego. Posteriormente, o primo retornou o contato agora que Juan e seu amigo estavam em São Paulo e, após conversar com sua mãe, o prometeu trabalho para ambos. E a regra da vida em mobilidade, até então era: “*Se há trabalho, vamos!*”.

Juan então pediu demissão do restaurante que trabalhava e, nem a promessa de assinatura de carteira feita o convenceu do contrário. Na verdade, segundo ele e a moralidade do bom trabalhador que levava consigo era melhor não haver qualquer

registro para não verem que saiu muito rápido do emprego, assim, “*Eu prefiro manter minha carteira limpa*”. Como será tratado mais adiante no capítulo 8, a vida em mobilidade muitas vezes se conflituava com a estabilidade prometida pela carteira assinada. Era esperado, por muitos empregadores, que o migrante se comprometesse a ficar no Brasil e, por consequência, no emprego oferecido. O risco de romper com essa lógica somente valia a pena para o migrante quando a justificativa era vista como muito convincente. Geralmente, o “vocabulário dos motivos” (WRIGHT MILLS, 1940) era mais eficaz quando interligado a uma moralidade amplamente aceita, como: algum fato marcante com a família (morte ou doença no Brasil ou no país de origem, ninguém mais poderia cuidar do filho) ou no trabalho (preconceito, maus tratos, não pagamento ou atraso de salários).

As promessas e rumores da migração, sobretudo com relação ao trabalho levaram Juan e seu amigo para Toledo, mas o plano não saiu como esperado.

Ah, em Toledo eu durei somente uma semana. Uma semana! Eu fui para Toledo, fomos para um hotel. Nós pagamos o hotel. Era 80 reais por dia. Aí nós tínhamos 5 dias no hotel e não encontramos casa. E não estávamos trabalhando, porque tínhamos que encontrar a casa primeiro. Porque o trabalho estava seguro sim, estava seguro, mas se vai a trabalhar, mas não tem a casa, não rende nada. Aí ficamos 5 dias pagando 80 reais no hotel e buscando casa por toda parte e não tinha casa de aluguel. Só tem para vender, se quer comprar e tudo mais. Aí eu falei para ele (amigo): “Já são 5 dias pagando 80 reais e não tem casa. Temos que voltar”.

Dessa vez a promessa de emprego havia se concretizado, os rumores eram verdadeiros, mas a moradia de aluguel, um recurso valioso do migrante não foi possível de viabilizar. Pagar o aluguel, além de ser uma alternativa de baixo custo, não rompe com um projeto de vida em mobilidade, em que há quase sempre no horizonte a possibilidade de se deslocar para outro local, pois, “*se há trabalho, vamos!*”. Comprar a casa estava fora de cogitação por ambos os motivos: dinheiro e fixidez e, aos poucos, o custo-benefício das diárias de hotel e a escassez do recurso guardado para a viagem passaram a não valer mais a pena. A rede não era boa o suficiente, possuía elos fracos e rapidamente isso foi lido por Juan e seu amigo.

Diante da situação, eles retornaram a São Paulo, que a essa altura já havia se tornado uma centralidade de apoio importante de “sustentabilidade de vida”. Juan sabia

que havia alguma margem de erro, pois “...*minha mãe mora aqui, não tem problema, eu posso sair de São Paulo, mas tenho a cabeça tranquila, porque se eu saio para outro lugar e não consigo nada, eu posso voltar para a casa da minha mãe*”. O projeto migratório passava a se constituir na forma de um arranjo familiar. A casa da mãe, como foi dito por ele, era paga pelo irmão que morava nos EUA e, assim, tornava-se uma base fixa a se recorrer caso os planos de trabalho não ocorressem como o esperado.

A passagem também marca uma inversão de papéis na qual Juan lidaria de maneira conflituosa em sua trajetória. Entre os motivos que utilizava para justificar a migração estava o dever do cuidado com a mãe. Entretanto, à medida que o tempo passava e os planos não davam certo os papéis se invertiam, cada vez mais ele dependia da mãe. Em sua moralidade de autonomia e o papel de cuidados que um homem adulto deveria exercer isso não mais deveria acontecer, não deveria encontrar-se mais nessa posição. E, ainda que o retorno para São Paulo fosse sempre uma alternativa, em sua concepção havia um limite. Tinha que retomar os rumos previstos, ainda que para isso devesse deixar sua mãe novamente.

Juan ainda estava desempregado. Já havia feito um curso de culinária com a mãe na esperança de se qualificar para mais opções de emprego. Também procurava emprego na Missão Paz, mas sem sucesso. Começou a sentir na prática o que a mãe havia dito antes de migrar, que “...*o Brasil já não está tão bom*”. Assim, segundo Juan, era preciso buscar alternativas e conta que fez algo impensável para alguém quem não conhece ninguém. “*Eu decidi que iria a Santa Catarina sozinho. Não havia trabalho, não havia nada. Eu pensei "Eu vou para lá e quem sabe tenho sorte de trabalhar"*”.

7.2.2 – Na fronteira entre a “sorte” e o azar.

A diferença principal entre esse novo deslocamento para Santa Catarina e o anterior, para Toledo, era que não tinha em quem mais confiar ou algum contato com uma rede de indicações. Foi sozinho. Em sua concepção, já havia adquirido algumas habilidades necessárias na busca pela autonomia através de algumas “infraestruturas de mobilidade”. Além do curso de empreendedorismo havia “...*feito o curso de*

português aqui na Igreja (Missão Paz)”. Se sentia mais preparado para encontrar soluções através de si próprio.

A ida de Juan à Santa Catarina vem acompanhada de uma expressão comum na migração: *“Eu vou para lá e quem sabe tenho sorte de trabalhar”*. A “sorte” nesse processo representa um ato baseado na tentativa e erro, sem muita certeza, mas que, no imaginário criado há uma chance de se realizar. Juan narrava como se não tivesse muito o que perder. O modo como contava, sugeria o desejo de sair de São Paulo atrelado a um encantamento pelo que havia visto na internet sobre Santa Catarina, uma espécie de aventura. Caso a “sorte” não viesse poderia retornar para a casa da Mãe.

A estratégia, segundo ele, era chegar no final da tarde na rodoviária e iniciar a procura por emprego no outro dia, logo no amanhecer. Passou alguns dias assim:

...fui de trabalho em trabalho. No primeiro trabalho que fui me disseram que teria que esperar um mês para abrir vaga de novo. No outro me disseram: "Nós estamos precisando de alguém para sexta feira, mas como você não tem muito tempo aqui, nós vamos ajudar você. Você traz os seus documentos e você começa a trabalhar aqui". Então comecei lá mesmo.

A “sorte” aconteceu e Juan conseguiu um trabalho em uma empresa de solda *“...fazendo janela e pintando. Pintando tudo o que é ferro”*. A “sorte” do emprego foi acompanhada pela da moradia, diferentemente do que ocorreu em Toledo. Ele conheceu um amigo brasileiro que o convidou para morar na mesma casa. Dois meses depois Juan já havia se mudado e morava novamente sozinho e *“...já me sentia bem em Santa Catarina, me sentia ótimo”*.

Juan conta que morava em São José, município vizinho de Florianópolis, capital do estado. Saía para pescar aos finais de semana com os chefes, tomava cerveja com os colegas de trabalho que eram todos brasileiros, algo positivo, segundo ele, porque melhorava seu português e dizia já se sentir brasileiro, condição que se confirmava na fala dos patrões que diziam, segundo ele: *“É nós, você é da família”*. Juan não se sentia “incluído diferencialmente”, mas vivia como se estivesse há anos em Santa Catarina. Os ritmos cotidianos e a balança da autonomia e família pareciam ter se equilibrado um pouco mais. Não estava próximo à mãe como gostaria, mas vivia em

uma relação que considerava ser sua família. A autonomia através do trabalho e relações familiares pareciam se reconectar, finalmente.

Para melhorar a “*sorte*” de Juan, o lugar era: “...*tranquilo de verdade e lindo. É lindo! Santa Catarina é lindo! Ainda mais onde eu morava. É lindo demais!*”. A experiência era vivida (e contada) com tanto entusiasmo que o fez repensar sobre a possibilidade de um dia retornar à República Dominicana, algo que passava de maneira recorrente pela sua cabeça quando “...*não estava trabalhando e não tinha ido a lugar nenhum*”. Juan conta que “...*Santa Catarina mudou a minha forma de pensar. Agora eu quero ficar*”.

A “*sorte*” tornou-se azar rapidamente e depois de três meses:

...minha mãe ficou doente e...eu não penso muito quando minha mãe fica doente, se eu tenho que deixar tudo para trás, eu deixo. E eu me senti mal, por um lado porque eu deixei uma família, porque para mim eles eram uma família mesmo. Mas me sentia bem por outro lado, porque minha mãe está aqui e eu vim direto para vê-la. Quando eu cheguei e ela já estava no hospital. Aí eu fui com a mala e tudo no hospital. Aí não queria deixá-la ir para casa, porque estava sozinha. E eu disse que não, porque eu havia chegado, sou filho dela e podia cuidar da minha mãe. Levei ela para casa e ela ficou bem, já melhorou está cada dia mais forte, porque dou apoio.

A moralidade da autonomia e a do cuidado voltavam a ser conflituosas e, ao mesmo tempo, Juan delineia algumas das regras que definem suas hierarquias de escolha. A autonomia se sobrepunha à família quando sua mãe estava bem de saúde. Era preciso exercer seu papel de adulto e “*buscar seu próprio destino*”, ainda que para isso tenha que estar a certa distância da mãe. Porém, no caso de a mãe ficar doente era a moralidade do cuidado que se sobressaía, como ele mesmo afirma, “...*quando minha mãe fica doente, se eu tenho que deixar tudo para trás, eu deixo*”. Essa regra valia para qualquer outro membro da família, fosse a irmã mais nova que deixou na República Dominicana, fosse a família de Santa Catarina.

Essa regra adentrava, inclusive, o campo do trabalho com carteira assinada. A mãe era concebida por Juan como uma daquelas pessoas pelas quais valia a pena ter o registro de uma passagem rápida pelo emprego. Era, sob sua lógica, uma justificativa plausível e que seria compreendida por todos. Afirma que, ao contrário de não ter deixado assinar sua carteira no restaurante, “...*em Santa Catarina eu deixei, porque*

minha mãe ficou doente e aí eu sei que consigo um trabalho. Ligam para um dos meus chefes e vão entender que fui bom". Em suma, além da justificativa da mãe, Juan julgava que a relação de trabalho que teve em Santa Catarina era algo importante de ser destacado na busca de um novo emprego. Menos por sua experiência profissional e mais pela relação pessoal criada com chefes e colegas de trabalho.

7.3 – O RETORNO À “BAIXADA DO GLICÉRIO”: ARTICULAÇÕES LOCAIS E TRANSNACIONAIS PARA A “SUSTENTABILIDADE DA VIDA”.

Quando conta sobre seu retorno a São Paulo, Juan já demonstra mais conformidade com o Glicério. Passa a mencionar aspectos que considerava positivos no bairro: *“...transita muita gente, há a feira e tudo é perto*”. Passa a ponderar na classificação de “bairro ruim” e “bairro bom” quando comparado a bairros na República Dominicana e conclui que *“...cada país tem seus bairros diferentes. Porque em meu país há bairros que são assim, mas há bairros que não. Então cada país tem o lado ruim e o lado bom. Esse bairro é bom...”*. Os parâmetros comparativos em favor do Glicério se dão até mesmo com Santa Catarina, pois: *“Se quer ir para a Polícia Federal é só pegar um ônibus aí e depois pegar outro e já está na Polícia Federal. É mais difícil em Santa Catarina. É o único mal que tem. Mas...a vida é...eu já me encontro bem na vida aqui.”*

À parte a centralidade dada à Polícia Federal por Juan, por sinal, a única instituição formal mencionada em sua narrativa, sua relação com o Glicério parece ter melhorado a partir da sociabilidade que passa a ter no bairro. Contou que namorou, por um curto período, uma filipina que morava e trabalhava ali, em um restaurante cujos donos são migrantes. A impossibilidade de continuação da relação, segundo ele, foi porque ela só falava inglês e ele só espanhol e português, então as conversas tinham que ser mediadas pela tradução do celular. Contou a história dando risada e disse que era impossível continuar.

Também entrou em sua narrativa um amigo angolano que morava no bairro e que dava aula de português, mas que agora morava em outra parte da cidade. O amigo seguia o visitando no bairro e vice-versa e, por vezes, passavam tempo em algum dos

shoppings da zona leste da cidade. A mãe aparece sob um novo papel que é o de intermediadora das relações de Juan no bairro. Segundo ele, “...a *minha mãe conhece todo mundo e graças a ela conheci todo mundo e as pessoas tinham carinho por mim, porque minha mãe é uma boa pessoa e todos gostam de mim, os garotos aí vão na minha casa, os pequenos*”.

Juan já havia aprendido melhor alguns códigos sociais, dizia que aprender a dar “*bom dia*” e “*oi*” para todo mundo, afirmava já saber “...*como são as coisas no Brasil*”. Na época da nossa conversa ele morava com o amigo dominicano que havia ido para Toledo. Frequentava um bar à noite cujos donos eram haitianos. Um deles, inclusive, namorava sua mãe que, por sua vez, era responsável pela presença de uma bandeira da República Dominicana ao lado da bandeira haitiana no interior do bar. E foi essa sociabilidade que, aos poucos, refundou o pertencimento de Juan com o Glicério sob novos signos e relações interpessoais.

A interação maior resultou em uma ampliação da sua rede de apoio e de acesso a alguns recursos do bairro, como a moradia. Em sua rede de “sustentabilidade de vida” agora atuavam outros atores nacionais e transnacionais. Juan diz que conseguiu a casa porque “...*eu tenho amigos e falo com eles: "Vocês sabem onde tem uma casa para alugar?" É isso.*” O valor do quarto onde morava junto com seu amigo dominicano era de 500 reais. Como Juan estava desempregado o amigo é quem:

...está pagando a casa, porque a família dele faz o esforço de mandar dinheiro de lá da República (Dominicana) para cá. Mas eles enviam porque eles sabem que quando eu encontrar um trabalho eu vou ajudar. E estamos morando assim.

Os contatos de Juan, assim, ampliavam-se para além do Glicério. Para conseguir encontrar uma casa foi preciso falar com “*amigos*”, mas para viabilizar o dinheiro a rede passou a ser transnacional. Ambos, ele e seu amigo estavam desempregados, mas a migração era sustentada além da escala local. O acordo também envolvia uma relação de confiança, pois quando Juan começasse a trabalhar ele acertaria sua dívida com os familiares do amigo. É importante dizer que essa dinâmica de suporte transnacional não é restrita à rede de Juan, mas uma estratégia de

migração mais ampla, utilizada também, por exemplo, por migrantes haitianos no Glicério, como identificou Pachi (2019).

Da mesma maneira, a mãe também estava envolvida em uma articulação transnacional com o filho que enviava dinheiro dos EUA para que pudesse pagar o aluguel. Conta Juan, que ela saiu da casa porque o dono do quarto queria aumentar o preço, pois agora eram duas pessoas no local. Como argumenta Bonduki (2017), o mercado de pensões e quartos em cortiços é marcado por informalidade e uma relação de poder desigual entre donos e locatários, resultando em um valor muito acima do que normalmente é cobrado no mercado formal. Por outro lado, a vantagem dessa relação, para o migrante, era a possibilidade de adentrar ou deixar o local rapidamente e sem grandes burocracias, mesmo que não fosse para deixar o bairro ou a cidade. Assim, ainda que o dono da casa onde a mãe morava tivesse aceitado não aumentar o valor, uma vez que Juan deixou o local, ela estava insatisfeita da maneira como a questão foi tratada e já procurava outro quarto na rua paralela⁷⁶. Segundo Juan, “...*ela está saindo porque o dono está aumentando o preço, mas há donos que te entendem e te ajudam.*”

Ao terminarmos a entrevista Juan me convidou para conhecer o local que sua mãe morava. Tratava-se de um pequeno sobrado com um pequeno portão de ferro como entrada. O portão era seguido de um corredor que dava para alguns quartos, inclusive o de sua mãe. Quando chegamos ela estava sorridente e Juan me apresentou como alguém que “trabalhava na igreja”, facilitando o reconhecimento de qual era o local⁷⁷. O quarto tinha cerca de 4 a 5m² e a mobília era composta por uma cama de casal que tomava quase todo o local: fogão, geladeira e um armário que Juan fez logo questão de dizer que ele havia comprado para ela. Alguns adereços, como porta-retratos, também estavam pendurados nas paredes e sua mãe me serviu um pão com margarina e um café preto que havia acabado de fazer. Conversamos rapidamente sobre a casa, pois mencionei a fala de Juan, que me havia sobre a procura por um novo local. Ela reclamou da relação que achava injusta com o dono do quarto e disse

⁷⁶ De fato, a mãe conseguiu outro quarto no Glicério rapidamente, mas a expectativa era que Juan fosse morar com ela, algo que não aconteceu.

⁷⁷ Como explicado na parte metodológica, a Missão Paz possui ampla aceitação e legitimidade com muitos migrantes e outros locais do bairro, assim, ser vinculado a ela opera como facilitador.

que, na verdade, o sonho dela era morar na Santa Cecília, bairro situado na parte oeste do centro de São Paulo.

Não tardou para que ela comentasse sobre os lugares que havia passado e, principalmente, do frio que sentiu quando chegou a São Paulo, algo que quase a fez desistir de ficar na cidade. Dizia conhecer muita gente no bairro e que gostava de morar ali. Comentou, rapidamente, sobre o problema de saúde que teve, aquele que motivou a saída de Juan da República Dominicana. Disse que nunca mais conseguiu um emprego após o ocorrido e repetiu que “...o Brasil não está bom”. Juan acompanhava a conversa com uma expressão tranquila e às vezes acrescentava algum detalhe que a mãe deixara escapar na história. A mãe era, de fato, uma pessoa muito sociável e agradável, não era difícil imaginar que realmente conhecesse muita gente no bairro.

Algo que surgiu no final da entrevista com Juan foi o fato dele manifestar o desejo de ir para a Europa, mais especificamente para a Espanha. Nesse momento da entrevista me surpreendi, pois não fazia sentido dentro da sua narrativa de proximidade da mãe. Além disso, até então, a única pessoa fora do Brasil e República Dominicana que havia mencionado era o irmão que estava nos EUA. Então perguntei por que Espanha? E ele disse: “*Eu gosto da Espanha, minha família me envia as fotos, os vídeos eu gosto da Espanha*”. *Meu sonho é esse, chegar lá*”. Comecei a perceber que a migração era uma parte muito mais constitutiva da vida de Juan do que parecia no início da conversa. Tinha parentes em muitas cidades da Espanha, já havia até mesmo avisado a mãe que um dia gostaria de ir para lá. Até mesmo “como fazer” já estava um pouco definido em sua imaginação: “...eu vou falar com um tio meu para que me mande uma carta convite, aí acredito que é mais fácil, um convite. Ele tem todos os documentos, tem dois filhos, tudo.”

A minha surpresa durante a entrevista foi complementada, posteriormente, na casa da mãe de Juan. Enquanto conversávamos, um dos familiares que morava na Espanha fez uma chamada por vídeo e Juan e sua mãe conversaram por alguns minutos. Na chamada, uma criança de aproximadamente cinco anos de idade interagia de modo muito espontâneo com Juan, o que me fez pensar que os contatos eram recorrentes. Depois de desligarem o telefone, a mãe me convidou para apresentar o

namorado haitiano, dono de um bar a poucos metros de sua casa. Quando chegamos no local havia cerca de três haitianos conversando, um deles era o namorado da mãe de Juan. Ela lhe entregou uma marmita que havia feito, me apresentou para todos no bar e logo foi mostrando a bandeira da República Dominicana na parede. Dizia, em tom de brincadeira e descontração que mandou colocar porque ela e Juan também frequentavam o local, então tinham que ser duas bandeiras. A passagem pelo bar foi rápida e, em seguida, a mãe de Juan disse que precisava acertar os trâmites da nova casa. Nos despedimos e ficou encaminhada uma entrevista com ela para que contasse sua trajetória.

Em seguida, Juan me convidou para conhecer a sua casa. Seguimos em direção oposta à Missão Paz. O local ficava em uma esquina. Era um sobrado grande com uma fachada histórica. A entrada era toda fechada, exceto por um portão fino e comprido, único acesso ao local. Os quartos ficavam na parte de cima. A escada era apertada e deteriorada. Notava-se instalações elétricas improvisadas e expostas e uma pequena área comum do lado de fora dos quatro quartos, onde ficava uma máquina de lavar que parecia ser muito velha. Juan abriu a porta do quarto orgulhoso do local que havia conseguido, uma materialização da moralidade de autonomia que tinha. O quarto tinha cerca de 5m², uma cama de casal, nenhum armário e uma janela que dava para a rua. O amigo dominicano, cuja família enviava dinheiro estava lá e nos apresentamos rapidamente. As roupas ainda estavam nas malas. Descemos novamente para a rua e nos despedimos, prometendo que nos encontraríamos novamente. Ele disse que iria com a mãe na atividade do Eixo Trabalho buscar de emprego, na semana seguinte.

Assim foi, Juan e sua mãe estavam na semana seguinte buscando trabalho na Missão Paz. Quando cheguei, antes da atividade, estavam no pátio e logo os reconheci. Cumprimentei, disse que ainda não sabia se havia vagas ou não, mas que em breve ficaria sabendo. A mãe já havia se mudado para o novo endereço, dizia que era um local melhor. Juan concordava e contava sobre a mudança que havia sido repentina e pesada. O amigo dominicano ajudou e tudo ficou bem. Naquele dia havia algumas vagas de emprego (quatro ao todo) e três empresas diferentes, todas para homens. Porém, nenhuma delas atendia ao que Juan esperava. Ele e a mãe retornaram para a casa novamente sem o emprego, nem sequer passaram pela entrevista. Eu não sabia,

mas aquela seria a última vez que iria na Missão Paz para a atividade, pois dias depois o início da pandemia suspendeu qualquer encontro presencial.

Continuei em contato com Juan por alguns meses. Quando conseguiu um emprego, nos primeiros meses de pandemia, como gari da prefeitura, enviou uma foto orgulhoso com o uniforme. Depois ficou desempregado novamente e assim foi por meses e meses. De tempos em tempos enviava mensagem perguntando se eu não conhecia alguma vaga de emprego e minha resposta era sempre negativa, com muito pesar. Meses depois se casou com uma brasileira que tinha uma filha pequena. Aparentava estar bem com as duas e a sua moralidade de família e de cuidados parecia preenchida, ao contrário da autonomia pelo trabalho. Em seguida mudou-se do Glicério para morar em outro bairro de São Paulo, começou a trabalhar como cabeleireiro em 2021 e, em seguida, perdemos o contato mais próximo.

7.3.1 – Entre fronteiras formais e informais, locais e transnacionais.

Em uma conversa que tive com Juan no final de 2020, por whatsapp, lhe dei os parabéns pelo casamento que havia sido recém formalizado. Ele me agradeceu e disse: *“Obrigado, mas, mano, casamento sem trabalho não é casamento”*. Ele ainda estava desempregado e o conflito entre a autonomia pelo trabalho e a moralidade da família ainda estavam latentes. A condição de migrante de Juan e a sua tentativa de reestabelecer um cotidiano deixado para trás na República Dominicana pareciam incompatíveis. Quando estava próximo da família, faltava-lhe trabalho e vice-versa. A condição de migrante de Juan aos poucos foi revertendo a sua busca por autonomia. Com o passar do tempo não tinha o dinheiro para cuidar da mãe, como tinha planejado. As idas e vindas em busca de trabalho foram convertidas em insucessos e, após alguns meses, era Juan quem parecia necessitar de ajuda, mais do que a mãe. Da mesma maneira, a mãe toma um papel central na mediação de sua sociabilidade no bairro, na interação com redes de moradia e amigos. Outros atores também passaram a auxiliar Juan em sua “sustentabilidade de vida”, inclusive a família do amigo na República Dominicana.

Alguns aspectos da trajetória de Juan são importantes no debate sobre cidadania. O primeiro deles é o papel de algumas “infraestruturas de mobilidade” no processo de inserção socioespacial. A Missão Paz tem um papel de destaque em sua narrativa. Ali foi encaminhado para o curso de culinária e, depois, para o de português, algo decisivo na sua confiança para conseguir emprego e ampliar as chances de uma vida em mobilidade. O emprego ele também buscava na Missão Paz e, como não disse explicitamente, não é possível afirmar se o encaminhamento para a documentação também foi feito na igreja.

Por outro lado, as várias passagens pela Missão Paz não funcionaram como trânsito definitivo para uma melhor condição no Brasil, mas na ampliação de possibilidades de “sustentabilidade de vida”. O “direito a ter direitos” era efetivado, na prática, em uma rede muito mais ampla que transitava entre o formal, informal, transnacional e familiar. O primeiro emprego no restaurante era informal, o outro conseguiu em Santa Catarina e depois passou um longo tempo se trabalho. A moradia foi fruto de interações com vizinhos e “*amigos*” e conseguida pela via informal. O dinheiro para o pagamento provinha de familiares de amigos na República Dominicana. A única instituição formal que cita na narrativa é a Polícia Federal, responsável pela tramitação da regularização. Ao contrário de Álvarez, que passou por moradias temporárias de projetos sociais, prefeituras e da Missão Paz, o uso desses recursos por Juan não era muito presente, se sobressaindo os contatos interpessoais.

Um segundo ponto importante é que, ao contrário de François e Álvarez, Juan não parecia se sentir tão deslocado ou “incluído diferencialmente”. Afirmava já se sentir brasileiro, saber como os brasileiros agem, falar o português e dizia “...*agora mesmo não penso em voltar*”. Se sentia “integrado” não por conta das políticas municipais, mas devido a uma rede de sociabilidade que foi construindo e pela proximidade da “família”. Explicitava uma ideia de pertencimento muito mais fluída e complexa do que aquela vinculada a uma identidade nacional fixa. O tempo, o espaço e a qualidade do pertencimento não eram dados somente pelo Estado Nacional. Obviamente que os elementos nacionais estavam presentes, basta lembrar a reivindicação da mãe pela bandeira da República Dominicana no bar, mas a filiação territorial remetia a uma escala transnacional que embaralhava nacional e o local.

Por fim, a narrativa de Juan reforça a pluralidade de escalas, lugares e atores presentes na negociação entre inclusão e marginalização. A condição de migrante o posicionou diferencialmente nas “geometrias de poder” e, para atenuar isso buscou a documentação, aprendeu o português, buscava trabalho. Procurou “infraestruturas de mobilidade” específicas de atendimento ao migrante, como a Missão Paz. Além disso, outras condições materiais e simbólicas assumiam papéis importantes nessa negociação, como a moradia barata e de aluguel no Glicério, assim como estar próximo ou não da família. Dessa maneira, Juan apresenta uma cartografia política complexa e indefinida, marcada por espaços e atores com papéis diversos tanto na construção do pertencimento, como na efetivação dos direitos, seja pela via formal ou informal. Sendo assim, Juan transita entre diversas fronteiras das quais estão distantes de serem exclusivamente institucionais do Estado, evidenciando novas faces das “geografias complexas de cidadania” (EHRKAMP E JACOBSEN, 2015).

8.0 – O CENTRO DE ESTUDOS DE CULTURA DA GUINÉ: “INFRAESTRUTURA DA MOBILIDADE” E PRODUÇÃO DE PERTENCIMENTOS.

Adentrei a casa de Abdalah por uma pequena porta feita de chapa de ferro. Ao lado, uma outra entrada com as mesmas características, mas ao invés da chapa de ferro a entrada está lacrada com tijolos. As primeiras impressões são de um ambiente escuro e estreito. Após uma pequena escada apertada chego a um corredor que possui, talvez, por volta de 1,5m ou 2,00m de largura. Alguns varais com roupas estendidas estão ali. À esquerda um muro que delimita a propriedade com o vizinho e que vai até o final do terreno. À direita os cômodos da casa em que moram 8 pessoas, todos imigrantes provindos de Guiné-Conacri, com exceção de um haitiano. No corredor havia canos frouxos ou quebrados e uma fiação emaranhada e bastante precária. O toldo que percorre o corredor está rasgado e não pode proteger as roupas estendidas. Ao final do corredor há uma sala grande coberta com telhas de fibrocimento e sem paredes na parte da frente e de trás. Ali se encontram alguns sofás usados, cada um de uma cor. Em frente a um dos sofás uma TV de tubo um pequeno Rack completa o cenário. Ao final, atrás da sala, um quintal pavimentado com cimento e algumas pequenas árvores de bambu completam a parte externa da residência. Ali me espera sorridente Abdalah, migrante e músico residente no Brasil há 7 anos, e que possui como maior desejo transformar aquele local em uma Casa Cultural de Guiné. (Diário de campo)."

Essa breve descrição é da primeira vez que fui à casa de Abdalah, onde também funciona o Centro de Estudos de Cultura da Guiné (CECG) ou, apenas, “*Centro cultural*”, como ele costuma se referir ao local. Como relatado anteriormente, eu havia conhecido Abdalah e outros músicos de Guiné em um curso promovido em um SESC da cidade, coordenado por uma educadora brasileira que já tinha proximidade com o grupo. Durante o curso, que durou três dias, os contatos foram breves com a exceção de um deles em que retornei para casa no mesmo transporte que Abdalah e a coordenadora do curso. Durante o trajeto, conversamos um pouco mais sobre migração, o bairro da Liberdade, a África. No caminho reforcei o interesse em conhecer o CECG e acompanhar algumas das atividades como parte da pesquisa, Abdalah aceitou e alguns dias depois fiz a primeira visita ao local.

Era um dia de semana à noite, a casa estava silenciosa, pouco movimentada e ele me recebeu sorridente no quintal que fica nos fundos, onde duas cadeiras plásticas estavam dispostas, uma de frente para a outra. Quando começamos a conversar logo percebi que, para Abdalah, se tratava de uma reunião para debater seus projetos. Ele estava vestido com uma bata colorida, uma vestimenta que depois de algum tempo

percebi ser o figurino utilizado em apresentações, encontros e reuniões com algumas pessoas ou grupos para tratar de questões profissionais. Da mesma maneira, percebi algumas semanas depois que o quintal da casa era, dentre outras coisas, o espaço de reuniões. Ele me apresentou alguns documentos detalhando no que já havia trabalhado no Brasil e, dentre as atividades, constavam: contação de história para crianças, tanto no SESC, quanto em escolas (públicas e privadas), projetos de dança e percussão de músicas do “*oeste da África*”, entre outros.

Diante da expectativa que ele havia criado sobre mim fiquei sem saber muito o que dizer, pois não poderia ajudá-lo de muitas maneiras, ao menos não procurando locais onde poderia desenvolver as atividades do seu projeto. Expliquei novamente minha pesquisa, agora mais detalhadamente do que havia feito no breve contato que tivemos no curso e disse que poderia auxiliar com outras coisas, como: tradução, escrita de futuros projetos em português e até em algumas conexões com advogados que eu conhecia, fruto da participação em projetos de promoção dos direitos dos migrantes em São Paulo, mais especificamente a Missão Paz e, sobretudo, o Promigra⁷⁸.

Apesar de algum desapontamento, Abdalah logo começou a contar sobre a necessidade de um advogado para regularizar o CECG, uma vez que sem a documentação, não poderia concorrer a projetos e editais. Parecia não haver fim para as demandas assim que ele começou a pontuar dificuldades e obstáculos que transitavam entre o trabalho, a documentação da casa, as reformas estruturais que o local necessitava. A conversa denotava uma perspectiva de tempo emergencial, algo que não podia esperar e que inviabilizava parcialmente o desejo de dançar e tocar.

Dias depois, ainda como fruto do curso no SESC, um grupo de apoiadores e voluntários havia se formado no intuito de pensar, juntamente com os moradores da casa (naquele momento composta quase totalmente por guineenses, sendo a maioria músicos e dançarinos, com exceção de um haitiano) saídas que pudessem tornar o local mais conhecido, bem como identificar editais de cultura para concorrer, ajudar na tradução e divulgação de materiais digitais, etc. Em suma, percebi que as atividades

⁷⁸ Projeto de extensão universitária voltado para a criação e promoção dos direitos dos migrantes na cidade de São Paulo. Vinculado à Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo – FDUSP.

compunham uma forma de viabilizar a “sustentabilidade da vida” através da música e da dança.

Nesse dia estávamos em seis brasileiras (os) (somente eu de homem) e cinco guineenses que residiam na casa (somente uma mulher). A reunião, que contava com a liderança de Abdalah e da educadora que havia organizado o curso era realizada no quintal da casa. A disposição das pessoas era de uma roda formada pelas cadeiras de plásticos e uma divisão muito clara entre: uma metade de nacionais e a outra metade de migrantes. A maior parte das falas eram dos brasileiros buscando levantar pontos em que poderiam desempenhar alguma ação. A minha sugestão de contribuição foi a mesma que havia feito à Abdalah dias antes e logo o assunto de regularização do CECG veio à tona novamente⁷⁹.

A reunião também contava com comida e bebida. A educadora que organizara a reunião levou bolo, suco e torta com o objetivo de tornar o espaço mais informal e festivo. Fomos servidos, inicialmente, por Monifa, única mulher guineense na roda. Isso, inclusive, refletia uma divisão de gênero nas tarefas domésticas que foi observada em alguns trabalhos de campo. Invariavelmente, o papel de cozinhar e servir a comida era executado pelas mulheres, embora esse não fosse o único papel que elas desempenhassem. Por vezes, durante as festas ou outros momentos, algumas delas participavam das rodas de dança e percussão, discursavam nas festas, faziam tranças nas crianças ou entre elas mesmas, etc⁸⁰.

O final da reunião foi marcado por uma breve apresentação de percussão e dança promovidos pelos migrantes, revertendo toda a centralidade que os brasileiros

⁷⁹ Esse, aliás, foi um tema que persistiu durante todo meu trabalho de campo, sem que tivesse tido um desfecho até o momento de escrita da tese. Outro ponto que surgiu em vários momentos desde o primeiro encontro foram possíveis reformas estruturais para o CECG, marcada, até aquele momento, por muitas partes de improviso. A esse ponto retornarei mais adiante.

⁸⁰ A divisão de gênero nas tarefas domésticas é um dos pontos que a tese não irá se aprofundar, uma vez que exigiria uma interlocução maior com outras pessoas da casa, especialmente com as mulheres, algo que não ocorreu, a meu ver, por dois motivos principais: o idioma, pois quase nenhuma das mulheres que moravam ou frequentavam o CECG falavam português a ponto de eu conseguir estabelecer uma interlocução. Isso, inclusive, foi um impeditivo para uma relação mais próxima com homens também no CECG e várias vezes no campo (e é importante deixar claro que isso é uma limitação metodológica da pesquisa e do pesquisador, não dos atores). Segundo a própria condição de ser homem no campo e ter uma interlocução, sobretudo no início, de assuntos voltado a projetos coordenados por Abdalah me posicionaram de forma mais distante de outras relações.

havam tido até então. Se até ali havia pouca participação dos migrantes, sendo as poucas intervenções verbais traduzidas pela educadora, agora a interação era direta e não verbal. Revezavam o protagonismo da dança no centro da roda sob o som contínuo de batidas de tambores (Djembê), causando uma espécie de transe coletivo. Era uma força de expressão muito poderosa. Os corpos em movimento informavam de maneira encantadora qual era, afinal, a finalidade da reunião. Ali ficou claro, ao menos para mim, o motivo de articulações, divulgação, regularização etc. A dança colocava as coisas em seu devido lugar e deixava explícito, na prática, que se tratava de uma reivindicação pelo direito e desejo de “*fazer cultura*”, como dizia Abdalah.

Esse foi um dos momentos mais desafiadores e encantadores do trabalho de campo no CECG. Uma das manifestações mais marcantes de alteridade e que demorei muito tempo para entender (se é que, de fato, compreendi em sua totalidade). Aquele breve momento também despertou, de maneira mais contundente, a atenção para a “autonomia dos migrantes” (MEZZADRA e NEILSON, 2013), algo distinto do que observava, até então, no mesmo período, na Missão Paz⁸¹. Se durante o acompanhamento das atividades do eixo-trabalho o protagonismo era majoritariamente de nacionais (voluntários, funcionários, empregadores), que definiam as regras de conduta, os horários, etc. No CECG as decisões, os desejos, as práticas, as ações eram pautadas pelos migrantes.

Obviamente que a autonomia referida aqui é sempre relativa e a formação de uma rede de apoio para algumas questões da vida cotidiana era a prova disso. Entretanto, aquele momento da dança rompeu de forma abrupta com qualquer possibilidade de representação do migrante através do papel de vítima ou da miserabilidade, pois ressaltava escolhas, saberes, sociabilidades edificadas por eles mesmos a partir do que definiam como legítimo. A finalidade era a construção de um “*centro cultural*” e “*fazer cultura*” e as conexões feitas por Abdalah gravitavam, quase em sua totalidade, na busca desses objetivos. Mesmo questões de sua vida pessoal tinham como pano de fundo o projeto estar ou não dando certo. Foi aí que comecei a

⁸¹ É importante enfatizar que a Missão Paz não carrega institucionalmente a visão do migrante como vítima. Ao contrário, todas as ações possuem como eixo norteador criar possibilidades de alguma autonomia para os migrantes. Entretanto, trata-se de um espaço protagonizado por outros atores, inclusive por voluntários, que era exatamente minha posição de campo na instituição.

entender melhor meu papel no campo nesse primeiro momento: mediar, de alguma forma, as demandas trazidas por Abdalah e os residentes da casa, ou seja, não havia uma atividade definida, mas, sim, estar próximo e articular possibilidades com outros atores migratórios que eu conhecia a partir do que os migrantes da casa e, sobretudo, Abdalah definiam.

Não tardou muito para esse grupo de voluntários se desfazer. É importante também mencionar que Abdalah interligava-se a outras redes e atores, alguns dos quais nunca conheci ou que vi somente por algumas postagens feitas nas redes sociais ou quando ele comentava que havia encontrado tais pessoas. Assim, o grupo que se formou a partir do curso do SESC ter se dissipado não implicava ausência de outras interações por parte dos migrantes da casa. Foi nesse contexto, inclusive, que meu contato com Abdalah se tornou mais frequente, pois muitas das questões que surgiam sobre a casa, o trabalho, editais, locais em que iria se apresentar, eram compartilhados comigo.

Desde então, o trabalho de campo passou a ser composto também por ida a vários eventos promovidos no CECG e fora dele. Em alguns ajudei a organizar e mobilizar pessoas para que conhecessem o local e nossa interlocução foi se transformando em algo que extrapolava os assuntos imediatos sobre recursos, documentos, reformas da casa. A confiança passou a incluir nas inúmeras conversas informais os momentos de dificuldade, de desânimo, de boas notícias, esperança, tanto no âmbito familiar, como profissional, isso de ambos os lados. Abdalah também me apresentava pessoas e projetos que eu talvez pudesse querer conhecer no Glicério. Foi assim que intermediou o contato com François, como já dito, bem como com outros personagens do bairro que desenvolviam projetos sociais no qual ele frequentou por um tempo⁸².

⁸² Um desses projetos denominava-se “Tabor”, ligado à igreja católica, mas sem qualquer relação com a Missão Paz. O local oferecia alguns cursos e atividades para migrantes, como: cursos de português, oficina de costura, aulas de violão, assistência social e regularização migratória. Abdalah fazia aula de violão no local com outros migrantes e me apresentou uma das assistentes sociais. Estivemos muito próximos por um curto período e cheguei a participar como convidado, de uma festa de encerramento de final de ano (2019), promovida junto ao Centro Comunitário do Glicério. Infelizmente o contato foi subitamente distanciado pela pandemia e apesar de manter ainda algum contato com Verônica, assistente social e principal interlocutora no projeto, a proximidade não foi suficiente para escrever sobre.

A partir de então surgiu uma cartografia política mais ampla desenhada pelas práticas de Abdalah, composta de alguns espaços artísticos e casas noturnas no centro de São Paulo, participações esporádicas em espaços formais da política municipal para migrantes na cidade; aparições pontuais em outros espaços relacionados à migração, como quando tocou com seu grupo em um evento promovido pelo PROMIGRA, no Museu da Imigração. Idas e vindas para Brasília, cidade na qual tinha uma boa audiência de alunos e que, segundo ele, não precisava pagar porcentagens de aluguel do espaço disponibilizado.

Foi nesse contexto que, em um domingo à noite, Abdalah me chamou para ir ao CECG, pois tinha uma preocupação com relação à casa e não sabia muito bem o que fazer. A questão foi rapidamente solucionada, pois era um mal-entendido por não ter compreendido bem um texto escrito em português. Nesse dia conversamos no quintal do CECG por um bom tempo. O local estava vazio, silencioso, assim como o bairro. Começamos a falar sobre a vida dele no Brasil e na Guiné e ele disse que iria contar para mim coisas que *“...não contaria para jornalistas que querem revirar sua vida”*. Ouvi atentamente e algumas das coisas que Abdalah disse aquele dia, posteriormente repetiu e aprofundou nas duas entrevistas que realizei. Esses temas serão apresentados a seguir. A primeira entrevista foi muito breve, em um final de semana movimentado no CECG, em que não mais do que 20 minutos de conversa foi possível. A segunda entrevista ocorreu meses depois com duração de cerca de uma hora e meia. As informações e trechos colocados aqui remetem majoritariamente a essas entrevistas.

8.1 – OS PASSADOS QUE SE FAZEM PRESENTES E PERSPECTIVAS DE FUTURO.

Abdalah nasceu em uma cidade da Guiné chamada Boké, situada a oeste do país. Conta que seu pai morava em uma localidade na fronteira com o Mali, onde trabalhava como comerciante de sal. Entre idas e vindas por alguns vilarejos *“...ele veio para nossa cidade, começou a namorar com minha mãe, tudo isso e nasce eu”*. A

A última notícia recebida foi que o projeto havia se mudado da Baixada do Glicério e se deslocado para as proximidades da Praça da Sé, a poucos metros do antigo local.

família era composta pelo pai, duas esposas e sete irmãos, no qual um morreu. Ele não chega a detalhar as especificidades da vida cotidiana do período, mas ressalta que era um “sofrimento”. Assim, aos 16 anos decide mudar-se para a capital, Conacri e passa a morar com a irmã, que tampouco desfrutava de uma boa condição financeira. Segundo Abdalah, a casa tinha apenas um quarto e era dividida entre cinco pessoas, incluindo duas crianças que dormiam na sala com ele.

A busca de Abdalah pela autonomia, assim como a de François, implicou em distanciamento da família, sobretudo do pai e da mãe. De fato, são poucas as menções que faz sobre sua família na Guiné após essa breve passagem, ainda que, como veremos mais adiante, algumas figuras, como a mãe, reapareçam em momentos cruciais. Abdalah então fez seu primeiro movimento migratório e conjuntamente a esse distanciamento imposto pela autonomia, reordenava-se o cotidiano em torno de outros espaços e atividade. Símbolo dessa reconfiguração foi quando disse que decidiu por não “*continuar na escola e ir aprender a consertar geladeira*”, a possibilidade de emprego que surgiu nessa época.

O desempenho ruim no concerto de geladeiras fez com que fosse demitido pelo patrão e foi aí que teve o primeiro contato com um “*centro cultural*”, ainda em Guiné.

...eu via meu amigo que ia para o centro cultural, quando eu encontrei essas pessoas eu comecei a ir ao centro cultural. ...meu amigo Gaspar ele me chamou, porque ele estava lá como presidente da associação, então ele fez um movimento para conseguir dinheiro, para pagar a gente um pouco e para realizar esse projeto de solidariedade para criança, para adolescente, tudo isso. Então em 2002 eu estava lá fazendo esse trabalho com criança. Eu fui trabalhando, fazendo isso até 2012. Bastante tempo, né?

Começam a aparecer outros lugares, atores e mediações em sua vida. O amigo “*presidente da associação*” ofereceu emprego, também aparecem alguns responsáveis pelo projeto que eram canadenses; crianças e adolescentes e a primeira menção a um “*centro cultural*”. Segundo Abdalah, nesse local começou a trabalhar como “*assistente*” em 2002 e as pessoas que compunham o projeto ajudaram a construir uma casa dentro desse “*centro de solidariedade*”, desenvolveram um projeto de costura com mulheres etc. Ele conta que passou a ficar muito próximo do presidente da associação, que o convidou para morar na sua casa. Dessa maneira, o cotidiano de Abdalah e a sua busca por “*viver com a minha responsabilidade mesmo*” havia sido construído dentro e

a partir desse “*centro cultural*”, um espaço de referência ao longo de toda sua trajetória, inclusive no Brasil, como será apresentado adiante.

A essa altura Abdalah relata que já “...*estava fazendo uma coisa séria com dança, cultura, tocando*”. Havia não somente construído coisas ou participado de projetos, mas adquirido habilidades na dança e percussão em outras oportunidades concomitantes. Havia se tornado, como ele mesmo gosta de se apresentar, “*um embaixador de Guiné*”, reconhecimento feito àqueles bailarinos formados nos centros culturais oficiais do país. Ele estava “*fazendo cultura*”.

Entretanto, o cotidiano no “*centro cultural*” seria interrompido depois que Abdalah conheceu Mônica, uma jornalista brasileira. Assim ele conta:

Então, em 2011 eu conheci uma pessoa, que é chamada Mônica, brasileira. Ela trabalhava na Holanda, em Amsterdã. Então ela foi lá (para Guiné) para aprender a cultura e...isso...lá vão pessoas de diferentes países que vão...vai gente do mundo inteiro. Então eu estava lá e a Mônica veio, falou que era brasileira e a gente começou a namorar. Ela começou a dançar, eu fazia aula de dança para o grupo e mostrei para ela a cidade, porque ela é jornalista, fiz coisas boas para ela. Aí ela voltou pra Holanda. E nisso ela ficou grávida do meu primeiro filho. Ela foi para a Holanda e estava grávida. Ela me ligou e disse: "Abdalah, agora eu estou grávida. Como a gente vai fazer? Se você prefere eu posso ir para a África ou a gente fica lá no Brasil". Eu falei "Ah, eu acho que a África aqui é complicado meu filho nascer aqui, sabe?" E é bom também, você pode vir, a gente passear um pouco e depois a gente vê e pode retornar para a Holanda". Aí ela disse "Não, esse trabalho na Holanda eu vou encerrar e a gente vai para o Brasil, porque no Brasil tem minha mãe e tem meu pai que podem ajudar a gente lá, para cuidar da criança".

O ritmo da vida cotidiana de Abdalah foi inesperadamente alterado. O trabalho no “*centro cultural*”, dançar e tocar na Guiné, atuar com oficinas para nacionais e não nacionais o fez conhecer Mônica, jornalista brasileira que seria, sem saber ainda, sua esposa e mãe de seus dois filhos. Ele conta esse episódio refletindo no rosto as expressões de surpresa com a notícia que recebeu, por não saber exatamente como lidar com a situação. Ficar na África com o filho que estava por vir não era uma opção, era “*complicado*”, segundo ele. A ida para a Holanda foi descartada por Mônica, que sugeriu a ida ao Brasil por contar com uma rede de apoio familiar para ajudar com os cuidados da criança. A migração então aparece de forma repentina na vida de Abdalah, um tema que nem sequer havia sido mencionado em sua narrativa até então. O deslocamento apresentava sinais de ruptura, algo que será central na trajetória de

Abdalah, pois suas decisões e objetivos no Brasil terão íntima relação na tentativa de reestabelecer parte do cotidiano vivido em Guiné.

Por outro lado, as incertezas do processo migratório passavam a fazer parte de seus cálculos de vida. Após a notícia, o que lhe veio à cabeça foi:

Ah, nossa! Eu tô tralhando aqui, como a gente vai fazer? Grávida do meu primeiro filho...ahhh...como eu vou fazer essa coisa. Eu vou para um país e não falo a língua, como eu vou viver? Ela falou: “Não, você é muito inteligente”. Ela me incentivou. E eu falei tá bom. Então, eu chamei meu amigo canadense da associação (presidente) e expliquei toda a situação.

As preocupações com o idioma e de como seria a vida no novo local foram revertidas com o apoio de Mônica e, enfim, ele estava convencido de vir ao Brasil. Perguntei se ele conhecia algo do país até esse momento e ele disse que muito pouco. Que não conhecia por conta do futebol, como François, mas por conta de um colar que se chama Brasil e tem origem aqui. Dizia ser um adereço de status para festividades importantes, mas o fato é que não sabia o que esperar, ainda mais com um filho por nascer. Ele conta sobre a dificuldade de conseguir o visto pela dificuldade de agendar as entrevistas, porque na “*embaixada*” havia muita demanda. Conta essa passagem de maneira confusa, mas disse que em um dia inesperado conseguiu o visto e viajou naquela mesma noite com Mônica.

Todas as pessoas ficaram lá perguntando como você conseguiu isso? Como? Como você faz? Mas não falei com ninguém, sai, tranquilo e fui direto, porque eu ganhei o visto as 11 da manhã e eu viajava as 19 horas. Corrido mesmo. Então eu fui, não tinha muita roupa mesmo para viajar, peguei meu dinheiro e fui.

A velocidade com que Abdalah conta essa passagem parece refletir o tempo súbito de sua migração. Restou tempo de pegar algumas roupas apenas, o dinheiro e viajar. Um processo repentino e improvável que, do modo como conta Abdalah, dificilmente teria ocorrido se não fosse pela gravidez e a vinda futura do filho. Parecia não ter havido muito tempo de cálculo sobre como seria. Estava preocupado, mas, ainda sem saber, a sua identidade política havia se transformado de maneira que não imaginava. Abdalah tornou-se um “migrante africano” no Brasil e essa condição social e político passou a compor seu cotidiano quando chegou ao país.

8.1.1 – “A multiplicação das fronteiras” e o desencaixe de expectativas.

A gente chegou no Brasil em 2012. Então eu cheguei, não falava a língua, não comi nada. Fui direto para ***. Então ficamos lá em ***, minha mulher não tinha trabalho. O filho nasceu aqui. Mas todo esse tempo de nascimento do filho e tudo eu passei muito sofrimento para fazer o meu trabalho e fiquei muito chateado, porque, por exemplo, em cinco anos eu só fiquei em casa. Para conseguir espaço para fazer oficina, dança, é muito difícil para mim, porque a porcentagem é pouco, eu também não falava a língua. Então, tinha muito espaço aqui, que você contrata e pede 13%, 20%, então se o aluno pagou 50 reais, tira a porcentagem e aí como você vai pagar o percussionista? Então, a gente perdeu muita confiança com os artistas que trabalhavam lá.

Logo que chegou, Abdalah já começou a conviver com obstáculos para conseguir trabalho. As dificuldades eram múltiplas: não falava o idioma, não conseguia se comunicar bem durante as oficinas e tinha problemas na negociação de espaços para oferecer aulas. Dizia que, depois de um tempo, todo mundo o conhecia em*** e que gostavam dele, mas os trabalhos eram, em sua grande maioria, voluntários e esporádicos. As adversidades incluíam até mesmo a perda de confiança dos percussionistas nele, pois não tinha dinheiro para pagar pelo serviço. Foi um conjunto de dificuldades em que “*passsei muito sofrimento*” e “*fiquei muito chateado*”.

Tampouco as expectativas de ajuda com os cuidados do filho por parte da família de Mônica se tornaram realidade. E, somado a essa frustração, Abdalah passou a enfrentar no cotidiano outros aspectos da “multiplicação de fronteiras”. A fronteira, assim como no caso de François e Álvarez havia se inscrito no seu corpo e ele relata o racismo que sofreu. Segundo Abdalah, houve forte resistência de pessoas próximas a ele e isso foi, inclusive, um motivo de conflitos nos círculos sociais próximos. Foi dito, segundo ele, que não dariam apoio a um “*cara africano*” e que não faria diferença caso ele tivesse ficado em Guiné. Os apoios impunham a condição disposta pela racialização. Sua expectativa de proximidade com brasileiros passou a ser dificultada pela representação que carregava de “negro africano”.

A fronteira entre migrante desejado e indesejado era travada, por Abdalah, não através das políticas migratórias, dos critérios de visto ou possibilidades de entrada e definições das condições de permanência no Brasil. A fronteira adentrara seu cotidiano social e, mesmo antes de chegar ao Brasil, o pêndulo dessa relação fazia dele indesejado tanto por ser migrante, mas, sobretudo, por ser “*africano*”.

Os componentes da fronteira geográfica e simbólica se potencializavam e saturavam o cotidiano de Abdalah e não havia nada que ele pudesse fazer para reverter esse quadro. Seu lugar de origem e a cor da pele pareciam falar por si só, já carregava uma representação, já era um “sujeito ontologizado” (CACHO, 2012). Ele nem precisaria estar no Brasil para que já estivesse sido lido como inferior e de presença indesejada. A associação era direta: negro e africano ganhavam sentido no desprezo e no descarte. Ele poderia até mesmo ter ficado em Guiné e estava tudo resolvido. Seu corpo, a África já tinha suas interpretações e códigos definidos e poderia insistir o quanto fosse, mas não seria o Abdalah, dançarino, percussionista, “embaixador de Guiné”. Sua identidade política de “migrante africano” parecia irreversível e predominante. Todas suas características se condensavam em torno de dessa característica, como se não fosse possível qualquer outra versão social de si mesmo.

As fronteiras se multiplicavam a tal ponto que mesmo a concepção de laços sociais e família parecia não fazer sentido para ele. Ao retomar o tema em sua narrativa, Abdalah enfatiza a incompreensão, pois *“Na África a gente sempre tem família, eu não quero viver sem família”*. Desse modo, os planos previstos ainda em Guiné de vir ao Brasil e contar com o apoio tornou-se o oposto, além de não poder contar com a ajuda, sua experiência migratória passou a ser marcada pelo racismo. As lembranças cotidianas que o migrante recebe de que está onde não deveria quando entra em jogo o “Pensamento de Estado”, como enfatiza Sayad (1998), passava também pelo elemento racial. Não bastava a lembrança que não era daqui, mas que uma vez no Brasil, a inclusão seria tolerada apenas através da exclusão (DE GENOVA, 2008). E essa era uma lembrança diária.

Porém somado ao componente de racialização, a dificuldade com o trabalho e as relações conturbadas aumentaram a pressão sobre ele de forma transnacional. Não somente pessoas próximas no Brasil, como sua família em Guiné, começaram a se chatear com Abdalah. A identidade de migrante vivida por ele carregava muitos dos paradoxos da migração dos quais enfatiza Sayad (1998). Se no Brasil essa condição o direcionava para uma posição de subalternidade, racialização, inferioridade, na África, para os que ficaram em Guiné, Abdalah tampouco estava cumprindo com as

expectativas e obrigações de um migrante, “...porque eles sempre esperam que mande alguma coisa, um dinheiro”.

A moralidade e os códigos envolvidos na migração estipulavam determinados ritos a serem cumpridos. Assim, uma crise na “sustentabilidade da vida” de si e dos outros se instalou no cotidiano de Abdalah. Segundo ele, “*todo africano que você conhece aqui mesmo no Brasil, eu mesmo, ele vem aqui para buscar a vida dele, para ajudar a mãe, ajudar o pai, ajudar a família mesmo*”. “...vai na Western Union⁸³, transfere dinheiro, todo africano leva um pouco para a família”. Portanto, Abdalah cumpria apenas parcialmente os requisitos esperados e ampliava-se a noção de falta do migrante, pois como argumenta Sayad (1998), a migração tem como um dos pilares de justificativa a relação com o trabalho e a melhoria de vida própria e dos familiares ficaram. Entretanto, a expectativa não estava sendo cumprida como se esperava e isso gerava uma frustração coletiva. Sob essas condições, o trabalho, mais do que o sustento financeiro, implicava em uma condição social intrínseca aos códigos da migração, uma razão de existência socioespacial que se pronunciava incompleta.

Da mesma maneira, também em^{***}, Abdalah passou a conviver com o questionamento de não ter trabalho para garantir a “sustentabilidade da vida” financeira. Não bastava o trabalho de cuidado e doméstico com o filho. Havia que cumprir o requisito de trabalho remunerado e uma outra crise de expectativas surgiu. Para Abdalah não bastava apenas ter emprego. Seu objetivo era reestabelecer e reproduzir de alguma forma o cotidiano rompido em Guiné. Ele desejava não somente um trabalho, mas, sim, “*fazer cultura*”. Ele conta sobre as expectativas frustradas entre o desejo de realizar seu trabalho no Brasil e a expectativa de outras pessoas que insistiam que ele tivesse um trabalho qualquer que lhe oferecesse renda. E, dando risada, disse que não poderia fazer isso. Afirmava que morreria de depressão se trabalhasse em um emprego como frentista ou atendente em algum restaurante.

“*Fazer cultura*” era o objetivo de vida de Abdalah, uma missão que refletia a condição de “*Embaixador de Guiné*” e a vontade de construir seu “*centro cultural*”, mostrar a “*cultura de Guiné*” para outras pessoas. Cabe ressaltar que essa é uma

⁸³ Western Union é uma empresa multinacional que oferece serviços de transferências de dinheiro para vários locais do mundo.

convicção inegociável para Abdalah e, somado a todas as outras dificuldades que vinha passando, novamente deu um passo em busca pela autonomia. Foi aí que “...falei com ela (Mônica) e disse: “*Eu preciso de espaço mesmo. Vamos nos separar, vou alugar uma casa, porque sem dança, sem fazer movimento para mim não dá, né?* Mônica aceitou, passou a ajudar Abdalah a conseguir uma casa e foi aí que sua trajetória no Glicério começou.

8.2 – “AQUI VAI SER UM CENTRO CULTURAL, POR FAVOR. SE VOCÊ ME DER LICENÇA, EU GOSTARIA DE REFORMAR A CASA MESMO”.

A jornada pela moradia de Abdalah se iniciou após uma série de obstáculos que o distanciava do sonho de criar seu próprio “*centro cultural*”. No relato, ele conta que Juliana, amiga da ex-esposa, ofereceu uma casa cujos donos haviam falecido e que fora ocupada por “*pessoas perigosas*”. Além disso, o local possuía muitas contas a serem pagas, fruto de dívidas acumuladas ao longo dos anos. Juliana também o avisou de antemão que, para ficar no bairro precisaria ser forte, porque não seria fácil. O acordo era: caso Abdalah conseguisse retirar as pessoas de lá poderia ficar com o local e, dessa maneira, ele pôde, enfim, retomar a ideia de criar o “*centro cultural*”.

A casa se situava na “Baixada do Glicério” e decididos os termos, foram, então, ao local Abdalah, Juliana, Mônica e “*uma outra pessoa*”. Ao chegarem, restou a eles avisar a “*Dona da casa*” que Abdalah agora ficaria ali e que ela tinha seis meses para procurar um outro lugar. Segundo Abdalah, essa era a dona da casa que dizia ser “*mãe*” dos meninos que ocupavam a casa. Ele relata que o local estava ocupado por alguns jovens que não concordavam com sua presença ali. E que tinha medo de dormir, porque a porta do seu quarto não fechava e tinha receio que, na madrugada, algum deles entrasse para lhe fazer algo. Conta que dormia apenas quando os rapazes saíam da casa. Assim ele relata:

A hora que eu dormia era a hora que eles saíam, né? (Entrevistador: E você não ficou com medo?) Fiquei com muito medo! (Entrevistador: Não pensou em desistir da casa?) Nossa, eu quase desisti mesmo! Porque as pessoas sabiam que eu estava responsável e eu tinha medo.

Eles (os meninos que moravam na casa) me provocaram muito aqui, muito. Eu tinha que limpar o banheiro e ele fazia cocô e não dava descarga, né? Vinha

aqui, bebia fora e vomitava aqui dentro. Tudo isso foi provocação e toda hora tinha um problema que eu tinha que resolver, mas o que eu podia fazer eu fazia, não falava nada...

Após um tempo, pouco a pouco os meninos foram deixando a casa. Uns, ficou sabendo que foram para a prisão, outros não sabe bem o que aconteceu. O plano previsto no início e o prazo dado à “*Dona da casa*” de seis meses foi prolongando-se. Já havia se passado um ano e meio que Abdalah estava na casa sem muita esperança de que as coisas fossem melhorar. As dificuldades encontradas foram muito maiores que aquelas pronunciadas no início. Sua narrativa nesse momento era composta de sentimentos como: “*sofrimento*”, “*medo*”. Ser “dono” da casa, ter o papel, não significava muito até ali, a não ser o medo de conviver com pessoas que não confiava e que não queriam sua presença.

A ideia de casa como refúgio e como esfera privada não existia. A casa compunha as relações públicas, a gramática das ameaças e possível violência. Nessa passagem Abdalah pouco falava em arte, cultura, música, Guiné. A situação centrava-se em uma emergência primeira: a sobrevivência. O ritmo da vida cotidiana não era aquele dos seus projetos e o futuro era tão incerto que até mesmo a morte era considerada uma possibilidade real.

Aos poucos foi tornando-se mais concreto o alerta que Juliana fez a ele, de que precisaria ser forte. A negociação entre inclusão e marginalização e a “multiplicação de fronteiras” ganhava um novo capítulo que, em última instância, passava por uma negociação pela própria vida. A convivência com os “*meninos da casa*” era marcada por humilhação e, se até então, Abdalah havia convivido em seu cotidiano com as fronteiras raciais e com as dificuldades de trabalho e familiares, no Glicério as fronteiras envolviam possibilidades concretas de agressão, tensionando o sonho de “*fazer cultura*” e ter seu próprio “*centro cultural*”.

Após 1 ano e meio do que deveria ser apenas 6 meses, Abdalah decidiu dar um “ultimato” na dona da casa, fato contado em sua narrativa como última tentativa, por já não aguentar conviver sob aquelas condições. Então diz:

...eu chamei a pessoa que estava aqui, porque não tinha água, não tinha nada. Eu chamei ela e disse: "Aqui vai ser um Centro Cultural, por favor. Se você me der licença eu gostaria de reformar a casa mesmo". Ela falou: "Tá, mas nesse

momento a gente não tem casa, não tem emprego, não tem o que fazer. Você pode esperar? Eu tenho um pedaço de terra para vender. Se eu vender isso eu vou para outro lugar". Eu disse: "Tá, mas eu não vou esperar isso, porque eu preciso reformar a casa aqui". Então, ela me falou um dia que ela conseguiu um namorado...hehehe...não sei a cidade...Eu falei: "Graças a Deus...hahaha.

Quando ela me falou isso, eu comecei a chamar minha família lá em Guiné, a minha mãe para fazer sacrifício para mim, para me proteger. Mande dinheiro e pedia "Mãe, faz isso pra mim". Mande dinheiro "Mãe, chama as pessoas mais velhas". Porque a gente tem essa cultura. Se você tem alguma coisa, medo, alguma coisa, as pessoas "prier pour toi"⁸⁴. Vão chamar as pessoas da vila, a mãe prepara muita comida, as pessoas comem, como que 10 ou 15 pessoas. E as pessoas falam: "Que Deus proteja Abdalah. Que os inimigos não sejam bem-sucedidos. Que Deus proteja a mulher dele. Que proteja o projeto dele". Essa bênção que todas as pessoas fazem, comem...Então acho que isso também ajudou, porque todo mundo saiu sem brigar. ...foi Deus, o sacrifício que eu fiz.

O momento da cobrança de Abdalah pela casa retoma a reivindicação pelo seu direito de ser o "dono de fato", fazer valer o poder dos "papéis da casa", dos documentos como algo legítimo. Nesse período, muitos dos "meninos" já haviam sido presos e o poder da "dona da casa de fato" parece ter sido lido por Abdalah como fragilizado no tenuous equilíbrio das relações. Não foram os seis meses imaginados, mas 1 ano e meio e a casa era, finalmente, "de direito e de fato" de Abdalah.

Em sua narrativa, ele mostrou aquilo observado por outros estudos sobre as práticas cotidianas e as reivindicações políticas. Como argumenta Magliano e Arrieta (2021) esperar e mover-se, saber recuar, identificar retrocessos e a hora de avançar novamente é parte constituinte das estratégias de "sustentabilidade da vida" de quem vive nas periferias e nas margens. Sob essas condições as negociações são mais complexas, feitas sob múltiplos códigos e em outro ritmo. E a espera é parte fundamental do processo. Por mais de uma vez, Abdalah disse que não gostaria de brigar, porque sabia que não seria bom para ele. E não brigar exigia um custo temporal lento de idas e vindas, processo de espera e de pequenos avanços que, pouco a pouco, o fizeram ser, de fato, o dono da casa.

Além disso, compõe o cenário de luta pela casa um horizonte simbólico transnacional. A situação material incerta parecia exigir reforço de outro lugar e do campo religioso, da crença. Abdalah rearticulava os referentes do país de origem a seu próprio contexto e evocava a mãe como referência de uma ética do cuidado específica,

⁸⁴ "Rezam por ti". Tradução do autor.

que interligava divindade, ritos, atores do país de origem e que mediavam de forma transnacional a passagem entre “como se fosse o dono da casa”, para ser, de fato, o “dono da casa”.

Os direitos, os documentos, se faziam valer também através do imaterial, religioso e transnacional. A casa, portanto, era uma conquista conjunta entre muitos atores que envolvia, inclusive, participantes do “*sacrifício*” feito em Guiné. A partir de então, esse elo não mais se desfez e ali não seria só uma casa, mas o Centro de Estudos da Cultura de Guiné, um “*centro cultural*”, um local criado e projetado a partir do elo de conexão entre os dois lugares. Uma “infraestrutura da mobilidade transnacional”. Desse momento em diante as palavras e atores presentes na narrativa de Abdalah começam a se alterar. Não estão mais tão presentes figuras do campo da violência e outros atores e vocábulos começam a surgir: “*reformular*”; “*limpar*”; *Marc*; *Dabó* (ambos artistas); “*fazer cultura*”.

8.2.1 – Protagonismo e mediação na “infraestrutura da mobilidade”.

Ser “dono da casa de direito e de fato”, colocou Abdalah em uma privilegiada posição frente a outros migrantes e a uma rede migratória que viria a surgir. Passou a ser protagonista e dono de um recurso potente na cidade: um espaço de moradia e lazer. Ele agora poderia receber pessoas, podia avançar no seu projeto de construir um local de múltiplos significados: local de chegada, local de festa, local de moradia permanente, local de encontros para formação de redes com outros atores na cidade, espaço de cuidados. Ser protagonista colocou, inclusive, Abdalah em posição de intermediar situações e tensões pelas quais passavam outros migrantes. Passou a desempenhar um papel importante na “sustentabilidade de vida” de outras pessoas. Como ele conta:

Ele (Marc migrante de Guiné) morava lá (apontou em uma direção do bairro) e eu estava aqui. Então um dia ele me ligou e disse “Eu não tenho dinheiro para pagar aluguel e a dona tá aqui”. Eu disse: “Então chama a dona e vocês dois vêm aqui em minha casa para a gente conversar”. (Primeira vez que Abdalah se refere ao local como sua casa). Eles vieram aqui e a dona disse que tinha dois meses que ele não pagava o aluguel. Então disse para ele sair da casa dela senão ia deixar todas as coisas dele na rua. Eu falei: “Tá bom, como vou fazer, eu te pago metade e depois pagamos o resto”. E ela disse que não. Ela queria

mesmo que o cara saísse, né? Então eu falei para Marc: Pode ficar aqui. As atividades (culturais) já começaram aqui um pouco.

Então a gente começou a trabalhar junto, ele fabricava instrumento...e a gente precisava de um outro artista para começar a se apresentar. Um dia eu conversei com Dabó (outro artista percussionista que morava em São Paulo). Então eu chamei ele e...ele veio aqui e começamos a trabalhar. E ele disse, que onde ele estava morando também não era muito bom. Era muito pequeno e não tinha espaço nem para colocar o Djembé (instrumento) hahaha...então eu falei: “Vem cá...isso é um projeto, é meu sonho, a gente tá lutando para abrir um Centro Cultural aqui, para a gente fazer cultura”. Depois foi Monifa. Ela estava trabalhando muito longe, no interior de São Paulo e escutou meu nome também...hehehe...ela e Bomani. (Entrevistador: E como eles ficaram sabendo de você?) As pessoas comentam, né? Ah...ele tá trabalhando agora, tem um Centro Cultural, ele é artista. (Entrevistador: E vocês já se conheciam?) Não...a gente não se conhecia. Nos conhecemos somente em São Paulo. Depois quando eu estava aqui, Monifa bateu na porta e entrou. As pessoas de Guiné que me indicaram. Eu tava aqui sentado...ela veio andando bem cansada...hehehe...e ela disse: “Você é artista? Eu também sou artista, mas tá muito difícil. Eu trabalho com cabelo também, mas eu moro longe e onde eu moro a gente não tá bem lá, eu e Bomani. Bomani também é artista e acabou de chegar, faz um mês. Não fala o português, não conhece nada e ele não gostou de onde ele está”.

A casa não era mais só a casa, era, aos poucos, o “*centro cultural*”. Os processos socioespaciais e tramas que ali se desenrolavam não eram somente relacionados a moradia, tampouco um espaço de delimitação clara entre público e privado. Era um campo de interligação e mediação entre muitos processos. Era, inclusive, esperado que o público adentrasse o doméstico. Em inúmeras conversas, Abdalah relatou as festas que realizou, pessoas que convidou, promoveu casamentos.

Aos poucos ficava claro que o papel desempenhado como “*centro cultural*” englobava uma série de atividades e práticas. Assim, a casa se transformou, aos poucos em uma “infraestrutura da mobilidade” (MEEUS, ARNAUT e HEUR, 2019; JUNG e BUHR, 2021), ou seja, local produzido pela mobilidade migratória, mas que também serve como suporte para sustentar outras formas móveis de vida. Ao contrário de servir a um propósito específico somente, a “infraestrutura da mobilidade” passa constantemente por processos de mudanças em seus sentidos a depender das práticas dos migrantes. De fato, a casa de Abdalah serviu como suporte de chegada e permanência para alguns, mas também como infraestrutura de permanência temporária ou de momentos de pausa na migração, para meses depois seguir adiante, como o caso de François, já descrito anteriormente.

Ao contar quantas pessoas passaram pela casa até aquele momento, Abdalah diz que já teve haitianos, bolivianos, senegaleses e que, com os que manteve contato, sobretudo os conterrâneos de Guiné Conacri, sabe que:

François foi para os Estados Unidos. Jafari foi para Santa Catarina. Eno vai também agora para Santa Catarina para trabalhar, porque têm três guineenses que trabalham lá para matar galinha, uma coisa assim. É uma empresa que pega muitas pessoas que estão aqui em São Paulo. Marc foi para Brasília, tá namorando lá também. É...quem mais...acho que é isso. Ayo, você não conhece ele, né? Ele também casou com a brasileira.

Esse é um ponto crucial por dois motivos: primeiro, porque coloca em disputa os próprios sentidos dos tempos na migração, geralmente comandado pelo tempo das normativas do Estado através de vistos temporários ou permanentes, renovações, portarias, deportação, resposta à solicitação do refúgio, passaporte. O que a narrativa de Abdalah apresenta é que temporário e permanente também estão relacionados aos projetos de vida, objetivos da migração, conseguir um emprego em outra cidade ou país, poder trabalhar como artista, casar-se, entre outros. Por consequência, essa complexa definição do tempo, a partir da vivência cotidiana, também transcende aquela comumente associada à da cidadania, uma categoria sedentária, de permanência, de vínculos duradouros e com o protagonismo do Estado.

Segundo, o bairro não é vivido de forma fechada em si mesmo. Obviamente as negociações continuam a existir, mas combina várias escalas em vivências transnacionais que surgem não somente na passagem em que Abdalah relata ter pedido ajuda da mãe em Guiné para um sacrifício, mas em outras passagens, como:

(Entrevistador: Quando conheceu a casa, acha que ficou melhor em São Paulo? Isso te deu uma nova esperança?) Nossa, muito, essa casa aqui, que consegui aqui na Liberdade, eu sou muito feliz, porque é um bairro que eu vi meu povo, me sinto aqui em casa como estivesse em Guiné mesmo, porque a comida de Guiné eu como toda hora aqui...hehehe...Monifa prepara. É como em Guiné mesmo. A gente fala a língua. Em São Bernardo não tinha pessoas que falavam Sussu. Só falava por telefone. Então, agora eu não penso em retornar depois que eu consegui aqui. A coisa começou a mudar. Aí comecei a ver que São Bernardo é São Bernardo, não é todo Brasil que é assim, São Paulo aqui, esse lugar aqui é outra vida aqui. Outro ambiente e depois de sentir isso eu pensei que não era geral. Eu fiquei muito tranquilo mesmo.

A ocorrência do transnacionalismo, portanto, carrega as condições para a sua existência, força e permanência. Conseguir ser o dono da casa potencializou não

somente para Abdalah, mas para um conjunto de pessoas a vivência transnacional no bairro e na cidade. Em outras palavras, o transnacionalismo não ocorre em um local vazio, “espaços de fluxos”, mas é construído em determinados locais e atores a partir das condições encontradas, negociações situadas. Se os migrantes são articuladores de escala, como afirmam Glick-Schiller e Çaglar (2015; 2018), a atenção aqui é para o processo de produção das escalas, que vão muito além da mera presença física de migrantes em um lugar. Isto é, cabe identificar as formas como são edificadas, transformadas e os riscos de dissipação, bem como sob quais pessoas recaem mais o peso do exercício e da produção do transnacionalismo, seus elos fortes, fracos, a extensão e a qualidade de suas implicações políticas⁸⁵. Guiné constituía agora o Glicério e o Glicério era parte de Guiné, através de uma vida cotidiana que edifica formas transnacionais de existência e produção do espaço.

8.3 – “WONTANARA!”⁸⁶

As dimensões sociais e políticas que resultaram do processo em que Abdalah se tornou o dono de direito e de fato da casa, podem ser identificadas tanto nos pequenos fragmentos de falas e menções feitas ao logo do trabalho de campo, como em festas e eventos mais emblemáticos. Nessa subseção farei referência a uma festa em específico: a “Festa de 62 anos de Independência de Guiné Conacri”, realizada no CECG em outubro de 2020. A escolha pela caracterização desse evento e não de outros que participei se dá tanto pela relevância que Abdalah concede a ele, como pelo fato de condensar muitas dinâmicas que ajuda a caracterizar o “*centro cultural*”⁸⁷.

⁸⁵ O tema do Transnacionalismo foi análise sob o ponto de vista espacial em trabalho anterior, ver: SANTOS e FERNANDES (2018).

⁸⁶ Wontanara é uma palavra em Sussu que significa “Somos amigos” ou “Estamos juntos”. É uma expressão utilizada de forma recorrente por Abdalah, sobretudo ao despedir-se nas conversas.

⁸⁷ Cabe ressaltar que houve outras festas no CECG na qual estive presente, como aquela que conheci François, mencionada no capítulo 5. Outras também aconteceram e eu *não* estive presente, como casamentos entre migrantes africanos. E outras pequenas atividades como o Dia das Crianças, em que Abdalah e Monifa organizaram uma pequena festa com dança e música para as crianças que estavam sendo cuidadas por Monifa.

Em outubro de 2020, é importante recordar, a pandemia já havia se tornado uma grave crise sanitária, social, política e econômica. O isolamento social passava por questionamentos nesse momento, sobretudo por autoridades políticas, pois os números de contaminação e de mortes aos poucos diminuía, algo que iria voltar com muita força a partir de janeiro do ano seguinte. O contato com Abdalah, como dito, havia sido mantido e um caso gravíssimo havia se instalado no CECG logo nas primeiras semanas do governo de São Paulo ter decretado o isolamento.

Em abril desse mesmo ano recebi uma mensagem desesperada de Abdalah no whatsapp. A mensagem, em áudio, dizia que o encanamento da casa havia estourado e inundando boa parte do quintal com esgoto, praticamente inviabilizando o uso dos espaços comuns, inclusive o banheiro. Quando o fato aconteceu Abdalah estava em Brasília, local que passou uma parte da pandemia, uma vez que as restrições de viagem e deslocamento se tornaram mais severas quando estava na cidade ofertando oficinas de dança e percussão. Conjuntamente ao texto havia algumas fotos do CECG e a situação era dramática.

Em seguida, a educadora do curso do SESC entrou em contato através do grupo de whatsapp que havia sido formado pelos antigos voluntários, que também contava com alguns moradores migrantes do CECG e passamos a compartilhar a angústia e as possíveis soluções que eram urgentes. A estratégia escolhida foi: cada um que estava no grupo tentaria acionar outras redes migratórias ou de amigos e parentes, explicar o que havia acontecido e pedir doações para que a reforma fosse feita o mais rápido possível. A burocracia com a prefeitura foi toda articulada pela educadora, assim como contatos com pedreiros e encanadores.

Aos poucos, doações começaram a ser depositadas em uma conta que havia sido criada para essa finalidade. Rapidamente o montante atingiu o objetivo para pagar o orçamento feito. Do rompimento da tubulação à solução foram cerca de oito dias e logo mensagens de agradecimento de Abdalah surgiram no grupo. Ele dizia que organizaria uma apresentação no CECG para todos que ajudaram, como forma de agradecimento, algo impossibilitado pelo prolongamento da pandemia e o passar do tempo.

Ainda em 2020, mais precisamente em outubro, Abdalah já estava de volta a São Paulo e me enviou outra mensagem. Dessa vez o motivo não era uma emergência na casa ou algo grave. Ao contrário, era um convite para que eu comparecesse à celebração de 62 anos de independência de Guiné Conacri. Ele estava nitidamente entusiasmado pelo evento e contou que haveria comida grátis e apresentações de dança e percussão. Fiquei muito feliz com o convite e agradei Abdalah⁸⁸.

O evento havia sido marcado para iniciar às 17:30. Cheguei por volta das 18:00 e foi uma satisfação ver a casa reformada depois do rompimento do encanamento, assim como por ver que ele estava bem depois de meses de pandemia. O dinheiro arrecadado havia conseguido pagar outras reformas na casa e me surpreendi ao ver o CECG muito diferente da primeira descrição que abre o capítulo. Ficamos conversando um bom tempo. Abadalah havia lançado algumas músicas no Spotify com a ajuda de um produtor e me contou um pouco como foi a escolha do CECG para sediar a festa de independência. Disse que havia conhecido o representante da comunidade de Guiné em São Paulo e ao visitar o local ele disse:

Por que fazemos nossas festas em outro lugar, por que fazer a independência em outro lugar se temos esse lugar aqui? Então ele mobilizou. E falou: "A gente vai vir aqui mesmo para fazer a festa de independência". Então ele me ligou e disse: "Abdalah, você não precisa pagar nada. A comida, o dinheiro, a associação têm é só você abrir o espaço e a gente vai fazer". Eu disse: "Nossa, Meu Deus". Já comecei a limpar as coisas, organizar deixar tudo certinho.

Aquele obviamente era um grande dia para Abdalah. Ele dizia repetidamente que o CECG encheria, algo difícil de acreditar dado o adiantado do horário que já marcava 18:30. Por um instante desconfiei da sua expectativa, sobretudo por conta da pandemia e o receio de encontros naquele momento. De qualquer maneira ele parecia ter certeza de que a festa iria contar com muita gente. A comida estava sendo preparada na parte de dentro da casa por algumas mulheres e era composta

⁸⁸É importante ressaltar que pensei algumas vezes entre ir ou não na festa por conta da pandemia. Ao final, levei em consideração o local ser ao ar livre e o uso de máscara ser obrigatório e decidi comparecer. Mas o fator decisivo foi a consideração por Abdalah, que estava muito empolgado, além, óbvio de gostar de frequentar o CECG, as festas, ver a dança. E, por fim, eu ainda não havia presenciado uma festa do dia de independência de Guiné Conacri no CECG, fiquei curioso e empolgado para conhecer.

por: frango, purê de batata, arroz e outros ingredientes que não consegui identificar. Chamava a atenção um bolo com decoração em alusão aos 62 anos de independência e um grande cartaz ao fundo:

Foto 1 – Bolo em celebração à Independência de Guiné Conacri.



Foto 2 – Cartaz em celebração à Independência de Guiné Conacri



Fonte: Caio da Silveira Fernandes

Lentamente algumas pessoas chegaram, boa parte eu conhecia. Eram pessoas que tinham ajudado na articulação para conseguir dinheiro para a reforma do encanamento. As pessoas que eu não conhecia eram brasileiros (as) que faziam aula

de dança e percussão com um migrante de Guiné e que também foram convidados, além disso, estavam presentes já alguns migrantes que tocariam percussão. Uma roda começou a ser formada no quintal e pouco a pouco os instrumentos eram posicionados, testados. Compunha a roda algumas crianças que sempre estavam na casa e, após alguns minutos, cerca de 20 pessoas estavam presentes.

A música começou, Abdalah estava apenas de calça jeans e uma camiseta verde feita em comemoração ao evento. A mesma camiseta possuía versão vermelha e amarela em alusão às cores da bandeira de Guiné Conacri. Outros migrantes estavam com vestimentas coloridas e nitidamente pensadas para o evento. A dança ocorria em um ritmo muito intenso e com pouquíssimas pausas. Um lenço branco nas mãos indicava quem tomava a centralidade da roda e, ao sair, passava-se o lenço para outra pessoa. Assim a música permaneceu por cerca de uma hora e, nesse meio tempo, já havia chegado mais pessoas.

Quando a música pausou, Abdalah pegou o microfone, agradeceu a presença e falou em francês algo sobre a independência, mas que não compreendi em detalhes. Em seguida, uma migrante pegou o microfone e fazia um discurso mais engajado politicamente misturando português e francês, dizendo que Guiné “...*é uma mulher, que é feminino, é africana e por isso Guiné tem ligação desde sempre com as mulheres*”. Começou a cantar uma música em francês e em seguida outra em português, e durante esse momento algumas mulheres tomaram o centro da roda acompanhando o canto e dançando. Depois desse momento a música parou por um grande intervalo.

Fui para a calçada da casa e fiquei conversando com algumas pessoas. Conversei um pouco com Abdalah e foi nesse dia, inclusive, que ele me contou que François havia migrado rumo aos EUA havia três meses. Estava na fronteira do México esperando para entrar. Contou sobre outro morador que havia ido trabalhar em Santa Catarina⁸⁹. Durante o período em que fiquei ali, cerca de duas horas, muitos migrantes

⁸⁹ A rede entre os migrantes do CECG e o trabalho em Santa Catarina ainda carece de maiores aprofundamentos, mas algumas vezes, ao perguntar sobre algum migrante que estava no CECG, Abdalah me diz que foram trabalhar em um frigorífico porque em São Paulo estava difícil de encontrar emprego. Entretanto, mais do que um deslocamento definitivo, me parece um deslocamento para ganhar um pouco de dinheiro e retornar para São Paulo, como aconteceu recentemente com um dos migrantes.

chegavam de Uber, boa parte com a camiseta comemorativa da festa e, de fato, Abdalah estava correto, o CECG iria encher aquela noite.

Quando retornei para dentro a casa parecia outro lugar. Praticamente todos os outros brasileiros haviam ido embora, a roda de dança e percussão ficou espremida em um canto. Mesas de plástico foram colocadas no centro do quintal e alguns migrantes estavam sentados bebendo. Havia pouquíssimo espaço na parte externa e cerca de 80 pessoas ocupavam o CECG, sem contar alguns que estavam na calçada do lado de fora. Muitos migrantes estavam com o celular em transmissão pelo Facebook, mostrando a festa para parentes e amigos que residiam em outros lugares. A essa altura parecia que eu estava na Guiné. Não se ouvia palavras em português, a música e a dança eram cantadas em francês ou süssu e eu era praticamente a única pessoa branca no local. Me senti completamente deslocado, alguns olhares estranhavam minha presença e a experiência de alteridade foi a mais radical que vivi durante o trabalho de campo.

Logo a dança e a percussão pararam. Abdalah pegou o microfone e tentava organizar, junto com pessoas da Comunidade da Guiné a atenção de todos na festa. Quando conseguiram, Abdalah disse algumas palavras em francês e puxaram o hino nacional de Guiné Conacri. Em questão de segundos estavam sendo seguidos por praticamente todos da festa. Nesse momento, ainda mais pessoas pegaram o celular para fazer transmissão ao vivo via Facebook e esse foi um dos momentos mais marcantes do evento, uma expressão muito forte de um pertencimento transnacional.

Depois do hino o bolo foi cortado e Monifa me trouxe um pedaço. A música se alterou completamente. Se antes a dança e a percussão eram o destaque, agora uma caixa de som tocava músicas pop cantadas em francês e praticamente todas as pessoas estavam dançando com muita euforia. Foi o auge da festa em termos de animação no que parecia se dividir em dois momentos: o primeiro com danças mais tradicionais e o segundo em que mais pessoas participavam e interagiam. Também o protagonismo nesse momento era de muitas mulheres que estavam dançando e puxando em voz alta as músicas que estavam sendo tocadas.

Eu pouco conseguia me mover e um dos cantos do quintal e decidi ir embora do local por volta das 23:50 da noite. No caminho do corredor da saída encontrei Abdalah sentado em uma cadeira sozinho, fumando cigarro com uma expressão de extrema satisfação e felicidade, como que absorvendo aquele momento. Parecia que o “*centro cultural*” havia se tornado aquilo que ele tanto havia sonhado. Passei para me despedir e ele puxou uma cadeira para conversarmos um pouco e afirmou: “*Caio, eu não penso em ir embora do Brasil. Todo mundo aqui pensa em sair do Brasil, mas eu não, olha como está o Centro Cultural*”⁹⁰.

8.4 – AS FRONTEIRAS DA CIDADANIA E A “OCUPAÇÃO SILENCIOSA DO ORDINÁRIO”.

Em seu livro “*Life as Politics*”, Asef Bayat (2009) destaca a potencialidade de transformações políticas através das ações que não necessariamente são orientadas através de uma organização social, mas que provém de pequenas práticas cotidianas da vida na precariedade, produzindo formas de organização socioespacial. O principal conceito utilizado pelo autor é o de “*social nonmovement*”⁹¹ que:

...se refere às ações de atores não organizados⁹²; eles incorporam práticas compartilhadas por um grande número de pessoas no cotidiano que, apesar de fragmentadas desencadeiam muitas mudanças sociais (Bayat, 2009, p. 14).

Através dessas pequenas e prolongadas práticas com o objetivo de “sustentar a vida”, lentamente ocorre o que o autor denomina de “ocupação silenciosa do ordinário”, ou seja, a presença dessas pessoas em múltiplos espaços e atividades dos quais se fazem ouvir, sentir, ver, criando normatividades e códigos compartilhados.

⁹⁰ Em nossa entrevista, ocorrida pouco tempo antes, Abdalah afirmava que pensava em voltar para a Guiné, pois ainda era próximo do presidente da Associação que trabalhou em Guiné antes de vir ao Brasil. Depois da festa no CECG a afirmação foi contrária, explicitando a fluidez que questões como a do “retorno” apresenta na vida cotidiana. Assim como ocorria com Álvarez, a ideia do retorno parecia ter forte relação com planos frustrados no local de imigração. Ou, como no caso de Juan, o “retorno” implicava uma volta ao que considerava seguro e estável, que era a casa da mãe que residia em São Paulo. Caso algo desse errado em sua tentativa, o retorno era uma alternativa de vida e retomada de novos planos.

⁹¹ “Não-movimentos sociais”.

⁹² O contraponto aqui são movimentos sociais organizados em torno de pautas e ideologias definidas. O autor afirma que, ao contrário de ideologicamente orientadas, as práticas que caracterizam os “social nonmovements” são orientadas na ações e pela necessidade mais imediata.

O sentido político reivindicado por Bayat (2009) através dos “social non movements” aponta para outras maneiras pelas quais se disputa a legitimidade do ordenamento territorial e, no caso dos migrantes em específico, a própria legitimidade da mobilidade e da presença física no país de imigração. Em outras palavras, se por um lado os migrantes podem não ser considerados como “cidadãos” pela via formal do Estado, ou seja, uma presença nunca legítima, mas legitimada, como aponta Sayad (1998). Por outro lado, quando considerados pela perspectiva da “autonomia das migrações”, os migrantes atuam como se fossem cidadãos, disputando o sentido de direitos e pertencimento para outras dimensões além daquelas centradas exclusivamente na nacionalidade e no Estado Nacional do local de destino. O argumento aqui é que, apesar das práticas de “sustentabilidade de vida” soarem banais e fragmentadas, promovem mudanças socioespaciais significativas que ampliam a complexidade política da cidadania em muitas outras direções. O CECG é emblemático nesse sentido, ao transformar-se em um local de gravitação dessas práticas.

Para além do sonho de Abdalah de “fazer cultura” e criar o “*centro cultural*” uma série de outros fragmentos foram surgindo no campo, compondo pontilhados que complexificam as tipologias migratórias, o Glicério, a cidade, a vivência dos direitos, o pertencimento e, sobretudo onde e como se pratica a cidadania. Por vezes, esses fragmentos se repetiam e outras vezes desapareciam temporária ou definitivamente, impondo uma dificuldade grande para organizar qual relação entre espaço e política informavam.

As articulações em rede, somadas a uma série de mediações conferiam ao CECG diferentes funções e características. Fiz e refiz algumas vezes esse quebra cabeça, descrevi inúmeras vezes a partir de algumas informações novas que tinha acesso. Levou um tempo para perceber que todo esse movimento desconexo, porém frequente, era o próprio sentido político das relações ali estabelecidas. A depender das práticas, obstáculos a serem resolvidos e desejos dos migrantes, suas funções poderiam ganhar determinados significados sociais e culturais, refletindo-se materialmente no espaço do CECG, do Glicério, da cidade.

A cada ida ao campo e situação observada o que se impunha eram formas cambiantes das “geografias complexas da cidadania”, produzidas na negociação entre diversas fronteiras materiais e simbólicas. Dessa maneira, aos poucos compreendi que o ritmo dessas interações era variado e composto de aproximações e distanciamentos momentâneos, conexões improváveis feitas e desfeitas rapidamente. Assim, as qualidades do CECG apontavam para categorias que remetiam a elementos processuais, nunca acabados, multiformes e influenciados pelas diferentes subjetividades colocadas em prática pelos migrantes.

Uma das características fundamentais, como já destacado é a perspectiva do CECG como uma “infraestrutura da mobilidade”. Presenciei diversas idas e vindas, chegadas e partidas de muitos migrantes guineenses e de outras nacionalidades também. Um espaço produzido pela e para a mobilidade. O CECG é espaço de pausa, de sustentação da mobilidade, de chegada, de transição para outro lugar, de moradia fixa. Uma infraestrutura que sustenta formas móveis de vida e que produz migração, pois atrai pessoas e possibilita o acesso a um recurso precioso em São Paulo, que é a moradia por um preço acessível. Como consequência, informações circulam sobre possibilidades de lugares para trabalhar, como em Santa Catarina. Possibilita, também, articulações e contatos que tornam viável a ida a outros países, como François que foi aos EUA. Um local de encontros entre migrantes e que excita novos deslocamentos, e que pode ser traduzido na fala de Abdalah, quando afirmou que todos ali gostariam de sair do Brasil. Um local produzido por uma “psicosfera” (Santos, 1996) da mobilidade ao transformá-la em uma possibilidade sempre presente.

Por consequência, a noção de “infraestrutura da mobilidade” se interliga a própria concepção de “sustentabilidade da vida” (MAGLIANO e ARRIETA, 2021). Foram muitos os migrantes, inclusive Abdalah, que tiveram as possibilidades ampliadas de manutenção da vida em termos políticos, sociais, culturais através do CECG, tanto em termos materiais como simbólicos. Além de espaço de moradia e lazer, o CECG é um local de produção de pertencimento transnacional, vivido e praticado nas festas, casamentos e no próprio cotidiano da casa. Basta lembrar as passagens em que Abdalah e François afirmam que pareciam estar em Guiné, que ali podiam falar seu idioma, comiam a comida de Guiné. “Sustentar a vida”, assim, implica não somente na

satisfação de condições materiais, mas simbólicas de afeto, de identidade coletiva, de lembrança da África e de Guiné.

Esse é um ponto importante da ideia de “social nonmovements”, pois Bayat (2009) argumenta que a palavra-chave que caracteriza essas práticas é a **necessidade** de busca por melhores condições de vida, promovendo, pouco a pouco, a “ocupação silenciosa do ordinário”. Entretanto, nos termos do autor a ideia de necessidade ganha uma conotação excessivamente funcional, atenta quase que exclusivamente a moradia, trabalho, documentação, saúde. Argumento que *além* desses aspectos funcionais há elementos mais abstratos e subjetivos que diversificam o significado de necessidade para “sustentar a vida”. Algo que advém do campo do desejo, dos sonhos, da esperança como contraponto à precariedade (Khosravi, 2017). Algo que opera no pragmatismo e na urgência do presente, mas orientado na espera de, um dia, realizar objetivos futuros. No caso de Abdalah, por exemplo, o significado de necessidade englobava o “fazer cultura” e criar o próprio “centro cultural”. E, ainda que algumas necessidades mais funcionais estivessem sendo atendidas, o desejo era sempre por mais. Como consequência, mais articulações eram feitas, mais ideias e práticas surgiam, ampliando o escopo político das ações.

Da mesma maneira, a “inclusão diferencial” (ESPIRITU, 2003; MEZZADRA 2014), quando pensada através desse processo também tem suas dimensões ampliadas para além daquela da subalternidade. A tomar como referência a “autonomia dos migrantes” no CECG, ou seja, suas práticas de produção de pertencimento, negociação dos direitos e de “sustentabilidade de vida”, nota-se uma espécie de “auto inclusão diferencial” no Brasil e em São Paulo. Não se trata de uma inclusão sob a dominação completa das regulamentações do Estado, da racialização, do regime de fronteiras⁹³. Em outras palavras, os termos de negociação da inclusão e da marginalização se diversificam também pela ação dos próprios migrantes, combinando, inclusive, outras escalas simultaneamente. Certamente os tempos e espaços dessa inclusão não prescindem das condições mais amplas impostas e que precarizam a vida

⁹³ Obviamente que todos esses aspectos estão presentes e, reforçando mais uma vez, o objetivo não é superestimar a agência, mas compreender como, *apesar* dessas condições, a vida cotidiana é negociada.

cotidiana, mas a elas não se resumem. Estar “incluído diferencialmente”, nesse caso em específico, significa compreender o papel duplo de negociação entre os códigos normativos e sociais do lugar de destino, assim como as práticas e objetivos dos migrantes para a “sustentabilidade da vida”. Dessa maneira, mais do que um status definitivo, a “inclusão diferencial” é um processo produzido entre esses dois polos.

Voltando-se mais especificamente ao pertencimento como um dos elementos centrais para a definição de cidadania, concordo parcialmente com (Wimmer e Glick-Schiller, 2002, p. 302) e suas críticas ao “nacionalismo metodológico”, caracterizado pelos autores, como: “...o pressuposto de que a Nação/Estado/Sociedade é a forma política e natural do mundo moderno”. De fato, muito do que se observou no CECG e durante o trajeto de pesquisa como um todo são múltiplas e entrecruzadas formas de pertencimento territorial que são “mais-que-Estado” (FREGONESE, 2015). Tramas que estão muito distantes de poderem ser compreendidas exclusivamente através de uma lente étnico-nacional, atenta aos comportamentos e ações a partir de um “país de origem” de referência (GLICK-SCHILLER e ÇACAR, 2018).

Por outro lado, o fato de relativizar um olhar exclusivamente estadocêntrico do ponto de vista metodológico não significa que, na prática, esses elementos identitários não tenham protagonismo em alguns contextos. Como argumenta Antonisch (2015) é relevante compreender como, no cotidiano e em eventos específicos, as pessoas reproduzem a nação e o nacionalismo. Tal perspectiva chama a atenção para aspectos importantes, como: i) a nação e o nacionalismo como categorias de prática, ao invés de categorias analíticas, assim como um fenômeno não contínuo, mas intermitente e contingente a determinadas situações e momentos. ii) a reprodução desse nacionalismo pode vir tanto através de símbolos nacionais, como através de outros elementos, como a comida, a organização do espaço doméstico, a proximidade com conterrâneos, falar o idioma. iii) essa perspectiva implica compreender não somente como, mas onde o nacionalismo se reproduz, enfatizando outras escalas e lugares através do qual se reproduz a nação.

A festa de independência da Guiné e a trajetória de Abdalah são representativos dessa manifestação. Primeiro, porque era um momento e lugar

contingencial em que a ideia de nação era evocada. Muitas vezes outras identidades e simbolismos distintos ou misturados com o nacionalismo entrava em jogo, como menções à África, “*centro cultural*”, dança, encontrar outras pessoas negras, como disse François no capítulo 5, a comida que Monifa preparava no centro. Abdalah afirma que encontrou essas possibilidades no Glicério, ali: “*eu vi meu povo*”; “*me sinto aqui em casa como estivesse em Guiné mesmo*”; “*a comida de Guiné eu como toda hora aqui*”; “*A gente fala a língua*”; “*em São Bernardo não tinha pessoas que falavam süssu*”.

Em outros momentos essa identidade nacional era irrelevante ou secundária. No entanto, a escala e os lugares dessa reprodução se multiplicavam, apontando que não necessariamente a escala nacional é a mais apropriada para compreender essas expressões. Muitas vezes o espaço doméstico, o “*bar africano*”, o “*centro cultural*”, entre outros, desempenham um papel fundamental como espaço de reprodução e vivência do nacionalismo e, no caso do CECG, do Transnacionalismo (APPADURAI, 1997; LEITNER e EHRKAMP, 2003; NAGEL e STAEHELI, 2010).

Cabe aqui, então, recordar a definição de cidadania utilizada para o trabalho. Como já apresentado, cidadania é compreendida como um processo constituído, por um lado, do status definido pelas normas legais e formais da política, delimitando direitos e deveres, conjuntamente ao pertencimento a um Estado Nacional. E, por outro lado, como uma prática exercida e experimentada em múltiplos lugares (rotineiros, simbólicos e institucionais) a partir das trajetórias cotidianas. Em outras palavras, o pertencimento e o vínculo com o nacionalismo, mais do que expressarem uma identidade única e fixa, apresenta-se em formas de como é experimentado, praticado, transformado em muitos lugares e em relação a outras identidades. Assim como as normas (sedimentadas ou não na lei), também o pertencimento é ativado, expresso, distorcido e reconfigurado em múltiplos domínios da vida social.

Isso atinge, inclusive, o debate colocado anteriormente sobre a “inclusão diferencial”, uma vez que essa reprodução do nacionalismo no cotidiano pode funcionar como forma de inclusão no Brasil e em São Paulo. Também a comemoração em datas festivas, os eventos intermitentes dessa relação promovem articulações de repercussão socioespacial, sendo um importante elemento de produção do espaço. Assim, ao tomar

a “autonomia dos migrantes” como referência, de fato, o nacionalismo metodológico perde força. Entretanto, nação e nacionalismo não deixam de ser relevantes, pois reaparecem de muitas maneiras como elementos aglutinadores que promovem mobilização, sociabilidades e subjetividades políticas.

Um outro debate importante de retomar com relação à cidadania e o CECG é a suposta divisão entre espaço público (políticos) e o espaço doméstico ou privados (apolíticos). Cabe aqui recordar que o questionamento a essa divisão provém de perspectivas feministas, sobretudo ao argumentar que tal clivagem silenciou o papel da mulher, em grande parte responsável pelos cuidados e trabalhos domésticos, na reprodução social e na própria constituição do político (YUVAL-DAVIS, 1991; LISTER, 1997; JONES, 1997; KOFMAN, 2003; SECOR, 2003; MAGLIANO E ARRIETA, 2021; PERISSINOTTI, 2021). Essa contribuição é fundamental por dois motivos: primeiro por reforçar que a cidadania é vivenciada e praticada também no espaço doméstico, ao contrário do que seu sentido clássico aponta. E segundo, ressalta a porosidade entre público e privado na constituição do político, explicitando o protagonismo de outros atores.

Nesse sentido, a relação doméstico e público no CECG é promovida em ao menos duas escalas simultaneamente: a da casa com o Glicério e a cidade, como visto quando Abdalah teve que recorrer a uma série de mediações e articulações para construir e manter as atividades culturais. E uma outra escala que é a transnacional com a Guiné, uma referência simbólica e material para Abdalah e para outros migrantes. Nesse mesmo sentido, o espaço da casa é utilizado para reuniões, articulações, festas e eventos que diluem a divisão entre público e privado. E, por último, a própria migração, como já dito, se reproduz também através do CECG, constituindo-se um espaço de referência para a mobilidade que auxilia na manutenção de idas e vindas de pessoas no Glicério e na cidade de São Paulo. Assim, os acontecimentos que ocorrem dentro da casa influenciam e são influenciados pelas dinâmicas entre público e privado, gerando protagonistas e espaços políticos que compõem o “ordenamento territorial”.

Por fim, o CECG também vincula o passado e o presente do Glicério através das migrações. O bairro e a rua em que se situa foi e continua sendo um espaço de constante reprodução e presença da migração internacional. Os quartos de cortiços, as cooperações em formas de rede, os auxílios mútuos que compuseram o cotidiano de migrantes desde o final do século XIX são reatualizados sob novos parâmetros e particularidades. Seria impossível afirmar, mas, aguça a imaginação pensar que a casa onde hoje funciona o CECG, ocupada por migrantes vindos da África, fora habitada, no passado, por migrantes italianos, japoneses, bolivianos ou outras tantas nacionalidades que por ali passaram.

Isso inclusive reposiciona o CECG como articulador de uma outra relação com o Glicério e a Liberdade. Atualmente há uma crescente demanda provinda de movimentos sociais que reivindicam a identidade negra do bairro da liberdade, apagada, em grande parte, por uma exaltação à uma migração oriental, sobretudo japonesa. Porém, a presença de migrantes negros habitando os mesmos locais em que japoneses e outros migrantes empobrecidos moraram no passado pode articular uma segmentação histórica entre identidade negra (nacionais) de um lado e migração do outro. Nesse sentido a presença do CECG no Glicério ganha uma outra dimensão social e simbólica, tendo em vista que se trata de um espaço que promove essa conexão, reforçando tanto a historicidade da presença de negros, como a de migrantes, ou seja, um local situado justamente na fronteira entre essas identidades. Desse modo, ao menos potencialmente, o CECG pode servir como mais um local de sustentação de memórias e de reafirmação de uma identidade territorial para muitos grupos além da migração, além de ser um elo que interliga escalas transnacionais e locais. Um patrimônio da mobilidade que remete o trânsito entre diversas fronteiras e expressam formas da “ocupação silenciosa do ordinário” do passado e do presente.

9.0 – MEDIAÇÕES E TRÂNSITOS NAS FRONTEIRAS DA CIDADANIA: A BUSCA PELO TRABALHO COMO PONTO DE GRAVITAÇÃO.

A presença numerosa de migrantes em São Paulo no período entre o final do século XIX e início do XX, tratado no capítulo 3, culmina na construção da Igreja Nossa Senhora da Paz (atual Missão Paz). Sua criação foi um passo fundamental para que o Glicério se tornasse um lugar procurado por diversos grupos migratórios que passaram pela cidade desde então. Tal iniciativa foi levada adiante por padres italianos que chegaram à cidade nos primeiros anos da década 1930 e que buscavam renovar e expandir o legado Scalabriniano⁹⁴ (CORRÊA, 2015). O início de suas obras e funcionamento se realiza em 1940, mesmo ano em que é transformada em paróquia. Seus objetivos principais eram: i) resgatar a identidade dos italianos no exterior. ii) renovar a missão scalabriniana junto aos italianos. iii) buscar pelo entendimento religioso e cultural dos italianos que viviam em São Paulo⁹⁵(CORRÊA, 2015).

Na década de 1960 a Missão Paz se abre para atendimentos a um crescente contingente de migrantes brasileiros internos, em grande parte provindos da região nordeste do país (CORRÊA, 2015)⁹⁶. E, posteriormente, na década de 1970, a paróquia passa a receber exilados dos governos ditatoriais que vigoravam na América do Sul, uma narrativa veiculada com certa recorrência pelos funcionários da instituição. Portanto, é a partir do recebimento de migrantes internos e grupos de exilados que se inaugura, em 1977, o “Centro Pastoral do Migrante”, voltado a prestar atendimentos diversos a essa população. E, no ano seguinte, inaugura-se a “Casa do Migrante”, local destinado à hospedagem temporária daqueles recém-chegados à São Paulo⁹⁷. Doravante, a Missão Paz se transformará em referência para praticamente todos os grandes fluxos migratórios que chegam a São Paulo e com grande influência na formação e ocupação do Glicério, uma “infraestrutura da mobilidade” fundamental para a reprodução da migração no bairro, em São Paulo e no país.

⁹⁴ João Batisti Scalabrini é a principal influência para a criação da Pastoral do Migrante, cujo lema maior preza pela acolhida de migrantes de qualquer nacionalidade em qualquer lugar do mundo.

⁹⁵ Website da Missão Paz: Disponível em: <http://www.missaospaz.org/historia>. Acesso: 12/06/2019.

⁹⁶ A rodoviária do Glicério, já apresentada no capítulo 3, funcionava nas adjacências imediatas da Missão Paz.

⁹⁷ A capacidade atual da casa é de 110 pessoas. E o tempo de estadia máxima é de 3 meses.

Atualmente, a Missão Paz promove diversas atividades vinculadas ao tema migratório. Além da “Casa do Migrante”, destaca-se também o “Centro de Estudos Migratórios – CEM”⁹⁸, espaço de produção acadêmica e que serve de apoio a muitos pesquisadores, sobretudo pelo rico acervo que contém sua biblioteca. E atendimentos e mediações aos migrantes no escopo do que se denomina “Centro Pastoral e Mediação dos Migrantes (CPMM)”, responsável por: atendimento jurídico, de saúde, mediação para o trabalho, cursos de português, etc. As atividades são coordenadas por funcionários contratados pela instituição e colocadas em prática junto a uma grande quantidade de voluntários. Além desses serviços há o setor de “Advocacy”, voltado para atuar no debate e proposição de políticas para migrantes no âmbito federal, estadual e municipal e a “Webrádio migrantes”, com uma programação exclusivamente voltada ao tema das migrações.

Outra atividade relacionada à migração e interligada à instituição são as festividades promovidas por migrantes em seu grande pátio. Ali, algumas vezes ao ano, ocorrem celebrações religiosas e musicais em datas emblemáticas para cada país. Nesses dias o pátio recebe uma grande quantidade de pessoas que não necessariamente residem no Glicério, mas que passaram pela Missão Paz em algum momento, seja como moradores temporários da Casa do Migrante ou na utilização de algum serviço oferecido no local.

O lado simbólico dessas festividades é também relevante. No momento do trabalho de campo, a instituição era composta por quatro paróquias: a do Glicério, a dos italianos e dos latino-americanos (esta última corresponde a bolivianos, paraguaios, chilenos, equatorianos, peruanos e colombianos) e dos filipinos. Tais eventos ocorrem, via de regra, aos finais de semana e contam com a estrutura física da Missão Paz para serem realizados. No entanto, não é apenas a oferta de espaço físico que explica a realização dessas celebrações. O valor simbólico, por ser um centro de apoio ao migrante, assim como o componente religioso, potencializa a motivação de grupos em realizar suas festividades na instituição. Em suma, a Missão Paz é um elo entre

⁹⁸ O Centro de Estudos Migratórios (CEM) é responsável pela criação, em 1988, da Revista Travessia, voltada, exclusivamente a migração.

passado e presente na cidade, bem como um centro mediador de diversas fronteiras relacionadas à migração internacional.

Para a tese me dedico, especificamente, ao que é denominado como “Eixo-Trabalho”, atividade cujo objetivo final consiste na inserção do migrante no mercado de trabalho formal. Como já apontado na metodologia, retomo, aqui, que “Trabalho” será tratado a partir de Sayad (1998; 2000). Segundo o autor, junto ao que conceitua como “Neutralidade política” e “Pensamento de Estado”, o “Trabalho” compõe a tríade das “ilusões migratórias”, ou seja, elementos que não somente servem de justificativa e aceitação da migração (no local de origem e destino), mas se constituem como uma condição social mais ampla. Em outras palavras, mais do que um recurso de sobrevivência econômica, o “trabalho” exerce uma centralidade na qual gravitam outros vários elementos sociais e políticos. Sayad (1998; 2000) argumenta que sem “trabalho” a vida do migrante parece não fazer sentido para os que ficaram, para os que recebem o migrante e para o próprio migrante. Assim, não estar trabalhando, implica em aprofundar os “paradoxos da migração” aos quais Sayad (1998; 2000) se refere.

Por outro lado, mais especificamente no caso da Missão Paz, gravitam em torno do “trabalho” uma série de práticas promovidas pela instituição que tem como fim o alcance da “*autonomia*”, termo frequentemente utilizado como contraponto a uma ideia de “caridade” ou “assistencialismo”. O conjunto de *alguns* serviços oferecidos pela instituição no intuito de promover a “*autonomia*” do migrante, somente realiza todo seu potencial quando o migrante consegue o emprego. Essa é uma condição primordial que mobiliza muitas outras, como será debatido mais adiante. Entretanto, para a Missão Paz, o objetivo é a mediação para o que frequentemente se denomina como “*trabalho digno*”, tentando evitar propostas de emprego exploratórias, não raras na relação trabalho e migração.

Porém, em grande parte das vezes, o que estava em jogo era uma série de tensões a serem mediadas: afinal, como, em um cenário de crescimento amplo da precarização do trabalho e de “crise econômica” no Brasil promover de forma ampla o “trabalho digno” e formal⁹⁹? E, além disso, como em um contexto de retraimento da

⁹⁹ Esse tema foi mais debatido em texto anterior, ver: Fernandes e Pachi (2019).

oferta de empregos, sobretudo formais, satisfazer os anseios do migrante pelo “trabalho”, vivido como instrumento de legitimidade da sua identidade política? Somado a esses pontos de fricção, como as próprias regras da instituição na busca por capacitar os migrantes acabavam também por ampliar a dificuldade de acesso ao emprego? São essas e muitas outras fronteiras que compõem a mediação para o trabalho e a gestão de “crises” (RIBEIRO, 2021) das quais me dedicarei adiante.

9.1 – OS RITOS DE PASSAGEM E O “DIREITO A TENTAR EFETIVAR O DIREITO”.

Retomando um pouco do percurso metodológico e de interação com a Missão Paz, a primeira vez que fui à instituição para participar da atividade do “Eixo-Trabalho” foi no início de Abril de 2019. Ainda no final de março havia conversado com Marcus e João, funcionários da instituição, sobre a possibilidade de realizar pesquisa no local. Eles aceitaram e me recomendaram escolher uma das atividades para me engajar. Dias depois voltei ao complexo religioso para me apresentar e conversar com Renata, coordenadora da atividade. Os trabalhos teriam início às 13:30 e cheguei ao local alguns minutos mais cedo.

O caminho feito até à Missão Paz naquele dia foi o mesmo de praticamente todo o trabalho de campo. Andava cerca de 15 minutos pelo distrito da Liberdade, local onde eu morava no período de realização da pesquisa de campo, chegava à praça da Liberdade e descia cerca de 400 metros pela rua dos Estudantes. Essa é uma via estreita que atravessa tanto a parte turística do distrito, prenhe de simbologias orientais, quanto a parte de algumas vilas históricas do Glicério, como a Vila Suíça. O marco de divisão simbólica e material entre esses dois lugares e que sempre me chamou a atenção era uma delimitação situada no cruzamento da rua dos Estudantes com a rua Conselheiro Furtado. Nesse entroncamento, os famosos lustres que remetem à presença oriental na Liberdade desapareciam, assim como os restaurantes e lojas que compunham uma paisagem muito vinculada à memória da migração japonesa. Uma fronteira urbana, econômica, política e social que demarcava espacialmente a chegada, finalmente, à “Baixada do Glicério”. Daquele ponto em diante um outro lugar com características muito distintas ganhava destaque.

O tempo estava chuvoso e nublado. Havia pouca gente na rua, algo não muito comum, como depois passaria a constatar. Ao chegar à Missão Paz me impressionei logo de início. No grande pátio situado em frente ao complexo religioso estavam cerca de 100 pessoas, quase todas negras e uma maioria de homens. Estavam aglomerados no canto direito da entrada, pois devido à chuva se protegiam em uma marquise, único local coberto disponível. A grande maioria aparentava ter não mais do que 30 ou 35 anos. A vestimenta mais comum era calça jeans e camiseta, mas, para aqueles e aquelas que se protegiam mais da chuva, uma jaqueta ou blusa de moletom compunham a roupa escolhida para a procura do emprego.

Era nítido o que se traduz na literatura sobre migrações como mudança quantitativa e qualitativa no cenário migratório brasileiro a partir de 2010. Em uma visita feita ao mesmo complexo no início de 2011 a presença marcante, mas ainda assim não tão volumosa quanto hoje, era de latino-americanos. A Casa do Migrante, a fila para documentação, a concentração no pátio, os casos contados por funcionários da instituição remetiam quase exclusivamente a presença de bolivianos, peruanos, paraguaios, colombianos, etc. No final da década era nítida a mudança. Além dessas nacionalidades (ainda presentes, mas em menor número) havia haitianos, angolanos, congoleses, senegaleses, venezuelanos¹⁰⁰, cubanos, entre outros, pessoas que conferiam uma materialidade cotidiana a essas transformações nas migrações internacionais para o Brasil¹⁰¹.

A parte interna do complexo, onde ocorreria o desenrolar da atividade ainda estava fechada. A atmosfera era de alguma tranquilidade e até descontração nas

¹⁰⁰ A Missão Paz é uma das instituições que compõem a Operação Acolhida que, dentre outros objetivos, viabiliza a chamada “interiorização” de migrantes para muitas cidades brasileiras. Uma das maneiras da interiorização ocorrer via recebimento de alguma instituição. Para saber mais ver: <https://www.gov.br/casacivil/pt-br/acolhida/sobre-a-operacao-acolhida-2>.

¹⁰¹Essa transição, inclusive, representa um marco dentro da própria Missão Paz. A partir da chegada de haitianos ao país, em 2011, a instituição passou a compor de forma central o que, anos depois, passou a ser tratado amplamente na mídia como “crise migratória”. Isto é, a chegada de migrantes haitianos pela fronteira norte e a ineficácia de medidas por parte de governos federal, estadual e municipal. Como resultado, em 2015, o governador do estado do Acre enviou, sem avisar, diversos ônibus com destino à Missão Paz. Esses anos são tratados como críticos na instituição, não somente pela quantidade de pessoas requerendo atendimento, mas pela necessidade de uma própria reconfiguração em algumas das atividades oferecidas, como no Eixo-Trabalho. Para uma análise mais profunda sobre esse processo e os impactos na Missão Paz e no Glicério, ver: Ribeiro (2021).

muitas rodas de conversa formadas pelos migrantes e por alguns voluntários, que interagiam entre si e com duas senhoras “*empregadoras*¹⁰²”, de quem ouvi a menção de vagas para manutenção elétrica, o que se confirmou posteriormente. Todos, assim como eu, esperavam para entrar no local. Uns mostravam mais afinidade do que outros, algumas pessoas estavam sozinhas e, pontualmente às 13:30 uma porta de ferro se abriu para a entrada de voluntários, funcionários e empregadores que haviam ido à instituição na expectativa de contratar migrantes.

Entrei e não sabia exatamente para onde ir, assim perguntei para um voluntário onde eu poderia encontrar Renata, coordenadora do Eixo-Trabalho, para me apresentar. Nesse momento, Julia, uma outra voluntária se ofereceu para me acompanhar. Seguimos por uma escada pequena em uma das laterais do pátio interno e Julia me introduziu como “*pesquisador de doutorado*¹⁰³”. O primeiro olhar de Renata foi de certa desconfiança e, ao dizer que já havia conversado com João e Marcus, funcionários da Missão Paz, a desconfiança diminuiu. Ela me recomendou falar com outra funcionária, responsável por assinar o “*termo de pesquisador*”¹⁰⁴, mas somente após a atividade, pois a mesma estava prestes a se iniciar e fui convidado a acompanhar. A mim foi concedido um crachá escrito “*pesquisador*” e em seguida descemos para um outro grande pátio interno onde as vagas seriam divulgadas.

Julia ficou responsável por me explicar uma série de procedimentos que a atividade de mediação para o trabalho requeria. O passo a passo da mediação para o trabalho se dava da seguinte maneira: pelo lado dos migrantes, eles teriam que regularizar-se e tirar a carteira de trabalho. Para aqueles que não falassem o português era preciso desenvolver ao menos o nível básico dessa capacidade, fosse no curso oferecido pela Missão Paz ou em outro local. Teriam também que assistir a uma palestra que se chamava “*Palestra ou treinamento intercultural*”¹⁰⁵, oferecida em

¹⁰² “Empregadores” era o termo utilizado pelos funcionários e voluntários da Missão Paz para se referir às pessoas que ofertavam as vagas de emprego dispostas a contratar migrantes. Daqui em diante usarei o termo sem qualquer destaque.

¹⁰³ Importante mencionar que a própria Julia, naquele momento, também estava desenvolvendo uma tese de doutorado, ou seja, eu não era o único “pesquisador” na atividade.

¹⁰⁴ O “Termo de pesquisador” é um documento em que concordo em fornecer uma cópia da minha tese à biblioteca da instituição, estudar com responsabilidade ética e quais tipos de dados seriam coletados.

¹⁰⁵ Os treinamentos interculturais na Missão Paz eram organizados pela ONG “Sietar Brasil” e consistia em passar informações sobre o Brasil, a sociedade brasileira e questões ligadas ao ambiente de

diversos idiomas às quartas feiras por voluntários. Depois dessa palestra, um pequeno cartão comprovando a participação na atividade era grampeado na carteira de trabalho dos migrantes, o que servia como prova de ter feito o treinamento e condição para participar do recrutamento. Somente depois desse percurso é que os migrantes poderiam se apresentar na atividade de oferta de empregos, que acontecia todas as terças e quintas feiras a partir das 13:30.

Esses ritos de passagem entre “o direito a ter direitos” e o “direito a tentar efetivar os direitos” buscavam garantir que um certo nível de português fosse alcançado para a comunicação durante a entrevista e no próprio exercício do trabalho. E, mais especificamente, o “Treinamento intercultural” almejava promover o conhecimento da legislação no intuito que o migrante identificasse, por ele mesmo, possíveis descumprimentos legais por parte de empregadores. Além disso, quando migrantes eram contratados, funcionários do Eixo-Trabalho visitavam esporadicamente alguns dos locais de trabalho no intuito de verificar tanto por parte do empregador, como do migrante, a relação com patrões e demais colegas.

Pelo lado dos empregadores, o processo de trânsito nesses ritos era um pouco mais simples. Um primeiro contato, que poderia ser via telefone, email ou pessoalmente era feito para manifestar a vontade de contratar migrantes. Era informado que a Missão Paz mediava somente vagas para o trabalho formal e com carteira assinada, ou seja, dentro das garantias da lei trabalhista¹⁰⁶. Acordados os termos, o empregador se deslocava até à instituição às terças ou quintas feiras na parte da manhã e assistia a uma palestra ofertada por Renata. O intuito era alertar sobre peculiaridades do

trabalho, às normas trabalhistas e aos direitos que os migrantes têm, previstos em lei, quando assinam um contrato de trabalho. A palestra era oferecida em vários idiomas e o objetivo era dar informações para que eles pudessem conhecer um pouco da cultura na qual estão inseridos de forma a terem uma melhor adaptação à nova realidade de vida. Dentro desse processo havia a busca por promover uma adaptação por parte dos migrantes, mas com foco à manutenção e valorização da cultura de origem. Com os treinamentos, segundo voluntários que ofereciam esse curso, foi possível constatar que, quando contratados, já entravam no ambiente de trabalho com algumas informações básicas sobre a cultura brasileira o que facilitava a vida deles junto aos colegas e à instituição.

¹⁰⁶ Julia me informou que até pouco tempo atrás não havia tanto rigor com relação à formalidade do emprego. Porém, desconfianças por parte da instituição com relação ao não cumprimento da legislação fizeram com que a Missão Paz optasse por determinar esse critério. Segundo Julia isso fez com que o número de ofertas de empregos diminuísse muito, mas, pelo menos, havia mais garantias de que se mediava para uma relação não abusiva de trabalho.

processo migratório, algumas características culturais e religiosas, perguntas que não deveriam ser feitas durante a entrevista para evitar constrangimentos, etc.

Uma vez que a palestra era concluída o empregador preenchia a oferta da vaga com as seguintes informações: quantidade de vagas ofertadas, sexo, atividade a ser exercida, local de trabalho, horário, salário, benefícios, habilidades obrigatórias e desejáveis. Não era permitido manifestar a exclusão ou preferência por qualquer nacionalidade, cor, status migratórios ou religião, ou seja, todos que se enquadravam nas exigências específicas para o posto poderiam concorrer. A palestra terminava por volta das 12:00 e, naquele mesmo dia, o empregador poderia voltar às 13:30 para realizar as entrevistas e a possível contratação.

9.2 – A BUSCA PELO EMPREGO: ENTRE ESPERAS E ESPERANÇAS.

Naquele dia seriam ofertadas duas vagas, uma para homens e outra para mulheres. Ao todo, não mais do que 20 pessoas poderiam concorrer a cada vaga. Como forma de selecionar os candidatos para a entrevista, 20 senhas eram distribuídas. Caso houvesse mais pessoas interessadas do que senhas, outros critérios eram adotados, como: ter chegado no Brasil recentemente e falar bem o português. Isso fazia com que as chances de quem estava há mais tempo no Brasil fosse diminuída, ainda que não impossibilitada. Ajudei a montar, junto com outros voluntários, dois postos separados para as entrevistas. Cada posto contava com 20 cadeiras enfileiradas e uma mesa na qual ficariam: empregador, mediador e candidato à vaga.

Durante a minha conversa com Julia, uma funcionária abriu os portões para que os migrantes começassem a entrar. O controle era feito por ordem de chegada, tendo como referência a fila formada do lado de fora. Notava-se pressa e disputa para passar pela porta do salão. Logo, quatro filas foram formadas a partir dos seguintes critérios: Haitianos, Africanos, Latino-americanos e mulheres. Segundo os funcionários e voluntários, essa havia sido uma segmentação que os próprios migrantes tinham criado, pois há pouco tempo era comum pessoas se deslocarem muito cedo para a fila e guardar lugar para outras conterrâneas, algo que gerava muitos conflitos. A fila específica de mulheres remetia, sobretudo, a especificidade de vagas, que quase

sempre eram divididas especificamente para homens ou para mulheres¹⁰⁷, sendo raras as vezes em que as vagas atendiam ambos.

Primeiramente, as mulheres foram convidadas a formar um círculo no meio de um grande salão em volta de um dos voluntários que anunciaria a vaga. Ao todo eram 19 mulheres, a maioria negras e jovens. A proposta foi anunciada em português e era para trabalhar como auxiliar de cozinha em uma padaria de segunda a sábado, das 6:00 da manhã às 13:15 da tarde. O salário era de ***reais mais benefícios de auxílio refeição, no valor de***. O diferencial era já ter trabalhado com massas. As migrantes olhavam atentamente, parecendo fazer esforço para compreender os detalhes do que estava sendo anunciado. Logo em seguida o voluntário perguntou: “*Quem gostaria de concorrer a essa vaga?*”. Houve certa hesitação, mas pouco a pouco elas pegaram as senhas e, uma a uma se encaminharam para o posto de entrevista. Como havia menos pessoas do que número de vagas para a entrevista, todas puderam concorrer.

O outro anúncio para os migrantes homens não compreendi em detalhes, pois Renata, outros voluntários e eu começamos a conversar. Uma grande roda de pessoas se formou e o máximo que pude compreender era que se tratava de um trabalho para manutenção elétrica, com salário de ***reais. A vaga exigia alguns conhecimentos mais especializados e somente oito migrantes se candidataram. Em seguida, com óbvia chateação, Renata foi ao meio da roda e anunciou que, infelizmente, seriam somente aquelas duas vagas para aquele dia. Um clima de enorme decepção se instalou e os migrantes deixaram o salão. Teriam que esperar o próximo dia de atividade para tentarem novamente.

Havia dois momentos extremamente comoventes e que geravam uma tristeza coletiva: o primeiro era anunciar que não havia mais vagas de emprego ou que, naquele dia, sequer algum emprego iria ser anunciado, por falta de empregadores interessados. O segundo era após a entrevista de emprego, momento em que a grande maioria não era selecionada e a esperança transformava-se em frustração em poucos segundos. Em ambos os momentos as expressões de desânimo e chateação

¹⁰⁷ É importante mencionar que poucas semanas depois essa divisão foi desfeita pela instituição e os critérios para participação do recrutamento não previa mais ordem de chegada. Assim, todos poderiam ouvir a oferta de vagas e candidatar-se para aquelas vagas que achavam terem mais possibilidades. Isso, inclusive, fez com que os migrantes não precisassem chegar muito cedo ao local.

comoviam. Restava dizer para voltarem da próxima vez e, quem sabe, haveria mais oportunidades.

O primeiro dia de trabalho de campo foi marcado por um distanciamento e contato apenas parcial com a atividade. Não participei de nenhum dos momentos que, posteriormente, identificaria como centrais: a entrada no salão, a conversa com o empregador e o preenchimento da ficha que compunha os detalhes da vaga a ser anunciada, o anúncio da vaga, a distribuição das concorridas senhas de participação das entrevistas e a mediação das entrevistas.

9.2.1 – A mediação para o trabalho e a “multiplicação de fronteiras”.

Levou algum tempo no trabalho de campo para compreender a “multiplicação de fronteiras” presentes na atividade do Eixo Trabalho. E, mais do que isso, para compreender que a Missão Paz, os funcionários da atividade e os voluntários (inclusive eu), atuavam como mediadores dessas fronteiras. Havia uma presença muito marcante no sentido de divisão e regulação dos fluxos (TELLES 2010; FELTRAN, 2011), mas também de mediar outros tantos conflitos e tensões que gravitavam em torno da busca pelo trabalho. As fronteiras linguísticas, da precarização do trabalho, da relação entre empregador e migrante, entre tantas outras.

Essa característica era tão marcante no Eixo Trabalho e na própria Missão Paz, que pode ser compreendido como constitutivo do próprio sentido de existência e funcionamento da instituição. Quantas fronteiras materiais e simbólicas distintas não conviviam no mesmo tempo e espaço ali? Seria impossível de contabilizar. Foi naquele pátio que um dia conversei com Bacari, migrante de Guiné Bissau recém-chegado a São Paulo. Me contou que havia tentado duas vezes migrar para a Espanha, país onde sua filha mais nova residia, mas foi deportado duas vezes após ser pego pela polícia de fronteira no Mar Mediterrâneo. Veio ao Brasil a convite de um amigo, morava na periferia da cidade e esperava para quem sabe, terminar o dia com um trabalho.

Ali também conversei com Jean, haitiano que somente veio ao país porque queria conhecer algum jogador da seleção brasileira e a floresta amazônica. Com poucos meses na cidade sua irmã mais nova faleceu no Haiti e não pôde retornar para

se despedir. Já havia conseguido alguns empregos via Eixo-Trabalho, mas no momento estava desempregado. Segundo ele, “*antes tinha mais trabalho*”, mas agora eles eram mais escassos. Essa afirmação era recorrente entre migrantes que já estavam em São Paulo havia alguns anos. A situação da falta de emprego era lida pelos migrantes através de uma derrocada econômica do Brasil que, a partir de 2015 adentrou uma “crise econômica”, culminando na diminuição da oferta de empregos. Entretanto, a escassez de postos de trabalho na Missão Paz também se explica pela restrição imposta pela instituição de aceitar somente ofertas de emprego com carteira assinada. Essa decisão permitiu, por um lado, um maior controle sobre a procedência do trabalho, mas, por outro lado, era vista pelos migrantes como diminuição de chances, algo que atingia um pilar da sua condição social. Mais uma fronteira a ser mediada pela instituição.

O pátio, por si mesmo, materializava uma fronteira entre a mediação dos direitos ao trabalho formal e as informalidades e ilegalismos (TELLES, 2010) que tanto marcam as margens sociais e espaciais da cidade atualmente. Na calçada imediatamente à frente da Missão Paz, migrantes haitianos vendiam frutas e comidas em pequenas barracas ou caixotes de madeira (algo possível de encontrar em outros pontos do bairro). Também no entorno do complexo religioso, uma série de roupas usadas de procedência incerta eram vendidas nas calçadas. O discurso comum repetia o sentimento coletivo entre eles, de que: “*...não havia mais emprego na Missão Paz, sobretudo para quem estava havia muito tempo no Brasil*”.

Outras tantas fronteiras poderiam ser mencionadas, como a clivagem nos status jurídicos entre refugiados e migrantes, os programas de auxílio levados a cabo no Brasil, como a operação acolhida, exclusiva a venezuelanos. Também o fato de ser uma instituição que articula passado e presente na cidade e no Glicério, sendo, no início, referência para migrantes italianos que compunham o bairro e adjacências, como descrito no capítulo 3 e, atualmente, referência para milhares de migrantes de variadas nacionalidades. Local de inúmeras reportagens feitas pelos mais variados veículos de

mídia e que colocam em interlocução a Missão Paz, o tema da migração internacional e um público mais amplo¹⁰⁸.

Como argumenta Ribeiro (2021), no Glicério e nas margens socioespaciais, não raramente são as entidades religiosas que colocam diferentes mundos em relação, constituindo-se *de* e *como* fronteiras. No sentido mais específico da Missão Paz e do Eixo-Trabalho, tais códigos informam e colocam em relação tensões geradas em diversas esferas do mundo social, mas que gravitam e eclodem na busca pelo trabalho. Em outras palavras, a mediação não era só para o trabalho, mas da própria identidade política de migrante e sua relação com essas muitas esferas da vida cotidiana.

9.3 – DE “PESQUISADOR” A “VOLUNTÁRIO EM TREINAMENTO”: O PAPEL DE AGENTE DE FRONTEIRAS.

As fronteiras que marcavam o Eixo-Trabalho se explicitavam na forma de fragmentos que vinham à tona em pequenos gestos, situações e expressões. Funcionários, voluntários, migrantes e empregadores compunham essa trama situada e desempenhavam papéis variados em todas as etapas da atividade. O anúncio da vaga, a organização da fila, as perguntas, traduções, os agenciamentos dos migrantes, os esclarecimentos sobre documentos, a dispensa dolorosa daqueles que não conseguiram o emprego, todas essas ações implicavam de forma mais ou menos evidente, uma mediação. Assim, se no primeiro dia meu papel foi muito menos ativo e sob a condição de “pesquisador”, no sentido daquele que está observando “de fora”, essa condição foi abruptamente rompida a partir da minha segunda visita.

No segundo dia cheguei 13:31 e a atividade já havia iniciado. Não havia ninguém na sala de coordenação e, após uns minutos, encontrei com Patrícia, funcionária da Missão Paz que também atuava no Eixo-Trabalho. Ao perguntar sobre Renata ela me disse para esperar um pouco e, cerca de 10 minutos depois, Julia e Renata entraram

¹⁰⁸ O impacto das reportagens era sentido, inclusive, no próprio Eixo Trabalho. Contam os funcionários da instituição que, nos anos de 2012, 2013 e 2014, período marcante e de inflexão na instituição pela chegada em massa de migrantes haitianos, uma quantidade imensa de reportagens foram feitas, nem todas favoráveis à instituição. Por outro lado, no período da pesquisa, as reportagens, em sua grande maioria, buscavam exaltar as ações promovidas pela Missão Paz, dentre elas a mediação para o trabalho formal. Invariavelmente, quando uma dessas reportagens era veiculada em uma grande emissora, a quantidade de empregadores aumentava nas semanas seguintes.

na sala com pressa e exclamaram em tom de surpresa positiva: “Olha, o Caio está aqui!”. Logo me informaram que nenhum dos voluntários havia comparecido e que eu participaria da atividade. Dessa vez foi concedido a mim um crachá de “voluntário em treinamento” e, desde então, nunca mais voltei a ser “pesquisador¹⁰⁹”.

Passou a operar naquele instante o tempo de urgência do cotidiano migratório. Além do migrante, esse tempo atinge também aqueles que se relacionam com as suas demandas, como tratado no capítulo 7 sobre o CECG. Não raramente há um conjunto reprimido de emergências a serem resolvidas, como: moradia, trabalho, documentação, saúde e outros tantos elementos e atividades que compõem parte da “sustentabilidade de vida”. Por diversas vezes esse cotidiano englobava não somente o migrante e sua rede de parentesco, de amizades, mas também uma ampla rede de funcionários, voluntários, pesquisadores que atuavam em projetos de apoio.

A falta de voluntários nesse dia representa algo mais amplo nessa forma de organização. Muitos dos serviços que são ofertados por entidades e instituições não usufruem de grande quantidade de recursos para contratação de pessoas. Desse modo, contar com voluntários é essencial para a manutenção das atividades. Porém, a condição de voluntário, por não implicar em uma relação remunerada e, portanto, mais flexível, muitas vezes é sobreposta por outras demandas que impedem a ida ao local da atividade regularmente. E foi exatamente essa conjunção de elementos não tão incomum que me colocou, repentinamente, como “voluntário em treinamento”.

Brevemente Julia e Renata me explicaram o que fazer na mediação do emprego. Caberia a mim detalhar os termos da vaga e esclarecer possíveis dúvidas que os migrantes poderiam ter e, feito isso, iniciar as entrevistas chamando um a um pelo número de senha que possuíam. Durante a entrevista eu deveria ficar atento para chamar a atenção do empregador caso alguma manifestação de preconceito religioso, étnico, racial, gênero, etc, acontecesse. E, caso fosse muito necessário, interferir com alguma tradução, pois teoricamente, para participar da atividade era necessário um nível de português.

¹⁰⁹ Obviamente que essa condição de “pesquisador” sempre esteve presente, mas aqui faço referência ao uso do crachá e de uma observação mais distante da atividade.

9.3.1 – À (a) espera de trabalho.

A vaga que eu iria mediar era para um trabalho de doméstica, que seria exercido na própria casa do empregador que foi ao local. Ele me perguntou, antes de iniciarmos, como seria organizado aquele momento. Expliquei que chamaria uma a uma pelo número da senha e que poderia ficar à vontade para perguntar o que achasse necessário, desde que fossem aspectos relacionados estritamente à vaga, como: experiência, facilidade para cuidar de crianças (um requisito colocado pelo empregador), quais tipos de comida sabia cozinhar, disponibilidade de tempo, etc.

Ao todo eram 8 mulheres, sendo três venezuelanas, duas congolezas, uma de Burkina Faso, uma haitiana e uma angolana. O roteiro da entrevista seguia basicamente o mesmo: nome¹¹⁰, bairro de moradia em São Paulo, quanto tempo estavam no Brasil, se tinham facilidade para cuidar de crianças, pois eram três na casa, o tempo de deslocamento até a Missão Paz, uma vez que o local de trabalho era no bairro da Aclimação, muito próximo à instituição. Se sabiam cozinhar e se tinham experiência como domésticas.

As respostas variavam entre a brevidade ou maior elaboração a depender do conforto com o idioma (algo que se mostrou decisivo para conseguir emprego via Eixo-Trabalho), experiência prévia e se sentir mais ou menos à vontade. Algumas perguntavam coisas e tiravam dúvidas, outras nem tanto. Quase todas moravam há menos de um ano no Brasil. Para aquelas que tinham filhos, ao serem questionadas como fariam caso fossem contratadas, afirmavam ter uma rede de apoio que poderiam contar. Os locais de moradia eram muito variados e englobava praticamente todas as regiões de São Paulo: Grajaú (extremo sul) Sacomã (zona sul), Penha e Patriarca (zona leste), Santana (zona Norte), Butantã (zona oeste)¹¹¹.

¹¹⁰Na maioria das vezes o nome não era compreendido pelos empregadores dada a diferença de fonética, nomes e formas de expressar. Isso gerava um constrangimento logo no início da entrevista e, posteriormente, passei a pedir a carteira de trabalho e o documento para que o nome fosse lido pelo empregador antes. Percebi que isso ajudava a atenuar as dificuldades nesse primeiro contato.

¹¹¹ Outros muitos bairros e alguns outros municípios surgiam nas entrevistas, como: Tucuruvi, Liberdade, Itaquera, Mooca, São Mateus, Artur Alvim, Brás, Itapevi, Guarulhos, Carapicuíba, entre tantos outros. O tipo de moradia variava entre: dividir aluguel com amigos e parentes, abrigos temporários, ocupações, quartos em pensões.

Um dos imperativos mais marcantes da atividade era a espera. Tanto a Missão Paz, quanto os migrantes, esperavam que empregadores aparecessem com ofertas de trabalho. Os migrantes aguardavam na fila a hora de serem chamados para a entrevista, assim como esperavam o resultado. Caso algum desses componentes desse errado, a frase mais emblemática foi a que uma migrante proferiu em um dia que não havia vagas de emprego. Falei para voltarem na semana seguinte e ela respondeu: “*Sim, viemos uma semana, outra semana e outra semana...*”.

O drama da espera poderia ainda ser prolongado, como ocorreu na mediação para a vaga de doméstica. Ao final, o empregador selecionou uma mulher venezuelana para o posto de trabalho. Os trâmites finais envolviam o preenchimento de um “Termo de compromisso¹¹²”, criado pela instituição justamente para criar algum grau de comprometimento em dar seguimento à contratação nos dias seguintes. Porém, na semana seguinte a encontrei novamente no recrutamento e, ao ser perguntada sobre o motivo da não contratação, disse que o empregador havia desistido após conversar com a esposa.

A fronteira da espera era marcada pelo trânsito entre esperança e frustração. Todos os envolvidos aguardavam desfechos bem-sucedidos, uma ampla oferta de vagas, o momento de contar para a família, de contabilizar e aumentar as estatísticas da instituição, mas era a incerteza que se tornava dominante. O alargamento do tempo e da “multiplicação das fronteiras”, semana a semana, tornava o cenário imprevisível. Aliás, os únicos imaginários de certeza que surgiam, sobretudo por parte dos migrantes, era de que, após algumas vezes sem vagas a serem disponibilizadas o “*trabalho tinha acabado*”. Isso se refletia na quantidade de migrantes buscando o emprego. Quando havia escassez de vagas por dois ou três dias, diminuía significativamente a quantidade de migrantes procurando trabalho na Missão Paz. O contrário também era verdadeiro, pois, após seguidas vezes com vagas de emprego, a presença de migrantes aumentava. A espera conjugava-se com os rumores, definindo o ritmo e a presença de

¹¹² O preenchimento do termo compreendia dados pessoais, número de documentação, contatos, para que o trâmite da contratação fosse finalizado. Cabe ressaltar que não havia valor legal ou jurídico envolvido e os empregadores eram informados na palestra com Renata sobre sua necessidade.

pessoas que na procura por trabalho, redesenhando a intensidade em que esperança, euforia, frustração, incerteza eram vividas.

9.3.2 – O “bico” como elo de coexistência da (in)formalidade.

Uma recorrência em diversas entrevistas era o momento em que o empregador pegava a carteira de trabalho do migrante, revirava suas páginas e não encontrava registros de trabalho. Ao fazer, em poucos segundos, a contabilidade silenciosa entre o tempo que o migrante residia no Brasil e o tempo de desemprego, parecia não entender, afinal, como poderia viver tanto tempo sem trabalho. Então vinha a questão: “*Você nunca trabalhou no Brasil?*”, reforçando o cálculo prévio através de uma expressão facial de estranheza. A resposta era quase sempre a mesma: “*Trabalhei, mas foi como “bico”*”, ou seja, um emprego temporário, comumente pago em diárias ou pequenas temporadas, informal, firmado no acordo verbal e de pagamento incerto.

“Bico” era uma expressão que rapidamente os migrantes aprendiam a falar, sobretudo pela sua tradução social que se encaixava a várias trajetórias de migrantes buscando emprego na Missão Paz. O trabalho de “bico” circulava pelo bairro, no pátio, nas pequenas redes. Não era incomum o desaparecimento de um migrante por algumas semanas e, quando retornava a procurar emprego, dizia que estava ausente porque estava fazendo “bico”. Em outros casos, procurava-se emprego na Missão Paz, mas enquanto a espera pelo trabalho formal não terminava, realizava “bicos” no bairro ou outros pontos da cidade.

Esse foi o caso, inclusive, de um migrante haitiano que encontrei no CECG certa vez. Ao chegar no local me deparei com a fachada da casa sendo pintada por ele. O conhecia das mediações para o trabalho e Abdalah me disse que o encontrou através de algumas indicações de pessoas do Glicério. Nesse mesmo dia, após alguns minutos, uma caminhonete preenchida por módulos de andaime chegou. Eram dois brasileiros contratados por Abdalah, mas que ao serem indagados se montariam a estrutura, disseram que não. Que para isso seria necessário pagar a mais pelo serviço. Abdalah negou o dinheiro e eles então ensinaram rapidamente como montar. Juntamos cerca de

4 pessoas e montamos a estrutura que parecia vacilante e perigosa. Isso não impediu o pintor haitiano de subir e terminar o serviço¹¹³.

Ao contrário de invalidar ou se contrapor à lógica do trabalho formal, o trabalho de “bico” coexistia com a esfera dos direitos. Por vezes, alguns migrantes estavam em busca de algum emprego para compor a renda de um trabalho que já exercia como “bico”. Via de regra a ideia era trabalhar durante a semana e fazer “bicos” aos finais de semana ou nos contraturnos. Portanto, a dimensão do “trabalho” como parte de uma condição social do migrante não fazia distinção sobre a forma que se dava a relação de trabalho. Importavam os ganhos monetários, o envio de remessas e a legitimidade frente a outros que ficaram no país de origem. Porém, é importante mencionar que, obviamente, a formalidade era mais desejada, mas, na falta de postos de emprego, começava a se sobressair a lógica do “bico”¹¹⁴.

A própria aceitação ou não de algumas condições de trabalho passavam pela lógica de conseguir “sustentar a vida” para além do emprego formal. Em algumas mediações, quando informados do salário, benefícios e horas que teriam que trabalhar, alguns migrantes deixavam o local indignados com o que consideravam injusto. Em outros casos já haviam trabalhado para aquela empresa ou conheciam alguém que havia se queixado e se negavam a aceitar. Isso é importante porque reposiciona a ideia de “trabalho a qualquer custo” que o migrante deve assumir por não estar em seu país e por todas as implicações que já mencionamos. A recusa explicitava agenciamentos

¹¹³ Essa é uma das “pontas soltas” das quais o trabalho não se atentará por carecer de mais atenção. Entretanto, havia muitos sinais de um circuito de serviços informais dos quais os migrantes utilizavam e, por vezes, se inseriam.

¹¹⁴A busca pela maximização da renda para o envio de remessas ou para outro movimento migratório engloba, como mostra Charbel (2019), não somente o acúmulo de empregos formais ou informais. A própria moradia é parte dessa lógica. Morar informalmente em quartos de pensões divididos, em casas alugadas entre muitas pessoas ou ocupações de moradia muitas vezes têm como objetivo “pagar barato” e acumular mais dinheiro. Portanto, a procura por esse tipo de moradia não envolve somente a facilidade dos contratos verbais e a ausência de muitas garantias e documentos, mas uma escolha como estratégia de vida em mobilidade.

tendo como referência a tensão entre direitos e justiça, uma vez que não era suficiente o trabalho com benefícios, mas esses teriam que atender um certo patamar para se configurar em algo justo sob seu ponto de vista.

A justiça dessa relação, entretanto, era contingencial e variava de acordo com os sujeitos. Em grande parte das entrevistas a lógica era a que uma vez exclamou um migrante angolano, quando perguntado se conseguiria chegar ao local de trabalho no horário, porque entraria muito cedo e residia em um bairro distante. Disse ele: *"Não é o médico que procura o paciente, mas o paciente que procura o médico"*. Isto é, na maior parte das interações entre empregador e migrante havia uma "docilidade" para o que estava sendo ofertado. Em algumas entrevistas os sinais dados eram de que não necessariamente importava a relação de trabalho, mas ter um trabalho. Essa era uma das tensões às quais a Missão Paz tinha que mediar, pois a instituição tinha conhecimento dos riscos e de possíveis explorações. Assim, ainda que a instituição tentasse diminuir essa relação de assimetria entre empregador e migrante, outros códigos e expectativas se entrelaçavam na emergência de conseguir um emprego e a lógica do "bico" não era um rompimento, mas um elo entre essas duas lógicas.

9.3.3 – Multiplicação dos documentos e as fronteiras burocráticas.

No artigo sobre documentos e suas múltiplas funções, Peirano (2006) argumenta sobre uma ambiguidade: ao mesmo tempo em que representam uma obrigatoriedade legal, inclusive na definição formal de quem é ou não cidadão, os documentos removem e despossuem o reconhecimento dos indivíduos que não os detém. Como consequência, um dos sentidos que confere sua legitimidade é a aposta no seu reconhecimento social como instrumento normativo de ordenamento e de inclusão. Isto é, sua capacidade de hierarquizar, classificar, promover ou restringir acessos, etc.

Já foi discutido anteriormente a relevância que os documentos possuem para a migração, sobretudo pela incerteza de aquisição, uma vez que as regras para se conceder os "*papéis*", como se referem muitas vezes os migrantes, nem sempre são tão acessíveis. Não ter "*papéis*" implica estar em uma posição socioespacial de precarização e vulnerabilidade. Essa é, inclusive, uma antiga pauta de diversos

movimentos em prol dos direitos dos migrantes no Brasil e teve uma importância significativa na formulação da Nova Lei de Migrações de 2017 (FELDMAN, 2016).

No entanto, para as considerações contidas especificamente sobre o Eixo-Trabalho, argumento que os documentos ganham dimensões específicas que não necessariamente estão interligadas às obrigações com um Estado. Se é verdade que para participar da mediação para o trabalho o migrante deveria ter a regularização e a carteira de trabalho, durante o processo surgiam novos “papéis” que operavam “como se fossem documentos”. Para citar alguns: o comprovante de participação no “Treinamento de interculturalidade”, a distribuição de senhas na definição de quem poderia participar da entrevista, a assinatura, por parte do empregador, do “Termo de compromisso”. Em outras palavras, a multiplicação dos documentos operava como uma multiplicação de fronteiras burocráticas.

Cabe ressaltar que todos esses dispositivos desenvolvidos pela Eixo-Trabalho eram respostas a dificuldades encontradas anteriormente. Os regulamentos, pré-requisitos, palestras, cadastros eram, portanto, lógicas em constante reformulação e com objetivo de aprimoramento, mas que, concomitantemente, criavam outras dificuldades. Dessa maneira, o intuito não é efetuar uma crítica a esses procedimentos, mas, pelo contrário, descrever a complexidade dessa mediação para o trabalho formal e como as ambiguidades dos documentos acabam por compor essas fronteiras do acesso ao emprego.

O reconhecimento social dos “papéis” que davam acesso ao recrutamento era validado através de gestos e práticas que emulavam processos burocráticos já conhecidos. Compunham esse quadro: assinaturas, termos, senhas, carteiras, comprovantes de cursos profissionalizantes, passaporte, carteira de trabalho. Seus efeitos, no entanto, variavam de acordo com as situações específicas e, inclusive, um mesmo documento que servia como garantia de acessos, como o passaporte e a informação da regularização, na atividade de mediação poderia atuar como testemunho para uma restrição. Por exemplo, quando para uma vaga havia mais de 20 interessados, um critério para chegar ao número estipulado era: conceder o privilégio àqueles que tinham menos tempo no Brasil, uma forma de tentar viabilizar a

“*autonomia*” de recém-chegados, teoricamente mais vulneráveis e que ainda moravam em casas de acolhida, dependiam de outras redes mais próximas de parentesco e amigos ou ainda não haviam se estabelecido com a família, etc. Dessa maneira, para confirmar se uma pessoa atendia aos critérios de chegada no país, um funcionário ou voluntário tinha o passaporte como documento de referência.

Da mesma maneira, o “Termo de compromisso” assinado pelos empregadores continha a expectativa de ser reconhecido socialmente como um documento, ainda que não tivesse validade jurídica. A intenção, já mencionada, era criar algum vínculo entre empregador, a instituição e o migrante para que o compromisso de contratação fosse honrado. Informações de contato, endereços, nomes, números de documentos todos eram elementos que ajudavam a reforçar essa expectativa de compromisso e levar adiante a contratação.

Outros mecanismos que compunham o conjunto de “*papéis*” eram as senhas e os cartões de participação no “Treinamento intercultural”. Com relação as senhas, a depender do tipo de vagas e a quantidade de pessoas interessadas, sua distribuição era muito disputada. Por algumas vezes, quando tive essa função, me vi cercado de uma grande quantidade de pessoas clamando por um dos números. Era um momento delicado em que atuava como um agente dessa fronteira entre possibilitar ou restringir o acesso ao mercado formal de trabalho. Atuava como um “burocrata de nível de rua” (LIPSKY, 2019). Isso, inclusive, reforçava um papel ambíguo que passei a ter no campo após ter me tornado, de fato, “voluntário”. Ao mesmo tempo em que eu representava uma instituição de apoio e de possibilidades para os migrantes, as práticas de restrição eram seguidas de reclamações em tom de injustiça, algo que afetava a relação com alguns migrantes.

O ponto mais crítico desse reconhecimento social dos documentos e seus desdobramentos vinham quando os migrantes agenciavam os ritos definidos pela instituição e não aceitavam sua legitimidade. Duas eram as situações que mais estremeciam essa relação. A primeira era quando os migrantes afirmavam ter feito o “Treinamento intercultural” e descobria-se, por conferir a carteira de trabalho, que não haviam realizado essa etapa. Nesse caso, a tensão era menor e recomendava-se fazer

o treinamento antes de comparecer ao recrutamento. A segunda situação era mais conflituosa e causava menos aceitação entre funcionários e voluntários, que era a duplicação de senhas.

Depois de algumas semanas frequentando a mediação, perguntei para Patrícia, funcionária do Eixo Trabalho, o motivo de trocar as cores das senhas toda vez que havia recrutamento. Ela respondeu: “*Porque senão eles (migrantes) copiam as senhas ou levam para casa quando o mediador esquece de pedir de volta*”. Na prática isso possibilitava ao migrante poder participar da entrevista mesmo quando não cumprisse todos os requisitos. O momento de descoberta era quase sempre igual. Ao chamar um determinado número para a entrevista levantavam-se duas pessoas e não havia como saber quem estava com a senha errada. Isso gerava um impasse e a saída era sempre a de permitir que os dois realizassem a entrevista e reportar o que tinha acontecido para Renata e Patrícia. Esse, aliás, é um exemplo concreto da constante reformulação das regras que compunham o Eixo Trabalho, sobretudo quando havia uma “crise” no reconhecimento social de determinado procedimento por parte dos migrantes, empregadores, funcionários ou voluntários.

9.3.4 – Efetivação dos direitos, efetivação das esperanças.

Uma curta caminhada pelo Glicério com Renata e Patrícia, fosse para almoçar ou confraternizar em alguns bares da rua Glicério, era suficiente ver a importância que o Eixo Trabalho e a Missão Paz desempenhavam para a “sustentabilidade de vida” de alguns migrantes. Invariavelmente, pessoas de diversas nacionalidades que cruzavam com elas exclamavam seus nomes, abraçavam, agradeciam, acenavam com uma expressão de muita felicidade. Alguns enfatizavam o fato de ainda estarem no emprego que conseguiram via Eixo Trabalho, de terem sido promovidos, de terem conseguido trazer a família para o Brasil. Ali ficava evidente o que Bayat (2009) argumenta sobre a importância que instituições, organizações, projetos possuem na vida de grupos sociais precarizados.

Certamente havia uma heterogeneidade de histórias de vida, relações com o trabalho que não ocorreram como esperadas, visitas feitas por Renata e Patrícia a

algum local em que as condições não estavam boas, etc. Uma frase dita recorrente por elas resumia bem essas ambivalências, diziam estar cientes de que a mediação não era perfeita e que havia o que melhorar, mas que ao encontrar alguém e saber que fez diferença na vida, valia a pena. E, de fato, com as mesmas ou outras palavras, essa era uma posição compartilhada por voluntários (eu incluso), por funcionários da Missão Paz e de outras instituições nas quais tive contato no Glicério. Um conjunto de práticas que por vezes não mais do que tensionavam as fronteiras entre precarização do trabalho (e da vida), com o universo dos direitos. Que tentava viabilizar a passagem entre essas fronteiras através de soluções duradouras e definitivas, mas que, por vezes, acabavam sendo provisórias e incertas.

Por outro lado, fosse no café pós-mediação, em uma conversa informal com alguém da instituição ou em casa, relatando o que havia acontecido para familiares, amigos, namorada, causava grande emoção dizer que, naquele dia, uma ou mais pessoas haviam sido contratadas. E, logo em seguida, os detalhes eram esmiuçados ao contar a reação dos migrantes: havia quem chorasse de alegria ao saber que tinha sido escolhido(a); outras reações eram mais contidas, mas expressavam clara satisfação no rosto; tinha quem saísse do salão e, após terminar todos os trâmites, avisava imediatamente a família via celular; e outros que transitavam entre a euforia e a preocupação para saber o exato caminho que fazia para chegar na empresa, no local do teste admissional, etc. Nesses casos, ajudávamos, junto com o empregador, a explicar o caminho. Os contratantes, por vezes, se ofereciam para encontrar com a pessoa em determinado ponto do trajeto. E, no caso de mais de uma pessoa contratada, não raramente os migrantes se ajudavam e combinavam de ir ao local juntos.

Para esses migrantes a fronteira entre esperança e frustração havia sido transposta, ao menos temporariamente. A mediação havia sido bem-sucedida. Mais do que a fonte de renda, o trabalho e todas as suas implicações para a identidade política de migrante estavam em relativa harmonia e, por fim, para a Missão Paz, mais um passo havia sido dado em direção à promoção da “*autonomia*”. Ao final da atividade, cabia a nós, voluntários ou funcionários levar para Renata e Patrícia o “Termo de

compromisso” para ser contabilizado na forma de estatística. E assim foi com centenas de empregos mediados pela Missão Paz em 2019.

9.4 – O COTIDIANO MIGRATÓRIO E A “MULTIPLICAÇÃO DAS FRONTEIRAS” COMO PARÂMETROS DE ORIENTAÇÃO POLÍTICA.

Muitas outras situações poderiam ser mencionadas acerca da mediação para o trabalho, como: a ajuda entre os migrantes durante a entrevista que não falavam ou entendiam bem o português, a heterogeneidade dos empregadores e as diferentes formas de seleção, as visitas feitas por Renata e Patrícia às empresas após a contratação. Todos esses elementos também gravitam em torno do “trabalho” e amplificam as práticas que vão além da garantia de renda somente.

Sendo assim, a proposta do capítulo foi identificar as múltiplas fronteiras do acesso ao trabalho formal, bem como enfatizar o papel da Missão Paz como mediadora de uma série de relações e conflitos no campo social. Retomando a argumentação de Staeheli (2010) sobre cidadania, estão em jogo nas formas de acesso aos direitos e construção do pertencimento processos mais amplos que moldam os lugares e as relações. Assim, cidadania se constitui como um processo constante de produção de fronteiras físicas e simbólicas que se materializam em múltiplos lugares e práticas. Um desses locais é a Missão Paz e o Eixo Trabalho.

Através da busca pelo emprego formal e na proposta de mediação identifica-se outras dimensões pelas quais as fronteiras da cidadania estão sendo redefinidas. Além das tensões com a precarização do trabalho, a instituição se constituiu como uma “infraestrutura da mobilidade” fundamental para a “sustentabilidade da vida” entre muitas outras fronteiras. A regularização, as aulas de português, os serviços de saúde, estar inserida em políticas públicas e propor soluções formais refletem um amplo campo de práticas que englobam o que é resumido como procura pela “*autonomia*” dos migrantes.

Tais procedimentos, regulações, mediações ordinárias potencializam um processo mais ativo e heterogêneo de ação política e definem arranjos pelos quais se constituiu um “cotidiano migratório”, vivido não somente pelos migrantes, mas por um

conjunto de atores que se relacionam com a migração. Ao invés de contrapontos, nota-se uma coexistência de dinâmicas e normatividades suturadas por atores locais, voluntários, funcionários, empregadores, padres e os próprios migrantes, redesenhando as cartografias políticas e o acesso aos direitos. Sendo assim, o processo ativo da cidadania é produto desses e outros encontros rotineiros, expressando tensões, violações, solidariedades levadas adiante por muitos atores e lugares.

Dessa forma, a mediação promovida pela Missão Paz inclui a mediação entre diferentes formas de “inclusão diferencial”. Isto é, há uma multiplicidade de sujeitos em diferentes estágios migratórios, idades, gênero, parâmetros raciais, expectativas, situações de moradia, graus de escolaridade, proximidade ou distanciamento de familiares. E muitos desses elementos se materializam no contato com a instituição e na mediação para o trabalho.

A fronteira, sob esse ponto de vista, é vivida como relação e instituição social de muitas maneiras: Primeiro, ela delimita o migrante como sujeito alvo das práticas de humanitarismo. Desse modo, as muitas ações resultam desse contato ao longo de décadas, que se reconfiguram à medida em que a mobilidade migratória e as demandas se alteram. Segundo, a fronteira passa a demandar certas “correções” com relação a identidade política do migrante, ou seja, há a necessidade de obter os documentos do país, de falar o idioma, de compreender como as relações no trabalho costumam se dar, conhecer a legislação trabalhista. Um conjunto de procedimentos que buscam diminuir as distorções do que é ser migrante em um mundo tão marcado pelo “Pensamento de Estado” (Sayad, 1998; 2000). Terceiro, isso aponta para agentes de intervenção que não estão somente vinculados ao Estado. Além desses, todo um conjunto de pessoas que atuam na mediação entre a condição migrante e a vida cotidiana no lugar de imigração atuam nessas mediações, direcionando para muitos lugares a “sustentabilidade da vida” do migrante.

A fronteira não é preenchida e marcada somente pela ação dessas práticas humanitárias. Os próprios migrantes transitam entre esses e muitos outros espaços para a “sustentabilidade de vida”, colocando através de suas próprias trajetórias diferentes códigos, práticas, normatividades em relação. É nesse sentido que a

formalidade convive com a informalidade, que o privado e o público se embaralham, que os procedimentos e ritos institucionais são agenciados, que o acesso ao “trabalho” e outros aspectos da vida cotidiana passam a ser garantidos via redes informais próximas ou transnacionais. A trajetória desses migrantes, contada, aqui, em um pequeno fragmento de vida através da busca pelo trabalho se relaciona com múltiplas infraestruturas e com diferentes objetivos, reconfigurando seus cálculos de vida e diversificando modos de sustentar a vida.

Por outro lado, o contato com os migrantes faz com que a própria Missão Paz reconfigure constantemente as ações voltadas a atender urgências e demandas da vida dessas pessoas. Isso torna a vivência da cidadania e a mediação dessas diferentes tensões algo sempre em transformação. Novos saberes, práticas, políticas, formas de atendimento são produzidas a partir da relação com os migrantes. Esse é um ponto importante, pois convida a refletir sobre outras formas de ordenamento socioespacial, enfatizando as práticas dos migrantes e a relação que estabelecem com as “infraestruturas de mobilidade”, produzindo transformações socioespaciais desde as relações cotidianas.

Por fim, mais do que vasculhar quais termos políticos são mais adequados para traduzir esse cotidiano político, parece mais promissor uma perspectiva centrada nas mediações e nos trânsitos, ou seja, nos processos que se estabelecem a partir da relação entre os migrantes e tantas instituições. É dessa maneira que a busca pelo trabalho conta mais do que o acesso a uma renda. Conta, também, sobre a quais outras dinâmicas estão relacionadas a essa mediação, bem como explicita o próprio processo de (re)produção das práticas tanto de migrantes como de instituições de atendimento. Em outras palavras, o objetivo do capítulo foi mostrar como através da ideia de “trabalho” gravitam uma série de outros componentes que potencializam o olhar para múltiplas formas pelas quais a cidadania é negociada e transformada a partir dessa “multiplicação de fronteiras”.

10 - CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como, em suas vidas cotidianas, os migrantes se relacionam com as diferentes dimensões do mundo social presentes no bairro, na cidade e de forma transnacional? Em quais lugares e com quais atores e sujeitos negociam sua existência para “sustentar a vida” (Magliano e Arrieta, 2021)? Como os direitos são efetivamente vivenciados na prática? De quais formas articulam-se no cotidiano de modo a construir formas de pertencimento local e transnacional? E por fim, quais cartografias e sentidos políticos essas trajetórias cotidianas apresentam? Essas foram as principais questões que nortearam o trabalho ao longo dos capítulos. Embora a tese apresente algumas possibilidades de respostas, certamente elas não são definitivas e ainda serão respondidas muitas e muitas vezes em futuros trabalhos e observações.

Como algo comum a cada uma dessas questões destaco o conceito de cidadania, utilizado para compreender, em sentido amplo, a relação entre espaço e política por meio da migração internacional em São Paulo. Ou, mais especificamente, propor um debate socioespacial em favor das espacialidades múltiplas que compõe a cidadania vivida na prática por migrantes na Baixada do Glicério. Nesse sentido, importam tanto os “imaginários espaciais” (MASSEY, 2017) que conformam determinadas perspectivas de cidadania, assim como os lugares e atores que vivenciam, disputam, complementam ou distorcem os sentidos socioespaciais da política em suas práticas cotidianas.

Cabe, então, retomar brevemente o que é compreendido por cidadania na tese: um processo constituído, por um lado, em uma perspectiva espacial, social e política centrada no Estado Nacional, cujo usufruto e garantia dos direitos, assim como a definição do pertencimento guardam íntima relação com a nacionalidade e a reivindicação de um espaço exclusivo a nacionais. Por outro lado, o que se constitui como norma, desejável, aceito, cidadão está apoiado em uma série de outros marcadores que delimitam as diferenças, ou seja, aqueles sujeitos e lugares tidos como seus contrários, problemas a serem eliminados, corrigidos ou incorporados na perspectiva universalista da cidadania. Em outras palavras, compõem a cidadania uma

série de outros códigos, normatividades e filiações territoriais múltiplas que vão além do Estado Nacional.

Aceitando a provocação de Isin (2002), procurei centrar a atenção a partir do que está delimitado fora ou à margem do que se constitui como norma para identificar outras formas pelas quais a cidadania pode ser caracterizada. Assim sendo, o argumento principal da tese se apoia em três elementos:

i) a cidadania possui como principal referência não a igualdade, mas a *diferença*. Isto é, ao invés de uma perspectiva apoiada na incorporação e promoção ampla acessos e vivências igualitárias, a cidadania é constituída através de parâmetros hierárquicos que organizam e distribuem de forma desigual o poder. Nacionalidade, raça, classe, gênero se somam a atributos morais, espaciais e históricos na proliferação de um padrão que estabelece uma relação entre norma-desvio e norma-exceção. Nesse sentido, as promessas políticas provindas de uma cidadania clássica, quando observadas pelo lado das diferenças, vêm acompanhadas das seguintes questões: “quem” é considerado cidadão? “como” e “onde” a cidadania é vivenciada? Desse modo, a ênfase passa a ser nos atributos que produzem e consolidam (des)igualdades.

ii) Como consequência ao primeiro ponto, a cidadania é compreendida como um constante processo de (re)produção de fronteiras, com repercussões em múltiplas escalas socioespaciais, nos corpos e condutas tidas como desviantes e experimentada em uma multiplicidade de lugares. Assim, o argumento é que o conflito que se estabelece nas vivências desiguais da cidadania é anterior àquele que centra a atenção na ampliação e reconhecimento dos direitos. Se é verdade que os discursos e práticas de inserção no campo político democrático esbarram nas hierarquias e desigualdades do mundo social, argumento que há uma tensão anterior. Uma tensão que é a própria da constituição do que e quem irá ou não compor esse universo dos direitos. Em outras palavras, como argumenta Feltran (2011), a tensão que se estabelece no campo político não é somente aquele restrito e disputado na esfera pública democrática. É uma disputa pelo próprio sentido e definição do que, quem e como irá compor a esfera pública e, sobretudo, o que será visto como não pertencente a esse universo.

As repercussões socioespaciais dessa tensão, portanto, são materializadas em muito mais lugares, mediadores e práticas do que aqueles restritos ao âmbito formal. Espaços domésticos e privados, religiosos, projetos sociais, ocupações de moradia, cortiços, mercado informal, o “mundo do crime”, entre tantos outros, passam a compor não uma cartografia do que está fora do campo da política à espera de reconhecimento ou buscando adentrar essa esfera, mas a própria conformação política da cidadania e as disputas pelos seus sentidos de legitimidade.

iii) Essa (re)produção e multiplicação de fronteiras apontam para dois aspectos complementares: o primeiro são as práticas e articulações que atuam na promoção e efetivação dos direitos. Aqui me refiro não somente ao direito reconhecido formalmente, mas a ação dos migrantes e redes de apoio que partem da concepção de que os migrantes possuem direitos, independentemente do seu reconhecimento formal¹¹⁵. Isso é importante, porque na busca pela solução das urgências cotidianas uma série de atores, redes, lugares são mobilizados e que vão além do Estado. Ademais, mesmo tendo os direitos reconhecidos formalmente, sua efetivação nem sempre se dá através dos recursos dispostos na esfera pública.

O segundo aspecto, ressalta a cidadania sob uma perspectiva de fronteiras, o que implica centrar a atenção tanto nas clivagens, como nas relações que se estabelecem a partir de muitos marcadores e parâmetros. Cabe ressaltar que, *fronteira*, denota tanto divisão, como interação regulada por diversos atores, lugares e dispositivos. Desse modo, ao atentar para as fronteiras da cidadania enfatizo uma *coexistência* de normatividades, códigos, simbolismos, moralismos dos quais os migrantes não somente *não* estão excluídos, como transitam *entre* e produzem outros sentidos de vida social e política a partir da mobilidade.

Provém da vivência *entre* fronteiras um conjunto de práticas que trafegam entre formalidade e informalidade; legal e ilegal; privado e público; religioso e político; desejado e indesejado, entre tantos outros, que complexificam tanto a noção de cidadania clássica, como da concepção de espaço associado a ela. Como argumenta

¹¹⁵ Com isso, não quero dizer que é irrelevante o migrante ter ou não direitos. Ao contrário, é uma perspectiva que amplia a ideia “do direito a ter direitos” para além das normas legais. Nesse sentido, partir de uma concepção de que é possuidor de direitos, ainda que esses não estejam reconhecidos, implicam em movimentos e práticas que partem do princípio de que a migração é um processo legítimo.

Massey (2005), as espacialidades políticas quando observadas sob a perspectiva relacional explicitam muito mais convivências do que rupturas, ainda que a produção dos lugares reflita as relações de poder operantes em sua constituição.

Enfatizar a materialidade cotidiana das fronteiras da cidadania, portanto, tem por objetivo identificar através de quais locais, atores e mediações ela é, de fato, vivida e praticada. Sob esse ponto de vista, a expectativa é mais modesta do que uma proposta de mudança radical no campo político em prol de uma genuína igualdade. Ao contrário, a intenção é identificar a interação entre as normas e dispositivos colocados em voga pelo Estado, com os códigos e práticas que compõem a vida cotidiana. Isto é, compreender seus efeitos, tensões e, sobretudo, outras implicações políticas que impactam as relações socioespaciais, sejam elas ou não reconhecidas formalmente. Para isso a atenção se volta às práticas rotineiras, aos pequenos gestos, às micro relações que informam sobre desigualdades, violências, solidariedades e que, aos poucos, vão cartografando politicamente o bairro, a cidade, o país, desde outras perspectivas.

Metodologicamente, a ênfase passa a ser nas trajetórias dos migrantes a partir de uma abordagem etnográfica. Quanto às trajetórias, concordo com Telles (2010) para quem através dos movimentos e interações dos atores seja possível identificar não só os agenciamentos individuais, mas a própria constituição e organização socioespacial. Os caminhos, escolhas, dificuldades, medos, pequenos sucessos e fracassos aos poucos contam sobre os lugares pelos quais as histórias se passaram, os atores com os quais se interagiu, a variação dos tempos e ritmos cotidianos. Assim, através desses movimentos laterais, identifica-se negociações para a “sustentabilidade da vida”, os caminhos de efetivação ou restrição dos direitos na vida cotidiana, as escalas mobilizadas e formas de pertencimento que reforçam outros sentidos políticos de existência e organização socioespacial.

Para tal, a abordagem etnográfica é crucial. Primeiro, porque se baseia na perspectiva de longa duração em campo. E isso tem algumas implicações importantes: i) de forma pragmática, permanecer mais tempo em campo amplia as possibilidades de observar e interagir com mais situações, pessoas, lugares, ampliando o conhecimento

sobre o fenômeno estudado. ii) estar no trabalho de campo por um período longo também permite captar possíveis transformações nos arranjos socioespaciais, mudanças de padrões, eventos críticos, recorrências, ou seja, viabiliza uma delimitação mais complexa do que se observa e de como o espaço é organizado. iii) amplia as possibilidades de estabelecer relações mais duradouras com os interlocutores. Sob uma perspectiva metodológica em que as informações obtidas estão diretamente relacionadas com a qualidade das interações, estar em contato de forma prolongada e constante viabiliza vínculos de confiança, cruciais para obtenção de relatos, observações, conversas informais, etc.

Além disso, essa perspectiva autoriza o olhar mais cuidadoso aos pequenos gestos, aos movimentos lentos, ao banal, às formas de articulação desde o cotidiano, algo caro para a tese, por iluminar outras cartografias que compõem a política desde outras práticas e lugares. Nesse sentido, ainda que a etnografia não seja um recurso metodológico tão central na geografia brasileira, trata-se de um caminho privilegiado para repensar temas e conceitos clássicos da disciplina a partir das interações com o cotidiano socioespacial.

Sob o ponto de vista das migrações internacionais, alguns pontos são importantes de serem destacados. Primeiro, a concepção de que os migrantes não apenas passam pelas cidades, como se o espaço urbano se resumisse a uma localidade ou um suporte espacial vazio, sem influência nos cálculos diários da vida cotidiana. As trajetórias e narrativas trazidas mostram que a escala local impacta profundamente as formas de negociar a existência, assim como a própria identidade política de “migrante”. Pode haver a necessidade de conviver com ameaças, saber silenciar, esperar, para depois avançar. Utilizar os recursos oferecidos pelas redes migratórias, moradias informais, mercado informal.

Ao invés de viver no local ou cidade, vive-se *com* o local e *com* cidade. Dessa maneira, as distorções, surpresas, dificuldades enfrentadas pelos migrantes no cotidiano urbano apontam para uma proliferação de sentidos de pertencimento e “integração”. Contrariando uma visão clássica dos estudos migratórios, que partem de um ideal de pertencimento e “integração” a partir do Estado e da satisfação de

necessidades tidas como básicas para o migrante, o cotidiano aponta vários caminhos pelos quais pode-se “pertencer”. Além disso, a vida com a cidade reposiciona esses e outros conceitos como um processo de idas e vindas, algo nunca acabado, se contrapondo a algumas perspectivas assimilacionistas e integracionistas cuja expectativa é de integração e pertencimento definitivo.

Portanto, as trajetórias dos migrantes remodelam constantemente as formas e práticas que ressoam conotações espaciais na cidade. Apresentam locais onde as histórias de vida se passam, onde se conheceram, qual a configuração das redes e a quais infraestruturas estão ligadas, ou seja, uma geografia cotidiana construída em relação com São Paulo. Isto é, não somente os migrantes imprimem suas práticas, ideias, valores na cidade, mas a cidade e seus processos passam a compor as escolhas, projetos, medos, precariedade e esperança dos migrantes.

Segundo, essas práticas não são insignificantes do ponto de vista político nem para a cidade, nem para o migrante. Através dessas articulações a migração se torna também um elemento aglutinador de sujeitos, se abre a negociações com determinados atores, passa a compor redes e mercados informais de moradia, de cuidados, de lazer que produzem vínculos e sentidos de pertencimento multiescalares e em constante movimento. Desse modo, a própria subjetividade política e social dos migrantes continua a se refazer constantemente. Considerar nessa rede de influência muitas outras mediações que são além-do-Estado (Fregonese, 2015) contam sobre engajamentos que são indissociáveis a suas experiências de mobilidade, bem como ao próprio ordenamento territorial dos lugares. Ter direitos, por vezes, garante uma série de possibilidades de usufruto da estrutura urbana: escola, saúde, trabalho formal. Por outras muitas vezes são vividos como “direito a ter direitos”, mas que na prática se viabiliza nas redes informais, nos acordos verbais, nas negociações de vizinhança, vaquinhas, doações, igrejas, projetos sociais. E nesse processo, novos protagonistas políticos, lideranças, mediadores assumem papéis de destaque e referências políticas em seus círculos de ação, explicitando as “complexas geografias de cidadania”.

Argumentando em termos espaciais, (Massey, 2005, p. 29) já chamava a atenção para o que considerava “uma abordagem alternativa do espaço”, isto é,

compreendê-lo, por um lado, um produto de diversas inter-relações e, por outro lado, como uma condição material de existência para a multiplicidade e heterogeneidade. Desse modo, o espaço seria algo sempre em construção e com resultados, por vezes, imprevisíveis, ainda que produto das relações de poder que mediam essas interações. A partir da ênfase nas articulações promovidas por atores coletivos e individuais, formais e informais, o que se abre é um campo de possibilidade para uma perspectiva mais complexa entre espaço e política por alguns motivos:

Primeiro, porque se contrapõe à perspectiva entusiasta de conceber o local e as agências políticas dos atores de maneira uniforme, como resposta coletiva e uníssona contra agentes e processos “de fora”¹¹⁶. Esse aspecto é relevante tanto para considerar que os mecanismos de “inclusão diferencial” e marginalização também podem ser colocados em prática por atores locais, assim como alerta para as conexões entre escalas. Em suma, o local em relação com o nacional, regional, transnacional, global, tão caras a uma visão mais complexa de cidadania, como vimos anteriormente.

Segundo, mostra que as “geografias complexas de cidadania” estão sendo redefinidas constantemente, seja através da ação coletiva ou individual. Entretanto, mais do que atenuar vulnerabilidades ou suprir a falta do Estado, o que se destaca é um processo interativo de ação política. As suturas recorrentes feitas pelos atores locais, do Estado, do mercado, entre outros, estão dotados de múltiplos imaginários políticos e espaciais (MASSEY, 2017). Isto é, representações não só de como o espaço está organizado, mas, acima de tudo, como deveria se organizar e por meio de quais valores, práticas, mediadores, crenças, lugares, instituições. Dessa maneira, o processo ativo da cidadania é produto desses encontros constantes, tensões, violações, solidariedades, não o resultado da falta deles.

Terceiro, concordando com Bayat (2009) e Millstein (2017), a ação política e a transformação das relações e dos lugares estão distantes de serem compreendidas somente pela ação política organizada. Na busca pelas soluções dos problemas cotidianos, em tornar a vida mais viável, as muitas práticas rotineiras, ordinárias e, por

¹¹⁶ Para uma argumentação mais profunda sobre os problemas de conceber o lugar como entidade espacial fechada e de identidade única, ver: Creswell (2004) e Massey (2005).

vezes, vista como de pouca relevância ou impacto, podem produzir normatividades, códigos locais e formas de pertencimento de impacto político profundo. Além disso, considerar também essas práticas como parte do político pode deslocar o olhar centrado exclusivamente nos resultados de mobilizações, para atentar aos processos dinâmicos de construção e ação que disputam o campo da legitimidade.

Quarto, tomar como referência a cidadania em conexão a outras dinâmicas mais amplas, possibilita identificar como a migração se vincula a outras categorias muito além daquelas estritas ao Estado ou à governamentalidade migratória. A idade, raça, gênero, classe, sexualidade, cidade e bairro de moradia, idioma, religião, laços de parentesco, entre tantos outros, dialogam com a condição de migrante podendo, inclusive, serem mais marcantes na experiência cotidiana. Essas categorias podem combinar-se contingencialmente de formas distintas, amplificando ou diminuindo o “fardo” de ser migrante.

Quinto, como alerta Secor (2003) esse conjunto complexo pelo qual a vivência da cidadania se dá não implica em supervalorizar as saídas coletivas ou individuais. Aliás, isso poderia levar a uma falsa ideia de soluções através da autogestão da vida, atribuindo ao indivíduo a responsabilidade pelos sucessos e insucessos no cotidiano. Como argumentam Magliano e Arrieta (2021), a ideia é tornar mais complexo analiticamente o exercício da cidadania a partir das margens. Como, *apesar* das precariedades e vulnerabilidades, os migrantes continuam a “sustentar a vida” e como suas trajetórias explicitam as fissuras e limitações das promessas políticas universais. Além disso, como Secor (2003) argumenta, em muitos casos nem a via formal nem a informal possibilitam algum caminho, restando um horizonte muito mais recolhido de soluções.

Ao longo da tese, portanto, esses pontos foram discutidos de forma a mostrar as diferentes formas, lugares, atores pelas quais as fronteiras da cidadania se constituem, bem como seus mediadores. O olhar para esses “feixes”, suas articulações e mediações iluminam uma série de trânsitos que complexificam as expectativas de cidadania que remetem à estabilidade e progresso. Mais do que passagens definitivas, o que se mostrava, quando observado a partir dos migrantes e de muitos atores que

mediava a condição migrante com as desigualdades, eram soluções incertas e provisórias. Avanços acompanhados por retrocessos, direitos garantidos e efetivados através de mediações, percursos por serviços temporários, “integração” acompanhada de processos de racialização e marginalização.

Por fim, cabe também apontar algumas limitações e pontos a serem aprofundados, no futuro, em outros estudos. Um deles é o papel que o demarcador de “raça” desempenha como dispositivo de produção de fronteiras da cidadania e na hierarquização das relações socioespaciais. Foram várias as menções dos interlocutores a experiências de racialização e racismo ao longo de suas trajetórias. Algumas foram tão marcantes a ponto de excitarem novos movimentos migratórios em direção a outros lugares. Em outros casos foram pessoas próximas, vizinhos, familiares de companheiros e companheiras que reforçavam a diferença e a hierarquia a partir da raça, lida, por vezes, através da cor da pele, do sotaque, das roupas, do local de origem, do cheiro, do comportamento tido como indesejado. Dois pontos relevantes desse debate a serem explorados em relação com a cidadania são: i) a marginalização colocada em prática através desse demarcador poderia ser solucionada através da inserção no universo dos direitos? ii) quais geografias do racismo e da racialização podem ser identificadas e o que as cartografias desse processo informam sobre os imaginários socioespaciais que compõem essas práticas de marginalização?

Outra questão muito relevante no debate sobre cidadania e migrações é o movimento em direção à periferia de São Paulo. Durante o trabalho de campo era comum migrantes vindos de bairros distantes e de municípios vizinhos procurarem serviços dispostos no centro da capital, como no caso do Eixo Trabalho. Além disso, em conversas com pessoas de coletivos de migrantes, uma queixa comum remete à distribuição espacial desigual dos equipamentos urbanos e infraestruturas voltadas ao atendimento dessa população, concentrada, de forma esmagadora, no centro de São Paulo. Isso aponta para questões espaciais sobre a vivência dos direitos não na cidade, como se tratasse de uma entidade única e homogênea, mas a partir de onde se transita e reside na cidade. A partir de então seria possível partir da seguinte questão: Como a distribuição das infraestruturas voltadas a colocar as políticas públicas em prática cria diferenciações sócio-espaciais de acesso aos direitos? Como e através de quais

mecanismos e atores os direitos são efetivados nesses locais? Quais as semelhanças e diferenças na vivência da cidadania quando observada do centro da cidade e das suas periferias?

Uma outra questão a ser explorada na relação migração e cidadania é o tema do pertencimento. Muitos fragmentos e observações de campo apontam para uma produção do pertencimento muito mais complexa do que aquela vinculada a um Estado Nacional. Além disso, as próprias práticas que reforçariam a nação e o nacionalismo são promovidas não como forma de identidade dominante, mas algo conjuntural e entrelaçado com outras formas de reconhecimento socioespacial. Dessa maneira, algumas perguntas ficam em aberto: Quais outros marcadores além da nacionalidade são mobilizados pelos migrantes na produção de identidades e pertencimento territorial? Em quais escalas e lugares esses marcadores são vivenciados? Quais os códigos e símbolos compartilhados e suas repercussões espaciais na escala local?

Enfim, esses e muitos outros debates ainda carecem de maiores informações, reflexões, conversas e leituras. A pretensão, no entanto, não é a de restringir as possibilidades a essas questões e temas aqui apresentados. Ao contrário, a ideia é abrir possibilidade de diálogos tanto com pesquisas e estudos sobre a migração internacional, como outras relacionadas as desigualdades, violência, periferias, raça, gênero e que refletem sobre o acesso e vivência dos direitos e a construção de pertencimentos a partir de outros pontos de observação. Com isso, a expectativa é que essas aproximações sejam feitas tanto dentro da Geografia e suas diversas subdisciplinas, bem como com outros campos do saber que tanto contribuem e contribuíram para que esse trabalho fosse realizado.

REFERÊNCIAS

- ANDRADE, Margarida M. Brás, Mooca e Belenzinho - formação e dissolução dos antigos bairros "italianos" além-Tamanduateí. In. **Travessia** (São Paulo), v. 38, 2000. p. 5-10.
- ANGATU, C. **Nem tudo era Italiano: São Paulo e pobreza (1890-1915)**. 4ªEd. São Paulo: Anablume, 2017.
- ANTONSICH, M. Nation and Nationalism. In. AGNEW, J. et. al. (Orgs). **The Wiley Blackwell companion to Political Geography**, 2015, p. 297-310.
- ALBERT, V. **Histórias dentro da história**. São Paulo: Contexto, 2005.
- ALBUQUERQUE, J. L. Migração, circulação e cidadania em território fronteiriço: os brasiguaios na fronteira entre o Paraguai e o Brasil. In. TOMO, nº 26, jan/jun, 2015. p. 97-121.
- ALLSOP, D. et. al. Ethnography and Participant Observation In. GOMEZ, B.; JONES, J. P. Orgs. **Research Methods in Geography**. UK: Blackwell, 2010. p. 206-221.
- ALTO COMISSARIADO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA OS REFUGIADOS (ACNUR). Disponível em: <<https://acnur.org/es/datos-basicos.html>>2019.
- ALVES, Y.D.D. **Jamais fomos zumbis**: contexto social e craqueiros na cidade de São Paulo [online]. Salvador: Edufba: Cetad, 2017.
- APPADURAI, A. Soberania sem territorialidade: notas para uma geografia pós-nacional. In. **Novos Estudos**, nº 49, 1997. p. 33-46.
- ARENDT, H. **As origens do totalitarismo**. São Paulo: Companhia das Letras, [1951] 2009.
- ASSIS, G. O. De Criciúma para o mundo: rearranjos familiares e de gênero nas vivências dos novos migrantes brasileiros. **Tese**. Universidade Estadual de Campinas. Departamento de Sociologia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH). 2004.
- BAENINGER, R. Introdução. In. **Migrações Sul-Sul**. Campinas: NEPO, 2018. p. 13-16.
- BAYAT, A. **Life as Politics**: how ordinary people change the Middle East. Stanford University Press, 2009.
- BECKER, H. **Segredos e Truques da pesquisa**. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.
- BELTRÁN, C. **Cruelty as Citizenship**: how migrants suffering sustains white democracy. USA: Minnesota University Press, 2020.
- BIONDI, L. Sociedades italianas de socorro mútuo e política em São Paulo entre o século XIX e o século XX. In. **Travessia**: revista do migrante, ano XII, nº34, 1999, p. 5-12.
- BIVAR, V. S. B. **Além das fronteiras**: o cotidiano dos imigrantes na São Paulo oitocentista: vestígios testamentais. São Paulo: Humanitas, 2008.
- CACHO, L. M. **Social Death**: racialized rightlessness and the criminalization of the unprotected. New York University Press, 2012.
- CALDERÓN, A. A. Economía Feminista: los retos de lasostenibilidad de la vida. In. **Revista Internacional de Pensamiento Político**. Vol. 8, 2013, p. 15-27.

CANTON, A. L. Preservação contraditória no centro de São Paulo: degradação das Vilas Preservadas no Baixada do Glicério no contexto da Renovação Urbana (Operação Urbana Centro). **Dissertação de Mestrado**. Universidade de São Paulo: Programa de Pós graduação em Geografia Humana, 89 f., 2007.

CÁRDENAS, I. C.; MIRANDA, B. La espera como técnica de gobierno de las Migraciones en las Américas, 2022. Disponível em: <https://revistacomun.com/blog/la-espera-como-tecnica-de-gobierno-de-las-migraciones-en-las-americas/>. Acesso: 23/05/2022.

CARRASCO, C. Mujeres, sostenibilidad y deuda social. In. **Revista de Educación**, número extraordinario 2009, p. 169-191.

CARDOSO, N. e ROSA, M. Regiões de fronteira e fluxos migratórios: o caso do paraná. Disponível em: <http://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/8739>. Acesso: 04/06/2021. p. 53-99.

CASTLES, S; HASS; H; MILLER, M. **The Age of Migration**. London: Palgrave Macmillan. 5ª ed. 2013.

CHARBEL, P. F. Mobilidades transnacionais e dinâmicas urbanas - alianças na precariedade. **Dissertação**. Universidade de São Paulo. Programa de Pós Graduação em Sociologia. 2019.

CHATTERJEE, P. **The Nation and its fragments**: colonial and postcolonial histories. Princeton University Press, 1993.

_____. **The Politics of the Governed**. Columbia University Press, 2004.

_____. **Lineages of political society**: studies in postcolonial democracy. Columbia University Press, 2011.

CLOKE, et. al. **Practising Human Geography**. UK: Sage Publications, 2004.

DAS, V. Critical events: an anthropological perspective on contemporary India. UK: Oxford India Paperbacks, 1997

_____. e POOLE, D. **Anthropolgy in the margins of the State**. University of Mexico Press, 2004.

_____. **Life and Words**: violence and the descent to the ordinary. USA: University of California Press, 2007.

DE GENOVA, N. **Inclusion through Exclusion**: explosion or implosion? Amsterdam Law Forum, 2008.p.43-52. Disponível em: https://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=1480129>. Acesso em: 01/08/2021.

_____. Border Struggles in the migrant metropolis. In. **Nordic Journal of Migrant Research**. Vol.1. n5, 2015. p. 3-10.

DESFORGES, L; JONES, R; WOODS, M. New geographies of Citizenship. In. **Citizenship Studies**, Vol. 9, n5, 2005, p. 439-451.

DIAS, G. M. **Migração e Crime**: desconstrução das políticas de segurança e tráfico de pessoas. Campinas: Unicamp. 2014.

DIAS, G; SILVA, J. J.; SILVA, S. Travellers of the Caribbean: Positioning Brasília in Haitian migration routes through Latin America. In. **Vibrant: Virtual Brazilian Anthropology**. vol. 17, 2020, Epub. p. 1-19.

DOMENECH, E. La agenda política sobre migraciones en América del Sur: el caso de Argentina. In. **Revue européenne des migrations internationales**, vol. 23, nº1, 2007. p. 71-94.

_____. "Las migraciones son como el agua": hacia la instauración de políticas de "control con rostro humano": la gobernabilidad migratoria en Argentina. In. **Polis**, nº35, 2013.

_____. O controle da imigração "indesejável": expulsão e expulsabilidade na América do Sul. In. **Deslocamentos/artigos**. vol.67, nº2. São Paulo, apr/jun., 2015

_____. La "política de la hostilidade" en Argentina: detención, expulsión y rechazo en frontera. In. **Estudios Fronterizos**, 21, 2020, pp. 1-25.

EHRKAMP, P. e LEITNER, H. Beyond National Citizenship: Turkish Immigrants and the (RE)Construction of Citizenship in German. In. **Urban Geography**, v.24:2, 2003, p. 127-146.

_____. e NAGEL, C. [Immigration, places of worship and the politics of citizenship in the US South](#). In. **Transactions of the Institute of British Geographers** v.37(4), 2012, p. 624-638

_____. e NAGEL, C. 'Under the radar': Undocumented immigrants, Christian faith communities, and the precarious spaces of welcome in the U.S. South. In. Special Issue on Migration. **Annals of the Association of American Geographers**. v.104(2), 2014, p. [319-328](#).

_____. e JACOBSEN, M. Citizenship. In. AGNEW, J. et. al. (Orgs). **The Wiley Blackwell companion to Political Geography**, 2015, p. 165-187.

_____. Progress Report: Geographies of Migration I: Refugees, **Progress in Human Geography**. v.41(6), 2016, p. 813–822.

_____. Geographies of Migration III: Transit and transnationalism. In. **Progress in human geography**, 2019. p. 1-10.

ESPIRITU, Y. L. **Home bound**: Filipino American lives across cultures, communities, and countries. University of California Press, 2003.

FANTIN, J. T. **Os japoneses no bairro da Liberdade** – SP na primeira metade do século XX. Dissertação de mestrado. Universidade de São Paulo: Instituto de Urbanismo e Arquitetura da Universidade de São Paulo. 2013. 138f.

FAUSTO, B. **Crime e cotidiano**: a criminalidade em São Paulo (1880-1924). 2ªed. 1ª Reimpr. São Paulo: EDUSP, 2014.

FELDMAN, B. Brazilians in Portugal, Portuguese in Brazil: Cultural Constructions of Sameness and Difference. **Identities: Global Studies in Culture and Power**, Estados Unidos, v. 8, p. 607-650, 2001.

_____. Memórias de Luta: Brasileiros no Exterior (1993-2010). In. **REMHU (BRASÍLIA)**, v. 12, p. 1-20, 2016.

FELDMAN, G. If ethnography is more than participant observation, then relations are more than connections: The case for nonlocal ethnography in a world of apparatuses. In. **Anthropological Theory**. vol. 11. num. 4. 2011. p. 375-395.

FELTRAN, G. **Fronteiras de tensão**. São Paulo: Unesp, 2011.

FERNANDES, C. Acordo sobre Residência para Nacionais dos Estados Parte do Mercosul, Pensamento de Estado e Biopolítica: uma análise sobre a governamentalidade no território. Programa de Pós-graduação em Geografia UFPR. **Dissertação de Mestrado**: 137p. 2017.

FLICK, U. **Introdução à pesquisa qualitativa**. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2009.

FOOTWHYTE, W. **Sociedade de Esquina**: a estrutura social de um bairro pobre e degradado. Rio de Janeiro: Zahar, ([1937] 2005).

FOUCAULT, M. **Segurança, Território, População**. 1ªed. São Paulo: Martins Fontes, [1977-1978], 2009.

_____. **Do Governo dos vivos**. São Paulo: Martins Fontes, [1979-1980], 2018.

_____. **Microfísica do poder**. 2ªed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2015.

FRANÇA, I. L. F. e FONTGALAND, A. Gênero, sexualidades e deslocamentos: notas etnográficas sobre imigrantes e "refugiados LGBTI" no Norte do Brasil. In. **REMHU** (Rev. Int. Mob. Hum.) v. 28. nº 59, 2020. p. 49-58.

FREGONESE, S. Everyday Political Geographies. In. AGNEW, J. et. al. (Orgs). **The wiley Blackwell companion to Political Geography**, 2015, p. 493-507.

GLICK SCHILLER, N.; BASCH, L.; BLANC-SZATON, C. 1992a. Transnationalism: a new analytic framework for understanding migration. In. **Annals of the New York Academy of Sciences**, Vol. 645. n. 1, 1992a, p.1-24.

GLICK-SCHILLER, N. e ÇAGLAR, A. Introduction: Migrants and Cities. In. GLICK-SCHILLER, N. e ÇAGLAR, A. (orgs). **Locating migration**: rescaling migrants and cities. New York: Cornell University Press. 2001. p. 1 - 22.

_____. A Multiscalar Perspective on Cities and Migration. In. **Sociologica**. n. 2. 2015. p. 1-9.

_____. **Migrants and City-making**: Dispossession, Displacement, and Urban Regeneration. USA: Duke University Press, 2018. p. 1-32.

GILMARTIN, M. e ARPONEN, A. Borders and bodies: sitting critical geographies of migration. In. MITCHELL, K; JONES, R.; FLURI, J. **Handbook on Critical geographies of migration**.UK: Edward Elgar Publishing Limited. 2019, p. 18-29.

GUÉRIOS, P. R. O estudo das trajetórias de vida nas Ciências Sociais: trabalhando com as diferenças de escalas. In. **Campos**. 12(1), 2011. p. 9-29.

HALL, S. **Da Diáspora**: identidades e mediações culturais. 2ª ed. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2013.

HARAWAY, D. Situated Knowledges: the science question in feminism and the privilege of partial perspectives. In. **Feminist Studies**, nº14, 1988. p. 575-599.

HOLSTON, J e Appadurai, A. Introduction. In. HOLSTON, J. (org.) **Cities and Citizenship**. Duke University Press, 1999. p. 1-18.

HOLSTON, J. **Insurgent Citizenship**. Princeton University Press, 2009.

HAWTHORNE, C. **Constesting race and citizenship**: youth politics in the black Mediterranean. USA: Cornell University Press, 2022

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE) - Perfil dos municípios brasileiros. Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101668.pdf>>, 2018.

ISIN, E. **Being Political**: genealogies of Citizenship. USA: Minnessota University Press, 2002.

ISIN, E. e TURNER, B. Investigating Citizenship: an agenda for Citizenship Studies. In. **Citizenship Studies**, Vol 11, n.1, 2007, p. 5-17.

JONES, K. Citizenship in feminism: Identity, Action and Locale, In. **Hypatia**, Vol. 12, n., 1997, p. 1-5.

JOSEPH, H. Diáspora. As dinâmicas da mobilidade haitiana no Brasil, no Suriname e na Guiana Francesa. **Tese** (Doutorado em Antropologia Social) – Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015. 429f.

_____. Diáspora, refugiado, migrante: perspectiva etnográfica em mobilidade e transfronteiriça. In. **Soc. e Cult.**, Goiânia, v. 20, n. 2, jul./dez. 2017. p. 173-192.

JUNG, P. R. e BUHR, F. Channelling mobilities: migrant-owned businesses as mobilities infrastructures. In. **Mobilities**, 2021, p 1-27.

KHOSRAVI, S. **Precarious lives**: waiting and hope in Iran. USA: University of Pennsylvania, 2017.

KOFMAN, E. Rights and Citizenship. In. AGNEW, J; MITCHELL, K; Ó TUATHAIL, G. (Orgs.) **A companion to Political Geography**. USA: Blackwell publishing, 2003, p. 393-407.

KOWARICK, L. O centro e seus cortiços: dinâmicas socioeconômicas, pobreza e política. In. KOWARICK, L. e MARQUES, E (Orgs). **São Paulo**: novos percursos e atores. São Paulo: Editora 34, 2011, p. 53-79.

LEME, M. C. S. e FELDMAN, S. A presença estrangeira: processos urbanos e escalas de atuação. In. KOWARICK, L. e MARQUES, E (Orgs). **São Paulo**: novos percursos e atores. São Paulo: Editora 34, 2011, p. 131-156.

LEEuw, S.; KOBAYASHI, A.; CAMERON, E. Difference. In. CASINO JR. V.; THOMAS. M.; CLOKE, P.; PANELLI, R. (Orgs.) **A companion to Social Geography**. UK:Blackwell, 2011. p. 17-36.

LEITNER, H. e EHRKAMP, P. Transnationalism and migrants' imaginings of Citizenship. In. *Environment and Planning A*, Vol.38, 2006, p. 1615- 1632.

LIPSKY, M. **Burocracia de nível de rua**. Brasília: Enap. 2019.

LISTER, R. **Citizenship**: feminist perspectives. New York University Press, 2003.

LOWE, L. **The intimacies of four continents**. USA: Duke University Press, 2015.

LOYD, J.; EHRKAMP, P.; SECOR, A. A geopolitics of trauma: Refugee administration protracted uncertainty in Turkey. In. **Trans Inst Br Geogr**, 2018, p. 1-13.

MAGLIANO, M. e ARRIETA, S. La política en el territorio: Género, migraciones y sustentabilidad de vida en Argentina. In. **Íconos**. nº71, vol. 25, 2021. p. 143-160.

MARSHALL, T. H. **Class, Citizenship and Social Development**. Garden City, N.Y, Doubleday, 1964.

MASSEY, D. Power Geometry and a progressive sense of place. In. BIRT, J. (et. al. orgs.) **Mapping the futures: local cultures, global change**. New York: Routledge, 1993. p. 60-70.

_____. Um sentido global do lugar. In. ARANTES, A. A. (org.) **O espaço da diferença**. Campinas: Papyrus, 2000. p. 176-185

_____. **Pelo espaço: uma nova política da espacialidade**. 5ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2015.

_____. A mente geográfica. In. **GEOgraphia**. Vol. 19, nº40, mai/ago, 2017. p. 36-40.

MEEUS, B.; ARNAUT, K.; HEUR, B. Migration and the Infrastructural Politics of Urban Arrival. In. MEEUS, B.; ARNAUT, K.; HEUR, B. (eds) **Arrival Infrastructures: migration and Urban Social Mobilities**. Switzerland: palgrave macmillan, 2019. p. 1-32.

MEZZADRA, S; NIELSON, B. **La frontera como método o la multiplicación del trabajo**. Madrid: Practicas Consituientes. 2013.

_____. Fronteras de inclusión diferencial: subjetividad e luchas en el umbral de los excesos de justicia. In. **Papeles del CEIC**, vol. 2, nº 113, 2014. p. 1-30.

_____. Multiplicação das fronteiras e práticas de mobilidade. In. **REMHU - Rev. Interdiscip. Mobil. Hum.**, Brasília, Ano XXIII, n. 44, jan./jun. 2015. p. 11-30.

MARTINS, I. **Por uma Geografia das Migrações: estratégias de mobilidade e permanência em imigrantes haitianos**. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2019.

MILLSTEIN, M. Rights, identities and belonging: Reflections on the everyday politics of urban citizenship in Delft, Cape Town. In. **Norwegian Journal of Geography**, Vol.71, n. 4, 2017, p. 253-267.

MORIN, E. A entrevista nas ciências sociais, no Rádio e na Televisão. In. Moles, A. A. et. al. **Linguagem da cultura de massas: televisão e canção**. Petrópolis: Vozes, 1973. p. 115 - 135.

NAGEL, C. e STAEHELI, L. Citizenship, identity and transnational migration: Arab immigrants to the United States. In. **Space and Polity**, Vol. 8, n.1, 2004, p. 2-23.

NAGEL, C e EHRKAMP, P. "Immigration, Christian faith communities, and the practice of multiculturalism in the US South". In. **Ethnic and Racial Studies**, vol. 40(1), 2017.

NOLIN, C. Transnational ruptures and sutures: questions of identity and social relations among Guatemalans in Canada. In. **GeoJournal**, Vol. 56, n. 1, 2002, p. 59-67

ONG, A. **Flexible Citizenship: the cultural logics of transnationality**. Duke University Press, 1999.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL PARA AS MIGRAÇÕES (OIM) **World Migration Report**. Disponível em: <<https://publications.iom.int/books/world-migration-report-2020>>. 2020.

OROZCO, A. P. Crisis multidimensional y sostenibilidad de la vida. In. **Investigaciones Feministas**, 2010, Vol. 1, 29-53.

Ó TUATHAIL, G. An Anti-geopolitical Eye: Maggie O'Kane in Bosnia, 1992-1993. In. **Gender, Place & Culture: A Journal of Feminist Geography**, Vol.3, n.2, 1996, p. 171-186.

Ó TUATHAIL, G. At the end of Geopolitics? Reflections on a Plural Problematic at the Century`s end. In. **Alternatives**, Vol. 22, 1997, p. 35-55.

Ó TUATHAIL, G. **Critical Geopolitics: the politics of writing global space**. UK: Routledge, 1999.

PACHI, P.A precarização na base da mundialização contemporânea: a imigração haitiana na metrópole de São Paulo. **Tese**. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH). Programa de Pós-Graduação em Geografia USP.164f.2019.

PAINTER, J. e PHILO, C. Spaces of Citizenship: an introduction. In. **Political Geography**, vol. 14(2). p. 107-120.

PATARRA, N. L. Migrações internacionais de e para o Brasil contemporâneo: volumes, fluxos, significados e políticas. In. **São Paulo em Perspectiva**, vol. 19. nº 3. 2005.

_____. e BAENINGER, R. Mobilidade espacial da população no Mercosul: metrópoles e fronteiras. In. **Rev. bras. Ci. Soc.** vol.21 no.60, 2006

PERISSINOTTI, M. V. Un lugar donde vivir: las luchas migrantes por el acceso al espacio urbano en la ciudad de Córdoba (Argentina). In. **REMHU - Rev. Interdiscip. Mobil. Hum.**, Brasília, n. 47, 2016, p. 59-76.

PEIRANO, M. **A favor da Etnografia**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1995.

_____. De que serve um documento? In: PALMEIRA, M.; BARREIRA, C. (orgs.) **Política no Brasil: visões de antropólogos**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2006. p. 13-37.

PIEROBON, C. **Tempos que duram, lutas que não acabam: o cotidiano de Leonor e sua ética de combate**. Tese. 325f. Rio de Janeiro: Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais – Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ), 2018.

PORTES, A.; GUARNIZO, L. LANDOLT, P. El estudio del Transnacionalismo: peligros latentes e promesas de un campo de investigación emergente. In. PORTES, A.; GUARNIZO, L. LANDOLT, P. (Orgs.). **La globalización desde abajo**: México: FLACSO, 2013. p. 15-44.

RIBEIRO, J. C. Fazer-se refugiada: fronteiras, crises e (co)produção de diferenças na gestão do refúgio. Tese. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais – UNICAMP. 358f. 2021

RUSEISHVILI, S. Ser russo em São Paulo: os imigrantes russos e a (re)formulação de identidade após a revolução bolchevique de 1917. **Tese**. Universidade de São Paulo: Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, 2016. 383 f.

ROGALY, B. Disrupting migration stories: reading life histories through the lens of mobility and fixity. In. **Environment and Planning D: society and space** vol. 33. issue 3, 2015. p. 528-544.

SAMPAIO, C.; JAROCHINSKI, J. Complexidade x Singularidade: a necessidade de outras soluções duradouras. In: (orgs) BAENINGER, R. et. al. **Migrações Venezuelanas**. Campinas: Núcleo de Estudo em População (NEPO), 2018. p. 391-394.

SANTOS, G. Estado e migração indocumentada: os migrantes do sul catarinense nos EUA. In: DIAS, L.C.; FERRARI, M.. (Org.). **Territorialidades Humanas e Redes sociais**. Florianópolis: Insular, 2011, p. 243-262.

_____; FERNANDES, C. O lugar do Paraná no fluxo contemporâneo das migrações internacionais. In: (Orgs.) SILVA, E. F.; GEDIEL, A. P.; TRAUZYNSKI, S. **Direitos humanos e políticas públicas**. Curitiba: Universidade Positivo, 2014.

_____. Migrações transfronteiriças na Amazônia Ocidental. In. **Terceiro Milênio**. Vol. 8, n. 1, jan/jun, 2017. p. 150-161.

_____. Por uma teoria geográfica das migrações. In. **Geografar**. Vol. 16. Ed.2, 2021. p. 616-626.

SANTOS, M. **A natureza do Espaço**. São Paulo: Hucitec, 1996.

SALES, T. Migrações de fronteira entre o Brasil e os países do Mercosul. **Revista brasileira de estudos de população**, v. 13, n.1, 1996. p. 87-98.

SILVA, S. A. **Costurando sonhos**: trajetória de um grupo de imigrantes bolivianos em São Paulo. São Paulo: Paulina, 1997.

SILVA, J. M. Geografias feministas, sexualidades e corporalidades: desafios às práticas investigativas da ciência geográfica. In. **Espaço e cultura**, UERJ, n. 27, 2010. p. 39-55.

_____. Bolivianos em São Paulo: entre o sonho e a realidade. In. **Estudos Avançados**, Vol. 20. N. 57, mai-ago. 2006.

SAMERS, M. **Migration**. New York: Routledge, 2010.

SASAKI, E. A imigração para o Japão. In. **Estudos Avançados**, vol.20, n.57, 2006. pp.99-117.

SASSEN, S. **Expulsões**. São Paulo: Paz e Terra, 2016.

SAYAD, A. **Imigração ou os paradoxos da alteridade**. São Paulo, Edusp, 1998.

SEABRA, O. C. L. Urbanização: bairro e vida de bairro. In. **Travessia**: revista do migrante, ano XIII, nº 38, setembro/dezembro, 2000, p. 11-17.

SECOR, A. “There Is an Istanbul That Belongs to Me”: Citizenship, Space, and Identity in the City. In. **Annals of the Association of American Geographers**, vol. 94, nº2, 2004, p. 352–368.

SEVCENKO, N. A cidade *metástasis* e o urbanismo inflacionário: incursões na entropia paulista. In. **Revista USP**, São Paulo, nº 63, setembro/novembro, 2004, p. 16-35.

SILVA, E.C.C. Cotidiano e convivência na casa do migrante. In. **Travessia – Revista do Migrante**, nº 47, 2003, p. 31-37.

SILVA, J. Geografias feministas, sexualidades e corporalidades: desafio às práticas investigativas da ciência geográfica. In. **Espaço e Cultura**, nº27, 2010. p. 39-55.

SIMONE, A. **Improvised lives**. UK: Polity Press, 2019.

SOARES, M. P. de. "Boxe é compromisso": Políticas do corpo, territórios e histórias de vida de boxeadores na cidade de São Paulo. **Dissertação**. Universidade de São Paulo. Programa de Pós graduação em Antropologia Social. 2018.

SOUCHAUD, S. A confecção: nicho étnico ou nicho econômico para a imigração latinoamericana em São Paulo? In. BAENINGER, R. (Org.) **Imigração boliviana no Brasil**. Campinas: Núcleo de Estudos em População (NEPO), 2012. p. 75-92.

SOYSAL, Y. N. **Limits of Citizenship**. The University of Chicago Press, 1994

SPRANDEL, M. A. Brasileiros na fronteira com o Paraguai. In. **Estudos Avançados**, vol. 20, n. 57, mai/ago, 2006. p. 137-156.

_____. Marcos Legais e Políticas Migratórias no Brasil. In: Erlan José Peixoto do Prado; Renata Coelho. (Org.). **Migrações e Trabalho**. 1ed. Brasília: Ministério Público do Trabalho, 2015, v. 1, p. 41-54.

STAEHELI, L. e THOMPSON, A. Citizenship, Community, and Struggles for Public Space. In. **Professional Geographer**, 49(1), 1997, p. 28-38.

STAEHELI, L. A. Cities and Citizenship. In. **Urban Geography**, vol. 24(2), 2003. p. 97-102.

STAEHELI, L. e NAGEL, C. Topographies of home and Citizenship: arab american activists. In. **Environment and Planning A**, Vol.38, N.9, 2006, p. 1599-1614

_____. EHRKAMP, P.; LEITNER, H; NAGEL, C. [Dreaming the ordinary: Daily life and the complex geographies of citizenship](#). In. **Progress in Human Geography**. v.36 (5), 2012. p. 627-643.

STRATHERN, M. **O efeito etnográfico e outros ensaios**. Coordenação editorial: Florencia Ferrari. Tradução: Iracema Dullei, Jamille Pinheiro e Luísa Valentini. São Paulo: Cosac Naify, 2014.

TELLES, V. **Pobreza e Cidadania**. São Paulo: Editora 34, 2001.

_____. **A cidade nas fronteiras do legal e ilegal**. Belo Horizonte: Argumentum, 2010.

THRIFT, N. It's the little things. In. DOODS, A. e ATKINSON, D. **Geopolitical traditions: a century of geopolitical thought**. UK: Routledge, 2000.

TRUZZI, O. Etnias em convívio. In. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, nº27, 2001. p. 143-166.

_____. Redes em processos migratórios. In. **Tempo Social**, v. 20. n.1, 2008, p. 199-218.

WALTERS, W. Foucault and Frontiers: Notes on the birth of the humanitarian border. In. BRÖCKLING, U; KRASMANN, S.; LEMKE, T. (orgs.). **Governmentality: Current Issues and Future Challenges**. New York: Routledge, 2011. p.138 -164.

WIMMER, A. e GLICK-SCHILLER, N. Methodological Nationalism, the Social Sciences, and the study of migration: an essay in historical epistemology. In. **The international migration review**, Vol. 37, n. 3, 2003, p. 576-610.

WRIGHT MILLS, C. "Ações situadas e vocabulários de motivos" ["Situating Actions and Vocabularies of Motive"]. In. **American Sociological Review**, vol. 5, nº. 6, 1940, pp. 904- 913.

VALADARES, L. Os dez mandamentos da observação participante. In. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. v.22 (63), 2007. p. 430-433.

VIDAL, D. Convivência, alteridade e identificações. Brasileiros e bolivianos nos bairros centrais de São Paulo. In. (Org.). BAENINGER, R. **Imigração boliviana no Brasil**. Campinas: Núcleo de Estudos em População (NEPO). 2012. p. 93-108.

YUVAL-DAVIS, N. The Citizenship debate: Women, Ethnic Processes and the State. In. **Feminist Review**, n. 39, 1991, p. 58-68.

XAVIER, I. R. Projeto Migratório e espaço: os migrantes bolivianos na Região Metropolitana de São Paulo. **Dissertação**. Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, São Paulo, 2010. 263f.

_____. A inserção socioterritorial de migrantes bolivianos em São Paulo. Uma leitura a partir da relação entre projetos migratórios, determinantes estruturais e os espaços da cidade. In. BAENINGER, R. (org). **Imigração boliviana no Brasil**. Campinas: Núcleo de estudos de População (Nepo), 2012. p. 109-154.